

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia: Tratamento da Informação Espacial

Silvana Andrade Pena Knup

**CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES E VULNERABILIDADES NO PROCESSO DE MIGRAÇÃO
INTERNACIONAL**

Belo Horizonte

2015

Silvana Andrade Pena Knup

**CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES E VULNERABILIDADES NO PROCESSO DE MIGRAÇÃO
INTERNACIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia – Tratamento da Informação Espacial da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
como requisito parcial para obtenção do título de
doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Duval Magalhães Fernandes

Coorientadora: Profa. Dra. Maria da Consolação
Gomes de Castro

Belo Horizonte

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

K74c Knup, Silvana Andrade Pena
Convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes e vulnerabilidades no processo de migração internacional / Silvana Andrade Pena Knup. Belo Horizonte, 2015.
206 f. : il.

Orientador: Duval Magalhães Fernandes
Coorientador: Maria da Consolação Gomes de Castro
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial.

1. Governador Valadares (MG) - Migração. 2. Crianças - Migração. 3. Adolescentes - Migração. 4. Convivência - Família. 5. Vulnerabilidade - Crianças. I. Fernandes, Duval Magalhães. II. Castro, Maria da Consolação Gomes. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial. IV. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 325

Silvana Andrade Pena Knup

**CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES E VULNERABILIDADES NO PROCESSO DE MIGRAÇÃO
INTERNACIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia – Tratamento da Informação Espacial da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
como requisito parcial para obtenção do título de
doutor em Geografia.

Prof. Dr. Duval Magalhães Fernandes (Orientador)

Profa. Dra. Maria da Consolação Gomes de Castro (Coorientadora)

Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz (PUC Minas)

Profa. Dra. Sueli Siqueira (Univale)

Dr. Daniel Márcio Pinheiro de Lima (Ministério da Saúde)

Profa. Dra. Geraldine Marcelle Moreira Braga Rosas Duarte (PUC Minas)

Belo Horizonte, 12 de Junho de 2015.

*A todas as crianças, aos adolescentes e jovens que deram depoimentos
apaixonados, sobre suas experiências de perda e resiliência,
fazendo com que eu persistisse nesta pesquisa
apesar dos inúmeros percalços que enfrentei*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, pois acredito que sem Ele nada se viabiliza, inclusive nenhum dos inúmeros apoios que recebi ao longo deste projeto de doutorado.

Em seguida, agradeço aos meus pais José Valdomiro Pena (in memoriam) e Silvia Andrade Pena, a quem Deus confiou a minha criação e formação. Eles souberam me influenciar com seus hábitos de vida partilhada, emocional e materialmente, com todos que os cercavam, independentemente de laços familiares ou de *status* socioeconômico. Lembro-me das visitas de assistência que fazíamos juntos, pais e filhos, às várias famílias de trabalhadores rurais no polígono das secas baiano, rumo a um pedaço de terra herdado dos meus avós. Essa foi a minha primeira experiência de trabalho voluntário de assistência, que influenciou em todas as minhas escolhas subsequentes de envolvimento em trabalhos voluntários, inclusive nos meus interesses de pesquisa.

Agradeço aos meus orientadores, Prof. Dr. Duval Fernandes e Profa. Dra. Maria da Consolação Gomes de Castro, que me levaram às inúmeras entrevistas com migrantes internacionais brasileiros em várias partes do Brasil, convencendo-me da importância da realização de uma pesquisa sobre migração internacional com o público infanto-juvenil.

Faço um agradecimento especial a cinco pessoas que contribuíram para o conteúdo multidisciplinar deste trabalho: Prof. Dr. Carlos Eduardo Siqueira, Dr. Daniel de Lima, Dra. Lenize Bahia Chaves, Profa. Dra. Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima, e Profa. Dra. Sueli Siqueira.

Outro agradecimento especial, às estudantes da Universidade Vale do Rio Doce – Univale - Christiane Magri, Luciana Borges e Maria de Fátima da Cruz - e da PUC – Minas - Fabíola Pereira de Brito-, por toda a ajuda ao longo da pesquisa em Governador Valadares.

Agradeço também, por ordem alfabética e com muito carinho, a todas as pessoas que me apoiaram nos momentos difíceis que atravessei durante este doutorado. Cada uma sabe de que forma contribuiu: Aneli Shwarz, Andreia Makkas, Anna Paula Fores Marques Campos, Anneliese Pena Knup, Antonieta Pfeiffer, Bruna Pimenta, Débora David da Luz, Dida, Diquinha, Edma Lamas, Ednei de Jesus Silva, Herbert Emil Knup, Iraildes Alves dos Santos, Izilda Ribas Avilla, Liane Müller de Oliveira, Lourdes Pena Batista, Mary Duggan, Miltom de Oliveira, Nicolas Emile Pena Knup, Orimar Santana Sobrinho, Sônia Amarante, Taciana Buchacra, Valdir de Oliveira, Wallace Amarante (in memoriam).

Fica desta pesquisa, e também da minha vivência migratória, que ser migrante é um constante conviver com a insegurança e com os riscos de perdas de vínculos significativos, mas fica também o entender que:

"A precariedade daquilo que temos como certo é chamada insegurança. E saber conviver com isso é uma arte. O que temos de permanente é nossa essência".
(Autor desconhecido)

RESUMO

Esta pesquisa investiga as situações de vulnerabilidade que crianças e adolescentes brasileiros, da Microrregião de Governador Valadares vivenciam no processo migratório internacional realizado por seus pais do Brasil para os Estados Unidos. A migração internacional nessa região tem sido uma alternativa, principalmente, para jovens adultos em idade reprodutiva com baixa escolaridade e poucas oportunidades de inserção no mercado de trabalho local, que fazem essa opção buscando garantir de forma mais rápida uma melhor qualidade material de vida para suas famílias em formação. No processo de migração desses jovens, crianças e adolescentes são envolvidos e expostos a vulnerabilidades que têm impacto sobre seu desenvolvimento. Esta pesquisa é multidisciplinar, qualitativa e exploratória, já que o impacto da migração internacional sobre crianças e adolescentes ainda é pouco estudado. Subsídios para entender esses impactos foram buscados na geografia, na demografia, na psicologia sistêmica e nos marcos legais dos direitos de crianças e adolescentes. Sua realização se dá em duas etapas, no Brasil e nos Estados Unidos. No Brasil, a Microrregião de Governador Valadares foi selecionada por ser historicamente a principal origem dos fluxos migratórios do Brasil para os Estados Unidos. Nesse país, a Região da Grande Boston foi selecionada por se tratar do destino com maior proporção de imigrantes brasileiros em situação de residência irregular naquele país. Os principais instrumentos da pesquisa foram entrevistas com questões abertas semi-estruturadas com crianças, adolescentes e jovens com idade até 30 anos, responsáveis e instituições de sua convivência comunitária. Os resultados finais da pesquisa incluem perfil de crianças, adolescentes, jovens adultos, responsáveis e instituições entrevistadas; mudanças na estrutura e na convivência familiar decorrentes da migração; relações com os lugares de convivência comunitária; vulnerabilidades vividas nesse processo; estratégias familiares e comunitárias de resiliência para lidar com essas vulnerabilidades; percepções das crianças, adolescentes e jovens sobre a migração e considerações finais com reflexões sobre aspectos da vida familiar e comunitária de crianças e adolescentes filhos de migrantes internacionais que deveriam ser objeto de políticas públicas visando minimizar tais vulnerabilidades.

Palavras-chave: Migração Internacional. Crianças e adolescentes. Convivência familiar e comunitária. Vulnerabilidade. Governador Valadares. Boston. Brasil.

ABTRACT

This research investigates the vulnerabilities that Brazilian children and adolescents, from the micro-region of Governador Valadares, experience in the international migration process, carried out by their parents, from Brazil to the United States. International migration in this region has been an alternative, especially for young adults in reproductive age with low education and few opportunities for integration in the local labor market. This international mobility aims at ensuring, in a faster pace, a better quality of life for the families they are forming. In this migration process, young children and teenagers are involved and exposed to vulnerabilities that impact their development. This research is multidisciplinary, qualitative and exploratory, as the impact of international migration on children and adolescents has been little studied. Reviews of former studies and theories were sought in geography, demography, systemic psychology and legal frameworks of the rights of children and adolescents. It takes place in two countries, Brazil, as the origin, and the United States, as the destination. In Brazil, the micro-region of Governador Valadares was selected because it has historically been the main origin of migration flows from Brazil to the United States. In the United States, the Greater Boston area was selected because it is the destination with the highest proportion of Brazilian immigrants with irregular status of residence. The main instruments of research are semi-structured interviews with open questions made with children, adolescents, young people aged up to 30 years, their guardians and institutions of their community life. The final research results include: the profile of children, adolescents, young adults, their guardians and institutions interviewed; changes in the structure of families and family life resulting from migration; relations with the community living places; vulnerabilities experienced in this process; family and community strategies of resilience to deal with vulnerabilities; perceptions of children, adolescents and young people about migration and closing remarks with reflections on aspects of family and community life of the children and adolescents of international migrant families, who should be the object of public policies to minimize vulnerabilities.

Keywords: International Migration. Children and adolescents. Family and community life. Vulnerability. Governador Valadares. Boston. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição percentual das crianças e adolescentes, filhos de imigrantes nos Estados Unidos segundo o país e a região de origem dos pais – 2000.....	47
--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Número de imigrantes no grupo etário de 0 – 19 anos por país de residência 2013.	47
Mapa 2 – Posição de Governador Valadares em Minas Gerais	78
Mapa 3 – IDHM dos municípios da Microrregião de Governador Valadares – 2000	83
Mapa 4 - IDHM dos municípios da Microrregião de Governador Valadares - 2010.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Temáticas das propostas discutidas e sistematizadas na primeira Comigrar - 2014.	39
Quadro 2 - Critérios de inclusão de adolescentes e jovens adultos no DACA.....	43
Quadro 3 - Critérios de renovação da inscrição de adolescentes e jovens adultos no DACA	43
Quadro 4 – Direitos das crianças garantidos na Declaração de Genebra	49
Quadro 5 – Direitos das crianças garantidos na convenção internacional de 1989.....	50
Quadro 6 – Matriz analítica das vulnerabilidades de crianças e adolescentes	56
Quadro 7 – Padrões de apego da criança segundo a teoria do apego de Bowlby.....	62
Quadro 8 – Os oito estágios da vida de Erik Erikson.....	63
Quadro 9 - Critérios de inclusão na pesquisa de Governador Valadares	72
Quadro 10 - Critérios de inclusão na pesquisa de Boston:	72
Quadro 11 – Crianças, adolescentes e jovens entrevistados em Governador Valadares que residiram nos Estados Unidos com seus pais	96
Quadro 12 - Crianças, adolescentes e jovens entrevistados em Governador Valadares que permaneceram na cidade durante o período de emigração dos pais para os Estados Unidos ..	97
Quadro 13 - Crianças, adolescentes e jovens filhos de imigrantes brasileiros entrevistados na região da Grande Boston	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Municípios e população da Microrregião de Governador Valadares	79
Tabela 2– Imigrantes internacionais de última etapa residentes na Microrregião de Governador Valadares, segundo país de residência anterior – 2010	85
Tabela 3- Imigrantes internacionais de data fixa residentes na Microrregião de Governador Valadares, segundo país de residência anterior– 2010	86
Tabela 4– Emigrantes internacionais por município, segundo os dois destinos mais comuns na Microrregião de Governador Valadares - 2010	86
Tabela 5– Migrantes internacionais nascidos em país estrangeiro naturais dos Estados Unidos, naturalizados brasileiros e estrangeiros por município da Microrregião de Governador Valadares – 2010	89
Tabela 6– Distribuição etária de crianças, adolescentes e jovens nascidos nos Estados Unidos, residentes no Brasil em 2010 nos dez municípios da Microrregião de Governador Valadares, onde se encontram em maior incidência.....	90
Tabela 7- Distribuição etária de crianças, adolescentes e jovens residentes nos Estados Unidos em julho de 2005, nos dez municípios da Microrregião de Governador Valadares onde suas famílias residem.....	91
Tabela 8- Perfil dos brasileiros residentes nos Estados Unidos, no Estado de Massachusetts e sua principais regiões – 2000	92

LISTA DE SIGLAS

Cetec - Centro Tecnológico de Minas Gerais

Comigrar–Conferência Nacional de Migração e Refúgio

CNIg - Conselho Nacional de Imigração

CNPd - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CRBE- Conselho dos Representantes da Comunidade de Brasileiros no Exterior

Csem – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios

DACA – Ação Diferenciada para Chegadas na Infância(Deferred Action for Childhood Arrivals)

DAPA - Ação Diferenciada para Pais de Americanos (Deferred Action for Parents of Americans)

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FIP – Fundo de Incentivo à Pesquisa

Gedep – Grupo de Estudo Distribuição Espacial da População

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MAPS – Aliança das pessoas de língua portuguesa do Estado de Massachusetts (Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers)

MRE– Ministério das Relações Exteriores

Niatre- Núcleo de Informação e Atendimento a Trabalhadores Retornados do ExteriorPPGG-

TIE- Programa de Pós-Graduação em Geografia: Tratamento da Informação Espacial

PUC – Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Sesp- Serviço Especial de Saúde Pública

SUS – Sistema Único de Saúde

Unicef–Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children’s Fund)

Univale – Universidade Vale do Rio Doce

USDHS – Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (Department of Homeland Security)

USCIS – Serviços de Cidadania e Imigração dos Estados Unidos (United States Citizenship and Immigration Service)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	27
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	31
2.1A migração internacional de brasileiros para os Estados Unidos.....	31
2.1.1A atenção às comunidades brasileiras no mundo e ao imigrante de retorno	36
2.1.2Mudanças na política de imigração americana e a situação dos brasileiros	40
2.2A migração internacional de crianças e adolescentes e seus direitos.....	44
2.2.1Crianças e adolescentes como sujeitos de direito em desenvolvimento e a migração internacional.....	48
2.3Vulnerabilidade e resiliência na migração internacional: definições importantes	54
2.4As teorias que explicam o apego à família e ao lugar e o desenvolvimento da identidade.....	58
3PERCURSO METODOLÓGICO	69
3.1Etapas da pesquisa, instrumentos e procedimentos metodológicos	70
4OS LOCAIS DE ORIGEM E DESTINO INVESTIGADOS	77
4.1A Microrregião de Governador Valadares	77
4.1.1Ocupação e desenvolvimento	79
4.1.2Redes sociais e a migração internacional.....	85
4.1.3Migração internacional de crianças, adolescentes e jovens na região.....	88
4.2A Região da Grande Boston e as comunidades de brasileiros.....	91
5VULNERABILIDADES E RESILIÊNCIA DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS NA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: REGIÃO DA GRANDE BOSTON COMO DESTINO.....	95
5.1Vulnerabilidades individuais: proteção física e segurança.....	100
5.1.1Abandono financeiro e o risco da falta de alimento básico	101
5.1.2A não definição de uma guarda legal temporária	105
5.1.3Mobilidade mal supervisionada entre Brasil e Estados Unidos	107
5.2Vulnerabilidades individuais: as relações sustentadoras contínuas	113
5.2.1Vulnerabilidades familiares de crianças deixadas no Brasil.....	117
5.2.2Vulnerabilidades familiares das crianças que residem na Grande Boston.....	128
5.2.3Vulnerabilidades familiares das crianças no retorno à origem.....	140
5.3Vulnerabilidades sociais.....	142
5.3.1Acesso à educação	150
5.3.2Acesso à saúde	155
5.3.3Acesso ao lazer e à cultura	156
5.3.4O lugar das crianças e adolescentes no contexto de migração internacional.....	161
5.4Vulnerabilidades programáticas	165
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	181
APÊNDICES	190
ANEXOS	204

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, em todo o mundo e também no Brasil, a migração internacional é um fenômeno que tende a crescer e impactar cada vez mais a vida dos seres humanos e famílias, dentre eles as crianças e os adolescentes.

Sabe-se que a migração é realizada, na maioria das vezes, em busca de melhorias na qualidade de vida individual e familiar. São bastante registrados os impactos positivos da migração internacional sobre a vida dos migrantes. Muitas pesquisas reportam os ganhos financeiros dos migrantes, os investimentos em suas comunidades de origem por intermédio de remessas e o empreendedorismo desenvolvido, tanto na origem quanto no destino. Diversas outras, também tratam da ampliação dos horizontes geográficos e culturais e da mobilidade positiva no *status* socioeconômico do migrante ao retornar para sua comunidade de origem (LIMA; SIQUEIRA 2007 e 2011; MARTES 1999, 2001 e 2008; SIQUEIRA 2008 e 2009).

Porém, esta pesquisa busca olhar para um lado pouco discutido e considerado em produções na área de migração internacional, mas de grande relevância psicossocial. Propositamente, buscamos subsídios para entender de que forma o processo de migração pode trazer riscos e vulnerabilidades para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, visando contribuir para pensar em formas de minimizar tais problemas e de garantir a essa parte da população o direito à mobilidade segura e à manutenção dos vínculos com seus pais, para que a migração não signifique a perda desses vínculos tão significativos. Investigamos de que forma a migração impacta a qualidade de vida afetiva no âmbito familiar e comunitário, visando contribuir para que, mesmo na transnacionalidade, a qualidade de vida afetiva possa ser somada à ascensão socioeconômica familiar.

A migração internacional tem impactos na vida de crianças e adolescentes que são ainda muito pouco estudados. Dentre os poucos estudos realizados sobre este tema, o impacto sobre a educação tem tido prioridade. Em pesquisa com estudantes da rede pública de ensino de Governador Valadares filhos de emigrantes, em sua maioria com destino aos Estados Unidos, Almeida e Siqueira (2010) concluem que os filhos de emigrantes, assim como seus pais, veem na emigração uma alternativa emancipatória que possibilita principalmente a melhoria das condições materiais de vida da família. Em sua maioria, manifestam o desejo de também migrar, além de uma visão mais positiva do país de destino dos pais que do Brasil. Os que ficam no país vivem ao longo do período de estudos uma expectativa de reunificação

familiar com os pais que estão no exterior, e importam-se pouco com seu rendimento escolar no Brasil. Vivem o presente construindo a expectativa de migração futura e sentindo-se inadequados no contexto familiar e educacional. Sem dúvida, o aspecto do acesso à educação e seu aproveitamento é um dos mais importantes no desenvolvimento de crianças e de adolescentes. Mas a ele estão relacionados muitos outros que tem impacto sobre este. A convivência familiar e comunitária é um aspecto abrangente que tem impacto sobre a criança e o adolescente de maneira integral. No processo de migração internacional esse aspecto é bastante modificado e as adaptações da família e da comunidade a essas mudanças têm impacto decisivo na vida de crianças e adolescentes filhos de migrantes internacionais.

A proposta desta pesquisa nasceu dentro do Grupo de Estudos da Distribuição Espacial de População (Gedep), do Programa de Pós-Graduação em Geografia: Tratamento da Informação Espacial (PPGG-TIE), sob a orientação do Prof. Dr. Duval Fernandes e da Profa. Dra. Maria da Consolação Gomes de Castro, durante minha participação como voluntária nas pesquisas do Gedep que vinham sendo realizadas em Governador Valadares e em outras regiões do Brasil. Nessas viagens de pesquisa, graças à minha participação anterior como conselheira no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte - CMDCA-BH, as questões relacionadas às famílias de crianças sempre me chamavam mais a atenção.

Desafiada pelos orientadores a realizar uma pesquisa com filhos e filhas de famílias imigrantes, elaborei e apresentei este projeto ao Fundo de Incentivo à Pesquisa – (FIP n. 1º 2013/7611-S1) da PUC - Minas, que apoiou a parte realizada no Brasil. Para este apoio foi necessário submeter a proposta desta pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Minas e obter o parecer favorável que está contido no Anexo A. A primeira parte foi realizada em Governador Valadares entre março de 2013 e fevereiro de 2014. Esse apoio foi fundamental para também viabilizar a realização da segunda fase da pesquisa em Boston, já que eu não teria recursos próprios para a realização das duas etapas. Portanto, sem o apoio do FIP no Brasil, a parte internacional da pesquisa não poderia ser viabilizada. Realizei a segunda fase entre 25 de abril e 31 de junho de 2014, com parcial apoio do Gedep.

O principal objetivo desta pesquisa é investigar as situações de vulnerabilidade vividas na convivência familiar e comunitária por crianças e adolescentes no processo de migração internacional com origem na microrregião de Governador Valadares e destino na grande Boston.

Associados a este objetivo principal estão os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar as vulnerabilidades na convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes associadas ao processo de migração internacional;
- b) captar as percepções dos envolvidos sobre o impacto da migração internacional em suas vidas;
- c) identificar as dinâmicas familiares e comunitárias de resiliência e de integração.

A relevância social deste estudo reside no fato de que muitas pesquisas têm investigado o perfil, as situações e experiências das populações de imigrantes residentes nos países desenvolvidos originários de países em desenvolvimento. Porém, poucos estudos existem sobre o segmento populacional representado por crianças e adolescentes entre esses imigrantes. Suas situações e experiências são pouco discutidas nos estudos sobre migração internacional. Além disso, nos Estados Unidos, alguns estudos analisam a situação educacional de crianças, adolescentes e jovens imigrantes de primeira geração ou cidadãos americanos filhos de imigrantes, denominados segunda geração (BEHRMANN; SHIELDS, 2004; PERREIRA; ORNELAS, 2011), porém, como a população de imigrantes brasileiros naquele país é comparativamente menor que a população de imigrantes de outros países em desenvolvimento, esses estudos trazem pouca luz à situação específica das comunidades brasileiras.

Outro fato importante que confere relevância a esta pesquisa é o de que a maior parte das análises de processos migratórios internacionais é desenvolvida ou na origem ou no destino. Poucos são os estudos conduzidos ao mesmo tempo nos dois lugares.

Referências teóricas e aplicadas para esta pesquisa foram buscadas nas seguintes áreas do conhecimento: Direitos Humanos, Psicologia Sistêmica, Demografia e Geografia. Trata-se, portanto, de uma pesquisa multidisciplinar, exploratória e qualitativa.

Uma breve cobertura dos marcos legais internacionais e nacionais dos direitos de crianças e adolescentes visou buscar referências aos seus direitos em contexto de movimentos migratórios internacionais.

No campo da psicologia sistêmica buscou-se entender as fases do desenvolvimento da criança e do adolescente em sua relação com a família e sua comunidade em contexto de migração internacional. São incluídas apenas duas referências: a Teoria do Apego, de John Bowlby (2002), e os estágios do desenvolvimento do ser humano, de Erik Erikson (1959).

Uma breve consulta às teorias da migração internacional tendo como foco a migração do Brasil para os Estados Unidos deixa claro que a migração internacional é um fenômeno multideterminado e que cada fluxo tem seus próprios determinantes. Sendo assim buscou-se,

também, um referencial de ajuda para o entendimento dos determinantes da migração internacional, no caso específico, da microrregião de origem das crianças e dos adolescentes entrevistadas nesta pesquisa, que é a Microrregião de Governador Valadares. Isso foi feito ao mesmo tempo em que se descreve o contexto do desenvolvimento local explicando o que aconteceu historicamente nessa região em termos de desenvolvimento que possa ter levado sua população a buscar a migração internacional como uma das principais alternativas de melhoria de vida.

Os conceitos de espaço e lugar, o entendimento de como a criança e o adolescente os explora e cria vínculos com eles, o papel dessa exploração e dos vínculos em seu desenvolvimento e explicações de como a imigração pode interferir nesse processo são buscados na geografia.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos ou seções. No primeiro deles tem-se a fundamentação teórica multidisciplinar necessária para subsidiar o desenvolvimento da metodologia e da análise do que foi pesquisado em campo. O segundo contém a metodologia em si. No terceiro faz-se a descrição e a contextualização do fenômeno da migração internacional nas regiões pesquisadas, a Microrregião de Governador Valadares e a região da Grande Boston, sendo que nessa última focalizando o surgimento e o desenvolvimento das comunidades de imigrantes brasileiros. No quarto há a apresentação e a análise dos resultados da pesquisa de campo e no último as considerações finais com algumas indicações de temas que poderiam ser objeto de pesquisas futuras para nortear políticas públicas voltadas para famílias imigrantes com crianças e adolescentes, visando minimizar as vulnerabilidades enfrentadas na migração internacional e fortalecer as suas estratégias de resiliência, tanto familiares quanto comunitárias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo visa rever a literatura sobre a migração internacional, dando ênfase à migração de brasileiros para os Estados Unidos e ao fenômeno da migração de crianças e adolescentes no mundo, além de buscar subsídios teóricos que possibilitem a análise do impacto da migração internacional sobre a vida familiar e comunitária dessas crianças e adolescentes.

A primeira parte focalizará a revisão da literatura sobre a migração internacional e as características específicas do fluxo migratório de brasileiros para os Estados Unidos, registrando as mudanças mais recentes nas características desse fluxo.

A segunda parte tratará brevemente do fenômeno da migração internacional de crianças e adolescentes no mundo, tendo como foco o marco legal internacional que rege os direitos de crianças e adolescentes, assim como alguns aspectos dos marcos legais americano e brasileiro, sempre relacionando esses marcos legais com o fenômeno da migração internacional.

A terceira parte definirá vulnerabilidade e resiliência visando deixar claros esses conceitos, que subsidiaram a pesquisa de campo.

A quarta parte revisa duas teorias da psicologia e uma da geografia que explicam o desenvolvimento da criança e do adolescente, assim como a formação de sua identidade e dos vínculos com sua família e com o lugar onde vivem. Esse passo também é dado sempre relacionando tais conteúdos às vivências de crianças e adolescentes no processo de migração internacional, com o objetivo de elencar subsídios para a análise dos depoimentos obtidos na pesquisa de campo.

2.1 A migração internacional de brasileiros para os Estados Unidos

Desde a década de 1980, o Brasil, antes país predominantemente receptor de imigrantes, assiste ao fenômeno da emigração com um crescente número de brasileiros fazendo a opção de emigrar para diversos países. Essa mudança não ocorre só no Brasil. Segundo Massey et al. (1993), a partir da década de 1960 a migração internacional ficou mais acessível para um número maior de pessoas de países em desenvolvimento que buscam melhoria da qualidade de vida em países desenvolvidos. Com o aumento da mobilidade internacional, a produção teórica sobre a migração internacional também aumentou.

A primeira análise teórica da migração foi publicada por Ravestein ainda no século XIX, em 1885, e até a segunda metade da década de 1970 poucos outros teóricos contestaram o que ele chamou de “Leis da Migração”. A partir dessa década iniciou-se uma longa trajetória de análises teóricas dos movimentos populacionais no mundo. Muitas revisões dessas teorias e modelos foram feitas por autores internacionais e brasileiros, classificando-as em teoria neoclássica, teoria histórico-estrutural, teoria do mercado dual do trabalho, teoria do sistema mundo e teoria das redes sociais. Porém, cada vez mais chega-se ao entendimento de que os fenômenos migratórios são muito complexos, heterogêneos e estão em constante mudança, podendo ser parcialmente influenciados e, em muitos casos, provocados e iniciados, pelos contextos econômicos, estruturais e institucionais presentes nos países de origem e destino, mas dificilmente explicados completamente por qualquer uma das teorias (FERNANDES et al., 2013).

A teoria neoclássica explica a migração laboral como uma escolha racional do indivíduo em um mercado livre, no qual as diferenças salariais entre a origem e o destino são fatores determinantes da migração. Segundo essa teoria o indivíduo racionalmente toma sua decisão pesando os ganhos e perdas que teria com o movimento migratório. Ela pressupõe um mercado perfeito, competitivo e livre, sem barreiras para esse movimento e com o indivíduo tendo acesso às informações necessárias para sua tomada de decisão (ASSIS; SASAKI 2000). Essa teoria reconhece as diferenças salariais e de oferta de mão de obra existentes nos mercados de trabalho e considera a migração internacional como um mecanismo regulador dessas diferenças, porém não reconhece as desigualdades estruturais presentes no mercado de trabalho mundial e nas oportunidades de acesso às informações. Assim ignora os fatores limitantes da liberdade individual para uma tomada de decisão racional. Segundo Assis e Sasaki (2000), Harris e Todaro são os principais defensores desse modelo teórico, apresentado em texto publicado em 1970.

A teoria histórico-estrutural engloba análises mais geopolíticas da migração internacional, que consideram que as escolhas dos migrantes são feitas em um contexto de desigualdades estruturais, historicamente determinadas pelas relações de poder entre os governos nacionais. Essas análises levam em consideração as forças políticas e institucionais que determinam as desigualdades regionais e nacionais de desenvolvimento e que constroem as escolhas dos indivíduos ao se inserirem nos mercados de trabalho. Segundo essa linha de análise, os indivíduos fazem escolhas segundo a sua inserção socioeconômica, influenciados pelas limitações e facilidades de acesso ao mercado de trabalho do seu grupo social. Sendo

assim, as escolhas não são tão livres e individualizadas quanto a teoria neoclássica defende (MASSEY et al., 1993; SOARES, 2002).

A teoria do mercado dual do trabalho entende que a migração internacional é grandemente estimulada pela segmentação do mercado do trabalho nos países desenvolvidos, destino dos migrantes. De acordo com essa teoria, nesses países existe uma demanda permanente por trabalhadores migrantes em ocupações que não requerem qualificação. Os cidadãos desses países não ocupam tais posições porque, além da baixa remuneração, elas estão associadas a um *status* social inferior. Surge assim uma demanda por mão de obra migrante que não concorre com a mão de obra local. Essa teoria considera então como principal determinante da migração a demanda do trabalho migrante, fator de atração, nos países de destino, desconsiderando os fatores estruturais de expulsão nos países de origem (SOARES, 2002; FERNANDES et al., 2013).

A teoria do sistema mundo reconhece a segmentação do mercado de trabalho nos países desenvolvidos como fator de atração, mas acrescenta a esse fator como determinante da migração a penetração da economia capitalista em regiões periféricas de países do terceiro mundo (globalização da economia). Conforme essa teoria, a globalização age em regiões periféricas explorando recursos naturais e humanos com atividades extrativistas ou industriais, que utilizam a mão de obra local causando uma desestruturação da forma anterior de funcionamento da economia e das relações na sociedade local, introduzindo novos valores e a cultura capitalista. Essa desestruturação vem acompanhada de elementos atraentes da cultura capitalista, criando um vínculo transnacional entre a região periférica explorada (origem) e o país ou cidade global que explora a região (destino). Os vínculos econômicos e sociais criados entre as duas regiões determinam então a migração internacional, que é posteriormente mantida pela formação de uma rede social cada vez mais forte entre a origem e o destino (BEAUD, 1993; DOLLFUS, 1993; WALLERSTEIN, 1993; MASSEY et al., 1993; SOARES, 2002, FERNANDES et al., 2013).

A teoria das redes sociais defende que são estas que viabilizam e facilitam o acesso de pessoas à mobilidade internacional, assim como mantêm os fluxos migratórios e definem suas direções. Elas são formadas internacional e regionalmente em um contexto de globalização, com a crescente interação econômica e social entre os países, assim como explicado pela teoria dos sistemas mundiais. Sua análise tem permitido elucidar as especificidades de cada fluxo migratório, pois cada rede social possui características próprias (TILLY, 1986; MASSEY et al., 1993; SOARES, 2002; FUSCO, 2002; SIQUEIRA, 2009 e 2010).

A emigração brasileira para os Estados Unidos pode ser parcialmente explicada por cada uma dessas teorias, pois elas não se excluem mutuamente e nenhuma delas explica totalmente todas as características desse fluxo, que se intensificou a partir da década de 1980 e possui características específicas que o distingue da emigração de brasileiros para a Europa e o Japão.

Uma de suas principais características é o fato de a migração ser realizada, na maioria dos casos, de forma irregular já no processo de entrada. Os brasileiros entram na Europa regularmente por países para os quais não há necessidade de visto de turista e só depois de permanecer após o tempo autorizado, tornam-se irregulares. Mas encontram aí melhores condições de regularização de sua permanência. Para o Japão os imigrantes brasileiros já vão com autorização de permanência e trabalho, possibilitada pela filiação de descendência com japoneses que imigraram no passado para o Brasil.

Nos Estados Unidos, apoiados por uma extensa rede social, os imigrantes, além da extensão irregular da permanência após terem entrado no país com visto de turista, chegam, em alguns casos, a recorrer à compra de passaportes que já têm um visto e encomendam uma montagem de um novo passaporte com falsa identidade. Também recorrem à opção de entrar de forma clandestina pela fronteira mexicana e buscam chegar a cidades onde, acolhidos pela rede social do local de destino, haja a real oportunidade de se encontrar emprego e fixar residência.

A rede social facilitadora desse fluxo não está presente apenas no local de destino. No local de origem ela também está presente e oferece várias “facilidades” colocadas à disposição de potenciais imigrantes, como: empréstimos de dinheiro, financiamento de passagens, contatos com “coiotes”, dentre outros serviços (SOARES, 2002; SIQUEIRA, 2010). Ao mesmo tempo em que tais auxílios contribuem para a realização do sonho de emigrar, também geram compromissos não só para aquele que parte, mas também para os familiares que ficam e fornecem a “garantia” de que o empréstimo será honrado. Além disso, as famílias extensas assumem o apoio àqueles que ficam, como esposas, crianças e adolescentes deixados para trás pelos migrantes (SOARES, 2002; SIQUEIRA, 2009).

Desde sua intensificação na década de 1980, mudanças vêm ocorrendo nesse fluxo do Brasil para os Estados Unidos que tem alterado consideravelmente a quantidade de imigrantes que ainda optam por esse destino, assim como seu comportamento, acrescentando a ele também um grande movimento de retorno, assim como um bom contingente que decide não mais retornar, beneficiado por medidas recentes da política de imigração americana.

No início desse fluxo a pressa na realização dos sonhos construídos no momento de partida levava os imigrantes a buscar jornadas de trabalho extensas que envolviam dois ou mais empregos. Visavam não só o rápido pagamento da dívida adquirida para migrar, como também

o início de uma poupança que facilitasse iniciar a concretização dos planos elaborados ao partir, incluindo o plano de retorno ao país de origem (MARTES, 1999).

Com o passar do tempo, os primeiros imigrantes foram conseguindo formas de regularizar a sua situação e de contribuir para ampliar a rede social, trazendo mais conterrâneos e criando “serviços” diversos de acolhimento, indicação de trabalho ou mesmo de contratação dos recém-chegados. Como observa Martes (1999), o serviço de limpeza doméstica permitiu o surgimento da intermediária, dona da “lista” de endereços, onde o trabalho era subcontratado a outras pessoas. Ao mesmo tempo, alguns empreendedores começaram a abrir empresas que ofereciam serviço e comércio com produtos brasileiros, repetindo fenômeno observado para outras nacionalidades (MARTES, 2001).

Assim, até 2001, apesar de algumas dificuldades colocadas pelas autoridades americanas de imigração, o número de brasileiros foi crescendo no país, sendo formadas comunidades brasileiras centradas em alguns estados como Massachusetts, Nova Iorque e Flórida, onde a oferta crescente de emprego serviu como um grande atrativo para a emigração. Assim aqueles que conseguiam se regularizar foram construindo um patrimônio no Brasil e também se tornando pequenos empresários nos Estados Unidos.

O 11 de setembro de 2001 pode ser considerado, para a história da migração para os Estados Unidos, como um marco de mudança definitivo. Mesmo não sendo os brasileiros o grupo diretamente visado por toda a gama de medidas ditas de segurança que são tomadas pelas autoridades americanas, é a partir desse momento que a questão da migração passa a ser tratada como uma ameaça à segurança interna no país.

Várias são as medidas que foram tomadas pelas autoridades americanas e a que mais repercutiu para os brasileiros foi a quase exigência para que o governo mexicano passasse a solicitar o visto de entrada para os portadores de passaporte brasileiro.

Mesmo que tal medida não tenha impedido a continuação da emigração, o seu fluxo reduziu drasticamente, o que pode ser demonstrado pela redução de 95,0% nas prisões de brasileiros em tentativas de imigração pela fronteira mexicana (UCHOA, 2007). Com o programa de Tolerância Zero implantado nessa fronteira a partir de 2006, as dificuldades de se atravessar todo o México de forma clandestina e os perigos na fronteira fazem da tentativa de se chegar aos Estados Unidos um pesadelo de riscos e custos para os imigrantes.

Se, de um lado, assistiu-se a um crescente endurecimento da legislação em relação aos imigrantes, de outro, fatores econômicos como a crise iniciada em 2007/2008 e suas consequências sobre o emprego e a cotação do dólar funcionaram como fator de desestímulo à permanência dos brasileiros.

Outro ponto importante a ser considerado é a situação da economia brasileira, que no momento de crise e nos anos posteriores deu respostas positivas que levaram à criação de postos de trabalho e à ampliação da renda dos trabalhadores. Essas melhorias na economia brasileira viraram notícia nas redes sociais que alimentam as decisões dos migrantes e muitos tomaram a decisão de retorno com base nelas.

Em resumo, dois movimentos opostos se colocaram dificultando a permanência de brasileiros nos Estados Unidos, um fator de “expulsão” composto pelas dificuldades legais e na economia americana e um fator de “atração” representado pelas notícias de melhorias na condição de trabalho no Brasil.

Tal situação contribuiu para que muitos brasileiros fizessem a opção de regressar ao Brasil, movimento esse que já podia ser observado em 2007, mas que tomou maior amplitude após 2008. Assim, um grande contingente já está no país e os primeiros problemas com a readaptação a nova vida começam a ser sentidos, colocando para alguns um forte desejo de reemigrar, pois mesmo com as melhorias da economia brasileira, a inserção do imigrante retornado na economia do local de origem não se faz tão facilmente (SIQUEIRA, 2008 e 2009).

Neste movimento de retorno, muitos migrantes que deixaram o Brasil solteiros retornam com famílias formadas nos Estados Unidos, incluindo crianças nascidas lá e com cidadania americana. São os chamados imigrantes de segunda geração, que retornam e precisam ser integrados na família e na comunidade.

Para se entender o que vem ocorrendo com os imigrantes brasileiros residentes nos Estados Unidos, é importante conhecer o cenário político no qual se enquadra a permanência desses imigrantes no solo americano, inclusive no que diz respeito a seu contato com o Brasil e o governo brasileiro.

As duas seções seguintes descrevem a evolução das políticas de atenção às comunidades de brasileiros no mundo e da política de imigração americana.

2.1.1 A atenção às comunidades brasileiras no mundo e ao imigrante de retorno

Até a década de 1990, por razões diversas, os brasileiros no exterior eram simplesmente ignorados pelas autoridades do Brasil. Salvo pelas remessas, registradas no balanço de pagamento, havia, por parte do governo, um total desconhecimento da situação de vida dos

brasileiros no estrangeiro.¹ Foi por intermédio da academia que o tema começou a ser tratado no final da década de 1990 e início da década de 2000, com algumas primeiras iniciativas como Sales (1991 e 2000), Patarra (1995 e 2000) e Martes (1999 e 2001).

Em 2000, houve na seara governamental uma primeira tentativa de colocar o tema na agenda política, com a realização, em Brasília, pela Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD, do seminário Migrações Internacionais: contribuições para políticas. Nessa oportunidade os mundos acadêmico e político puderam dar início ao diálogo sobre o tema da migração internacional.

Em maio de 2002 foi realizado em Lisboa o Primeiro Encontro Ibérico de Comunidades de Brasileiros no Exterior, que gerou o documento de Lisboa (BRASIL, 2002), considerado o primeiro documento que chama a atenção das autoridades para a situação da migração internacional. Por ter sido um evento realizado pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Distrito Federal, pode-se afirmar que o texto foi o passo inicial para a incorporação da temática migração internacional na agenda política brasileira.

A partir daí a preocupação do governo brasileiro com o tema se fez mais presente, mesmo que de forma ainda incipiente, sem envolver um ator tão importante quanto o Ministério das Relações Exteriores.

Ainda nessa fase inicial é importante registrar a realização em 2006 da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista do Congresso Nacional (BRASIL, 2006), que tratou da situação dos brasileiros no exterior, da migração irregular, do tráfico de pessoas e realizou audiências públicas no Brasil, além de fazer viagens ao exterior para interlocução com a comunidade de brasileiros. A importância de Minas Gerais no cenário da migração internacional fez com que duas das três audiências públicas realizadas no Brasil ocorressem em dois municípios mineiros: Poços de Caldas e Governador Valadares.

A partir de 2003, em razão da precariedade da situação dos brasileiros em Portugal, o governo brasileiro tomou a iniciativa de propor um acordo ao governo de Portugal que permitiu a regularização da situação dos brasileiros que viviam naquele país, principalmente daqueles que exerciam alguma atividade laboral liberal. Esse acordo ficou conhecido como Acordo Lula (PORTUGAL, 2003).

No entanto, o maior feito do Executivo foi a criação, oito anos após a Carta de Lisboa, do Conselho dos Representantes da Comunidade de Brasileiros no Exterior (CRBE), pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010. Adstrito ao âmbito do Ministério das Relações

¹Foram identificados dois estudos que fazem análises sobre as remessas feitas por imigrantes brasileiros nos Estados Unidos, Bendixen e Associates (2004) e Martes (2008).

Exteriores (MRE), esse aparato só foi possível após reforma da estrutura do Ministério que incluiu a criação da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior entre os anos de 2004 e 2006 (FIGUEIRA, 2010)

A implementação do CRBE foi resultado de um processo de mais de três anos que teve início com a 1ª Conferência de Brasileiros pelo Mundo realizada pelo Itamaraty em 2008. Nesse evento, além da comunidade acadêmica que apresentou estudos sobre a situação dos brasileiros no mundo, vários líderes das comunidades de brasileiros no exterior foram convidados a se expressar trazendo propostas para a criação do Conselho.

Em 2009, a 2ª Conferência permitiu traçar uma agenda inicial da criação da representação, o formato da eleição e a definição de um calendário eleitoral. A 3ª Conferência, em dezembro de 2010, serviu para ampliar o debate sobre a agenda proposta e para dar posse aos conselheiros eleitos em novembro de 2010.

Após a 3ª Conferência, em maio de 2011, foi publicado o Plano de Ação MRE/CRBE 2011/2012 para Implementação das Demandas Recebidas na 1ª, 2ª e 3ª Conferências “Brasileiros no Mundo” (BRASIL, 2011). Nesse documento previu-se a organização de Conselhos de Cidadania já existentes e a criação de novos, que ligados aos CRBEs apoiarão a elaboração e implementação de políticas para os brasileiros no exterior.

Todos esses movimentos no MRE aconteceram no mesmo momento em que outras instâncias governamentais apresentavam propostas para incluir na sua pauta de atividades o tema dos emigrantes brasileiros. Assim foi com o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criado em 1980, que passou a desenvolver atividades que visavam atender não somente aos imigrantes, mas também aos brasileiros no exterior. Vale notar a participação do Conselho na elaboração das propostas da nova lei de migração (Estatuto do Estrangeiro) e da política de migração apresentada à Casa Civil da Presidência da República. Ao mesmo tempo, o MTE, por meio do CNIg, vem criando mecanismos para o atendimento dos emigrantes via Casa do Trabalhador Brasileiro já implantada em Hamamatsu e Foz do Iguaçu. Registre-se também a preocupação com a migração de retorno com a criação dos Núcleos de Informação e Atendimento a Trabalhadores Retornados do Exterior – Niatre, já implantados em São Paulo, com prioridade no atendimento dos imigrantes retornados do Japão, e a ser inaugurado na região de Governador Valadares para o atendimento de brasileiros retornados dos Estados Unidos (BRASIL, 2011).

As políticas brasileiras relacionadas à migração internacional têm sido elaboradas e modificadas conforme os acontecimentos, como a redução do número de brasileiros no exterior decorrente dos retornos e a nova fase da imigração de estrangeiros para o Brasil.

Em maio e início de junho de 2014 foi realizada em São Paulo a 1ª Conferência Nacional Sobre Migrações e Refúgio (Comigrar), que buscou sistematizar em um caderno propostas para políticas elaboradas em conferências preparatórias realizadas no Brasil e no exterior para discussão em nível nacional (BRASIL, 2014). Os temas discutidos na etapa nacional trazidos das conferências preparatórias foram sistematizados no caderno em seis temáticas apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1– Temáticas das propostas discutidas e sistematizadas na primeira Comigrar - 2014

Temática 1	<ul style="list-style-type: none"> • Igualdade de direitos • Marco legal nacional e gestão pública para migrações e refúgio • Marco legal internacional, atuação pública e cooperação multilateral
Temática 2	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços locais • Capacitação de agentes públicos e da sociedade civil • Produção, gestão e acesso à Informação
Temática 3	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos operacionais em programas e serviços públicos.
Temática 4	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão produtiva, empreendedorismo e qualificação para o mundo do trabalho • Saúde • Assistência social • Educação
Temática 5	<ul style="list-style-type: none"> • Violação de direitos, responsabilização, proteção e prevenção • Participação social e debate público • Cultura e interculturalidade
Temática 6	<ul style="list-style-type: none"> • Brasileiros no exterior e retornados

Fonte: BRASIL, 2014

Essa conferência, segundo seu caderno de propostas, não resultou em uma votação destas, mas apenas em uma sistematização de todas elas, com registro das etapas preparatórias nas quais foram elaboradas e das instituições que as propuseram.

Mesmo que não seja exaustiva, esta breve descrição do desenvolvimento das políticas brasileiras relacionadas à migração internacional não deixa dúvidas sobre a alteração da postura do governo brasileiro em relação a conhecer e discutir as situações dos emigrantes residentes no exterior, o que se espera possa, em um futuro próximo, transformar-se em clara política de governo.

2.1.2 Mudanças na política de imigração americana e a situação dos brasileiros

Os Estados Unidos, como país cuja história de desenvolvimento foi construída por muitas gerações de imigrantes, até o incidente terrorista de setembro de 2001, tinha uma sociedade com postura mais aberta com relação aos imigrantes. Lá, imigrantes não documentados sempre tiveram acesso relativamente facilitado à habitação, ao emprego, ao crédito e à educação pública. Isso porque, até o final do século XX o sistema americano de imigração sempre tolerou um alto nível de irregularidade na contratação de imigrantes na agricultura e em outros setores que utilizam mão de obra não qualificada (ROSENBLUM, 2011). Nenhuma sanção era prevista para empregadores de imigrantes irregulares e pouco controle era exercido sobre essa prática. Todo o foco estava no controle da entrada desses imigrantes, mas depois de entrar, o imigrante não documentado, com o apoio de sua rede social, deparava-se com poucos obstáculos para ingressar no mercado de trabalho informal e, por muitos anos, conseguia ter os mesmos documentos e acesso a crédito, que tinham os cidadãos americanos, usufruindo de uma liberdade pouco comum em outros países com menor tradição imigratória. Mesmo no processo de entrada, o imigrante irregular era beneficiado com um razoável nível de ineficiência. Por sua vez, a irregularidade era incentivada por uma prática extremamente burocrática e lenta na resposta a pedidos de imigração regular (BUSH et al., 2009).

Reconhecendo a importância do imigrante no desenvolvimento do país, o presidente George W. Bush, eleito em 2000, iniciou nesse mesmo ano um diálogo estreito com o México, que visava regulamentar a prática do trabalho temporário para imigrantes. Nove encontros foram realizados com o governo mexicano em 2000 com esse propósito. Mas toda essa negociação sofreu um colapso após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 (ROSENBLUM, 2011).

Após esse evento a situação dos imigrantes tem ficando cada dia que passa mais complicada e a liberdade vivenciada anteriormente vem sendo crescentemente cerceada.

Segundo Rosenblum (2011), algumas das mudanças que foram implementadas após o ataque terrorista foram:

- a) criação do “Department of Homeland Security (DHS)”, que passou a congrega 22 agências federais, inclusive o “US Immigration and Naturalization Service”, com o objetivo de coordenar uma estratégia nacional de segurança para o país;
- b) grandes investimentos na infraestrutura dos pontos de controle das fronteiras;

- c) melhor controle na movimentação de visitantes que ingressam nos Estados Unidos com vistos por meio do sistema *US-Visit*. Esse programa requer que todos os visitantes que não são imigrantes forneçam informações biométricas no ato da entrada e da saída do país;
- d) várias leis foram aprovadas para melhor integração entre agências federais, estaduais e locais na troca de informações sobre pessoas que ingressam no país com visto de não imigrante, inclusive estudantes;²
- e) novos critérios e controle limitando a concessão de carteiras de motorista usadas como documentos de identificação em todo o território nacional para imigrantes não documentados.³

Enquanto todas essas medidas estavam sendo tomadas, tanto Bush quanto Obama apoiaram debates sobre uma reforma ampla da política de imigração. Essa reforma incluiria três principais eixos: o de controle da imigração, o de reforma no sistema de concessão de vistos e o de legalização da situação dos imigrantes irregulares que já residiam nos Estados Unidos.

No eixo do controle da imigração as propostas que vieram para o debate incluíam o investimento em infraestrutura de controle nas fronteiras, novas regras para maior governabilidade na deportação de imigrantes ilegais e penalidades criminais relacionadas à imigração e medidas de fortalecimento do controle sobre os locais de trabalho, incluindo uma, hoje chamada de *e-verify*, que previa a obrigatoriedade de registro, por parte dos empregadores, via internet, de todos os seus trabalhadores.

No eixo de reforma do sistema de concessão de vistos surgiram várias propostas de novos tipos de visto para trabalho, e no eixo da legalização diversas propostas de critérios para a legalização de imigrantes, todas rejeitando a possibilidade de uma anistia geral e estabelecendo possibilidades de ganho da legalização mediante o cumprimento de condições específicas.

Nesse último eixo destaca-se o “Dream Act” de 2010, uma proposta que estabelece condições para que jovens imigrantes não documentados, que entraram no país com menos de 16 anos venham a obter a residência permanente (*green card*). Dentre essas condições estão o cumprimento de dois anos de universidade ou serviço militar. Essa proposta não passou no senado faltando cinco votos para que prosseguisse para debate (ROSEMBLUM, 2011).

²Segundo Rosenblum (2011), estas foram: o “Patriot Act,” de 2001; o “Enhanced Border Security and Visa Entry Reform Act”, de 2002; e o “Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act”, de 2004.

³Segundo Rosenblum (2011), essas restrições foram primeiramente apresentadas como parte do “Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act”, de 2004, mas não passaram, sendo reapresentadas no ano seguinte como o “Real ID Act”, que virou lei em 11 de maio de 2005, mas que, segundo Mittelstadt et. Al. (2011), só seria implementada a partir de 2013.

Segundo Rosenblum (2011), mesmo com o apoio de ambos os presidentes e de vários grupos de interesse, pouco progresso tem ocorrido na direção de uma reforma ampla da política de imigração. Ele ressalta que existe uma assimetria nas leis aprovadas entre 2006 e 2010, favorecendo o eixo do controle da imigração sobre os eixos da reforma do sistema de concessão de vistos e da legalização. Explica que a ênfase no controle da ilegalidade é uma resposta natural ao ataque terrorista e à história de duas décadas de tolerância a esta. Além disso, afirma também que as propostas nos eixos de concessão de vistos de trabalho e legalização encontraram resistência em virtude do contexto da crise econômica iniciada em 2008, que reduziu a oferta de trabalho no país.

Algumas das consequências para os imigrantes nesse cenário de mudança assimétrica na política de imigração que favorece o controle da irregularidade são (MITTELSTADT, 2011):

- a) redução do número de imigrantes ilegais nos Estados Unidos, de 12 milhões em 2007 para 11,1 milhões em 2009, principalmente graças à deportação e não à legalização. Em 2010, 387.242 imigrantes foram retirados do país, enquanto em 2002 foram retirados apenas 165.168;
- b) queda no número de apreensões nas fronteiras de 1,7 milhão em 2000 para 463.382 em 2010, em razão da melhoria do controle e do consequente aumento dos riscos de travessia para os imigrantes;
- c) aumento do apoio das autoridades estaduais e locais às iniciativas de controle do governo federal em relações de parceria, que restringem o acesso dos imigrantes irregulares ao trabalho, à habitação e a outros serviços;
- d) legislação restritiva a imigrantes irregulares em alguns estados americanos como Arizona, Alabama, Geórgia e Carolina do Sul.

A única mudança recente que favorece a permanência temporariamente regularizada de adolescentes e jovens imigrantes é o DACA, “*Deferred Action for Childhood Arrivals*”, que em tradução livre para o português significa “Ação Diferenciada para Chegadas na Infância.” Segundo relatório de Batalova (2014) avaliativo de dois anos do DACA, publicado pelo Migration Policy Institute (MPI), esse é um programa criado pelo presidente Obama em junho de 2012, para desafogar as demandas sobre o Department of Homeland Security (DHS), liberando-o para trabalhar em casos mais prioritários de deportação, assim como para manter jovens imigrantes irregulares na escola, aumentando sua perspectiva de integração e melhoria econômica. O programa oferece dois anos de autorização para trabalhar, assim como o direito a taxas de inscrição na universidade equivalentes ao que é cobrado dos residentes e documentação regular que inclui a carteira de motorista, negada a outros imigrantes irregulares. Após dois anos

de programa, o jovem imigrante que já está inscrito no DACA pode pedir renovação para mais dois anos (BATALOVA, 2014). Os critérios de inclusão de jovens imigrantes irregulares e de renovação no programa são apresentados nos Quadros 2 e 3.

Quadro 2- Critérios de inclusão de adolescentes e jovens adultos no DACA

- ter pelo menos 15 anos de idade;
- não ter completado 31 anos de idade até a data em que o programa foi criado (15 de junho de 2012);
- ter chegado aos Estados Unidos com menos de 16 anos;
- estar presente nos Estados Unidos na data da criação do programa;
- ter vivido continuamente nos Estados Unidos por pelo menos cinco anos na data de criação do programa;
- estar matriculado na escola, ter obtido um diploma da escola secundária (High School) ou ser um veterano honradamente dispensado das forças armadas ou da guarda costeira americana;
- não ter sido condenado por um crime, contravenção significativa ou três ou mais contravenções, e de qualquer outra forma não representar uma ameaça para a segurança pública ou a segurança nacional.

Fonte: BATALOVA, 2014

Quadro 3 - Critérios de renovação da inscrição de adolescentes e jovens adultos no DACA

- não ter deixado os Estados Unidos desde 15 de agosto de 2012 sem autorização prévia;
- ter residido continuamente nos Estados Unidos desde a última inscrição no programa DACA;
- não ter sido condenado por um crime, contravenção significativa ou três ou mais contravenções, e de qualquer outra forma não representar uma ameaça para a segurança pública ou a segurança nacional.

Fonte: BATALOVA, 2014

Em novembro de 2014, porém, o presidente Obama, por intermédio de Memorandum, flexibilizou os critérios do programa DACA, estendendo-o para aqueles que chegaram antes de 1º de janeiro de 2010, o que significa a inclusão de um grande número de jovens imigrantes que não entravam nos critérios anteriores. Além disso, foi criado o Programa DAPA, “*Deferred Action for Parents of Americans*”, que em tradução livre para o português significa “Ação Diferenciada para Pais de Americanos”, responsável por oferecer os mesmos benefícios do DACA para pais de crianças e adolescentes americanos. As inscrições para esses programas

estavam planejadas para serem iniciadas em 18 de fevereiro de 2015, mas uma corte federal emitiu uma proibição para o início dessas inscrições pelo U. S. Citizenship and Immigration Services (USCIS). Segundo informação enviada por e-mail para todos que se inscrevem no portal do USCIS para receber informações atualizadas, o Departamento de Justiça americano irá apelar dessa decisão temporária, mas o USCIS tem que cumprir o estabelecido até que a apelação seja concluída. Sendo assim, está adiado o processo de regularização temporária de muitos imigrantes irregulares adolescentes, jovens e seus pais (UNITED STATES CITIZENSHIP AND IMMIGRATION SERVICES, 2015).

A seção seguinte apresenta alguns dados que ajudam a ter uma ideia aproximada da população de crianças e adolescentes filhos de migrantes internacionais em alguns dos principais destinos do mundo, incluindo os Estados Unidos.

2.2 A migração internacional de crianças e adolescentes e seus direitos

O impacto dos movimentos migratórios internacionais sobre a organização das dinâmicas familiares e, conseqüentemente, sobre a vida de crianças e adolescentes em todo o mundo não é pequeno. O estudo desse impacto ganha relevância se tivermos em mente que a globalização econômica tenderá a aumentar a mobilidade humana e a diminuir as distâncias que separam os povos e os mercados de trabalhos nos quais estes se inserem internacionalmente, democratizando a migração internacional que não é feita apenas por pessoas de famílias socioeconomicamente privilegiadas. Pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica em diversas partes do mundo estão podendo optar por destinos internacionais mais distantes, incluindo a migração como um dos meios capazes de melhorar a sua condição de vida, e as populações de migrantes internacionais nos países mais afluentes estão ficando mais diversificadas, mesmo que ainda sejam predominantes os migrantes de países fronteiriços.

Apesar de ainda existirem lacunas que demandam pesquisas e dificuldades de dados que possam ser comparados entre os diversos países, o perfil da população imigrante adulta em todo o mundo tem sido historicamente mais pesquisado em virtude da tendência de ênfase nas análises sobre a imigração laboral.⁴ O mesmo não pode ser dito das especificidades das circunstâncias de vida da população imigrante constituída de crianças e adolescentes, que não

⁴Revisões das fontes e dificuldades metodológicas de estatísticas sobre a migração internacional laboral já vinham sendo produzidas desde o início da década de 1990 e um exemplo é o estudo de HOFFMANN, E. e LAWRENCE, S. para o período de 1994 e 1995 em 22 países, intitulado *Statistics on International Labor Migration: A Review of Sources and Methodological Issues* (ver referências).

têm sido suficientemente investigadas, assim como as vulnerabilidades vividas durante o processo migratório e suas perspectivas futuras.

Tanto a migração internacional laboral, quanto aquelas motivadas por catástrofes, conflitos internacionais e internos, que geram movimentos de refugiados e o tráfico de pessoas, impactam em todo o mundo a vida de crianças e adolescentes, inclusive daqueles que não chegam a migrar, mas são deixados em seus países de origem por pais migrantes.

Estudos como o de Behrmann e Shields (2004) e o de Parella (2007) começam a tratar qualitativamente das dinâmicas familiares em contexto de migração internacional, analisando as situações de crianças e adolescentes em famílias transnacionais. Outros, como o do Innocenti Research Center do United Nations Children's Fund (Unicef) (2009), começam a quantificar o número de crianças e adolescentes imigrantes em vários países e a chamar a atenção para a importância do cuidado oferecido a eles pelos países de destino, onde já representam uma porcentagem significativa das populações infanto-juvenis e com certeza virão a constituir uma boa parcela da força de trabalho desses países.

O relatório do Innocenti Research Centre da Unicef (2009) apresenta resultados de uma pesquisa sobre crianças de famílias imigrantes em oito países afluentes de destino. Nesse relatório, a Unicef considera como crianças imigrantes também aquelas nascidas no país de destino, filhas de imigrantes. Segundo ele, as crianças em famílias imigrantes são parcela significativa da população total de crianças nos países investigados: Itália (10,0%), Reino Unido (16,0%), França (17,0%), Holanda e Estados Unidos (22,1%), Alemanha (26,0%), Austrália (33,0%) e Suíça (39,0%). A porcentagem de crianças de pais imigrantes na população total de crianças é quase sempre maior que a porcentagem de imigrantes adultos na população total, pois esses últimos tendem a imigrar em idade reprodutiva, na fase de formação familiar. O relatório chama a atenção para a importância de se conhecer as circunstâncias de vida dessas crianças no país de destino, assim como para se ter uma noção de quais as perspectivas futuras para elas. Afirma ainda que esse conhecimento não é importante apenas para as crianças e suas famílias, mas também para os países onde aquelas podem vir a viver por décadas e até permanecer como cidadãs residentes ou naturalizadas.

Segundo o mesmo relatório (UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND, 2009), crianças em famílias imigrantes oriundas de países com renda baixa ou média são maioria

entre o total de crianças de famílias imigrantes. Na Itália, na Holanda, no Reino Unido e nos Estados Unidos elas representam mais da metade dessa população.⁵

Nos Estados Unidos 23,6% das crianças de famílias imigrantes estão em famílias oriundas de países de renda alta, enquanto 75,6% delas são oriundas de países de renda média e baixa (UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND, 2009).

Em seis dos oito países estudados⁶, crianças de famílias oriundas de países com renda baixa ou média são em sua maioria imigrantes de segunda geração, ou seja, nasceram nos países de destino (63,0% – 87,0%). Isso se dá porque a maioria dos seus pais ou imigraram na infância e adolescência ou em idade de formação familiar, constituindo suas famílias nos locais de destino (UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND, 2009).

O Mapa 1 ilustra a distribuição da população de crianças e adolescentes migrantes internacionais no mundo em 2013, segundo a United Nations Population Division (2013). Por intermédio dele é possível notar que a maior concentração dessa população está nos países do hemisfério norte, sendo que os Estados Unidos é um dos principais destinos.

A Figura 1 ilustra a composição da população de crianças e adolescentes filhos de migrantes internacionais nos Estados Unidos, sejam elas nascidas no país de origem ou de destino, segundo a origem dos pais. Nota-se que os filhos de imigrantes da América do Sul, que incluem os brasileiros, são uma proporção bem inferior à de outras origens. De fato, as crianças brasileiras não estão entre as nacionalidades mais presentes na população de crianças da maioria dos países investigados. A baixa representação de crianças e adolescentes brasileiros, entre os filhos de migrantes internacionais nos Estados Unidos, faz com que essa população, pequena em relação às outras, não seja mencionada em estudos internacionais que tratam das especificidades das circunstâncias de vida de cada uma das principais populações migrantes.

⁵Segundo o relatório da Unicef (2009), a classificação econômica dos países utilizada por eles é a do Banco Mundial publicada no Atlas do Desenvolvimento Global (Atlas of Global Development), cuja primeira edição é de 2007 e a última e quarta edição de 2013. Segundo o Atlas, o Banco Mundial classifica as economias dos países em renda baixa, renda média (grupo subdividido em baixa renda média e alta renda média) e alta renda, baseando-se na renda *per capita* nacional bruta (gross national income per capita). O relatório da Unicef foi baseado na primeira edição do Atlas, de 2007, no qual o Brasil consta como país de alta renda média, juntamente com o Chile, a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, dentre outros.

⁶ França, Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, Suíça e Itália

Mapa 1 -Número de imigrantes no grupo etário de 0 – 19 anos por país de residência 2013

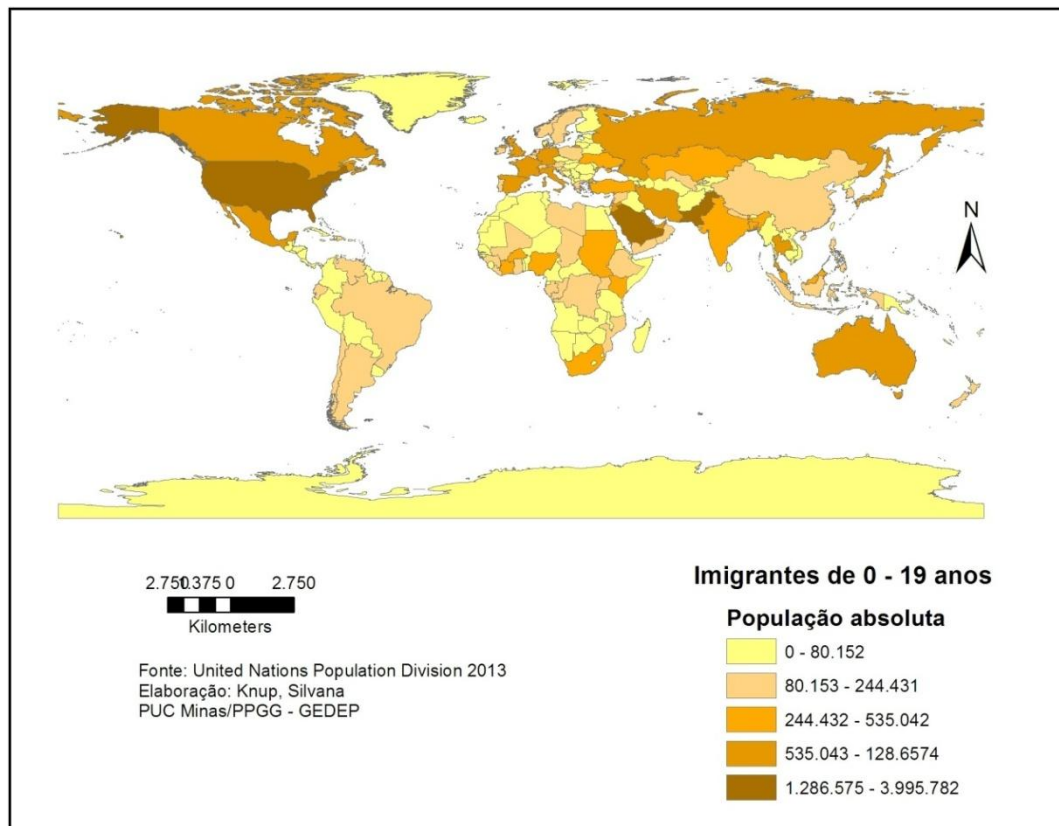
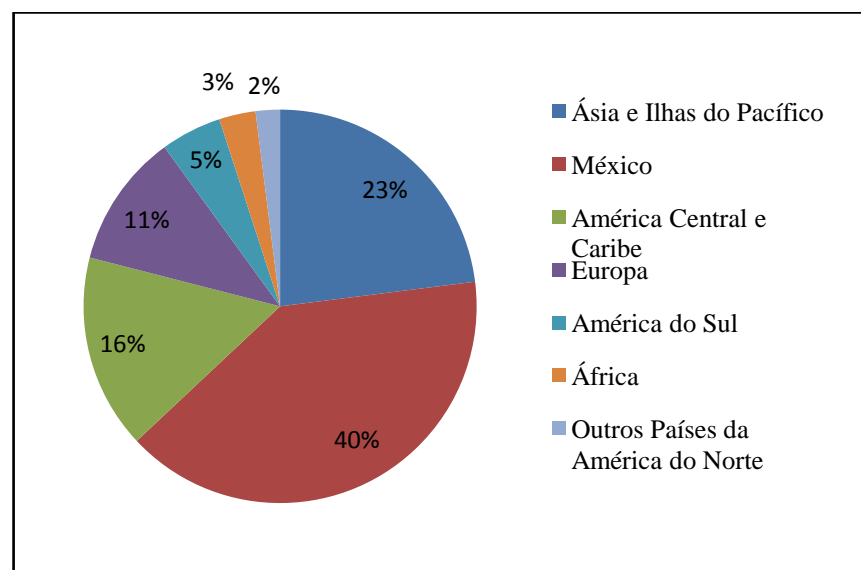


Figura 1 - Distribuição percentual das crianças e adolescentes, filhos de imigrantes nos Estados Unidos segundo o país e a região de origem dos pais – 2000



Fonte: BEHRMANN; SHIELDS, 2004.

A seção seguinte tratará de alguns marcos legais relevantes para esta pesquisa, tanto internacionais quanto brasileiros e americanos, que tratam dos direitos de crianças e adolescentes, investigando, dentro desses marcos, referências feitas aos seus direitos em situação de migração internacional.

2.2.1 Crianças e adolescentes como sujeitos de direito em desenvolvimento e a migração internacional

Crianças e adolescentes são seres em desenvolvimento dependentes de proteção especial somente há pouco tempo reconhecidos como tais, tanto internacionalmente quanto em alguns contextos nacionais. Estudos nas áreas da psicologia e da psiquiatria sobre a importância dos aspectos da convivência familiar no desenvolvimento físico e mental de crianças e adolescentes realizados internacionalmente a partir da década de 1940,⁷ influenciaram a formulação das convenções internacionais dos direitos dessa população, o que ocasionou o surgimento de marcos legais nos contextos nacionais que visam estabelecer as responsabilidades das famílias, da sociedade e dos estados na defesa e garantia dos direitos fundamentais para o bom desenvolvimento de crianças e adolescentes. Somente a partir do final da década de 1980 os direitos de crianças e seus responsáveis em situação de residência em países diferentes passaram a fazer parte dos marcos legais internacionais e, consequentemente, dos nacionais que se baseiam nos primeiros.

Em 1924, a primeira declaração dos direitos das crianças, também conhecida com Declaração de Genebra, foi elaborada pela Liga das Nações com cinco princípios que, pela primeira vez, reconheciam a existência de direitos específicos das crianças e a prioridade de assistência a elas em caso de desastres. Nessa declaração, nenhuma menção foi feita à mobilidade de crianças, adolescentes e seus responsáveis entre nações nem aos papéis específicos da família em seu desenvolvimento. Uma segunda declaração foi elaborada pelas Nações Unidas, em 1959, com dez princípios que pela primeira vez reconheceram a criança como sujeito de proteção especial, proteção essa estendida à sua mãe, além de considerar a importância da convivência familiar e do afeto dos pais para seu desenvolvimento, recomendando apoio do estado e da sociedade a famílias numerosas (UNICEF, 1959). O Quadro 4, a seguir, apresenta alguns desses princípios. Nessa declaração de direitos, mais uma

⁷Com seus estudos iniciados na década de 40, John Bowlby e mais tarde, sua pupila, Mary Ainsworth, desenvolveram a teoria do apego que revolucionou a forma de pensar sobre a relação da criança com sua mãe. Em 1950, Erik Erikson também trouxe grande contribuição para a psicologia sistêmica, com a publicação de “Childhood and Society” e outras publicações subsequentes que focam na formação da identidade do indivíduo em sua relação com a família e a sociedade ao longo dos estágios do ciclo de vida (PONTES et al, 2007)

vez nenhuma menção é feita à mobilidade de crianças, adolescentes e seus responsáveis entre nações.

Quadro 4 – Direitos das crianças garantidos na Declaração de Genebra de 1959

"Princípio 2º: A criança gozará **proteção especial e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios**, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade."

"Princípio 4º: A criança gozará os benefícios da previdência social".

"Terá direito a crescer e criar-se com saúde; para isto, **tanto à criança como à mãe, serão proporcionados cuidados e proteção especiais**, inclusive cuidados pré e pós-natais.

A criança terá direito à alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas."

Princípio 6º: Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão.

"Criar-se-á, sempre que possível, aos cuidados e sob a responsabilidade dos pais e, em qualquer hipótese, num ambiente de afeto e de segurança moral e material; salvo circunstâncias excepcionais, a criança de tenra idade não será apartada da mãe. À sociedade e às autoridades públicas caberá a obrigação de propiciar cuidados especiais às crianças sem família e àquelas que carecem de meios adequados de subsistência. **É desejável a prestação de ajuda oficial e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de famílias numerosas"** .

Fonte: UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND, 1959

Em 1989 foi elaborada pelas Organização das Nações Unidas a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, muito mais completa que as declarações anteriores, contendo 54 artigos que reconhecem a criança não mais apenas como sujeito de proteção especial, mas também como sujeito de direito. Isso significa que, além de reconhecer a condição vulnerável da criança como ser humano em desenvolvimento, que precisa de atenção e proteção especial de toda a sociedade, essa convenção reconhece a criança como cidadã, com o direito de participar dos processos decisórios que levam às mudanças sociais.

Vários dos artigos tratam dos direitos das crianças na possibilidade de afastamento dos pais, caso um deles ou ambos residam em outro país ou caso as crianças sejam refugiadas em um país estrangeiro. Ela também enfatiza a importância da convivência familiar e do respeito à etnia e à cultura da comunidade de origem das crianças, recomendando aos estados signatários que desenvolvam políticas de apoio familiar a famílias com crianças, visando ao seu sustento. Um dos artigos trata especificamente da importância de se permitir a reunificação familiar com diligência por meio de acordos bilaterais ou multilaterais entre os estados de origem e de destino da criança ou de seus responsáveis (ver Quadro 5).

Quadro 5 – Direitos das crianças garantidos na convenção internacional de 1989

ARTIGO 9.º

1 – Os Estados Partes garantem que a criança não é separada de seus pais contra a vontade destes, salvo se as autoridades competentes decidirem, sem prejuízo de revisão judicial e de harmonia com a legislação e o processo aplicáveis, que essa separação é necessária no interesse superior da criança. Tal decisão pode mostrar-se necessária no caso de, por exemplo, os pais maltratarem ou negligenciarem a criança ou no caso de os pais viverem separados e uma decisão sobre o lugar da residência da criança tiver de ser tomada.

2 – Em todos os casos previstos no n.º 1 todas as Partes interessadas devem ter a possibilidade de participar nas deliberações e de dar a conhecer os seus pontos de vista.

3 – Os Estados Partes respeitam o direito da criança separada de um ou de ambos os seus pais de manter regularmente relações pessoais e contactos directos com ambos, salvo se tal se mostrar contrário ao interesse superior da criança.

4 – Quando a separação resultar de medidas tomadas por um Estado Parte, tais como a detenção, prisão, exílio, expulsão ou morte (incluindo a morte ocorrida no decurso de detenção, independentemente da sua causa) de ambos os pais ou de um deles, ou da criança, o Estado Parte, se tal lhe for solicitado, dará aos pais, à criança ou, sendo esse o caso, a um outro membro da família informações essenciais sobre o local onde se encontram o membro ou membros da família, a menos que a divulgação de tais informações se mostre prejudicial ao bem-estar da criança. Os Estados Partes comprometem-se, além disso, a que a apresentação de um pedido de tal natureza não determine em si mesmo consequências adversas para a pessoa ou pessoas interessadas.

ARTIGO 10.º

1 – Nos termos da obrigação decorrente para os Estados Partes ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º, **todos os pedidos formulados por uma criança ou por seus pais para entrar num Estado Parte ou para o deixar, com o fim de reunificação familiar, são considerados pelos Estados Partes de forma positiva, com humanidade e diligência.** Os Estados Partes garantem, além disso, que a apresentação de um tal pedido não determinará consequências adversas para os seus autores ou para os membros das suas famílias.

2 – Uma **criança cujos pais residem em diferentes Estados Partes tem o direito de manter, salvo circunstâncias excepcionais, relações pessoais e contactos directos regulares com ambos.** Para esse efeito, e nos termos da obrigação que decorre para os Estados Partes ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º, os Estados Partes respeitam o direito da criança e de seus pais de deixar qualquer país, incluindo o seu, e de regressar ao seu próprio país. O direito de deixar um país só pode ser objecto de restrições que, sendo previstas na lei, constituam disposições necessárias para proteger a segurança nacional, a ordem pública, a saúde ou moral públicas, ou os direitos e liberdades de outrem, e se mostrem compatíveis com os outros direitos reconhecidos na presente Convenção.

Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989

A Convenção Internacional dos Direitos das Crianças influenciou a construção dos marcos legais dos direitos da criança nos contextos nacionais dos países signatários. Essa convenção foi ratificada pela quase totalidade dos Estados-membros das Nações Unidas com exceção da Somália e dos Estados Unidos.

O Brasil publicou em 1990, mesmo ano de publicação da Convenção, a primeira versão do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Desde então, o ECA já passou por inúmeras retificações que melhoram e detalham os direitos de crianças e adolescentes no território brasileiro. O direito à proteção de sua família natural e à convivência familiar e comunitária tem no ECA um capítulo inteiro como parte do primeiro livro, que trata dos direitos fundamentais. Porém, nesse capítulo, nenhuma menção específica é feita sobre como responsabilizar a família natural pela criança e como promover a convivência familiar em

situação na qual esta resida em país diferente do de um ou de ambos os seus pais, em virtude do fenômeno da migração internacional.

Também não está previsto no ECA como esses direitos podem ser garantidos no caso de uma criança nascer em outro país e residir em uma comunidade brasileira fora do Brasil, tendo dupla cidadania. Somente com base em denúncias de violação de direitos em contexto de migração internacional esses casos vêm à tona e podem ser avaliados judicialmente. Muito provavelmente, a ausência de denúncia deve deixar muitas crianças no Brasil e fora dele, à mercê de decisões familiares no âmbito da família extensa, que não garante seu direito ao contato direto com pais naturais (alienação parental) e ao alimento por parte destes (abandono financeiro), vínculos que o ECA tenta garantir mesmo em caso de colocação de crianças em família substituta ou em acolhimento institucional. Essas são situações de vulnerabilidade que não chegam aos juizados e que somente por meio de pesquisa com fim específico podem vir a ser identificadas.

Vale ressaltar, no caso do Brasil, que houve um período em que uma emenda constitucional, denominada Emenda Constitucional de Revisão n. 3, aprovada em 1994, deixou por alguns anos sem direito à cidadania brasileira, crianças, filhos de emigrantes brasileiros residentes em vários países. De acordo com essa emenda, crianças, filhos de brasileiros, nascidos no exterior, para obter a cidadania brasileira, teriam que vir a residir no Brasil e optar pela nacionalidade brasileira. Nasceu daí um movimento chamado “Brasileirinhos Apátridas”, em razão do fato de grande quantidade dessas crianças terem nascido em países com critério *jus sanguinis* de concessão de cidadania. Como eram filhos de brasileiros, permaneceram apátridas até 2007, quando a Emenda Constitucional 54/2007 lhes restituiu o direito à cidadania brasileira, como previsto originalmente na Constituição de 1988. A redação da nova emenda, como citada abaixo, garante aos nascidos no exterior, filhos de brasileiros, a cidadania, bastando apenas serem registrados em uma repartição brasileira competente (PAIVA E ALVARES, 2009).

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

.....

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. (PAIVA E ALVARES, 2009 p. 2)

Os Estados Unidos, apesar de não serem signatários da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e de não terem um instrumento único de defesa dos direitos destas, como o nosso ECA, têm uma história bem mais longa que a do Brasil de movimentos sociais e políticas voltadas para a infância e adolescência que não excluem os filhos de imigrantes internacionais, mesmo aqueles que estão na irregularidade. Yarrow (2009) traça essa história de 1900 até o presente, chamando a atenção, em algumas partes, para o reconhecimento do governo americano da importância da atenção às crianças imigrantes desde o século XIX, quando a imigração era ainda mais europeia.

Atualmente, os Estados Unidos garantem aos filhos de imigrantes que conseguem entrar no país, regular ou irregularmente, até os 18 anos, o mesmo tratamento dos nacionais no que diz respeito à educação e à saúde. Porém, não conseguem garantir a reunificação de todos os filhos com suas famílias. Os sistemas educacional, de saúde e de assistência social dos Estados Unidos acolhem crianças e adolescentes imigrantes irregulares que conseguem ingressar no país, sem distinção do seu *status* migratório. No sistema educacional o direito à gratuidade da educação é garantido até a conclusão do segundo grau e independe da renda dos pais. No sistema de saúde, o direito à gratuidade depende da renda dos pais e varia muito de estado para estado, pois cada um pode oferecer, além dos benefícios de saúde federais, benefícios nos sistemas estaduais de saúde. Estudo realizado por Siqueira (2013) com emigrantes de Governador Valadares sobre seu acesso aos serviços de saúde nos Estados Unidos demonstra bem as diferenças no acesso aos serviços em cada estado, apontando Massachusetts como um dos estados onde esse acesso é mais facilitado. É importante salientar, porém, que os cidadãos americanos de baixa renda também sofrem os mesmos constrangimentos dos imigrantes em relação ao atendimento gratuito na saúde. O sistema de saúde americano não tem como objetivo a universalização do atendimento, como tem o Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil, mas consegue atender aos imigrantes com uma qualidade de atendimento elogiada por muitos imigrantes brasileiros. Evidências que confirmam essa afirmação são fornecidas por entrevistas com os imigrantes em Governador Valadares e em Massachusetts, e apresentadas na seção cinco desta pesquisa.

O direito de crianças e adolescentes filhos de migrantes internacionais à reunificação familiar nos Estados Unidos está previsto na lei de imigração do país somente para aqueles imigrantes que já conquistaram a cidadania americana ou a residência permanente (HATCH, s.d.). Ainda assim, análises da exequibilidade da lei afirmam que a lentidão desse tipo de processo faz com que uma quantidade enorme destes seja acumulada sem resolução, muitas

vezes por período superior a uma década, tempo definitivamente não diligente em se tratando de vidas de crianças e adolescentes (MCKAY, 2003).

Segundo Hatch (s.d.), antes de 1965, a reunificação familiar para parentes próximos de imigrantes residentes nos Estados Unidos era feita de acordo com cotas estabelecidas segundo a nacionalidade, e preferência era dada a familiares naturais de países europeus, excluindo aqueles de outras nacionalidades. Em 1965 com a lei de imigração, o sistema de cotas por nacionalidade deu lugar ao um sistema menos discriminatório de categorias de preferência, que prioriza os parentes mais próximos dos imigrantes independentemente da nacionalidade destes.

Hoje a imigração por reunificação familiar corresponde a aproximadamente dois terços das imigrações legais e permanentes para os Estados Unidos (MCKAY, 2003). Porém, sabe-se que, diante da grande burocracia da imigração legal, a maior parte daqueles que migram para os Estados Unidos o fazem de forma irregular, buscando a regularidade após chegar ao território de destino.

Sendo assim, no contexto de migração internacional é comum a separação de pais e filhos por períodos longos e a manutenção dos vínculos familiares e a criação de vínculos comunitários fica então quase que totalmente sob responsabilidade das próprias famílias e das redes sociais criadas por estas, sem um sistema de garantia de direitos nos casos em que as famílias não consigam exercer o seu papel protetivo desses vínculos.

Crianças e adolescentes, em movimento de reintegração irregular ou deixadas no país de origem, passam por situações de vulnerabilidade impostas pelo processo migratório, além daquelas inerentes à sua natureza de ser em desenvolvimento, sem a devida proteção do Estado em muitas dessas situações, tanto para elas quanto para suas famílias.

Como nos contextos dos locais de origem as famílias de imigrantes na maior parte das vezes não estão dentre aquelas que se encontram em piores condições socio-econômicas, também não são alvo prioritário de políticas de assistência social e suas vulnerabilidades passam despercebidas ou ignoradas pelo Estado brasileiro.

2.3 Vulnerabilidade e resiliência na migração internacional: definições importantes

O termo vulnerabilidade tem sido utilizado em diversas áreas, como parte de diversas teorias e por isso tem diferentes significados baseados em pressupostos diversos. Cada pesquisador que utiliza o termo em uma pesquisa precisa então defini-lo para que seu conceito fique claro para o fim específico a que se destina.

Nesta pesquisa tratamos da exposição de crianças e adolescentes às circunstâncias de movimentos migratórios dos seus pais, que pode incluí-los ou não, mas que, independente da inclusão, pode colocá-los em situação de vulnerabilidade. Então, com que conceito de vulnerabilidade dialogamos nesta pesquisa?

Martha Finemann (2010) é uma ativista dos direitos humanos nos Estados Unidos que reflete sobre o conceito de vulnerabilidade chamando a atenção para a necessidade de um governo mais responsivo às vulnerabilidades das famílias em uma sociedade capitalista. Em sua reflexão ela analisa a responsividade do governo americano às necessidades de indivíduos e famílias vulneráveis afirmando que nos Estados Unidos o conceito de igualdade de direitos tem sido entendido como sinônimo de igualdade de tratamento. Segundo a autora, entender igualdade de direitos como sinônimo de igualdade de tratamento é um equívoco, pois assim se ignora o contexto de desigualdades em que os sujeitos de direito estão inseridos e se defende o mesmo tratamento para sujeitos em situação de desigualdade de poder e de acesso a oportunidades.

Buscando contrapor-se a esse equívoco, seu conceito de vulnerabilidade é construído de forma destacada das características individuais dos indivíduos subdividindo-os em subgrupos de gênero, raça e religião e estigmatizando-os como subgrupos vulneráveis e vitimizados. Ela argumenta a favor do reconhecimento de que todo ser humano é vulnerável e dependente. Portanto, **vulnerabilidade é universal**. Autonomia não é uma característica inerente do ser humano e só pode ser desenvolvida gradualmente com o apoio da família, apoiada pelos governos e instituições. A família não pode ser deixada sozinha para lidar com a vulnerabilidade e a dependência humana somente na vida privada. Além de ser uma característica universal, Martha Finemann (2010) argumenta que vulnerabilidade é uma característica **constante** do ser humano definida pela fragilidade do seu corpo e mente, sujeitos a serem atingidos a qualquer momento por acidentes naturais ou provocados pela ação da sociedade, além de simplesmente pela ação do tempo. Nossa vulnerabilidade física e mental nos leva às vulnerabilidades econômicas e relacionais que dificultam, destroem ou interrompem relações institucionais que nos sustentam e das quais dependemos.

A autora argumenta que a primeira instituição a ser atingida pela vulnerabilidade universal e constante do ser humano é a família, embora outros grupos também o sejam, gerando um acúmulo que confere à vulnerabilidade um caráter **complexo, cumulativo e multideterminado**. O sofrimento econômico e institucional acumulado na família atinge as novas gerações e pode se acumular em torno dos membros de grupos sociais e culturais, gerando um círculo vicioso que pode se estender por gerações e criar grupos especialmente vulneráveis, que são então definidos pela sociedade como tais, mas de forma estigmatizada, levando-se em consideração características como gênero, raça e religião.

Todo esse argumento da vulnerabilidade humana como **universal e constante**, com tendência a ser **cumulativa e transmitida**, tornando-se então **complexa e grupal**, é construído para chamar a atenção para a importância da necessidade de instituições governamentais e civis que não partam do princípio discriminatório de que a vulnerabilidade está associada somente às características individuais dos membros de determinados grupos, mas é imposta a eles pelos sistemas sociais nos quais os recursos necessários à construção da autonomia humana, são distribuídos de forma desigual. Esse conceito requer um governo mais responsivo e instrumentalizado para a minimização dos aspectos do sistema que criam vulnerabilidades individuais e institucionais, começando pela atenção à família como primeira instituição a ser atingida pela vulnerabilidade inerente aos seus membros.

No Brasil Ignácio da Silva et al (2013) construíram uma matriz analítica da vulnerabilidade específica de crianças e adolescentes que vivenciam experiências adversas no seu desenvolvimento. Essa matriz tem como foco a experiência de situações adversas como um agravante da vulnerabilidade inata ao ser humano, a qual Martha Fineman chama a atenção. Nela ele subdivide a vulnerabilidade em vulnerabilidade individual, vulnerabilidade social e vulnerabilidade programática. Em cada um desses aspectos ele elenca elementos necessários ao desenvolvimento da criança que auxiliam na análise da situação de vulnerabilidade vivida. Os aspectos da vulnerabilidade e os elementos que devem ser observados são os apresentados no Quadro 6.

. Esta pesquisa adota essa matriz para a análise das vivências de experiências adversas por crianças e adolescentes no processo de migração internacional, com ênfase nos aspectos da vulnerabilidade individual e social, mas não deixando de tecer algumas considerações sobre a vulnerabilidade programática nos dois contextos nacionais, Brasil e Estados Unidos.

Quadro 6– Matriz analítica das vulnerabilidades de crianças e adolescentes

Vulnerabilidade individual	Relações sustentadoras contínuas	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura familiar • Laços afetivos para com a criança • Estabelecimento de limites, organização e expectativas • Experiências adequadas ao desenvolvimento infantil
	Proteção física e segurança	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento pré-natal • Tipo de parto e idade gestacional • Condições fisiológicas da criança • Cuidado com a saúde e prevenção de agravos à criança • Padrão alimentar para a criança • Exposição a agentes ou situações danosas
Vulnerabilidade social	Inserção social da família	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de escolaridade dos cuidadores • Nível de escolaridade e qualificação profissional do chefe da família • Acesso ao trabalho • Renda familiar per capita • Condições habitacionais da família
	Acesso aos direitos à proteção e promoção social	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso à saúde • Acesso às instituições socioeducacionais • Acesso à proteção social básica e especial • Acesso à cidadania • Acesso à recreação, ao lazer e a cultura • Acesso à igualdade de raça, gênero e crença religiosa • Acesso à participação política
Vulnerabilidade programática	Cenário político-programático	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso político • Sustentabilidade institucional e material das políticas • Recursos humanos e materiais • Definição de políticas específicas para o desenvolvimento infantil • Atividades intersetoriais • Responsabilidade social e jurídica dos serviços • Controle social do planejamento e execução das políticas
	Diretrizes e implementação político-programática	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura dos programas de atenção e proteção à saúde materno-infantil • Capacidade dos serviços em prover atenção integral

Fonte: IGNÁCIO DA SILVA, Daniel et al, 2013.

Assim como está colocado por Martha Finemann (2010) que o ser humano possui uma vulnerabilidade inata, estudos da psicologia e de outros campos do conhecimento, têm analisado também a capacidade inata de resiliência do ser humano, que o faz não só sobreviver a situações adversas, mas adquirir força por meio dessas vivências, utilizando-as para prosperar e alcançar objetivos que são construídos e reconstruídos ao longo de suas vivências.

Segundo VanBreda (2001) os estudos que apresentam modelos teóricos em torno do tema da resiliência começaram a ser desenvolvidos há aproximadamente setenta a oitenta anos, mas vêm ganhando espaço maior nas últimas três décadas, assim como ampliando seu campo de análise da resiliência individual para a resiliência na família, na comunidade, no ambiente de trabalho (institucional) e nas políticas públicas.

Nesta pesquisa o exame das estratégias de resiliência das crianças e adolescentes, assim como de suas famílias, é importante porque estas estão relacionadas às vulnerabilidades por elas vividas no processo migratório e nos ajudam a compreender como e porque, mesmo vivendo situações adversas, essas crianças, adolescentes e famílias, na maior parte das vezes, conseguem superá-las e atingir os objetivos construídos e reconstruídos ao longo do processo migratório. A compreensão do impacto das vulnerabilidades nessas famílias e suas estratégias de resiliência ajudam-nos a pensar ações programáticas de minimização dessas vulnerabilidades e de fortalecimento da resiliência.

O psicólogo francês Cyrulnik apresenta em seu livro *Resilience* (2011) uma definição de resiliência publicada em 1998 que passou a ser utilizada nas ciências sociais desde então:

Habilidade de progredir, de viver e desenvolver-se de forma positiva e socialmente aceitável, apesar do estresse ou adversidade que normalmente levaria a uma real possibilidade de um resultado negativo (CYRULNIK, 2011, p 5).⁸

Ele afirma que crianças resilientes e que vivenciam situações adversas começam logo cedo a utilizar mecanismos internos de defesa. Alguns desses mecanismos de defesa são: desenvolvimento do senso de humor, permitindo-se rir e brincar a respeito de experiências adversas (negação do sofrimento); criar fantasias e sonhar acordado com um futuro melhor (esperança); dividir o seu ego em dois, um socialmente aceitável e outro ego oculto, que se apresenta de maneira muitas vezes surpreendente; afastar-se e desapegar-se de relações que são difíceis etc. Entre jovens e adultos o autor identifica como uma estratégia de resiliência, além daquelas desenvolvidas na infância, a participação e o desenvolvimento de habilidades de liderança em ações e em movimentos políticos e sociais relacionados às situações adversas pelas quais passaram e que beneficiam pessoas que passam por experiências similares.

Sendo assim, ele conclui que resiliência é um processo natural de autocura que pode ser longo. Num primeiro momento, a criança sente apenas dor, mas ao longo de seu desenvolvimento, com seus mecanismos de defesa individuais, ela vai promovendo para si

⁸Minha tradução. Definição extraída por Cyrulnik (2011) de S. Vanistendael, Clés pour devenir: la résilience (conference “Les Vendredis de Châteaueuvallon,” Nov, 1998), Les Cahiers du BICE, Geneva: Bureau International Catholique de l’Enfance, 1996, p. 9.

mesma um processo de cura cujo resultado só será percebido ao se aproximar da vida adulta. O sucesso desse processo dependerá dos encontros emocionais e sociais ao longo do ciclo de vida, que se positivos podem ajudar, e se negativos podem atrapalhar. Nesse sentido, o contexto da convivência familiar e comunitária é fator importante na determinação do sucesso dessa autocura.

Sendo assim, todos os elementos ou recursos elencados na matriz analítica da vulnerabilidade individual e social de crianças e adolescentes por Ignácio et al (2013) são fatores determinantes de resiliência, caso estejam presentes, ou de vulnerabilidade, caso estejam ausentes.

É entendendo então que a cada vivência de vulnerabilidade se associa uma estratégia individual ou grupal de resiliência que esta pesquisa se desenvolve e analisa a existência da vulnerabilidade e o processo de proteção ou cura dos danos causados por ela, utilizando a mesma matriz de análise apresentada por Ignácio da Silva et al (2013).

2.4 As teorias que explicam o apego à família e ao lugar e o desenvolvimento da identidade

Como o objeto desta pesquisa são as mudanças nas famílias e comunidades decorrentes da migração internacional e as vulnerabilidades que as crianças e adolescentes vivem decorrentes dessas mudanças, duas teorias da psicologia sistêmica e uma breve revisão de teorias da geografia são utilizadas como referencial para se entender o impacto da migração internacional na convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente e consequentemente o seu apego e integração ao lugar em que vivem.

A primeira delas é a Teoria do Apego, criada por John Bowlby (2002), e que trata principalmente do impacto das perdas de laços afetivos quando mudanças ocorrem na composição da família por morte ou separação por qualquer razão.

A segunda é a teoria do desenvolvimento da identidade, de Erick Erickson (1959), que descreve os estágios do desenvolvimento da identidade do ser humano e lista quais os elementos importantes para cada estágio que devem ser providos pela família, pela comunidade e pelo Estado.

Na breve revisão das teorias da geografia sobre o apego ao lugar, examinamos a teoria desenvolvida pelo geógrafo Y Fu Tuan (1983), uma publicação clássica que explica o apego que o ser humano desenvolve pelos lugares que vivencia, desenvolvendo um sentimento de

pertencimento ou de não pertencimento que depende dessa vivência. Além disso, examinamos uma revisão dos geógrafos David Seamon e Jacob Sowers (2008), sobre um trabalho do geógrafo Eduard Relph, intitulado “*Place and Placelessness*” de 1976, que trata sobre o mesmo tema desenvolvido por Y Fu Tuan. Uma breve revisão dos trabalhos da geografia sobre o lugar, feita pelo geógrafo Tim Cresswell (2009), também é incluída por apresentar uma análise sobre os novos sentidos do lugar em contexto de globalização e aumento da mobilidade do ser humano.

Uma das principais vulnerabilidades vividas por crianças e adolescentes no processo de migração internacional é a perda de contato com o pai e/ou a mãe migrante, afetando temporária ou definitivamente os vínculos afetivos com estes.

A teoria do apego desenvolvida por John Bowlby (2002) ajuda a entender essa situação de vulnerabilidade e suas consequências para a criança, o adolescente, suas famílias e suas comunidades de origem e destino, pois estuda crianças em contexto de perdas definitivas ou de separações temporárias de seus pais. Também explica reações comuns no reencontro com os pais ou no desenvolvimento de apego com pessoas que substituem os pais, sejam elas da família extensa ou não.

John Bowlby foi um psicanalista inglês especialista em psiquiatria infantil que estudou a relação da criança com sua família na figura de seus cuidadores principais. Após a Segunda Guerra Mundial, em 1950, Bowlby foi convidado a assessorar a Organização Mundial de Saúde – OMS na área de saúde mental de crianças sem lar, porque desde 1948 já vinha, junto com outros pesquisadores, se engajando no que, segundo ele, “pretendia ser uma investigação sistemática do problema dos efeitos da separação da mãe nos primeiros anos da infância sobre o desenvolvimento da personalidade” (BOWLBY 2002, Volume 1, p. XII). Bowlby é um defensor da ideia de que o nível de sensibilidade dos cuidadores às necessidades da criança em sua primeira infância gera um comportamento de apego que com o tempo é interiorizado por esta e se transforma em um padrão de apego que tende a ser estável. Esse padrão de apego construído na infância influenciará as relações de apego desenvolvidas pelo adolescente e pelo adulto ao longo do seu ciclo de vida. Com isso, Bowlby estabeleceu uma teoria que explica a formação do apego na infância, mas cujos desenvolvimentos posteriores por outros pesquisadores, investigam seu impacto nas relações de apego do adulto e na transmissão intergeracional dos padrões de apego (DALBEM e DELL’AGLIO 2005).

Segundo Dalbem e Dell’aglio (2005) apud Cortina e Marrone (2003), a teoria do apego “organiza o comportamento humano em termos de um sistema motivacional”,

estudando o "movimento individual de uma pessoa em direção a múltiplas outras", o que faz com que essa teoria seja considerada “uma teoria relacional das interações sociopsicológicas”.

O principal diferencial da teoria do apego de John Bowlby em relação a outros pesquisadores do mesmo tema que desenvolveram teorias antes dele é o fato de ele provar que o apego é um mecanismo básico do ser humano, biologicamente programado, necessário à sua sobrevivência, ao seu desenvolvimento e à sua saúde, assim como o mecanismo da alimentação e da sexualidade e independente desses últimos. Seu papel envolve o conhecimento de que uma figura de apego está disponível e oferece respostas, proporcionando um sentimento de segurança que é fortificador, permitindo que o indivíduo evolua, que explore seu mundo com segurança e autoconfiança, sabendo que em situação de perigo ele tem uma figura de apego para a qual retornar.

A teoria do apego de Bowlby (2002) está publicada em uma trilogia. No primeiro volume, denominado “*Apego: natureza do vínculo*”, ele discute a natureza do vínculo da criança com seus cuidadores principais e como este se desenvolve ao longo do tempo. No segundo volume, “*Perda: tristeza e depressão*”, ele explica como a criança e o adolescente reagem à perda de um dos pais, dando atenção às perturbações emocionais que podem ocorrer em decorrência dessa perda. Finalmente, no terceiro volume, denominado “*Separação: angústia e raiva*” ele explica as consequências da separação involuntária de um dos pais para o desenvolvimento emocional da criança, do adolescente e até do adulto jovem.

No prefácio do primeiro volume de sua trilogia Bowlby (2002) afirma:

De fato, sustentamos a opinião de que as reações de protesto, desespero e desapego, que ocorrem quando uma criança de mais de seis meses é separada de sua mãe e entregue ao cuidado de estranhos, devem-se principalmente à perda da assistência materna nesse estágio altamente dependente e sumamente vulnerável do desenvolvimento. Com base na observação empírica sugerimos que a avidez da criança pelo amor e a presença da mãe é tão grande quanto a fome de alimento, e que, consequentemente, sua ausência gera inevitavelmente um poderoso sentimento de perda e raiva. (BOWLBY 2002, Volume 1 p. XII)

Além do pressuposto de que o sistema de apego independe dos outros sistemas que garantem a sobrevivência do ser humano como a alimentação e a sexualidade e é tão importante quanto estes, os outros principais pressupostos da teoria do apego de John Bowlby são:

- a) o desenvolvimento do ser humano é um fenômeno multi-determinado que sofre influência não só de variáveis individuais do sujeito, mas também de variáveis do contexto em que o indivíduo se insere, incluindo, além de elementos físicos, os simbólicos de seus vínculos relacionais e sociais primordiais;
- b) o apego da criança com seus cuidadores principais na infância se desenvolve por meio de um conjunto de sinais inatos do bebê que demanda proximidade e da sensibilidade e responsividade dos cuidadores a esses sinais;
- c) com o passar do tempo, vínculos se estabelecem entre a criança e os cuidadores criando o que Bowlby chamou de modelos internos de funcionamento ou padrões de apego;
- d) os padrões de apego construídos na infância afetam os padrões de apego do indivíduo ao longo do seu ciclo de vida;
- e) os padrões de apego são transmitidos intergeracionalmente, pois o nível de sensibilidade e responsividade do cuidador aos sinais de demanda de proximidade e cuidado da criança são determinados pelas experiências de apego dos cuidadores que teve em sua vida;
- f) o padrão de apego de um indivíduo tende a ser estável, mas não é estático. Ao longo do ciclo de vida, em virtude de mudanças na família e em outras relações, o padrão de apego de um indivíduo pode sofrer mudanças, com efeito positivo ou negativo para o seu desenvolvimento e o desenvolvimento de suas relações. Isso porque durante o ciclo de vida o ser humano se torna mais complexo e sua identidade deixa de estar vinculada apenas aos vínculos familiares.

No primeiro volume, Bowlby (2002) classifica os padrões de apego desenvolvidos no primeiro ano de vida de uma criança em três, segundo ele mesmo descreve e é apresentado no Quadro 7.

Para Bowlby (2002), os padrões A e C são padrões inseguros de apego, típicos de crianças que não desenvolveram no primeiro ano de vida a confiança de que suas mães estarão com elas quando precisarem dela. Bowlby (2002) explica que esses padrões desenvolvidos no primeiro ano de vida da criança, após serem internalizados por ela, além de se estenderem para outras pessoas de suas relações familiares, tendem a permanecer estáveis a não ser em caso de grandes mudanças na vida da criança.

Quadro 7– Padrões de apego da criança segundo a teoria do apego de Bowlby

<p>“Padrão A – Ansiosamente apegados à mãe e esquivos” – este é o padrão observado em crianças que após uma separação involuntária da mãe, ao reencontrar com ela, mostram-se preocupados com a possibilidade de um outro afastamento, mas evitam contato com a mesma. Crianças com este padrão de apego depois de um afastamento da mãe, tendem a tratar um estranho de modo muito mais amistoso do que o fazem com ela após seu retorno.</p> <p>“Padrão B –Seguramente apegados à mãe” – este é o padrão observado na maioria das crianças. Mostram-se ativas na interação com outras pessoas na ausência da mãe. Mesmo demonstrando desconforto com sua ausência, quando reconfortados com sua presença não demonstram receio de uma outra separação e voltam imediatamente a interagir normalmente com outras pessoas.</p> <p>“Padrão C – Ansiosamente apegados à mãe e resistentes” - este é o padrão observado em crianças que oscilam entre a busca do contato com a mãe e a resistência ao contato com ela. Além de demonstrarem grande ansiedade na ausência da mãe, alguns demonstram raiva e cólera e outros são mais passivos, evitando interagir com outras pessoas no período de ausência da mãe. Quando suas mães retornam, procuram-na ansiosamente, mas demonstram desconforto no contato com ela.</p>

Fonte: BOWLBY, John, 2002v 1 p. 419

Nas próprias palavras de Bowlby (2002):

Ao completar o primeiro aniversário, mãe e bebê realizaram comumente tantos ajustamentos em resposta um ao outro que o padrão resultante da interação já se tornou extremamente característico [...] É evidente que quanto mais satisfatório o padrão de interação por um par proporcionar a cada parceiro, mais estável ele será [...] Entretanto, quer seja satisfatório ou insatisfatório para os parceiros, qualquer que seja o padrão de interação elaborado por um par durante o primeiro ano tende a persistir [...] Mesmo assim, existem provas abundantes de que padrões persistentes e aparentemente estáveis de interação entre a mãe e o bebê podem ser materialmente modificados por eventos que ocorrem em anos subseqüentes [...] O nascimento de um novo bebê ou um período de separação entre a criança e a mãe criam seu próprio desequilíbrio, e um ou outro evento pode ser uma ocasião para alterar de tal modo o comportamento de um outro membro do par que o padrão de interação entre eles será radicalmente mudado para pior [...] Tudo o que isso significa é que, para a maioria dos pares mãe e bebê, está presente, a essa altura, um padrão que tem boas possibilidades de persistir. (BOWLBY 2002 Volume 1 p. 432-433)

Bowlby (2002) repetidamente afirma que:

O comportamento de apego não desaparece com a infância, mas persiste durante a vida inteira. Figuras antigas ou novas são selecionadas e mantêm-se com elas a proximidade e/ou a comunicação. Enquanto o resultado do comportamento continua sendo virtualmente o mesmo, os meios para obtê-lo tornam-se cada vez mais diversos. Quando uma criança mais velha ou um adulto mantêm o apego a uma outra pessoa, o fazem diversificando seu comportamento de modo a incluir não só os elementos básicos do comportamento de apego presentes no primeiro aniversário mas, além disso uma variedade crescente de elementos mais refinados. (BOWLBY 2002 Volume 1 p. 435)

Apesar de esta pesquisa não ter o objetivo de classificar crianças e adolescentes segundo os padrões de apego da trilogia de Bowlby, pode-se extrair dela importantes conclusões aplicáveis à análise dos depoimentos das crianças, dos adolescentes, de seus

responsáveis e de instituições comunitárias nas pesquisas de campo realizadas em Governador Valadares e Boston. A migração internacional, que impõe a separação temporária ou definitiva de crianças dos seus pais, é um evento que modifica os padrões de relacionamento em uma família e gera vulnerabilidades temporárias ou definitivas com as quais esta tenta lidar de maneira mais ou menos privada, a depender do seu nível de interação com a comunidade com a qual se relaciona na origem e no destino.

Erik Erikson (1959), psicoterapeuta alemão que enfatiza em seus trabalhos o impacto da sociedade e dos aspectos sociais no desenvolvimento da criança e do adolescente, elaborou uma teoria do desenvolvimento da identidade do ser humano, segundo a qual, este passa por oito estágios de vida ilustrados pelo Quadro 8, na página a seguir (FLEMING 2004).

Quadro 8– Os oito estágios da vida de Erik Erikson

Estágios	Crise Psicossocial	Virtude	Área de Relacionamentos Significativos
1. Primeira infância (até 2 anos)	Confiança básica X Desconfiança básica	Esperança	Figura materna ou substituta
2. Infância (2 a 3 anos)	Autonomia X Vergonha e Dúvida	Vontade	Figura paterna
3. Idade Lúdica (3 a 5 anos)	Iniciativa X Culpa	Propósito	Família básica
4. Idade Escolar (6 a 12 anos)	Atividade X Inferioridade	Competência	Vizinhança, Escola
5. Adolescência (12 a 18 anos)	Identidade X Confusão de Identidade	Fidelidade	Grupos de parceiros ou grupos externos, Modelos de liderança
6. Juventude (19 a 35 anos)	Intimidade X Isolamento	Amor	Parceria na amizade, sexo, competição, cooperação
7. Idade Adulta (35 a 65 anos)	Reprodutividade X Estagnação	Dedicação	Divisão de trabalho e partilha da moradia
8. Velhice (após 65 anos)	Integridade X Desespero	Sabedoria	“O Gênero Humano” “O meu tipo”

Fonte: LIN, Mathew et al, 2001

A infância e a adolescência ocupam os primeiros cinco estágios. Até o terceiro estágio a identidade da criança está vinculada à sua relação com os pais e a família. A partir dos 6 anos, a criança começa a estabelecer vínculos com sua comunidade por meio da relação com a escola e sua vizinhança, ampliando gradualmente o leque de vínculos externos à família até a sua vida adulta. Em cada um dos estágios, o ser humano cresce estimulado pelo que Erik Erikson (1959) chamou de crises psicossociais e, ao passar por cada uma dessas

crises, que moldam sua personalidade, desenvolve virtudes importantes para sua relação com o mundo. Sequelas nas relações em cada uma dessas fases podem dificultar sua passagem pelas fases seguintes, consequentemente dificultando seu desenvolvimento.

As crises psicossociais para as quais Erik Erikson (1959) chama a atenção não ocorrem apenas nas fases a que ele as relaciona. Elas ocorrem durante todo o ciclo de vida, mas as fases que estas estão relacionadas no quadro são as mais importantes para o desenvolvimento de cada virtude a elas associadas. Portanto, uma boa convivência com um filho pode ser alcançada após um período de ausência temporária na fase inicial da vida deste, de forma que o filho pode até ser ensinado a entender a decisão de migrar de uma mãe ou um pai, vindo a desenvolver com ele um vínculo sadio, mas a aquisição da confiança básica para lidar com o mundo e suas relações sociais, que é principalmente adquirida na primeira infância, pode ser prejudicada levando-o a ter mais dificuldades em suas relações ao longo de sua vida.

Essas perdas afetivas, que têm consequências subjetivas e de difícil percepção em uma fase inicial da vida da criança, vão começar a ser sentidas por algumas famílias, na adolescência, ou fase 5, quando o indivíduo começa a expressar sua identidade ou a falta dela na relação com o mundo externo à família, demonstrando ser autoconfiante em escolhas que terão impacto em toda sua vida adulta ou dificuldade de fazer suas escolhas e de ser fiel a elas.

No estudo da migração internacional e de seu impacto sobre crianças e adolescentes, essas duas teorias podem contribuir para explicar como estes, ao passar por perdas afetivas decorrentes das separações impostas pela migração internacional, podem ter seus padrões de apego na vida adulta influenciados por essa experiência. Elas também podem ajudar a explicar como esses padrões podem influenciar na sua motivação para migrar ou não ao longo do seu ciclo de vida, vindo a determinar localmente uma cultura de migração internacional, como pode ser observado por estudos já realizados em Governador Valadares (SIQUEIRA, 2009).

Por cultura de migração internacional, no caso de Governador Valadares, estamos falando da tendência, existente na sociedade dessa localidade, de seus membros buscarem fora dela os meios dos quais precisam para sobreviver e até ascender socialmente nela após o retorno. Numa sociedade com essa tendência os indivíduos aprenderam, por exemplo na própria família e na comunidade com a qual convivem, que esse é o lugar de apego familiar e comunitário, mas, nesse mesmo lugar, não é possível melhorar a sua qualidade de vida nem a daqueles a quem se tem apego (SIQUEIRA, 2009). Lima (2012) em sua pesquisa com imigrantes retornados da Grande Boston conclui que faz parte da cultura de migração

internacional do Vale do Rio Doce migrar para escapar de dificuldades nas relações interpessoais e problemas emocionais. Em suas palavras:

Relacionada com a cultura da imigração está a tentativa de resolver problemas interpessoais e emocionais mudando-se. Isso é comum para a maioria dos entrevistados. Quando não sabe como lidar com uma dor emocional a população dessa região encontra na cultura comum a fantasia para escapar mudando-se para os EUA para resolver os seus problemas, assim como nós já ouvimos falar sobre pessoas que se juntavam à Legião Estrangeira Francesa tentando esquecer um amor perdido (LIMA, 2012 p. 225).⁹

Seja qual for o motivo da migração, após vivenciarem tantas partidas e retornos de pessoas queridas e mudanças constantes na forma de conviver com elas, desenvolve-se um desapego pela convivência presencial. Aprende-se a cultivar laços de convivência transnacional que depois de um tempo são incorporados aos seus padrões de relacionamento com as pessoas e o lugares. Relacionar-se à distância passa a ser um padrão de relacionamento familiar e comunitário transmitido intergeracionalmente.

Com base na teoria do apego e da formação da identidade, brevemente descritas acima, podemos ter como hipótese que pais migrantes internacionais aprenderam a ter certo desapego da convivência familiar e comunitária, necessário para se fazera opção de prover materialmente uma família por intermédio do movimento migratório. Diante da falta de oportunidade local para esse provimento, optam pela migração. Nesse movimento satisfazem uma demanda material do desenvolvimento de seus filhos, mas, dependendo de como planejam esse movimento, das condições que encontram no local de destino e da forma como conduzem a convivência na transnacionalidade, ele pode trazer custos afetivos e emocionais para seus filhos. Alguns ignoram que a perda da convivência familiar com os pais, seja ela temporária ou definitiva, se não administrada de forma a ter uma substituição à altura do convívio com estes, pode ter impactos negativos no desenvolvimento infanto-juvenil e consequentemente na habilidade do adulto de estabelecer relações sadias com sua família, assim como com sua comunidade (lugar de afeto e trabalho).

Na geografia, onde o espaço e o lugar são estudados, muito autores tratam de seus conceitos, do desenvolvimento da forma como são entendidos na geografia, da relação do homem com estes e da influência destes sobre suas culturas (BUTTIMER; SEAMON, 1980; TUAN, 1983; GRAHAM, 1998; SANTOS, 2006; SEAMON; SOWERS, 2008; CRESSWELL, 2009).

⁹Minha tradução

A geografia cultural trata do espaço e do lugar como conceitos socialmente construídos pelo ser humano em suas relações sociais e econômicas. O livro “*Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*” do geógrafo Y Fu Tuan (1983) foi especialmente selecionado para subsídio da geografia nesta pesquisa não só por tratar do espaço e do lugar de uma perspectiva da experiência, mas por também dar ênfase, em um de seus capítulos, à experiência da criança com o lugar, descrevendo como essa relação se desenvolve, inclusive no seio da família, por meio da figura materna, afirmada por ele como o primeiro lugar da criança. Porém serão aqui incluídos também dois outros trabalhos elaborados por Seamon e Sowers (2008) e Cresswell (2009), por trazerem novos elementos importantes para o sentido do lugar na geografia em contexto de maior mobilidade com a globalização.

O trabalho de Y Fu Tuan (1983) trata do apego do ser humano ao seu lugar e de sua relação de cuidado com ele, diferenciando-o de qualquer outro espaço, corroborando o que as teorias do apego de Bowlby (2002) e do desenvolvimento da identidade de Erick Erikson (1959) afirmam em relação ao apego entre pessoas. A vivência de uma relação afetiva entre o indivíduo e o espaço é necessária para a criação dos vínculos do primeiro com o segundo, fazendo com que o espaço venha a ser um lugar para o primeiro. Esse livro, e em especial seu terceiro capítulo, é bastante útil como subsídio para o trabalho de análise da relação da criança migrante com sua comunidade, como lugar.

Segundo Y Fu Tuan (1983) o lugar é um espaço menor e geograficamente próximo de nós, conhecido por intermédio da experimentação, que se torna íntimo e afetivo, onde nos sentimos seguros, em contraste com o espaço maior que nos é apresentado por meio de outras formas de conhecimento que não envolvem experimentação, como os estudos da geografia e a mídia em geral. Desejamos conhecer o espaço maior, mas estamos ligados ao lugar. À medida que nos movimentamos e experimentamos novos espaços, vamos acrescentando novos lugares ao nosso espaço maior e isso nos dá mais liberdade espacial e intelectual, mais mobilidade, pois reduzimos os nossos medos em relação ao espaço maior, além de adquirirmos mais conhecimentos geográficos e culturais. Sentimo-nos ampliados ao conhecer novos espaços e sermos parte de mais lugares. Nas palavras de Y Fu Tuan:

Espaço e lugar são termos familiares que indicam experiências comuns. O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria. (Y FU TUAN, 1983 p. 3)

Na experiência, o significado de espaço sempre se funde com o de lugar. ‘Espaço’ é mais abstrato do que ‘lugar’. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. (Y FU TUAN, 1983 p. 6)

A condição para que um espaço se torne íntimo e afetivo é uma boa vivência com ele, que inclui uma boa convivência comunitária com os grupos humanos que o ocupam. Ao se sentir incluído, cuidado, valorizado em uma comunidade, tendo as suas necessidades básicas materiais e afetivas satisfeitas, o homem elege aquele espaço como lugar.

Segundo Seamon e Sowers (2008), o geógrafo Eduard Relph em 1976, com seu livro intitulado “*Place and Placelessness*” desenvolveu uma teoria que define lugar para um ser humano como uma dialética fundamental que consiste de uma combinação de intensidades de sentimentos de pertencimento (*insideness*) e não pertencimento (*outsidness*). Segundo eles:

O sentido mais forte da experiência de lugar é o que Relph chamou de pertencimento existencial, uma situação existencial profunda de imersão autoconsciente no lugar e uma experiência que a maioria das pessoas percebe quando está em casa, em sua própria comunidade e região. O oposto de pertencimento existencial é o que ele chama de não pertencimento existencial, uma sensação de estranheza e alienação, como a que muitas vezes é sentida por recém-chegados a um lugar ou por pessoas que, depois de ter sido afastadas do seu local de nascimento, voltam e sentem-se estranhos porque o lugar não é mais o que era quando eles o conheceram anteriormente. (SEAMON e SOWERS 2008, p. 45)¹⁰

Nesse livro Relph (1976) construiu uma escala com sete níveis de pertencimento e não pertencimento baseada em vários níveis de envolvimento experiencial e significado com o lugar (SEAMON; SOWERS 2008).

Tim Cresswell (2009), em sua revisão sobre os estudos geográficos do conceito de lugar, afirma que a partir da globalização, trabalhos de geógrafos como Seamon (1980) e Massey (1993) começaram a desenvolver um conceito mais progressivo de lugar, menos definido por fronteiras e menos estático, no qual a mobilidade é incluída como parte do processo de definição dos lugares para os seres humanos. Ele afirma que:

Em vez de pensar a mobilidade como uma ameaça para o lugar Doreen Massey argumentou que lugares estão ativamente constituídos pela mobilidade - particularmente o movimento de pessoas, mas também mercadorias e idéias. Os lugares para Massey não estão claramente delimitados, enraizados, ou conectados a identidades únicas e homogêneas, mas produzidos através de ligações para o resto do mundo e, portanto, têm mais a ver com rotas do que com raízes. (CRESSWELL 2009, p. 8)¹¹

¹⁰Minha tradução

¹¹Minha tradução

Esta noção mais progressiva do conceito de lugar vem complementar os trabalhos de Y Fu Tuan e Relph, que são mais focados na dimensão da experiência. Ela traz para o conceito de lugar a dimensão da maior mobilidade humana, fazendo com que possamos entender que um lugar não restringe a mobilidade do homem. Ao se mover o homem pode vir a eleger outros lugares e expandir a sua noção de lugar para uma rede de nódulos conectados por rotas, que para ele são corriqueiras (CRESWELL 2009). O migrante internacional desenvolve a habilidade de ter vários lugares com significados afetivos diferentes, mesmo que venha a ter um lugar específico com o qual se identifique mais e o eleja como o seu principal lugar. Todos os lugares farão parte da identidade do ser humano, assim como o fazem todas as suas relações sociais. A dimensão da qualidade da experiência nos lugares não deixa de ser importante. Dependendo da experiência da criança e do adolescente em seu processo migratório em vários lugares, eles podem vir a se tornar homens divididos e sem identidade espacial definida, não se sentindo parte de nenhum lugar principal, estrangeiros em todos os lugares, assim como podem vir a se transformar em seres humanos com uma identidade espacial desenvolvida e ampliada pela experiência migratória.

A formação da personalidade e da identidade na infância e na adolescência, com os vínculos familiares e comunitários apropriados, é condição importante para que a experiência migratória seja bem-sucedida e venha a acrescentar elementos positivos, tanto materiais quanto afetivos à vida e à família dessa criança ou adolescente. Sendo assim, ter segurança para sua mobilidade, experiências apropriadas para cada fase de seu desenvolvimento e tempo suficiente em cada lugar para vivenciá-lo são condições importantes para o desenvolvimento da identidade da criança e do adolescente.

A experiência migratória de uma criança só pode ser avaliada plenamente quando ela atinge o final de sua adolescência e começa a demonstrar qual sua identidade, como se relaciona com sua família, sua comunidade e seu lugar. Por isso, nesta pesquisa, incluímos também entrevistas com jovens adultos que passaram pela experiência migratória na infância ou na adolescência. Esses e outros aspectos dos caminhos percorridos nesta pesquisa, visando atingir os objetivos explicitados na introdução, são tratados na seção a seguir.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A definição da metodologia ou do caminho desta pesquisa levou em consideração que o seu principal universo é o de crianças e adolescentes e que o objetivo principal do estudo é captar suas percepções sobre as relações familiares e comunitárias, em contexto de migração internacional. Optou-se então pela pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa apresenta as seguintes características essenciais: tem o ambiente natural como fonte direta de dados; o pesquisador como instrumento fundamental de coleta de dados; a utilização de procedimentos descritivos da realidade estudada; a busca do significado das situações para as pessoas e os efeitos sobre as suas vidas; a preocupação com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto, além de privilegiar o enfoque indutivo na análise dos dados (MERRIAM, 1998).

Os métodos qualitativos são mais indicados para as investigações de perspectiva interpretativa ou crítica. A pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. É um conceito “guarda-chuva” que envolve uma gama de técnicas e procedimentos interpretativos, que procuram essencialmente descrever, decodificar e traduzir o sentido e não a frequência de eventos ou fenômenos do mundo social (MERRIAM, 1998).

Segundo Minayo (1996), a metodologia de uma pesquisa é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (p. 16), e inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e também o potencial criativo do pesquisador. A autora aponta, em outro momento, “uma tendência contemporânea para a valorização do vivido, do qualitativo, das ciências que se ocupam dos significados, das motivações, dos valores”. (MINAYO, 1992, p. 36).

A utilização de uma metodologia qualitativa difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como centro do processo de análise do problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades.

Na abordagem qualitativa, a coleta de dados estatísticos pode preceder a pesquisa propriamente dita, que tem o ambiente como fonte direta dos dados. Após a contextualização do ambiente com a pesquisa secundária de dados, o pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de

campo. Neste caso, as questões são estudadas no ambiente em que eles se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.

Na análise dos dados coletados não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém é importante a existência de um marco teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação desses dados.

Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada.

Merriam (1998) diz que escolher um *design* de pesquisa qualitativa pressupõe certa visão de mundo, requer a definição de como um investigador seleciona sua amostra, coleta e analisa dados e contempla assuntos como validade, confiança e ética. A pesquisa qualitativa não é linear, mas um processo que se realiza passo a passo, ou seja, um processo iterativo que permite ao investigador produzir dados confiáveis e fidedignos. Assim, o processo de coleta e análise dos dados é recursivo e dinâmico, além de ser altamente intuitivo.

As pesquisas de natureza tipicamente qualitativa geram um enorme volume de informações que precisam ser organizadas e compreendidas, requerendo assim um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado. Esse processo é complexo, não-linear e implica um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados que se inicia já na fase exploratória e acompanha todo o ciclo da investigação.

3.1 Etapas da pesquisa, instrumentos e procedimentos metodológicos

Como já explicitado na introdução, esta pesquisa foi concebida durante meu envolvimento em outras pesquisas sobre migração internacional que estavam sendo realizadas na Microrregião de Governador Valadares, e cujas metodologias também eram qualitativas. Portanto, pode-se dizer que houve uma fase exploratória que antecedeu a definição de seus objetivos e caminhos, assim como uma fase de prática de pesquisa qualitativa de campo. Essa fase foi fundamental para desenvolver as habilidades de coleta de dados em diálogo com o público pesquisado, a capacidade de organização de dados qualitativos e o potencial intuitivo que permitiu que ocorressem nesta pesquisa mudanças de rumo nas coletas de dados, necessárias para ajustes às condições encontradas nos ambientes pesquisados.

Houve também uma etapa de coleta de dados secundários e de revisão bibliográfica que permitiram uma breve contextualização prévia do fenômeno da migração internacional de crianças e adolescentes no mundo e um conhecimento da realidade das regiões de estudo que

constituem a origem e o destino do movimento migratório das famílias das crianças e adolescentes. A revisão bibliográfica permitiu a construção de um marco teórico multidisciplinar que já foi delineado nos capítulos anteriores.

O trabalho exploratório prévio e os marcos teóricos multidisciplinares que embasaram esta pesquisa permitiram a construção de roteiros de pesquisa de campo que nortearam os diálogos e as observações com as crianças, adolescentes, jovens, seus responsáveis e instituições que fazem parte de suas vidas comunitárias.

Um dos principais roteiros foi o que determinou critérios de inclusão nas pesquisas de campo das duas regiões estudadas como apresentados na página a seguir, nos Quadros 9 e 10.

Inicialmente tentou-se estabelecer metas de números iguais de participantes para cada um desses critérios de inclusão, mas a pesquisa de campo demonstrou que na população de crianças e adolescentes vivendo em contexto de migração internacional existe, em cada uma das regiões pesquisadas, uma predominância maior de algumas dessas categorias. Em Governador Valadares predominam crianças e adolescentes que foram deixados no Brasil, sendo menor o número daqueles que nasceram nos Estados Unidos, e menor ainda o número dos que migraram com os pais, depois de nascidos no Brasil, e retornaram com eles. Na Grande Boston predominam aqueles que são filhos de imigrantes brasileiros, mas que nasceram lá, sendo bastante difícil encontrar aqueles que migraram com os pais, depois de nascidos no Brasil.

Em ambos os locais de pesquisa, a pesquisadora tentou selecionar entrevistados geograficamente distribuídos em um maior número de lugares possível. Na cidade de Governador Valadares, buscou-se selecionar entrevistados em vários bairros de localidade das escolas que participaram e também em outros que foram incluídos em decorrência de sugestões feitas por participantes da banca do exame de qualificação que conhecem bem a realidade do município em questão.

Na Grande Boston, mesmo com o pequeno número de famílias entrevistadas, a seleção se deu em vários condados da região e não somente naqueles onde as comunidades de brasileiros se fazem mais presentes.

Os roteiros de entrevista propriamente ditos foram elaborados com o objetivo de captar, além das percepções dos entrevistados sobre o impacto da migração internacional em suas vidas, como é/era vivido o seu dia a dia no local de origem e de destino; como se dão/davam as relações familiares, quais as mudanças ocorridas nessas relações; as características de sua vida comunitária; lugares preferidos de convivência; o acesso aos

direitos como atendimento de saúde, educação, lazer, cultura e mobilidade; e quais as vulnerabilidades vividas ao longo do processo migratório¹².

Quadro 9- Critérios de inclusão na pesquisa de Governador Valadares

1. Crianças e adolescentes de 7 a 17 anos (idade escolar), residentes em Governador Valadares, deixados no Brasil por pais migrantes internacionais com destino aos Estados Unidos (preferencialmente Boston)
2. Jovens adultos, residentes em Governador Valadares, que foram na infância ou adolescência deixados no Brasil por pais migrantes internacionais com destino aos Estados Unidos
3. Adultos, responsáveis no Brasil por crianças e adolescentes deixados por pais migrantes
4. Crianças e adolescentes de 7 a 17 anos (idade escolar), residentes em Governador Valadares, que migraram com seus pais para os Estados Unidos ou nasceram lá e já retornaram
5. Jovens adultos de até 30 anos de idade, residentes na Microrregião de Governador Valadares, que migraram na infância ou adolescência com seus pais para os Estados Unidos ou nasceram lá e já retornaram
6. Adultos, pais ou responsáveis, que migraram com suas crianças e adolescentes para os Estados Unidos ou as tiveram lá e que já retornaram
7. Adultos, líderes de instituições da convivência comunitária de crianças e adolescentes e da rede de garantia de direitos de Governador Valadares

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 10- Critérios de inclusão na pesquisa de Boston:

1. Crianças e adolescentes de 7 a 17 anos (idade escolar), residentes na Grande Boston, que migraram para essa região com pais brasileiros migrantes internacionais
2. Jovens adultos de até 30 anos de idade, residentes na Grande Boston, que migraram na infância ou adolescência para essa região com pais brasileiros migrantes internacionais
3. Adultos brasileiros, residentes na Grande Boston, pais ou responsáveis por crianças e adolescentes migrantes internacionais
4. Crianças e adolescentes de 7 a 17 anos (idade escolar), residentes na Grande Boston, que nasceram nessa região, de pais brasileiros migrantes internacionais
5. Jovens adultos, residentes na Grande Boston, que nasceram nessa região de pais brasileiros migrantes internacionais
6. Adultos brasileiros migrantes internacionais, residentes na Grande Boston, pais ou responsáveis de crianças brasileiras que nasceram nessa região
7. Adultos, líderes de instituições da convivência comunitária de crianças e adolescentes e da rede de garantia de direitos da Grande Boston

Fonte: Elaboração da autora

¹²Ver no Apêndice exemplos dos roteiros de entrevista

Após as etapas preliminares, que contribuíram para a definição dos critérios de inclusão e os roteiros de entrevistas, a pesquisa de campo propriamente dita e a análise de seus resultados se deu nas seguintes três etapas:

- a) Etapa 1 – Pesquisa de campo em Governador Valadares e análise preliminar de seus resultados;
- b) Etapa 2 – Pesquisa de campo na Região da Grande Boston e análise preliminar de seus resultados;
- c) Etapa 3 – Integração dos resultados das etapas anteriores.

Cinco principais instrumentos foram planejados para a coleta de informações durante as etapas de campo:

- a) Trabalho prévio à entrevista em que crianças com idade inferior a 9 anos eram convidadas a desenhar:
 - pessoas que faziam parte do círculo familiar importantes para elas, estivessem essas pessoas geograficamente longe ou perto;
 - mapas dos locais de residência e de sua vizinhança.
- b) Entrevista individual com cada criança e adolescente, na qual estes foram convidados a refletir comigo sobre suas percepções da vida familiar e comunitária antes e depois do impacto da migração internacional;
- c) Entrevista com pais e/ou responsáveis atuais pelas crianças ou adolescentes visando à coleta de informações sobre suas percepções relativas à convivência familiar e comunitária antes e após a migração internacional;
- d) Entrevistas com adultos que vivenciaram o fenômeno da migração internacional na infância ou adolescência tratando de como percebem hoje suas experiências de convivência familiar e comunitária durante o processo de migração internacional;
- e) Entrevistas com representantes de instituições que fazem parte da convivência comunitária de crianças e adolescentes, como escolas, igrejas, clubes recreativos e culturais, conselhos tutelares, conselhos de direitos das crianças e adolescentes, ONGs que frequentam etc.

Os desenhos prévios à entrevista, feitos pelas crianças de até 9 anos de idade que concordaram em desenhar pessoas de sua família e o mapa de sua vizinhança, serviram para captar suas primeiras percepções sobre a convivência familiar e comunitária, identificando seu lugar na família e em sua comunidade e listando aquelas pessoas e lugares que lhes eram importantes em seu dia a dia. Para essa faixa etária, tais instrumentos serviram de marco

inicial lúdico para que a relação pesquisador e entrevistado se desse de forma descontraída e confortável para o entrevistado, facilitando diálogos posteriores sobre o mesmo tema.

Solicitações para gravações auditivas dos diálogos e para fotografias dos desenhos foram feitas também aos responsáveis legais, sempre protegendo o direito à confidencialidade da identidade dos participantes.

Os adolescentes preferiram sempre listar os nomes das pessoas de sua convivência familiar e instituições e lugares de sua vida comunitária. Com base nessa lista um roteiro de entrevista semiestruturada foi utilizado para guiar a entrevista, que foi feita de forma bastante aberta, para respeitar e captar as especificidades de cada experiência.

As entrevistas foram gravadas na íntegra e transcritas.

Em Governador Valadares a seleção das crianças e dos adolescentes entrevistados se deu, inicialmente, por meio das escolas. A participação das escolas foi solicitada via Secretaria de Educação do Município de Governador Valadares, que possibilitou a apresentação da pesquisa em uma das reuniões da Secretaria com todas as diretoras das escolas municipais. O apoio da Secretaria de Educação a esta pesquisa facilitou o processo de convencimento para participação de duas escolas estaduais, com o objetivo de tornar possíveis as entrevistas com adolescentes que cursavam o segundo grau.

Aderiram a esta pesquisa as seguintes escolas:

- a) Escola Estadual Nelson de Senna;
- b) Escola Estadual Labor Club;
- c) Escola Municipal Chico Mendes;
- d) Escola Municipal Pio XII.

Por meio das indicações das escolas, os responsáveis legais de crianças e adolescentes foram contactados para que autorizassem a participação deles na pesquisa.¹³ Como poucos pais compareceram à escola para dar sua autorização e me conhecer, uma bolsista local, aluna da Universidade Vale do Rio Doce - Univale foi contratada para ajudar nesse processo de convencimento e obtenção das autorizações por parte dos pais ou responsáveis. Esse foi um processo longo e difícil, que fez com que a pesquisa em Governador Valadares durasse um ano, de fevereiro de 2013 a fevereiro de 2014.

Na primeira fase da pesquisa foram realizadas um total de 58 entrevistas, sendo 26 com crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, 8 com jovens de 18 a 30 anos, 15 com

¹³ Ver no apêndice C os modelos dos termos de consentimento livre e esclarecido utilizados

responsáveis por crianças e adolescentes, e 9 com representantes de instituições educacionais e socioassistenciais do município que lidam com questões da infância e adolescência.

Na região da Grande Boston, em razão do curto tempo de pesquisa de apenas dois meses e meio, deu-se prioridade às entrevistas institucionais, visando captar por meio delas as vulnerabilidades que as instituições de assistência aos imigrantes têm identificado em seu apoio a famílias de crianças e adolescentes em sua convivência familiar e comunitária em contexto de migração internacional. Foram também realizadas entrevistas com famílias de crianças e adolescentes. Os contatos institucionais aconteceram por meio de indicações feitas pelo The Mauricio Gaston Institute for Latino Community Development and Public Policy da University of Massachusetts Boston. Nessa fase, foram realizadas um total de 27 entrevistas. Destas, 13 foram realizadas com famílias e 14 com instituições e profissionais que estudam aspectos das comunidades de brasileiros, lideram movimentos sociais de defesa e garantia de seus direitos e prestam serviços de apoio aos imigrantes irregulares e às suas famílias nessa região.

É importante salientar que, apesar do tempo bem menor de pesquisa em Boston em relação ao de Governador Valadares, durante o tempo que estive em Boston, usufrui de um bom nível de relação com as famílias como observadora participativa, condição necessária para que as entrevistas fossem possíveis, já que era preciso primeiro ganhar a confiança de cada família para a entrevista, em virtude de sua condição de imigrantes irregulares. Assim, para esse ganho de confiança, hospedei-me na casa de um casal imigrante irregular e participei de celebrações em igrejas, festas comunitárias e familiares, além de momentos de refeições com várias famílias.

Nos ambientes de igreja e nas relações com as famílias, graças à minha melhor fluência na língua inglesa em um contexto no qual poucos imigrantes tinham tal domínio da língua, fui solicitada a participar de soluções de casos de vulnerabilidades, como acompanhamento e tradução de atendimentos médicos e obtenção, junto à justiça, de informação sobre um imigrante que havia sido preso. Essas situações contribuíram para ampliar a minha inserção na comunidade. Com essa participação, foi possível realizar entrevistas mais longas e com maior profundidade que em Governador Valadares, além de observar comportamentos e padrões de relações entre os imigrantes e as instituições de assistência, fazendo com que o resultado em termos de qualidade dos dados fosse similar ao coletado no local de origem, apesar de um número bem menor de famílias entrevistadas na Grande Boston.

Também é importante salientar que, diferentemente de Governador Valadares, onde as crianças e adolescentes obtiveram consentimento para dar entrevistas sozinhos, as entrevistas realizadas com as crianças e adolescentes em Boston se deu com a presença dos responsáveis em rodas de conversa familiares. Essa estratégia foi necessária no caso de Boston, porque estando ali como imigrantes irregulares, o nível de desconfiança dos entrevistados em relação a pessoas de fora da comunidade realizando entrevistas é bem maior do que no caso de Governador Valadares. Mesmo estando presentes nas entrevistas, em um primeiro momento os pais eram solicitados a não interferirem nas respostas às perguntas feitas primeiramente às crianças e aos adolescentes e depois eram convidados a complementar as informações e acrescentar as suas percepções. Somente em pouquíssimos casos de entrevistas com adolescentes e jovens adultos os responsáveis estiveram ausentes momentânea ou completamente, e assim fizeram por livre e espontânea vontade.

A análise dos dados se deu com a leitura das transcrições das entrevistas, não raramente com uma nova consulta aos áudios para captar detalhes e ênfases dadas pelos entrevistados em determinadas falas, que em muitas partes deste documento estão transcritas na íntegra para ilustrar o que se explicita sobre o impacto da migração internacional na vida familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

É importante salientar o quão rica e exigentes foram as pesquisas de campo nos dois locais e como não raramente novos aspectos surgiram que me remetiam ao referencial teórico, para acrescentar novas referências e consultar outras que já haviam sido incluídas em um processo constante de aprofundamento do tema, processo esse alimentado pelos resultados empíricos do campo.

4 OS LOCAIS DE ORIGEM E DESTINO INVESTIGADOS

Esta seção contextualizará o fenômeno da migração internacional nas duas regiões geográficas, a origem e o destino, escolhidas para esta pesquisa, visando descrever o processo do seu desenvolvimento econômico e como a migração internacional veio a se inserir neste processo.

4.1 A Microrregião de Governador Valadares

A Microrregião de Governador Valadares está localizada na Mesorregião do Vale do Rio Doce e ocupa 27% da área desse vale, sendo uma das maiores microrregiões de Minas Gerais¹⁴. É composta de 25 municípios (Tabela 1), com grandes contrastes entre eles, tanto em termos do tamanho da população quanto em termos de desenvolvimento. Em termos de população, os municípios são em sua maioria pequenos, sendo Governador Valadares a única exceção, com uma população de mais de 200 mil habitantes. Depois de Governador Valadares, apenas quatro outros municípios têm mais de 10 mil habitantes. Os outros têm população inferior a 9 mil habitantes, sendo que em 13 deles o número de habitantes é inferior a 5 mil.

O principal município da microrregião, Governador Valadares, está situado no entroncamento de três importantes rodovias, a BR 116, a BR 259 e a BR 381, que facilitam o acesso a grandes centros urbanos como Belo Horizonte, Vitória e Rio de Janeiro (Mapa 2). Além dessas rodovias, a Estrada de Ferro Vitória a Minas também cruza a microrregião, transportando um considerável fluxo das importações e exportações do país (SOUSA e DIAS, 2010).

As unidades geomorfológicas presentes na Microrregião de Governador Valadares são a Depressão do Rio Doce e os Planaltos Dissecados do Centro Sul e Leste de Minas. Esses últimos caracterizam-se por uma dissecação fluvial que produziu um relevo com afloramentos rochosos em forma de colinas e cristas (pontões). O relevo da região é então composto de colinas, com vales de fundo chato, planícies fluviais, rampas de depósitos sedimentares e lagos de barragens naturais (FAVERO, 2001).

¹⁴A área total do Vale do Rio Doce é de 41.809,87 km² e a da Microrregião de Governador Valadares é de 11.327,40 km²

A região do Vale do Rio Doce era primitivamente coberta pela Floresta Atlântica, sendo que às margens dos rios ela se apresentava sempre verde ao longo do ano.

Predominava porém, uma floresta denominada de subcaducifólia, por ser composta por considerável quantidade de espécies decíduas durante o período seco, que nessa região consiste de cinco meses.

Mapa 2– Posição de Governador Valadares em Minas Gerais

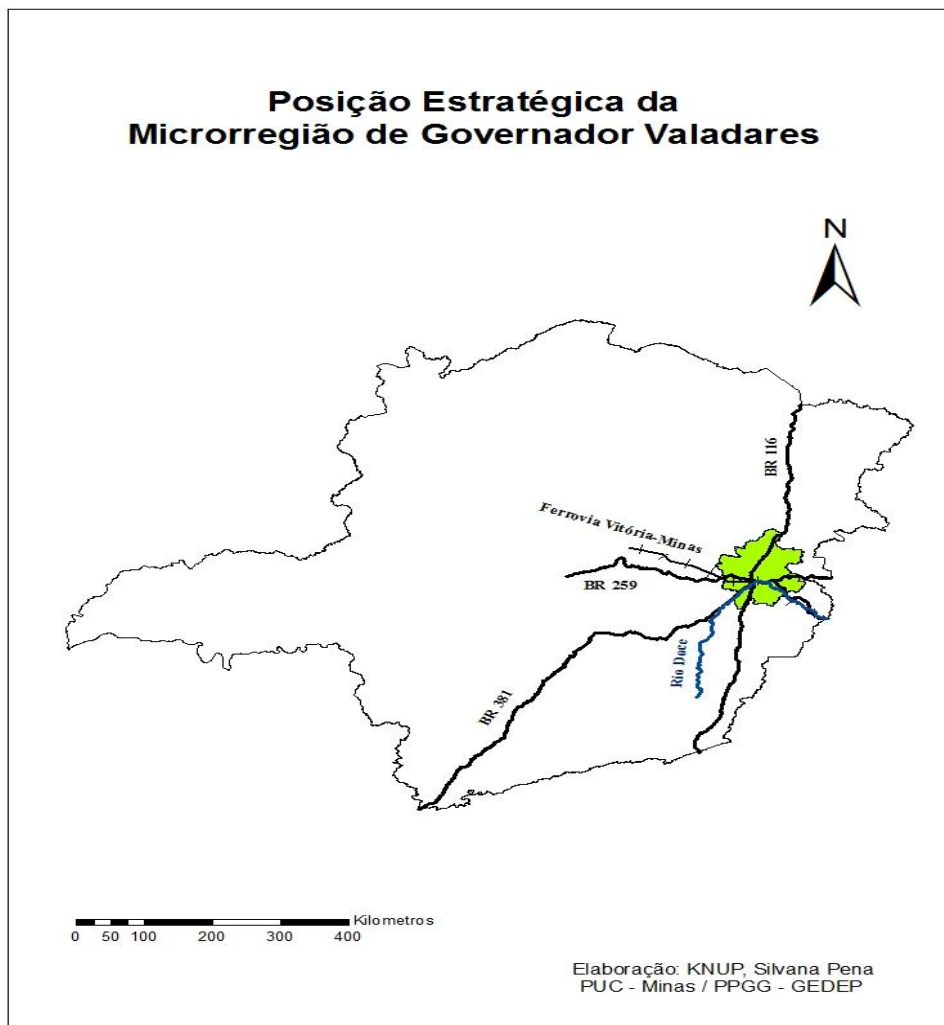


Tabela 1– Municípios e população da Microrregião de Governador Valadares

Município	População2010
Governador Valadares	263689
Itambacuri	22809
Itanhomi	11856
Engenheiro Caldas	10280
Coroaci	10270
Frei Inocência	8920
Alpercata	7172
Galiléia	6951
Tumiritinga	6293
Sobralia	5830
Virgolândia	5658
Jampruca	5067
Divino das Laranjeiras	4937
Capitão Andrade	4925
São Geraldo da Piedade	4389
Marilac	4219
Pescador	4128
São José da Safira	4075
São José do Divino	3834
Nova Módica	3790
Campanário	3564
São Geraldo do Baixo	3486
Mathias Lobato	3370
Nacip Rydan	3154
Fernandes Tourinho	3030
Total	394407

Fonte: IBGE, Censo 2010

Segundo Fávero (2001) um diagnóstico ambiental realizado pela Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – Cetecs em 1983 revelou que esta cobertura primitiva da região do Vale do Rio Doce foi quase toda devastada pela intervenção humana, sendo substituída por diferentes usos do solo que não são sustentáveis, por trazerem para este, em seu processo natural de troca de matéria com o meio, mais perdas do que ganhos, comprometendo sua qualidade e o cumprimento de suas funções básicas.

4.1.1 Ocupação e desenvolvimento

Até o início do século XIX, a área onde hoje se situa a Microrregião de Governador Valadares fazia parte do território que se chamava “Sertões do Rio Doce” e que servia de barreira natural ao contrabando do ouro e dos diamantes extraídos do interior de Minas. Essa

zona era ocupada pelos índios Botocudos, considerados violentos. A Coroa Portuguesa mantinha ordens expressas de proibição de trânsito nas áreas de exploração de minérios para o litoral através do Rio Doce. Somente com o esgotamento da exploração do ouro a Coroa Portuguesa deu ordens de guerra contra os Botocudos, com a intenção de ocupação dessa região. Em 1818 foi instalado, onde hoje se situa a cidade de Governador Valadares, o quartel Dom Manoel, encarregado da ofensiva aos índios Botocudos (ESPÍNDOLA, 1998).

A ocupação inicial se deu de forma lenta, com pequenos fluxos de migração interna vindos de várias direções estimulados pelo início da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, em 1910. Porto de Figueira, como ficou popularmente conhecida a localidade onde se instalou o quartel à margem do rio Doce, por sua posição estratégica de conexão do litoral com o nordeste de Minas, transformou-se rapidamente em um entreposto comercial. Somente com a conclusão, na década de 30, da Estrada de Ferro Vitória a Minas a ocupação se intensificou com a chegada de grande contingente migratório de trabalhadores da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Além do comércio, as primeiras atividades econômicas ali presentes eram o cultivo do café e a extração de madeira, ambas praticadas com a derrubada da mata (ESPÍNDOLA, 1998).

Com a conclusão da estrada de ferro, teve início a exportação do minério de ferro e Figueira continuou crescendo como entreposto comercial por onde essa exportação passava, já tendo em 1930 uma população de 2.103 habitantes. Durante a década de trinta iniciou-se a construção das estradas que ligavam Figueira a Peçanha e a Teófilo Otoni, impulsionando seu crescimento e fazendo com que sua população mais que dobrasse, chegando em 1940 a 5.734 habitantes. Sua emancipação como município se deu em 1937 e seu nome foi mudado para Governador Valadares em 1938 (ESPÍNDOLA, 1998).

A partir da década de 1940 iniciou-se um *boom* de crescimento demográfico e de desenvolvimento da economia regional, centrado na exploração de seus recursos naturais, como a madeira, as pedras semi-preciosas e a mica que era exportada para os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial para alimentar a indústria bélica. A extração de madeira iniciou-se com a exploração da madeira bruta até chegar ao processamento em serrarias e à produção de carvão, que atendia à demanda das siderúrgicas do Vale do Rio Piracicaba. A extração e o beneficiamento da mica desenvolveram-se principalmente no município de Governador Valadares, onde o beneficiamento era feito em pequenas oficinas de fundo de quintal nos bairros pobres de sua área urbana. A partir da década de 1960 esta atividade foi perdendo importância econômica até cessar (ESPÍNDOLA, 1998).

Durante o desenvolvimento da economia regional de exploração dos recursos naturais, ia se desenvolvendo paralelamente a pecuária de engorda de gado para corte, realizada de forma extensiva. Segundo Espíndola (1998), as fazendas da região possuíam construções modestas, pois os fazendeiros eram também comerciantes e residiam na cidade de Governador Valadares, deixando que em suas propriedades o gado circulasse livremente em pastagens de capim colônia que tomavam gradativamente o lugar da Mata Atlântica derrubada. Sendo assim, a pecuária veio também contribuir para a ocupação não sustentável da região.

O *boom* de crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico duraram até a década de 1960, quando as atividades extrativistas, em razão do esgotamento dos recursos naturais, começaram a decair, ocorrendo gradativamente a migração do capital madeireiro para outras regiões do Espírito Santo e da Bahia e o fim dos investimentos estrangeiros na exploração e no beneficiamento da mica (ESPÍNDOLA, 1998).

A partir dessa década a produção da pecuária também começa a cair graças ao esgotamento da capacidade do solo, reduzindo-se de duas cabeças por hectare por ano em 1950 para 0,80 cabeças por hectare por ano no início da década de 80 (ESPÍNDOLA, 1998).

Hoje em virtude de sua localização estratégica, já descrita acima, a Microrregião de Governador Valadares é um importante centro comercial, mas seu potencial de desenvolvimento ainda não foi aproveitado de forma sustentável. O histórico de atividades econômicas exploratórias do meio ambiente faz com que a Microrregião de Governador Valadares esteja classificada hoje dentre as regiões mineiras com mais baixos índices de desenvolvimento.

Rosado, Rossato e Lima (2009) desenvolveram uma classificação das microrregiões de Minas Gerais utilizando vários indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Foram utilizados não apenas indicadores de renda, mas de qualidade de vida da população, como o acesso ao saneamento básico e a bens duráveis e indicadores demográficos como a mortalidade. Esses indicadores compuseram três fatores gerados por meio de análise fatorial. Tais fatores foram denominados condições de moradia, nível de industrialização e urbanização e infraestrutura de saúde. Segundo eles, a Microrregião de Governador Valadares ficou classificada como parte do grupo de microrregiões menos desenvolvidas do estado. Das 66 microrregiões do estado, a Microrregião de Governador Valadares ficou em 50º lugar em infraestrutura de saúde, em 27º lugar em condições de moradia e em 13º lugar em industrialização e urbanização. Isso significa que Governador Valadares está entre as microrregiões com maior nível de industrialização e urbanização, mas isso não se traduz em bemestar para sua população, pois fica em posição média de condições de moradia e em

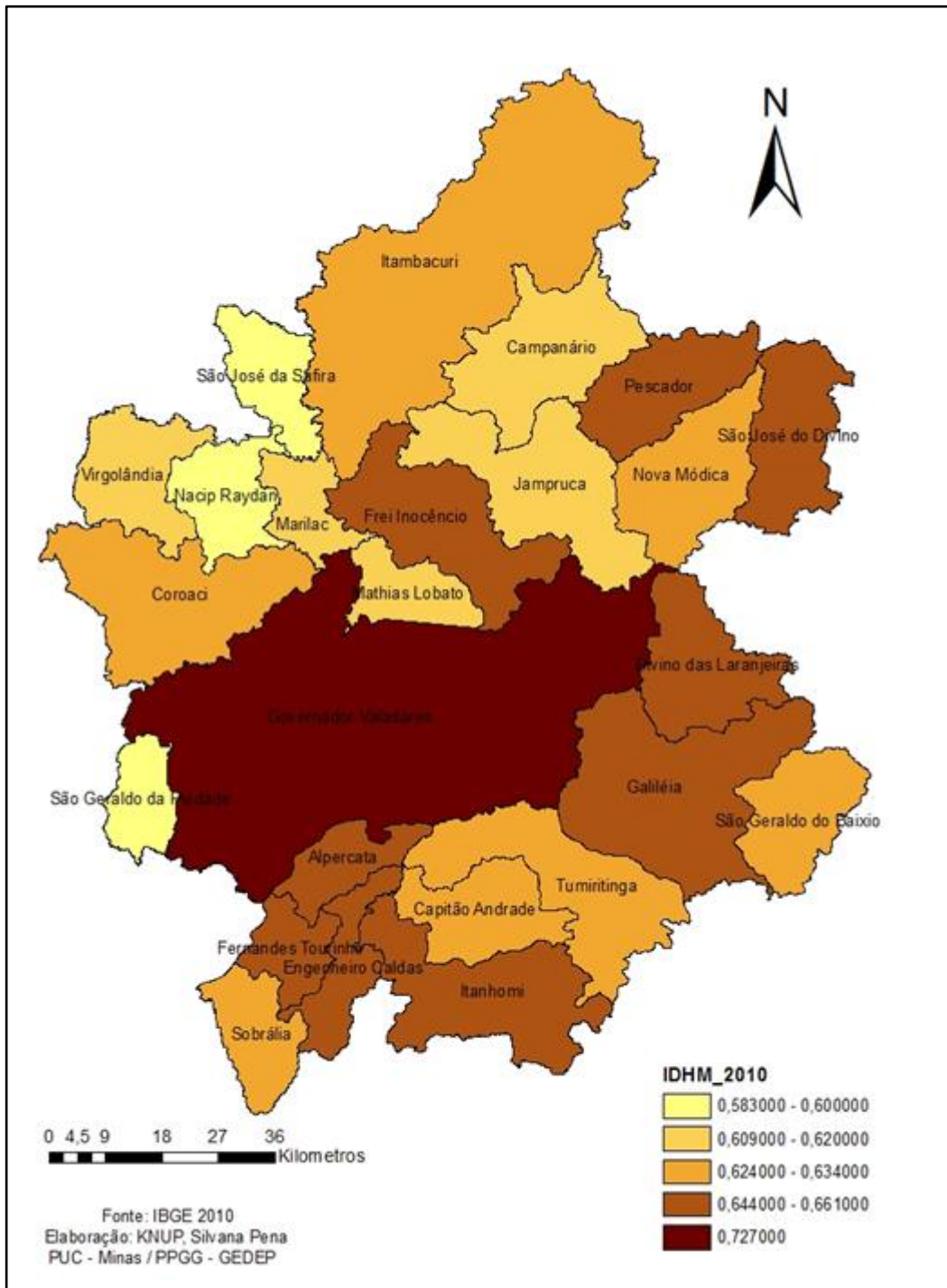
posição baixa na infraestrutura de saúde. Isso fez com que, apesar de o seu nível de industrialização e urbanização ser alto, a Microrregião de Governador Valadares fosse classificada junto com as microrregiões menos desenvolvidas do estado em uma Análise de Cluster realizada pelos mesmos autores.

Os Mapas 3 e 4 mostram a localização dos municípios da Microrregião de Governador Valadares com seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano Municipais–IDHMs em 2000 e 2010. Nota-se pelos mapas que existe uma desigualdade com relação ao IDHM entre os municípios da região, com diferenças marcantes entre eles. Governador Valadares está bem acima da média dos municípios de Minas Gerais, mas os outros municípios estão todos abaixo da média, sendo que alguns, como Jampruca, Nacip Raydan e São José da Safira encontram-se nos níveis mais baixos do estado. Os municípios com mais baixos IDHMs estão mais concentrados a norte de Governador Valadares.

Todo esse histórico de desenvolvimento não sustentável da Microrregião de Governador Valadares constitui-se em um fator de expulsão de sua população. O município, ao contrário das cidades em sua área de influência direta, manteve o crescimento demográfico, mas a um ritmo menor do que o crescimento vegetativo, em virtude da migração de sua população, tanto para outras regiões do país quanto para outros países.

Porém, em todo processo migratório os fatores de expulsão não são os únicos a determinarem os fluxos migratórios, mas também a formação de redes sociais que possibilitam a definição da direção dos fluxos, sejam eles internos ou internacionais. No caso de Governador Valadares, existe um histórico de formação de redes sociais entre essa região e os Estados Unidos e é desse histórico que a próxima seção irá tratar.

Mapa 4 - IDHM dos municípios da Microrregião de Governador Valadares - 2010



4.1.2 Redes sociais e a migração internacional

Hoje é sabido que os cidadãos da Microrregião de Governador Valadares não migram apenas para os Estados Unidos. As Tabelas 2 e 3 apresentam dados do censo de 2010 com os principais destinos internacionais das pessoas que residem há menos de dez anos nessa região. A Tabela 4 apresenta dados com os dois destinos internacionais mais comuns das pessoas emigrantes para essa microrregião na data do censo de 2010. Na Tabela 2 os dados são de imigração de última etapa, ou seja, o último país no qual o imigrante residiu antes de migrar para essa região. Na Tabela 3 estão os países de residência do imigrante em uma data fixa, julho de 2005. Isso significa que os imigrantes constantes da Tabela 3 também constam da Tabela 2, mas não necessariamente no mesmo país. Os números das duas tabelas são diferentes porque é possível que um imigrante que tenha chegado, por exemplo, dos Estados Unidos para essa região, tenha passado em julho de 2005 por Portugal.

O importante é que essas três tabelas ilustram que, além dos Estados Unidos, existe nessa região um fluxo de retorno de Portugal, Espanha, Itália, Canadá e Reino Unido. Porém, a rede social que atrai pessoas para os Estados Unidos foi a primeira a se formar e continua sendo a mais forte, atraindo a grande maioria daqueles que migram internacionalmente e de onde a maior parte dos retornados chegam.

Com os dados dos emigrantes constantes na Tabela 4, podemos também observar que Governador Valadares, além de município mais populoso, como demonstrado pela Tabela 1, é o município dessa microrregião de onde a emigração mais se origina, ultrapassando muito o somatório do número de emigrantes dos outros municípios.

Tabela 2– Imigrantes internacionais de última etapa residentes na Microrregião de Governador Valadares, segundo país de residência anterior– 2010

País	Pessoas	%
Estados Unidos	4461	71,25
Portugal	1081	17,27
Espanha	167	2,67
Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte, País de Gales	127	2,03
Canadá	111	1,77
Itália	95	1,52
Outros	219	3,50
Total	6261	100,00

Fonte: IBGE, Censo 2010

Tabela 3- Imigrantes internacionais de data fixa residentes na Microrregião de Governador Valadares, segundo país de residência anterior– 2010

País	Pessoas	%
Estados Unidos	3298	78,54
Portugal	543	12,93
Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte, País de Gales	70	1,67
Canadá	69	1,64
Itália	61	1,45
Chile	44	1,05
Espanha	33	0,79
Outros	81	1,93
Total	4199	100,00

Fonte: IBGE, Censo 2010

Tabela 4– Emigrantes internacionais por município, segundo os dois destinos mais comuns na Microrregião de Governador Valadares - 2010

Município	Estados Unidos	Portugal
Governador Valadares	8.541	1.866
Sobralia	488	7
Itanhomi	454	19
Engenheiro Caldas	451	12
São Geraldo da Piedade	238	27
Capitão Andrade	186	9
Coroaci	180	39
Galiléia	179	73
Fernandes Tourinho	176	13
Itambacuri	164	70
Alpercata	142	26
Pescador	134	35
São Geraldo do Baixo	114	10
São José do Divino	114	54
Tumiritinga	110	46
Frei Inocência	96	69
Virgolândia	94	79
Marilac	91	54
Divino das Laranjeiras	67	54
São José da Safira	57	12
Campanário	56	25
Nova Módica	55	25
Nacip Raydan	36	5
Jampruca	35	13
Mathias Lobato	11	2
Total	12.269	2.644

Fonte: IBGE, Censo 2010

Segundo Fusco (2002), os primeiros contatos dos moradores da Microrregião de Governador Valadares com cidadãos dos Estados Unidos e sua realidade de vida foi por intermédio da atividade de exploração e beneficiamento da mica durante a Segunda Guerra Mundial. Como já dito, essa atividade ocorreu na região até a década de 1960, quando se deu o seu declínio, já iniciado na década de 1950. É nessa mesma década que a migração internacional de cidadãos valadarenses se inicia. Durante o período de ocorrência dessa atividade, o padrão de vida dos cidadãos valadarenses era melhorado pela presença do capital estrangeiro, que abria posições de trabalho formal e também alimentava a economia informal local com o beneficiamento da mica em oficinas de fundo de quintal. Além da exploração da mica, um tratado entre o Brasil e os Estados Unidos, denominado Tratado de Washington, trouxe para a região investimento na melhoria da saúde local, com o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), um programa de combate à malária que assolava a região. Iniciam-se na década de 1960, as primeiras saídas de valadarenses para os Estados Unidos, estimulados mais pela curiosidade e pelo espírito de aventura em conhecer o país dos americanos que estiveram presentes na região. Segundo Siqueira et al (2010) os primeiros valadarenses que fizeram esse movimento foram estudantes intercambistas de classe média alta que ao retornarem relatavam sobre as possibilidades de estudo e trabalho nos Estados Unidos. Após alguns retornos bem-sucedidos, o imaginário popular sobre uma terra promissora onde se podia buscar uma melhor qualidade de vida com a migração internacional temporária foi se alastrando e as redes sociais foram se formando, definindo locais específicos de destino para brasileiros nos Estados Unidos, principalmente Miami, Massachusetts e Nova Iorque.

Enquanto permanecem nos Estados Unidos os imigrantes remetem uma quantidade considerável de recursos que alimenta principalmente o setor terciário local, que hoje se constitui na principal atividade econômica da microrregião, com destaque para o município de Governador Valadares. Com os retornos, pequenos negócios são abertos e investimentos no setor imobiliário são feitos. (SIQUEIRA, 2008)

Diante das dificuldades de migração internacional para os Estados Unidos após o incidente terrorista de 2001, o fluxo de brasileiros para a Europa, principalmente para Portugal, aumentou. Portugal é o principal destino de brasileiros na Europa pela ligação histórica colonial com o Brasil, que dá aos brasileiros alguns direitos a mais que a outros imigrantes, além de ter o mesmo idioma, facilitando a integração destes.

Os que escolheram Portugal como destino alternativo, porém, também se depararam em 2008 com a crise mundial que atingiu fortemente a Península Ibérica e que permanece até os dias atuais. Como consequência, um fluxo intensificado de retorno de brasileiros vindos de

Portugal já se faz notar, inclusive com apoio de um programa de retorno voluntário implantado naquele país (FERNANDES et al. , 2013 v. 1 e 2).

Agora, a Microrregião de Governador Valadares se depara com um crescente fluxo de migração internacional de retorno, tanto dos Estados Unidos quanto de Portugal. Migrantes internacionais dessa região que a deixaram em idade reprodutiva e que foram gradualmente levando familiares em um processo de reunificação familiar informal em seus destinos ou que constituíram famílias fora do Brasil, retornam para suas cidades de origem acompanhados de crianças e adolescentes. Aqueles que retornaram antes do início da crise econômica de 2008 chegaram financeiramente bem e investiram em suas localidades. A migração de retorno atual, porém, traz um desafio para a rede socioassistencial dos municípios da região, pois muitas dessas famílias que retornam chegam empobrecidas.

A próxima seção tratará da incidência da migração internacional na população de crianças, adolescentes e jovens adultos da microrregião em estudo.

4.1.3 Migração internacional de crianças, adolescentes e jovens na região

Pesquisas realizadas na região (FERNANDES et al., 2013 v. 1 e 2), indicam que é frequente nessa região a migração, primeiro de homens, depois de suas esposas, só posteriormente havendo a possibilidade de migração dos filhos em um processo de reunificação familiar informal. O mais comum, porém, é que os filhos fiquem com a família extensa e que a dinâmica familiar se adapte à migração internacional de um ou dois de seus membros.

Como a migração internacional se dá mais entre jovens adultos, dentre os quais estão mulheres em idade reprodutiva, é bastante comum também que o migrante constitua família fora do Brasil e tenha seus filhos no exterior. Ao retornarem para o Brasil trazem os filhos pequenos com eles.

Se examinarmos os dados do Censo Demográfico de 2010¹⁵ apresentados na Tabela 5, nota-se que na maior parte dos municípios da Microrregião de Governador Valadares mais de 50,0% dos migrantes internacionais nascidos em país estrangeiro são naturais dos Estados Unidos. Na região como um todo, os nascidos nos Estados Unidos são 60% dos nascidos em país estrangeiro, mas em muitos municípios eles chegam a 100,0%. Em média 43,3% dos

¹⁵É importante salientar que os dados do Censo Demográfico de 2010 para migração são amostrais, sendo que em alguns municípios da Microrregião de Governador Valadares as amostras são muito pequenas. Isso nos alerta para a utilização desses dados com muita cautela, apenas como indicativos de algumas características dos movimentos migratórios.

nascidos em país estrangeiro são naturalizados brasileiros, mas em muitos municípios estes também chegam a ser 100,0%. Essa alta porcentagem de naturais dos Estados Unidos que em grande parte são naturalizados brasileiros indica que esses migrantes internacionais têm vínculos familiares com o Brasil.

Tabela 5– Migrantes internacionais nascidos em país estrangeiro naturais dos Estados Unidos, naturalizados brasileiros e estrangeiros por município da Microrregião de Governador Valadares – 2010

Município	População (a)	Migrantes internacionais nascidos em país estrangeiro (b)	% de Migrantes internacionais nascidos em país estrangeiro (b/a)	Migrantes internacionais nascidos nos Estados Unidos (c)	% dos Migrantes internacionais nascidos em país estrangeiro naturais dos Estados Unidos (c/b)	Migrantes internacionais nascidos em país estrangeiro que são naturalizados brasileiros	% dos Migrantes internacionais nascidos em país estrangeiro que se naturalizaram brasileiros (d/b)
Alpercata	7172	6	0,08	6	100,00	0	0,00
Campanário	3564	2	0,06	2	100,00	2	100,00
Capitão Andrade	4925	62	1,26	62	100,00	41	66,13
Divino das Laranjeiras	4937	3	0,06	3	100,00	3	100,00
Engenheiro Caldas	10280	48	0,47	48	100,00	35	72,92
Fernandes Tourinho	3030	37	1,22	37	100,00	20	54,05
Frei Inocêncio	8920	60	0,67	30	50,00	15	25,00
Galliléia	6951	21	0,30	16	76,19	16	76,19
Governador Valadares	263689	1120	0,42	580	51,79	438	39,11
Itambacuri	22809	31	0,14	0	0,00	31	100,00
Itanhomi	11856	60	0,51	60	100,00	24	40,00
Jampruca	5067	5	0,10	5	100,00	5	100,00
Maniac	4219	3	0,07	3	100,00	0	0,00
Pescador	4128	17	0,41	14	82,35	8	47,06
São Geraldo da Piedade	4389	16	0,36	12	75,00	5	31,25
São Geraldo do Baixo	3486	2	0,06	0	0,00	0	0,00
São José do Divino	3834	5	0,13	5	100,00	0	0,00
Sobralia	5830	44	0,75	42	95,45	20	45,45
Turniritinga	6293	23	0,37	11	47,83	14	60,87
Mathias Lobato	3370	5	0,15	5	100,00	5	100,00
Virgolândia	5658	10	0,18	7	70,00	3	30,00
Total	394407	1580	0,40	948	60,00	685	43,35

Fonte: IBGE, Censo 2010

Investigando a idade desses migrantes internacionais chegamos à Tabela 6, que demonstra que em dez dos municípios onde esse fluxo é mais significativo, 94,5% dos migrantes internacionais naturais dos Estados Unidos são crianças, adolescentes e jovens adultos. Em quase todos os municípios, com exceção apenas de Governador Valadares, todos os migrantes internacionais nascidos nos Estados Unidos estão entre 0 e 19 anos, o que nos leva à hipótese de que esse fluxo é composto de filhos de brasileiros migrantes internacionais que residiram nos Estados Unidos, tiveram filhos lá e retornaram para o Brasil com eles. Isso significa que é possível que essas crianças, adolescentes e jovens possuam dupla cidadania e a probabilidade futura de reemigração para os Estados Unidos pode ser grande, dando continuidade à construção da rede social que liga a Microrregião de Governador Valadares aos Estados Unidos.

Tabela 6– Distribuição etária de crianças, adolescentes e jovens nascidos nos Estados Unidos, residentes no Brasil em 2010 nos dez municípios da Microrregião de Governador Valadares, onde se encontram em maior incidência

Municípios	Migrantes internacionais nascidos nos Estados Unidos	Faixas Etárias					
		0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	Total de 0 a 24 anos
Capitão Andrade	62	33	21	8	0	0	62
Engenheiro Caldas	48	20	16	0	12	0	48
Fernandes Tourinho	37	7	14	13	3	0	37
Frei Inocêncio	30	10	8	12	0	0	30
Galiléia	16	4	6	3	3	0	16
Governador Valadares	580	162	102	94	136	37	531
Itanhomi	60	20	35	0	5	0	60
Pescador	14	5	9	0	0	0	14
São Geraldo da Piedade	12	9	0	3	0	0	12
Sobrália	42	17	19	6	0	0	42
Total	901	287	230	139	159	37	852

Fonte: IBGE, Censo 2010

A Tabela 7 apresenta os migrantes internacionais que em 31 de julho de 2005 residiam nos Estados Unidos, ou seja, os migrantes internacionais de qualquer nacionalidade que têm menos de cinco anos de residência ininterrupta em cada um dos municípios investigados. Nessa tabela estão apenas os dez municípios da Microrregião que apresentam fluxo significativo desses migrantes com idade entre 5 a 24 anos.

Nesse universo mais amplo de migrantes internacionais de qualquer nacionalidade a porcentagem de crianças e adolescentes é menor que entre os migrantes nascidos nos Estados Unidos, mas a faixa etária predominante entre eles é a de 5 a 9 anos de idade. Essas crianças e adolescentes de 5 a 9 anos provavelmente estavam acompanhadas por pais migrantes internacionais que deixaram a região em busca de uma qualidade de vida melhor lá fora e que recentemente retornaram ao Brasil.

Tabela 7- Distribuição etária de crianças, adolescentes e jovens residentes nos Estados Unidos em julho de 2005, nos dez municípios da Microrregião de Governador Valadares onde suas famílias residem

Municípios	Migrantes internacionais que em Julho de 2005 moravam nos Estados Unidos	Faixas Etárias					
		5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	Total de 5 a 24 anos	% de 5 a 24 anos
Alpercata	49	3	0	0	7	10	20,41
Capitão Andrade	103	9	0	0	9	18	17,48
Divino das Laranjeiras	73	6	6	0	3	15	20,55
Engenheiro Caldas	127	26	6	0	0	32	25,20
Fernandes Tourinho	75	12	0	0	0	12	16,00
Frei Inocêncio	72	12	0	0	5	17	23,61
Galiléia	40	9	0	0	0	9	22,50
Governador Valadares	1871	124	152	126	110	512	27,37
Itanhomi	235	46	0	0	15	61	25,96
Sobralia	165	15	6	0	3	21	12,73
Total	2761	259	170	126	145	697	25,24

Fonte: IBGE, Censo 2010

Ao incorporar em seu fluxo crianças, adolescentes e jovens adultos com idade de até 24 anos, a migração internacional dessa microrregião cria vínculos culturais ainda mais fortes com seus locais de destino, pelo fato de esse público estar em seus anos de desenvolvimento de identidade.

4.2 A Região da Grande Boston e as comunidades de brasileiros

Segundo Lima e Siqueira (2007), o American Community Survey de 2006 contabilizou uma população de aproximadamente 75.000 brasileiros residindo em Massachusetts naquele ano. No mesmo trabalho, os autores apresentam dados do censo americano de 2000, que contabilizou um total de 212.636 brasileiros residindo nos Estados Unidos, sendo 36.148 (17,0%) destes, em Massachusetts. Apesar das diferenças metodológicas entre os dois levantamentos e das dificuldades em se ter um quadro fiel dos valores relativos ao volume de imigrantes, pode-se observar que o Estado de Massachusetts é um importante destino para a comunidade de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. Lima e Siqueira (2007) indicam que em 2007 os brasileiros eram a quinta maior comunidade de imigrantes de Massachusetts. Esse é

o segundo estado de destino na preferência dos imigrantes brasileiros, pois o primeiro é o estado da Flórida.

Conforme Lima e Siqueira (2007), os brasileiros residentes em Massachusetts estão mais concentrados em três regiões do estado:

- a) na cidade de Boston e em seu litoral norte, com uma população de aproximadamente 17.000 brasileiros residentes principalmente nas vizinhanças e nos condados de Allston/Brighton, Somerville, Medford, Everett, Malden, Chelsea e East Boston;
- b) na região oeste da Grande Boston, com 12.000 brasileiros residentes principalmente nas comunidades de Marlborough, Framingham e Milford; e
- c) no litoral sul, em suas ilhas e em Cape Cod, com aproximadamente 5.000 brasileiros residentes principalmente nas comunidades de Barnstable, Yarmouth, Martha's Vineyard e Nantucket.

A Tabela 8 apresenta um resumo de alguns dados da pesquisa de Lima e Siqueira (2007) sobre o perfil dos brasileiros residentes em cada uma dessas regiões, comparados aos dos brasileiros residentes em todo o estado de Massachusetts e nos Estados Unidos.

Tabela 8- Perfil dos brasileiros residentes nos Estados Unidos, no Estado de Massachusetts e suas principais regiões – 2000

Perfil dos brasileiros residentes nos Estados Unidos, Massachusetts e suas principais regiões		Estados Unidos	Estado de Massachusetts	Boston e Litoral Norte	Oeste da Grande Boston	Litoral Sul, Ilhas e Cape Cod
Idade média		33,7	31	20 a 34 anos	20 a 34 anos	20 a 34 anos
Escolaridade dos adultos de mais de 25 anos	Segundo Grau	80,00%	67,00%	70,00%	68,00%	59,00%
	Graduação completa	32,00%	17,00%	19,00%	15,00%	8,00%
Naturalizados Americanos		21,00%	15,00%	16,00%	11,00%	19,00%
Participação no mercado de trabalho (pessoas de 16 anos ou +)	Trabalhando	61,80%	70,00%	72,00%	76,00%	71,00%
	Fora do mercado de trabalho	34,50%	27,00%	24,00%	19,00%	25,00%
	Desempregados	3,70%	3,00%	4,00%	5,00%	4,00%

Fonte: Lima e Siqueira (2007) extraídos do Censo Americano de 2000

Observa-se que os brasileiros residentes em Massachusetts têm uma escolaridade inferior à observada para o total dos brasileiros nos Estados Unidos, uma taxa menor de naturalização, mas uma maior participação no mercado de trabalho local. Das três regiões do estado de Massachusetts em que eles principalmente residem, a região de Boston e o Litoral

Norte são as que acolhem a maior parte com melhor nível educacional. Porém nota-se que aqueles que residem na região oeste da Grande Boston, têm uma melhor participação no mercado de trabalho.

O perfil do imigrante brasileiro nessas regiões é típico de uma imigração recente que aconteceu a partir da década de 1980 e que se intensificou a partir da década de 1990. Por isso, apesar de Massachusetts ser o segundo destino de preferência dos brasileiros, nesse estado, uma porcentagem bem menor de brasileiros está naturalizada, se comparada com a proporção nacional.

No que diz respeito à situação migratória, se regular ou irregular, Marinucci e Csem (2008) chamam a atenção para os dados do consulado de Boston que reportam uma proporção de 84,9% de brasileiros com situação migratória irregular. Segundo esse estudo, o estado de Massachusetts é o destino com maior proporção de imigrantes irregulares em todos os destinos escolhidos pelos brasileiros no mundo, com exceção do Suriname, onde os irregulares representam 97,8% do total de imigrantes.

Segundo Lima e Siqueira (2007), o estado de Massachusetts tem a maior porcentagem de brasileiros trabalhando por conta própria se comparado a todos os outros destinos nos Estados Unidos. Esse dado em parte reflete o fato de que os brasileiros residentes em Massachusetts têm um perfil empreendedor e estabelecem ali seus próprios negócios. Mais de 1000 negócios de imigrantes brasileiros estão estabelecidos no estado (MARINUCCI e CSEM, 2008). Porém, trabalhar por conta própria também pode ser um reflexo da irregularidade e da dificuldade de inserção no trabalho formal.

Tendo experimentado uma vivência de maior liberdade no período anterior ao ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 e uma economia melhor que a economia pós-crise de 2008, essas comunidades atualmente sofrem com a diminuição do fluxo migratório do Brasil para os Estados Unidos e com o retorno para o Brasil de muitas famílias.

Alguns poucos estudos tratam dos problemas e perspectivas das crianças e adolescentes de famílias imigrantes nesse contexto. Um desses estudos foi realizado por Sales e Loureiro (2004) que investigou como estes vêm o Brasil e os Estados Unidos, assim como seus problemas relacionados à convivência familiar, à educação e ao trabalho nos Estados Unidos. Elas encontraram indícios de que a realidade de trabalho de filhos adolescentes de imigrantes irregulares na Grande Boston é de tempo de trabalho excessivo para sua idade, e que o trabalho é priorizado em relação aos estudos e a convivência familiar. Indicam que em muitos casos o aproveitamento escolar dos filhos de imigrantes, alunos no segundo grau, é muito aquém do esperado, pois eles trabalham horas excessivas e muitas vezes não contam com apoio da família

para priorizarem os estudos. A convivência familiar é limitada, dado o fato de que os pais também trabalham horas excessivas, ficando sem condição de acompanhar os estudos dos filhos.

Segundo elas (2004), crianças e adolescentes imigrantes brasileiros em Massachusetts têm do Brasil uma visão positiva e afetiva baseada em memórias da infância compostas pelo mundo da família, da convivência familiar extensa. Por sua vez, veem os Estados Unidos como o mundo do trabalho que se apresenta em detrimento da convivência familiar, mas que alimenta a esperança de um futuro financeiramente melhor. Essa esperança, porém, é frustrada no futuro pela impossibilidade de acessar a universidade em condições de igualdade com um residente, lançando no subemprego um grupo crescente de jovens que não tem um bom conhecimento do idioma local e perdem com o tempo a habilidade com a língua materna e o contato com seu país de origem.

Outro estudo realizado por Oliveira et al (2010) seis anos mais tarde que o estudo de Sales e Loureiro (2004) revela que a geração de filhos de imigrantes que nasceu nos Estados Unidos, chamada de segunda geração, além de não ter tido nenhum contato com o Brasil, se insere na sociedade americana mais facilmente que a primeira distanciando-se da cultura dos pais. Porém, os empecilhos para que tenham uma mobilidade social dentro da sociedade de destino são grandes e começa com a dificuldade de cursar uma universidade, já apontada por Sales e Loureiro (2004). Além disso, a prioridade dada ao trabalho visando o consumo imediato possível na sociedade de destino faz com que acabem se inserindo no mesmo mercado de trabalho informal que seus pais.

A próxima seção apresenta os resultados das pesquisas de campo realizadas em Governador Valadares e na Grande Boston, trazendo à tona algumas descobertas a mais sobre a realidade de convivência familiar e comunitária dos filhos de famílias imigrantes.

5 VULNERABILIDADES E RESILIÊNCIA DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS NA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: REGIÃO DA GRANDE BOSTON COMO DESTINO

Esta seção apresentará a análise dos resultados das pesquisas de campo em Governador Valadares e na Grande Boston. Num primeiro momento, apresentaremos o perfil de crianças, adolescentes e jovens, assim como a relação das instituições entrevistadas, tanto na origem quanto no destino. Em seguida, analisaremos as vulnerabilidades vividas, seguindo o modelo da matriz analítica proposta por Ignácio da Silva et al (2013) apresentada no capítulo da fundamentação teórica. Durante a análise, trataremos também das estratégias de resiliência que os entrevistados utilizaram para lidar com as situações adversas enfrentadas no processo de migração internacional.

Os Quadros 11 e 12 contêm o perfil de crianças, adolescentes e jovens entrevistados na pesquisa de Governador Valadares, assim como a situação migratória de seus responsáveis. As instituições entrevistadas em Governador Valadares foram:

- a) o Conselho Tutelar;
- b) o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c) o Polo de Cidadania da Univale;
- d) um líder da Igreja Católica;
- e) três professoras e duas diretoras das escolas.

O Quadro 13 apresenta o perfil de crianças, adolescentes e jovens entrevistados na pesquisa de Boston. As instituições entrevistadas na Grande Boston foram:

- a) o Grupo da Mulher Brasileira;
- b) o Centro do Imigrante Brasileiro;
- c) o Maurício Gaston Institute;
- d) a Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers;
- e) o Voices Against Violence;
- f) a Igreja Universal do Reino de Deus;
- g) a Igreja Batista Nova Jerusalém;
- h) o Centro Comunitário da Igreja Santo Antônio de Everett;
- i) uma advogada que atua com famílias brasileiras;
- j) o Student Immigrant Movement;
- k) a prefeitura da Cidade de Somerville;
- l) o Teatro Brasileiro de Boston.

Quadro 11– Crianças, adolescentes e jovens entrevistados em Governador Valadares que residiram nos Estados Unidos com seus pais

No.	Apelido Fictício	País de nascimento	Sexo	Idade de Migração para os Estados Unidos	Idade Atual	Idade de chegada ao Brasil	Responsáveis que residiram ou residem nos Estados Unidos	Retornados	Moram com a criança, adolescente ou jovem atualmente e são responsáveis por ele(a)
1	Ju	Estados Unidos	M		6	5	Pai e Mãe	Ambos	Ambos
2	Sacy	Estados Unidos	F		6	Menos 1 ano	Pai e Mãe	Ambos	Ambos
3	Gui	Estados Unidos	M		10	3	Pai e Mãe	Ambos	Ambos
4	Rid	Estados Unidos	M		11	7	Pai e Mãe	Ambos	Ambos
5	Bia	Estados Unidos	F		13	10	Pai e Mãe	Ambos	Ambos
6	Bru	Brasil	F	7	20	17	Pai e Mãe	Ambos	Ambos
7	Bre	Brasil	F	8	21	18	Pai e Mãe	Ambos	Ambos
8	Lu	Estados Unidos	M		13	4	Pai e Mãe	Ambos	Mãe e padrasto
9	Kev	Estados Unidos	M		13	8	Pai e Mãe	Ambos	Ambos
10	AC	Estados Unidos	F		13	8	Pai e Mãe	Ambos	Ambos
11	Sab	Estados Unidos	F		14	3	Pai e Mãe	Ambos	Mãe (Divorciada)
12	Bri	Estados Unidos	M		14	10	Pai e Mãe	Ambos	Ambos
13	Nat	Estados Unidos	F		16	14	Pai e Mãe	Ambos	Ambos
14	Ala	Brasil	F	8	18	16	Pai e Mãe	Mãe	Mãe
15	Kia	Brasil	F	10	19	17	Pai	Pai	Pai (Viúvo)
16	Bara	Brasil	F	21	23	23	Pai e Mãe	Mãe	Mãe (Divorciada)
17	Loc	Estados Unidos	F	5	22	(40 dias) 11 anos ¹	Pai e Mãe	Pai e Mãe	Mãe (Divorciada)
18	Pia	Estados Unidos	F		30	Não retornou	Mãe	Não	Nenhum
19	Jo	Estados Unidos	M	4, 6	23	(11 meses) (4 anos) 20 anos ²	Pai e Mãe	Não	Tia
20	Dao	Estados Unidos	M	14	18	(7 anos) 15 anos ³	Pai e Mãe	Ambos	Mãe e padrasto

¹ Retornou para o Brasil com 40 dias, foi novamente para os Estados Unidos com 5 anos e retornou novamente com 11

² Retornou para o Brasil várias vezes em movimentos entre Brasil, México (país de nacionalidade da mãe) e Estados Unidos

³ Retornou para o Brasil com 7 anos, foi novamente para os Estados Unidos com 14 anos e retornou novamente com 15 anos

Fonte: Pesquisa de campo em Governador Valadares.

Quadro 12- Crianças, adolescentes e jovens entrevistados em Governador Valadares que permaneceram na cidade durante o período de emigração dos pais para os Estados Unidos

No.	Apelido Fictício	Sexo	Idade Atual	Responsáveis que residiram ou residem nos Estados Unidos	Idade que tinha na partida do responsável	Responsável já retornou?	Idade que tinha no retorno do responsável	Moram com a criança, adolescente ou jovem atualmente e são responsáveis por ele(a)
1	Tam	F	13	Pai	0 meses	Não		Mãe e padrasto
2	Clar	M	9	Pai	5 anos	Não		Mãe e padrasto
3	Lana	F	10	Pai	2 anos	Não		Mãe e padrasto
4	Let	F	7	Pai	6 meses	Sim	4 anos	Ambos
5	Rene	M	9	Mãe	6 anos	Não		Avó
6	Bo	M	11	Pai - Mãe	6 meses - 4 anos	Sim	7 anos - 5 anos	Ambos
7	Al	M	11	Pai	1 ano	Sim	7 anos	Mãe e avó
8	Peo	M	13	Pai - Mãe	4 meses - 7 meses	Sim	7 anos	Ambos
9	Lua	F	12	Pai	3 anos	Sim	10 anos	Ambos
10	Sam	M	13	Pai - Mãe	1 ano - 6 anos	Sim	11 anos - 12 anos	Tia-avó
11	Mai	F	16	Pai	5 anos	Não		Avó
12	Mat	M	16	Pai	1 ano	Sim	15 anos	Mãe e padrasto
13	Ali	F	8	Pai	1 mês	Sim	4 anos	Ambos
14	Yr ¹	M	19	Pai	6 anos	Sim	14 anos	Ninguém

Fonte: Pesquisa de Campo em Governador Valadares.

Entre crianças, adolescentes e jovens entrevistados em Governador Valadares, encontram-se catorze (41,18%) que ficaram no Brasil, quinze (44,12%) que nasceram nos Estados Unidos e retornaram para Governador Valadares e cinco (14,71%) que nasceram no Brasil, migraram para os Estados Unidos com os pais e retornaram para Governador Valadares (Quadros 11 e 12). Entre aqueles entrevistados em Boston, encontram-se oito (61,54%) que nasceram nos Estados Unidos e cinco (38,46%) que nasceram no Brasil, mas residem agora nos Estados Unidos com os pais (Quadro 13).

A grande maioria das crianças e dos adolescentes nascidos no Brasil filhos de pais migrantes do Brasil para os Estados Unidos não têm a oportunidade de migrar com seus pais. Como já explicado na fundamentação teórica e no marco legal que tratam da migração para os Estados Unidos, os imigrantes irregulares não têm direito à reunificação familiar. Quando os filhos se unem aos pais naquele país, fazem isso também de forma irregular. Como a concessão de visto para famílias inteiras é dificultada pelo Consulado Americano, elas optam

pela migração em etapas, partindo inicialmente o pai, depois a mãe sozinha ou com os filhos, ou os filhos por último.

Quadro 13- Crianças, adolescentes e jovens filhos de imigrantes brasileiros entrevistados na região da Grande Boston

No.	Apelido Fictício	País de Nascimento	Sexo	Idade de migração para os EUA	Idade Atual	Cidade de Residência Atual	Cidade de Origem dos pais
1	Bra	Estados Unidos	M		8	Brockton	Ipatinga
2	Cath	Estados Unidos	F		9	Everett	Governador Valadares
3	Jes	Brasil	F	13	22	Somerville	Conselheiro Pena
4	Lu	Estados Unidos	M		8	Somerville	Governador Valadares
5	Ni	Estados Unidos	F		12	Somerville	Governador Valadares
6	Ra	Estados Unidos	M		8	Somerville	Governador Valadares
7	Ro	Estados Unidos	M		10	Malden	Governador Valadares
8	Sa	Brasil	F	8	14	Quincy	Ipatinga
9	Si	Brasil	F	11	18	Somerville	Governador Valadares
10	Re	Brasil	F	6	26	Boston	Governador Valadares
11	Nic	Estados Unidos	F		8	Quincy	Ipatinga
12	Del	Estados Unidos	M		6	Quincy	Ipatinga
13	Bia	Estados Unidos	F		1	Medford	Governador Valadares

Fonte: Pesquisa de campo em Boston.

O mais comum, porém, é a migração de pessoas jovens em idade reprodutiva que constituem famílias no exterior, ou famílias já constituídas que deixam as crianças no Brasil com a família extensa, migrando apenas um ou ambos os responsáveis. Essa é uma constatação qualitativa feita por meio de buscas feitas nas escolas, nas quais foi bastante difícil encontrar crianças que migraram com os pais depois de nascidas no Brasil.

Mesmo que nesta pesquisa o número de crianças retornadas dos Estados Unidos seja maior que o número das que ficaram no Brasil, isso não significa que esse grupo está em maioria na população do município e que seja mais fácil encontrá-lo. Aqui essa seleção foi proposital, apesar de difícil, porque um dos objetivos é analisar a integração dos que retornaram ao município.

Quando crianças fazem ou vêm a fazer parte da equação na decisão dos adultos de migrar, exigem um planejamento consciente do potencial impacto da migração sobre as fases de seu desenvolvimento. A migração internacional dos pais, quando mal planejada, pode se apresentar como uma situação bastante adversa ao desenvolvimento infanto-juvenil. Observa-se que algumas famílias fazem seu planejamento muito bem, até intuitivamente, sem precisar de muita orientação psico-pedagógica. Porém, outras enfatizam em seu planejamento o objetivo de ganhos econômicos. Mesmo sentindo muita culpa ao tomar a decisão difícil de deixar seus filhos no Brasil, fazem essa escolha justificando que beneficiarão os filhos materialmente e em muitos casos subestimam os custos afetivos e emocionais que o processo migratório pode infligir à criança que é afastada temporária ou definitivamente dos seus pais.

Por meio da análise que se segue, ficará perceptível que a migração internacional, apesar de em muitos casos solucionar parcial ou até completamente a vulnerabilidade econômica de famílias de crianças e adolescentes, pode também acrescentar vulnerabilidades à convivência familiar e comunitária, que se somam às preexistentes ao processo migratório e que serão também discutidas a seguir, quando forem analisadas as vulnerabilidades sociais.

Ao migrar, os pais não planejam abandonar seus filhos, mas as circunstâncias que se colocam no processo migratório como obstáculos para o retorno no tempo planejado ou a reunificação no local de destino podem adiar esse retorno ou impedir a ida posterior dos membros que ficaram no Brasil. O adiamento do retorno e a impossibilidade de reunificação podem ter impacto bastante negativo nas uniões preexistentes, levando à separação definitiva de casais e perdas de vínculos com crianças que foram deixadas no Brasil.

Em muitos casos de famílias entrevistadas tanto as relações conjugais preexistentes quanto as construídas ao longo do projeto migratório não se mantiveram, e as mulheres, mães e avós, viram-se sozinhas em situação de abandono financeiro e com a responsabilidade sobre crianças e adolescentes filhos de migrantes.

Ao observarmos os Quadros 11 e 12, podemos perceber que, dentre as famílias desta pesquisa, que se formaram nos Estados Unidos e geraram seus filhos lá, com a mulher e o homem enfrentando o desafio da migração juntos, a separação dos casais ocorreu com menor frequência e estes retornaram juntos para Governador Valadares, permanecendo com seus filhos até o presente. É possível que o simples fato de terem enfrentado esses desafios em conjunto, aumente a probabilidade de completarem o projeto migratório juntos e de retornarem a Governador Valadares com seus filhos. Em muitos desses casos a migração internacional não se constituiu em um fenômeno que fragilizou a família e sim a fortaleceu e uniu, principalmente quando o sonho da casa própria foi atingido no retorno.

Porém, podemos observar nesta pesquisa, que o oposto ocorreu mais frequentemente, quando a família se dividiu e apenas um ou ambos os responsáveis migraram, deixando filhos para trás. No Quadro 12, que apresenta o perfil das crianças deixadas no Brasil, observamos que as famílias nas quais os dois genitores permaneceram juntos e com a guarda da criança ou adolescente após a conclusão do projeto migratório representam uma minoria. A maioria são famílias reconstituídas depois de divórcios que podem ter sido grandemente influenciados pela separação geográfica imposta pela migração internacional.

Os dados coletados em campo indicam uma tendência de que, dentre as crianças impactadas pela migração internacional dos pais, as que ficam no Brasil enfrentam as situações mais adversas, seguidas daquelas que migram com os pais em situação de irregularidade. Já as que nascem nos Estados Unidos, são as que tendem a passar por menos adversidades no processo de migração internacional e a apresentar menores dificuldades na convivência familiar e comunitária.

As seções seguintes analisam as situações de vulnerabilidade que crianças e adolescentes enfrentam ao longo do processo migratório e as estratégias de resiliência utilizadas por elas e suas famílias visando minimizar os impactos adversos da migração em suas vidas.

5.1 Vulnerabilidades individuais: proteção física e segurança

Segundo a matriz analítica de Ignácio da Silva et al (2013), apresentada no capítulo 2 da fundamentação teórica desta pesquisa, ao analisar a vulnerabilidade individual de crianças e adolescentes em situações adversas, deve-se observar se estas se encontram em situação de insuficiência ou ausência temporária ou definitiva de proteção física, segurança e relações sustentadoras contínuas. Esta seção trata dessa questão.

Ignácio da Silva et al (2013) elencam em sua matriz seis aspectos a serem observados em relação à proteção física e à segurança da criança:

- a) acompanhamento pré-natal;
- b) tipo de parto e idade gestacional;
- c) condições fisiológicas da criança;
- d) cuidado à saúde e prevenção de agravos à criança;
- e) padrão alimentar da criança;
- f) exposição a agentes ou situações danosas.

Como este estudo não é uma pesquisa médica e foi realizado com crianças a partir de seis anos de idade, não levantou dados detalhados sobre os cinco primeiros itens listados anteriormente. Porém, a questão do acesso aos serviços de saúde na história de vida de crianças e adolescentes foi abordada nas entrevistas e responde de forma eficaz se filhos de migrantes internacionais enfrentam ao longo do processo migratório situações de falta de segurança física e proteção. Essas questões, relativas ao acesso aos serviços de saúde, serão tratadas mais adiante, quando analisarmos as vulnerabilidades sociais e programáticas vividas por crianças, adolescentes e suas famílias, no país de destino ou no Brasil.

Trataremos a seguir de três situações de vulnerabilidades individuais relacionadas à segurança física e à proteção que foram detectadas durante a pesquisa e mais relacionadas aos dois últimos aspectos listados acima:

- a) padrão alimentar ameaçado em razão de abandono financeiro temporário por pai migrante internacional;
- b) não definição de uma guarda legal temporária para a criança ou o adolescente que fica no Brasil sem seus genitores;
- c) mobilidade mal supervisionada entre Brasil e Estados Unidos para crianças e adolescentes brasileiros filhos de migrantes internacionais.

Evidências dessas vulnerabilidades são apresentadas a seguir por meio de excertos de entrevistas com crianças, adolescentes, responsáveis e instituições de assistência social, tanto em Governador Valadares quanto em Boston.

5.1.1 Abandono financeiro e o risco da falta de alimento básico

Apesar da melhoria da qualidade de vida material para o migrante e sua família ser sempre mencionada como a principal motivação para a migração internacional, em muitas famílias, ou essa melhoria não chega a acontecer para aqueles que ficam no Brasil ou ela ocorre depois que a criança já passou pela infância. Com frequência, até que o migrante se adapte ao local de destino e consiga fazer remessas regulares, a família extensa assume os custos de manutenção da criança com todas as consequências em termos de privação que isso possa significar. Em alguns casos percebe-se um abandono financeiro da família por parte do migrante internacional, abandono esse que pode ser temporário ou definitivo. As privações decorrentes desse abandono desprotegem crianças e adolescentes e os coloca em situação de perda de um dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito ao provimento de alimento por parte do genitor. Muitas mães no Brasil não lutam pela garantia

desse direito e assumem as crianças sozinhas com o apoio da família extensa. Com a migração internacional do genitor, a luta por tal direito parece ficar ainda mais difícil e desanima essas mulheres de irem em busca da garantia de um direito que não é delas e sim das crianças.

Em várias das entrevistas indícios de abandono financeiro foram percebidos e relatados pelos entrevistados, mas em apenas um único caso três crianças, filhos de um migrante internacional, chegaram a ficar temporariamente com seu padrão alimentar básico ameaçado por falta de recursos para a compra de alimentos, decorrente da migração internacional do pai, do abandono financeiro temporário e do fato de residirem longe da família extensa. Segundo relato da mãe, a família já se encontrava em situação de vulnerabilidade em virtude de uma combinação de fatores, como desemprego do pai e da mãe, conflito conjugal com violência e alcoolismo por parte do pai. Trata-se da família de Lana e Clar (nomes fictícios), entrevistados em Governador Valadares, e cuja entrevista da mãe é apresentada a seguir.

Observa-se que nesse caso a mãe residia em um município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, longe da família extensa, e acabou passando por dificuldades para alimentar seus filhos, optando finalmente pelo retorno a Governador Valadares com as crianças em busca de ajuda da família, após a emigração de seu marido. Hoje a família vive da ajuda do avô idoso, do qual a mãe toma conta, e das remessas irregulares que chegam dos Estados Unidos, residindo em uma casa pequena e simples de um bairro popular de Governador Valadares. Os excertos a seguir demonstram a situação vivida pela família com a migração do pai.

Ele foi meu marido, tínhamos oito anos de casado e depois que ele foi, acabamos nos separando. Já tínhamos os três filhos [...] saí de Vespasiano, porque onde eu morava era muito perigoso e fui morar em Itanhomim, minha família é toda de lá, e pagava aluguel e juntou tanta coisa, irmão dele mora lá e ficava falando que ele estava com mulher [...] conta para pagar e eu não estava trabalhando porque os meninos estavam pequenos ainda, e tornei entrar em depressão [...] e aí que eu vim morar em Valadares, minha irmã já mora aqui muitos anos e aluguei uma casa perto da dela, demorei a me recuperar [...] Lá em Itanhomim comprava fiado, quando faltava as coisas eu corria na mercearia e pegava. Como ele ficou um tempo sumido, sem mandar nada, a conta foi crescendo e acabei ficando com a cabeça ruim [...] A família dele fala que os meninos são bem criados, porque foram criados longe dele, se o pai estivesse aqui, eles seriam uns meninos impossíveis [...] Financeiramente quando preciso de alguma coisa meu pai ajuda. (Mãe de Lana, nome fictício, 11 anos, e de Clar, nome fictício, 13 anos, cujo pai migrou para os Estados Unidos)¹⁶

¹⁶Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Trechos das entrevistas realizadas com Lana e Clar (nomes fictícios), a seguir, demonstram que a moradia é pequena, inadequada para abrigar com privacidade todas as crianças, que sentem falta do pai e mantêm contato com ele desejando conhecê-lo pessoalmente, mas expressam pouca esperança de que isso possa vir a acontecer, pois têm consciência do alto custo dessa viagem. Deixam claro que gostariam apenas de visitá-lo, pois preferem morar em Governador Valadares com a mãe.

Ele pergunta como é que eu tô, eu pergunto a ele também, ele pergunta como eu estou indo na escola, o que eu estou aprendendo lá, ele pergunta um monte de coisa. Eu também pergunto como ele está e gosto de conversar com ele. Tenho muita vontade de conhecer o meu pai pessoalmente, mas não tenho vontade de morar lá, só de passear porque eu gosto mais do lado da minha mãe, gosto mais aqui de GV. (Lana, nome fictício, 11 anos, cujo pai migrou para os Estados Unidos).¹⁷

Não temos um quarto para cada um, minha irmã mais nova dorme na sala e eu durmo com minha irmã mais velha em um quarto, e na hora de estudar eu estudo na sala[...] Falo toda semana com meu pai, pela internet e por telefone, vejo o rosto dele. Ele me manda cartas, presentes. Como ele não pode vir ao Brasil eu tinha vontade de ir visitá-lo, mas é difícil, e tenho vontade só de visitar, quero morar aqui mesmo. (Clar, nome fictício, 13 anos, cujo pai migrou para os Estados Unidos).¹⁸

Oito dentre quatorze crianças e adolescentes entrevistados (57,14%) que permaneceram em Governador Valadares após seus pais migrarem e seus responsáveis fornecem em suas entrevistas indícios de que as remessas de alimento por parte dos genitores muitas vezes ocorrem de forma esporádica e não regularmente, como estabelece como direito deles o Estatuto da Criança e do Adolescente. Na maior parte dos casos, as crianças e adolescentes não passam por privações maiores porque as mães que ficam e a família extensa absorvem custos de mantê-las. Vejamos os relatos que se seguem:

Eu mudei de escola particular para a pública assim que ele foi pra lá e também muito problema financeiro, aí eu tive que mudar. (Mat, nome fictício, 16 anos, filho de pai migrante internacional para os Estados Unidos).¹⁹

Por ele estar fora, ele poderia até mandar um dinheiro. Ele manda, só que é praticamente de ano em ano, e olha lá ainda. Essa é uma vantagem, mesmo que seja pouco ele está ajudando e a desvantagem é por não ser um pai presente. (Mai, nome fictício, 16 anos, filha de pai migrante internacional e mãe migrante regional, que ficou com a avó paterna em Governador Valadares).²⁰

¹⁷Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

¹⁸Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

¹⁹Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

²⁰Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Ele foi em busca de dinheiro, porque ele não é formado, tem o segundo grau e nunca quis trabalhar aqui como empregado, os meninos eram pequenos. Ele já morou lá por oito anos, depois que ele morou ele voltou, nós nos conhecemos e nos casamos e depois ele foi mais umas quatro vezes. Eu nunca fui, ele ia e ficava lá por seis meses e dois anos aqui [...] Lá ele tinha uma vida boa, tinha o respeito do patrão dele, ele sempre era chefe de cozinha e depois em 2005 ele voltou [...] Ele vinha com dinheiro no bolso que sustentava durante dois anos e dessa última vez ele ficou mais de dois anos aqui, ficou de 2005 a 2009, e o dinheiro acabou. Período de crise, não dava para ele voltar e estava muito endividado, foi onde ele me deixou com muita dívida, aí eu me separei dele [...] Os meninos vivenciaram todo esse momento de falta de dinheiro, o desespero que eu fiquei, eu não tinha o apoio dele, ele ligava o dia inteiro, mas não mandava a grana para que eu pudesse pagar as contas e eu tinha que dar o meu jeito [...] Minha mãe e meu pai que me ajudavam muito e como eu tinha filho pequeno e ele ficava seis a oito meses fora, então eu ficava sempre à volta dos meus filhos, a trabalhar [...] sempre trabalhei dois horários [...] sempre tive a minha renda e que foi comprometida por ele, mas que agora está tudo quitado. Os meninos sentiam a falta dele, mas dentro de casa eu sempre fui pai e mãe, ele era presente, mas uma presença insignificante. Ele chegava em casa, saía cedo, pegava a gente na escola para almoçar e chegava 11 horas da noite para dormir. A migração não me trouxe nenhum retorno financeiro, trouxe despesas, me arreventou e com certeza ele vai voltar pra lá, porque aqui ele não tem formação. (Mãe de Mat, nome fictício, 16 anos, filho de migrante internacional para os Estados Unidos).²¹

Com exceção da mãe de Mat, nenhum dos adolescentes tem consciência de que tem direito à pensão alimentícia regular por parte do pai e muitos ficam bastante agradecidos pelas doações que chegam, mesmo que somente em forma de presentes.

Nos casos aqui apresentados, quando ajudas financeiras chegam, são irregulares e insuficientes para melhorar a condição de vida de crianças e adolescentes e facilitar a daqueles que ficam com a guarda destes. As estratégias de resiliência dessas guardiãs relatadas em suas entrevistas são: trabalhar mais do que trabalhavam anteriormente; reduzir gastos com despesas que costumavam ter, como a mãe de Mat, que decidiu colocá-lo em uma escola pública depois da migração do pai; ou recorrer ao apoio financeiro da família extensa.

Qualquer uma dessas alternativas de resiliência é paliativa e não substitui bem a alternativa de responsabilizar o pai ou a mãe migrante que não faz as remessas regulares. Essa, sim, seria a alternativa ideal, mas é importante frisar que não é fácil, por ser uma decisão que além de criar um litígio processual na família, não é facilmente executada pelo Poder Judiciário por se tratar de um processo que envolve um genitor que reside fora do Brasil. Portanto, as famílias optam pela não judicialização da relação e permanecem aguardando que o genitor migrante eventualmente consiga ou decida cumprir com sua responsabilidade.

²¹Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

5.1.2 A não definição de uma guarda legal temporária

A não definição de uma guarda legal temporária para crianças e adolescentes quando seus pais migram ocorre por desconhecimento dessa possibilidade ou porque os migrantes, quando saem, planejam voltar logo, mas ao chegarem ao local de destino mudam seus planos adiando o retorno ou decidindo permanecer no destino por tempo indeterminado. O responsável que substitui os pais se vê então na condição de não conseguir proteger ou defender todos os interesses da criança e do adolescente cuja guarda assumiu informalmente. Por sua vez, sob uma guarda informal, crianças e adolescentes estão sempre sob o risco iminente de ficarem desprotegidos, sem nenhum guardião, uma vez que ninguém assumiu formalmente sua guarda.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA estabelece em seu capítulo III, artigo 33, parágrafo 2º, que é possível deferir a guarda de uma criança ou adolescente a terceiro em caráter excepcional para atender a uma situação peculiar e eventual de ausência dos pais, sem que com isso eles percam o pátrio poder, como demonstrado a seguir:

Art. 33. A guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional [104] à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais [105].

§ 2º. Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável [108], podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados [109]. (BRASIL, 1990)

104 Vide art. 32, do ECA. São estes os deveres do guardião, valendo observar que são mais restritos que o do tutor e dos pais, posto que a guarda pode coexistir com o poder familiar e não confere o direito de representação do guardião em relação ao guardado (vide art. 33, §2º, *in fine*, do ECA). Importante destacar que, por força do disposto no art. 33, §4º, do ECA, o fato de o guardião ser obrigado a prestar assistência material à criança não desobriga os pais deste mesmo dever (que decorre da relação de parentesco e encontra respaldo no art. 229, da CF), podendo ser os mesmos demandados a prestar alimentos ao filho que estiver sob a guarda de terceiro, contribuindo com sua manutenção, atendendo aos critérios de necessidades do alimentado/ possibilidades do alimentante, próprios das ações de alimentos. (Para comentários 105, 108 e 109, ver Anexo B)
(DIGIÁCOMO E DIGIÁCOMO, 2013 p. 35)

A instituição da guarda temporária ou especial facilita a proteção e a defesa dos direitos da criança pelo guardião e lhe dá o direito de cobrar dos pais que contribuam com sua parcela do alimento dos filhos regularmente, como explicado na anotação 104 do ECA, citada anteriormente.

Em entrevista com uma conselheira tutelar do município de Governador Valadares, foi-nos informado que a prática da guarda informal tem chegado ao Conselho Tutelar como

um problema a ser equacionado com o apoio do estado, porque tem prejudicado o acesso de crianças e adolescentes aos seus direitos e a benefícios sociais. Ela exemplifica, em sua entrevista, uma situação de dificuldade de acesso a um benefício do governo estadual para adolescentes em razão da falta de formalização da guarda e cita outras violações de direito sofridas por crianças e adolescentes filhos de migrantes internacionais.

É, nós temos muitos adolescentes que moram com os avós, então, a maioria é arrimo de família. Aí, o que acontece com a guarda de fato? Não existe a guarda[...] Eles entram, são inseridos no programa Poupança Jovem, e não conseguem receber o dinheiro, por que ao abrir a conta no banco, cadê o guardião, cadê o termo de guarda? Eles não deixam abrir [...] Então, esses meninos tiveram um problema, porque chega o período de receber, e cadê o dinheiro, como receber, como abrir conta? [...] De 45 adolescentes, nós conseguimos apenas ajudar oito, porque aí, alguns procuraram advogados[...]A gente tem que tirar da cabeça que, quem está lá fora tá nadando em dinheiro, porque não é a realidade [...] Talvez na década de 80, mas de 2000 pra cá não [...] Eu já peguei o finalzinho, né. Imagine, esses agora, com essa crise. Como que eles vão pagar advogado, gente? Então, é muito difícil. Tinha que ter um meio, que quando a pessoa saísse do país, que fosse lutar lá fora, de resguardar o máximo possível o direito da criança e do adolescente. Essa guarda, essa burocracia pra ter uma guarda, entendeu? [...] Que pudesse fazer com que a avó, a família extensa, responsável que pudessem resolver essas questões que eu vejo que são simples[...] Já imaginou um programa que está para ajudar, dá um incentivo ao adolescente não largar a escola e ao mesmo tempo ele é impedido de receber. (Conselheira tutelar de Governador Valadares).²²

Dentre outras violações de direitos, ela explica que a mais comum é a dificuldade de acesso ao registro de nascimento, pois quando a criança nasce nos Estados Unidos e retorna para Governador Valadares, sua família paga um valor elevado para a transcrição do registro de nascimento feito no exterior:

Hoje, a criança nasceu no Brasil, ela tem o direito ao registro de nascimento gratuito. À segunda via, ela também tem direito. Agora, quando a criança nasce lá, e chega aqui, para transcrever, tem um valor alto, eu acho um absurdo, acho que é uma violação tão grande, para a criança. [...] Eu vejo como uma violação de direito. Ele nasceu foi lá, ele tá chegando aqui, ele não ter direito ao registro como uma criança que nasceu aqui? E é filho de brasileiros!(Conselheira tutelar de Governador Valadares).²³

A formalização da guarda faria com que guardiões se sentissem mais seguros em seu papel de protetores e educadores e definiria os papéis dos pais e avós ou tias guardiãs, evitando conflitos entre as partes. Na seção onde trataremos do impacto da imigração sobre a vida afetiva de crianças e adolescentes veremos que conflitos entre pais e guardiões são

²²Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013.

²³Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013.

percebidos pelos adolescentes e afetam seu dia a dia, dificultando sua vida familiar e comunitária.²⁴

5.1.3 Mobilidade mal supervisionada entre Brasil e Estados Unidos

Nas entrevistas em Governador Valadares e em Boston observamos que algumas famílias submetem crianças e adolescentes a movimentos mal supervisionados entre o Brasil e os Estados Unidos, não respeitando as suas fases de desenvolvimento e esperando que estes, ainda muito jovens, se adaptem bem a essas experiências sem o acompanhamento dos pais. Nelas, crianças e adolescentes são colocados em risco de sofrer com a ação de agentes criminosos ou em situação de vivenciar experiências traumáticas. Nesta pesquisa três situações foram detectadas:

- a) crianças e adolescentes que atravessam a fronteira do México com coiotes acompanhados ou não de parentes;
- b) crianças e adolescentes que entram nos Estados Unidos com documentação falsificada na companhia de pessoas que eles não conheciam previamente;
- c) crianças nascidas nos Estados Unidos que são enviadas para visitar os parentes no Brasil ou que fazem vários movimentos entre os dois países, jovens demais para lidar emocionalmente com a novidade das relações com parentes que não conhecem e acompanhadas por conhecidos dos pais com os quais também não se sentem completamente familiarizadas e seguras.

A primeira situação, a travessia da fronteira do México para os Estados Unidos, foi relatada por muitos responsáveis como uma experiência bastante estressante e traumática para adultos e definitivamente não recomendada para crianças e adolescentes. Uma mãe afirma ter atravessado com adolescentes desacompanhados de parentes. Seu relato nos informa que coiotes os utilizam para facilitar a entrada de adultos nos Estados Unidos, já que, por estarem com crianças ou adolescentes, os migrantes não são deportados imediatamente quando pegos pela imigração. Assim, crianças e adolescentes atravessam a fronteira dos Estados Unidos com o México desacompanhados de parentes e vivem situações traumáticas de muito medo e risco na entrada, acompanhados de pessoas que não conhecem.

²⁴Neste mesmo capítulo, na seção 5.2, depoimentos de crianças e adolescentes e seus guardiões serão apresentados sobre as relações entre filhos e pais migrantes internacionais.

Naquela época (2002) de menor não podia ficar preso, então ele fez um grupo. Eu fiquei com um garoto de menor, meu cunhado e uma senhora de 60 anos com mais dois menores. Eram pessoas diferentes e que nós nem conhecíamos, mas foram como se fossem nossos irmãos e filhos. E era só se a imigração pegasse a gente. E chegamos na beirada, atravessou o rio muito frio, cheio de pedra, o pessoal caía, machucava. E quando chegamos na beirada da estrada, não aparecia policial nenhum, e ficamos perdidos. A gente tentou, compramos a passagem e fomos para a rodoviária, mas não tinha como viajar, não tínhamos documento, e o pessoal da rodoviária disse que éramos para procurar a imigração [...] Chegaram lá eles falaram que nós tínhamos passado pelo rio, eu falei que não, mas minha bolsa tinha água, aí ele falou: está aí a prova de que vocês atravessaram pelo rio e mandaram a gente voltar pela ponte, e ficamos apavorados [...] Pensamos que tinha acabado, e o que íamos fazer? [...] Eles prenderam a gente, ficamos dentro da delegacia e começou o interrogatório, era um homem tão ruim, ele gritava com a gente, e a gente falava que não sabia falar inglês e não estava entendendo, e ele falando que estávamos sim [...] Fui interrogada por sete horas direto. Os menores, meu cunhado e a senhora, choravam igual criança. Eles usaram meu depoimento para todo mundo, eles só assinaram e deram para gente uma carta de liberação para a viagem, e depois, ser convocado pela imigração, na corte. Esta corte nunca apareceu, eu fiquei lá por dez anos e nunca fui convocada. (Mãe de Ju, nome fictício, 6 anos, que nasceu nos Estados Unidos e hoje reside em Governador Valadares).²⁵

Outra mãe, residente atualmente na Grande Boston, relatou primeiro a experiência traumática de sua travessia pelo México em 2005 e depois afirmou que autorizou a travessia da filha de 8 anos com sua irmã em 2009, mesmo sabendo dos riscos, porque já havia tentado muitas vezes, inutilmente, conseguir um visto para a filha. Vejamos a seguir o seu relato e logo em seguida o de sua filha, que felizmente teve uma experiência melhor, mas em todo caso bastante estressante para sua idade.

Fiquei quarenta dias perdida na fronteira do México. Os cara queriam me estuprar. O pessoal que estava vindo comigo apanhou pra tentar proteger a gente [...] Nós perdemos pessoas porque não aguentou andar, eles batiam, largou as pessoas pra trás [...] eram umas doze pessoas e muitos adolescentes de 16, 17 anos. Não tinha muito novos não [...] Deus é tão bom que nós nos jogamos do trem e caímos em cima de uma fábrica de jornal [...] Já tinha polícia da imigração lá. Aí a polícia pegou nós [...] Foi tão bom, eles cuidavam de nós, perguntavam se a gente estava bem. Eles viram o perigo. Nós agradecia a eles porque nós não sabia se a gente ia sobreviver. Ele falou que ia levar a gente para a casa de um padre brasileiro [...] Quando chegou o padre veio receber nós falando português [...] Deu pra gente, roupa, cada um teve seu quarto, aí a gente foi comer, tomar água, que tinham que a gente não tomava [...] A imigração deu as cartas pra a gente poder vir de avião de lá até chegar aqui. Ele colocou a gente dentro do avião [...] Esses quatro anos que eu fiquei longe da minha filha era muito forte a saudade dela, e um dia que eu liguei, a professora dela falou que ou eu trazia ela ou eu ia embora. Porque eu podia gastar tudo que eu ganhasse aqui com ela lá no Brasil que eu nunca ia conseguir fazer o meu papel de mãe. Bateu o meu desespero. Gastei muito dinheiro tentando trazer ela com visto. Não consegui. Pedi muito a Deus que trouxesse ela pra mim, que eu ia entregar ela no México. A mesma pessoa que trouxe meus dois irmãos me prometeu entregar ela com sete dias, mas como ela veio com minha irmã e minha irmã não quis entregar ela pra americana, ela teve que ficar trinta dias no México. (Mãe de Sa, nome fictício, 14 anos, imigrante residente na Grande Boston).²⁶

²⁵Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

²⁶Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

Eu vim pelo México. Passei trinta dias no México. Medo eu tive muito. Eu nem pensava que eu ia chegar aqui. Eu pensava às vezes, aí eu vou morrer no caminho, eles vão me matar, porque eles não querem criança aqui né? Eu vim com minha tia e só tinha eu de criança no grupo. Eu já tinha tentado o visto muitas vezes, mas nunca consegui. Como minha mãe não aguentava mais ficar sem mim e nem eu sem ela, ela resolveu me trazer pelo México. Foi uma travessia tranquila, a gente não teve contato com a imigração, correu tudo bem. Todo dia era uma pessoa nova que nos acompanhava, mas nos acompanharam até o fim do trajeto. (Sa, nome fictício, 14 anos, imigrante residente na Grande Boston).²⁷

Outra jovem entrevistada, quando adolescente, mesmo acompanhada por uma prima maior de idade, foi separada dela pelo grupo de coyotes que as conduzia em 2002 e passou vinte e oito dias em uma instituição de acolhimento na fronteira até que sua família a localizasse. Vejamos seu depoimento a seguir.

A gente veio pelo México, eu, meu irmão e minha prima, ela devia ter uns 22 anos quando ela trouxe. Eu tinha 12 anos e meu irmão tinha 6. Daí a gente tava em um esquema lá de falar que nós três éramos irmãos. Só que na hora de atravessar a fronteira o homem mudou lá o negócio, daí eu fui como se eu fosse irmã de um outro cara que eu não conhecia. A gente treinou algumas perguntas porque a gente ia parar na imigração e eles iam fazer as perguntas lá. Só que quando a gente chegou lá eles perguntaram “qual a cor de sua geladeira? Qual a cor de sua casa?” E isso a gente não tinha treinado. Então meu irmão e minha prima passou porque os dois ficou como irmãos e eles sabiam tudo direitinho. Eu fiquei presa lá porque eles acharam que o homem estava me raptando. Eu fui prum tipo de cadeia de criança e eu fiquei lá nessa cadeia vinte e oito dias. Era tipo uma escola, mas era uma cadeia, porque você dormia em uns galpões que tinha as camas beliche e todo mundo ficava lá e tinha um vigia vinte e quatro horas por dia. Só tinha duas brasileiras, eu e uma outra, o resto era hispanos. Eu não falava nada então eu dependia dessa outra menina que me ajudava. Eu fiquei uns cinco dias sem saber onde eu tava, se alguém sabia que eu tava lá. Assim, fiquei desesperada. Aí depois meu pai ligou, porque o homem que trouxe a gente falou pra ele que a gente tinha ficado preso. Eu fui e conversei com meu pai por telefone. Ele falou que ia fazer de tudo pra me tirar o mais rápido que podia. Demorou vinte e oito dias por causa da burocracia. Eu chorava todo dia de desespero. É um choque pra uma criança. (Je, nome fictício, 23 anos, imigrante residente na Grande Boston).²⁸

Na entrevista que se segue mais uma evidência de que as travessias pelo México envolvem crianças desde o incidente de setembro de 2001.

Fui em 2004, estava com oito anos. Meu tio foi primeiro e tentou levar a minha mãe, mas não conseguiu o visto e a segunda vez deu certo. Eu era muito pequena, sentia muita falta dela, comecei a entrar em depressão e meu pai não tinha tempo pra gente, ficávamos com babá. Eu não tinha intenção de migrar de jeito nenhum. Aqui a gente morava com meu pai, meus irmãos e minha mãe. Minha mãe foi e depois de quatro/cinco meses meu pai levou a gente. Fomos pelo México igual à minha mãe. Eu não me lembro como foi a travessia, só me lembro que íamos ver minha mãe. (Ala, nome fictício, 19 anos, que imigrou para os Estados Unidos na infância e retornou para Governador Valadares).²⁹

²⁷Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

²⁸Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

²⁹Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Além da travessia pelo México, outra forma de mobilidade de crianças e adolescentes entre o Brasil e os Estados Unidos é por intermédio de documentação falsa. Essa é uma forma de entrada menos arriscada do que a entrada pelo México, mas, se feita sem a companhia dos pais, corre o risco de ser bastante traumática. No seguinte relato de uma adolescente, o processo de falsificação dos documentos é chamado de “montagem”. Ela informa que entrou nos Estados Unidos antes de 2001 com sua irmã menor, quando tinham aproximadamente 7 e 8 anos, respectivamente, com documentação “montada”. Complementa que entraram sem a companhia dos pais, acompanhadas por uma jovem de menos de 18 anos que elas nunca haviam visto antes.

Quando eu e minha irmã éramos bem pequenas, acho que a gente tinha 5 e 6 anos, meu pai foi, depois logo após um ano minha mãe foi. Eu e minha irmã ficamos aqui morando com nosso tio e a nossa tia por quase um ano e depois nós fomos também [...] fomos com montagem de visto, acompanhadas por uma menina que a gente nunca conheceu na nossa vida [...] ela foi como se estivesse acompanhando a gente, mas eu acho que ela era mais jovem do que eu hoje [...] acho que tinha 16 ou 17 anos. Era bem jovem. (Bre, nome fictício, que emigrou para os Estados Unidos e retornou para Governador Valadares).³⁰

Outra forma de mobilidade bastante comum, mas no sentido contrário, é a vinda para o Brasil de crianças brasileiras nascidas nos Estados Unidos sem a companhia dos seus pais, já que eles estão em situação de irregularidade. Podem vir apenas para visitar ou para residir com parentes da família extensa em momentos em que os pais enfrentam situações difíceis nos Estados Unidos. Esse tipo de mobilidade ocorre não porque seja um desejo de crianças e adolescentes, mas dos pais, por quererem que os parentes no Brasil os conheçam ou por precisarem estar um período sem eles em situações difíceis nos Estados Unidos. Algumas crianças fazem esse movimento com frequência anual, como se fossem elos da transnacionalidade de suas famílias, foco de ligação e união entre aqueles que estão no Brasil e os que estão nos Estados Unidos sem poder retornar. Vejamos a seguir alguns relatos dessas experiências.

Ele já foi lá duas vezes, fica um mês cada vez que vai. Ele foi muito novo, a primeira vez que foi tinha 4 anos. Amigos levam pra gente. Sempre tem amigos que levam. (Mãe de Ra, nome fictício, 8 anos, filho de imigrante residente na Grande Boston).³¹

³⁰Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

³¹Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

A última vez que meu filho foi para o Brasil sozinho em 2010, quando estava com 6 anos, foi na época da gripe suína e chegou lá gripado e deu febre. Uma comissão de Belo Horizonte, todo mundo de branco, prendeu meu filho dentro da casa da minha mãe, minha mãe, não podia sair, todo mundo de máscara, ele gritando me querendo, eu desesperada daqui. Ele ama ir, mas ele não vai mais não. (Mãe de Ro, nome fictício, filho de imigrante residente na Grande Boston).³²

Na experiência relatada a seguir, a mãe, após um divórcio, enviou seu filho de 6 anos sozinho para o Brasil com seis meses de antecedência de sua vinda com o filho menor. Ele, com essa idade tão tenra, logo após uma experiência de divórcio dos pais, teve que fazer a viagem sozinho para morar em um país que não conhecia, com uma avó com a qual ele não estava suficientemente familiarizado. Vejamos o relato da mãe.

Fui solteira com 23 anos. Conheci meu companheiro lá. Quando tivemos o primeiro filho, não éramos casados. Casamos, tivemos o Lu e depois separamos. Depois de três anos que eu estava divorciada eu vim embora, ele ficou lá e depois ele veio. O filho mais velho tinha 6 anos quando me separei, e decidi vir embora no início do ano seguinte, mandei ele primeiro em junho, porque o ano letivo lá acaba em julho, e como ele era o maior eu mandei ele pra casa da minha mãe, ficava mais fácil ficar com o Lu, porque estudar na mesma escola, na cidade vizinha tinha que estar levando. Ele veio, ficou com minha mãe até dezembro e em dezembro eu vim com o Lu. (Mãe de Lu e Dao, nomes fictícios, 13 e 18 anos respectivamente, filhos de imigrantes que nasceram nos Estados Unidos e atualmente residem em Governador Valadares).³³

Aparentemente ele passou bem por essa primeira experiência difícil, pois nenhum problema foi relatado na entrevista. Porém, aos 14 anos, mais uma vez, a mãe o enviou primeiro para fazer um movimento que ela faria depois. Dessa vez o movimento foi do Brasil para os Estados Unidos, já que ele é cidadão americano. Ela esperava que com a presença dele nos Estados Unidos, ela conseguiria autorização para retornar. Isso não aconteceu, mas o adolescente permaneceu nos Estados Unidos sem os pais, na companhia de tios e tias, passando por dificuldades emocionais que ele descreve a seguir.

Na última ida, fiquei lá por um ano e meio, e voltei para GV. Foi uma decisão da minha mãe, porque nos Estados Unidos a maioria dos adolescentes usam droga. As “*High School*”, são muito grandes e o professor não vai até a gente, a gente que vai até o professor. Quando batia o sinal eu passava pelas escadas e tinham os alunos fumando, mas eu nunca me interessei, via nos noticiários o quanto era ruim. Mas aí acabei ficando sozinho, porque meus primos começaram a se envolver com estas coisas eu fiquei sem saber até com quem sair. Como eu era muito novo, meu psicológico era fraco, acabei sendo internado, tinha alucinações e quando minha mãe ficou sabendo eu vim embora. Cheguei ao Brasil e tive que fazer tratamento. (Dao, nome fictício, 18 anos, filho de imigrante que nasceu nos Estados Unidos e atualmente reside em Governador Valadares).³⁴

³²Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

³³Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

³⁴Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Em mais um excerto de sua entrevista, a mãe reconhece que não tinha consciência do impacto que suas decisões, em relação à mobilidade internacional do filho mais velho, teriam em seu desenvolvimento. Afirma que tomou consciência depois de tudo o que ocorreu, quando o psiquiatra no Brasil chamou a atenção dela.

Levei no neurologista e no psiquiatra e eles disseram que isso pode ser porque ele ficou longe da mãe, porque criança não pode ficar longe de mãe, o médico disse que não separa filho de mãe. E quando eu o mandei pra lá, achei que meu documento fosse sair na outra semana e eu iria logo em seguida [...] Acho que foi juntando tudo, ele sem a mãe, os primos envolvendo com coisa errada, ele sozinho. E foi o que o médico falou [...] Ele ficou internado durante um mês, mas eu não sabia, porque se eu soubesse ele não ficaria nem uma semana e tinha mandado trazê-lo de volta. Só que minha irmã escondeu isso de mim [...] Depois de um mês, que ele saiu do hospital que ele foi me falar e eu fiquei desesperada [...] Falei com ela que o problema dele era estar sozinho, sem eu. E graças a Deus, ele voltou e nunca mais mexeu com nada, e ficou comprovado mesmo que era a solidão. Tem dois anos que ele voltou, está estudando. (Mãe de Dao, nome fictício, 18 anos, filho de imigrante que nasceu nos Estados Unidos e atualmente reside em Governador Valadares).³⁵

A impossibilidade da reintegração familiar regular e da livre mobilidade dos pais entre os dois países, por estarem em situação de irregularidade no país de destino, os leva a autorizar esses movimentos de risco para crianças e adolescentes. A travessia destes pela fronteira do México sempre ocorreu, mas é possível que haja uma intensificação desta alternativa após o recrudescimento das medidas tomadas para impedir a imigração irregular após o incidente terrorista de setembro de 2001, pois todos que deram esses depoimentos imigraram após essas medidas, quando o passaporte biométrico já dificultava a utilização dos passaportes e vistos falsos “montados” no Brasil.

Mesmo que se possa afirmar que esses casos não são os mais comuns, pois a maior parte das famílias, por falta de condição, deixa suas crianças no Brasil aos cuidados da família extensa, é importante que esses movimentos, que colocam crianças e adolescentes em risco de vida ou prejudicam sua saúde física e mental sejam considerados no planejamento de políticas públicas que visem orientar ou apoiar famílias com crianças em suas decisões migratórias.

³⁵Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

5.2 Vulnerabilidades individuais: as relações sustentadoras contínuas

Nas próximas páginas damos continuidade à discussão sobre as vulnerabilidades individuais de crianças e adolescentes, tendo foco agora no segundo aspecto para o qual Ignácio da Silva et al (2013) chamam atenção, as relações sustentadoras contínuas na vida familiar e comunitária. Em sua matriz listam quatro elementos a serem observados, necessários para o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente. São eles:

- a) estrutura familiar;
- b) laços afetivos para com a criança;
- c) estabelecimento de limites, organização e expectativas;
- d) experiências adequadas ao desenvolvimento infantil.

Atualmente é quase um consenso no campo dos estudos da família que a família contemporânea está em constante transformação, com uma diversificação cada vez maior dos arranjos familiares, e que nenhuma estrutura familiar pode ser colocada como a ideal para o desenvolvimento infanto-juvenil (CARNEIRO E MAGALHÃES, 2011; MEYER ET AL, 2012). O primordial, em qualquer arranjo familiar, é que a criança esteja cercada de afeto em um ambiente o menos conflituoso possível e minimamente organizado para suprir as necessidades de seu desenvolvimento tão bem colocadas por Ignácio da Silva et al (2013) em sua matriz analítica das vulnerabilidades na infância e adolescência apresentada no capítulo da fundamentação teórica.

No mesmo capítulo apresentamos a teoria do apego de Bowlby (2002) que chama atenção para a importância dos vínculos de apego com os pais ou figuras substitutas, que são geralmente da família extensa, principalmente na primeira infância, de 0 a 6 anos, quando, segundo Erik Erikson (1959), a família ainda é a primeira e quase única referência para a criança. Bowlby (2002) ressalta o fato de os vínculos com os pais se desenvolverem melhor nesse período de 0 a 6 anos, o que não significa que não possam ser desenvolvidos mais tarde, mas que a ausência de vínculos sustentadores contínuos nessa fase da vida coloca a criança em situação de vulnerabilidade que pode repercutir sobre o seu desenvolvimento emocional ao longo de toda a sua vida.

Em qualquer contexto, não só o de migração internacional, já foi afirmado na fundamentação teórica que os marcos legais dos direitos da criança e do adolescente alertam para o fato de a família nuclear, para atentar para todos esses aspectos, precisar contar com o apoio da família extensa e da sociedade por intermédio de suas instituições civis e do Estado.

Com base nas entrevistas realizadas nesta pesquisa e em observações feitas em campo, percebemos que em geral as famílias de imigrantes residentes em Governador Valadares e aquelas residentes na Grande Boston, com origem em Governador Valadares, mantêm ainda uma estrutura da tradicional família mineira extensa, nas quais é comum a coabitação de vários núcleos familiares de gerações diferentes. Mesmo quando a coabitação não ocorre, existe a forte participação da família extensa na educação das crianças. Vejamos um trecho de entrevista com uma criança que exemplifica essa observação.

Quando eu era pequenininha minha mãe morava na casa da minha avó, aí depois eu fiquei maiorzinha ela mudou para outra casa na chácara e depois mudou para a casa que eu moro. Ainda costumo ficar na casa da minha avó uns três dias, de vez em quando só um, depende da semana, eu vou de manhã e volto às 5 horas da tarde no domingo e no sábado....Minha irmã não mora comigo, ela mora com minha avó. Ela tem 12 anos. Ela é filha da minha mãe com outro homem. Quando minha mãe morava com minha avó, quando minha mãe ia sair, ela ficava com minha avó e ficou muito apegada com ela [...] Encontro a minha irmã nos sábados e domingos. (Let, nome fictício, 7 anos, filha de imigrante que já retornou para Governador Valadares).³⁶

Quase todas as crianças entrevistadas que foram deixadas no Brasil temporária ou definitivamente pelos pais migrantes internacionais, com poucas exceções, têm essa forma de relação próxima com avós, tias-avós e tias. Essa estrutura familiar extensa, com participação principalmente de mulheres, facilita a permanência de crianças no Brasil em caso da migração dos pais, pois tias e avós assumem facilmente o papel de cuidadoras substitutas. Observa-se que essa coabitação não ocorre apenas em Governador Valadares, em virtude do acesso mais dificultado à casa própria, mas também no local de destino do migrante, que inicialmente coabita com parentes que migraram anteriormente e que os recebe, inclusive às crianças e adolescentes, até que consigam moradia exclusiva para o núcleo familiar recém-chegado ou formado. Vejamos a seguir um exemplo similar em um trecho de entrevista com uma criança que descreve seu arranjo familiar inicial enquanto residia nos Estados Unidos.

Quando minha mãe chegou lá, ela chegou com trabalho, porque minha tia é gerente de um Mac Donalds lá e ela trabalhava com minha tia e meu pai demorou um tempo. Quando chegamos com meu pai fomos morar junto com meus tios, a casa era de dois andares e cada um tinha um ambiente separado. Meus pais trabalhavam muitas horas por dia, saíam cedo e voltavam à noite. Até quando morávamos com meus tios, minha tia ficava com a gente e depois não, mas não tinha perigo de ficar sozinho e moramos com eles por um ano. Depois morávamos só nós. (Ala, nome fictício, 18 anos, filha de imigrante internacional, que já retornou para Governador Valadares).³⁷

³⁶Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

³⁷Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Observamos, porém, que outras variáveis, além do apoio da família extensa, determinam como a migração internacional dos pais afeta a vida da criança e do adolescente no que diz respeito às suas relações sustentadoras e como essas relações ficam após a migração. Elas estão relacionadas aos elementos colocados por Ignácio da Silva et al (2013), pois trata-se de variáveis da estrutura familiar e de como a família consegue organizar a vida da criança e estabelecer com ela expectativas e limites. Elas são as seguintes:

- a) **criança já nascida ou não antes da migração** – Tal situação determina o nível de risco que a criança corre com a migração, pois aqueles que nascem nos Estados Unidos já têm a vantagem de não ter que passar pelo estresse da entrada irregular no país de destino, seja ela pelo México, seja com documentação “montada”. Além disso, já nascem com direitos garantidos que crianças migrantes nascidas no Brasil não têm;
- b) **idade da criança quando a migração dos pais ocorre** – Crianças cujos pais migram depois de passar alguns anos com elas têm maior chance de manter seus vínculos afetivos com os pais na transnacionalidade, mesmo que o retorno demore ou não ocorra;
- c) **padrão de apego da criança com os pais migrantes antes da migração** – Segundo Bowlby (2002), pais que tiveram cuidadores pouco responsivos às suas necessidades na infância e que não construíram um padrão de apego seguro tendem a reproduzir o mesmo nas suas relações com os filhos. É possível então que esses pais tendam a construir os seus projetos migratórios sem levar em consideração as necessidades afetivas dos filhos, mesmo que levem em consideração o seu bem-estar material;
- d) **migração feita por um ou ambos os pais** – A saída de um dos pais e a permanência de um deles são sempre melhor para a criança, mas pode levar a dificuldades para a manutenção dos laços matrimoniais do casal o que pode repercutir em perda de vínculos para o casal e para a criança também;
- e) **existência de uma expectativa de reunificação familiar e se esta é cumprida pelo migrante** – Deixar uma criança com expectativa de que haverá uma reunificação e não cumprir essa expectativa é extremamente prejudicial para o seu desenvolvimento psicológico;.

- f) **como é a relação do casal antes e durante a migração** – Alguns casais têm uma relação de gênero que sobrevive ao estresse do processo de migração internacional sobre suas relações. Se antes da migração essa relação de gênero já é difícil, a probabilidade é de que a migração internacional distancie o casal não só geograficamente, mas afete negativamente sua união levando à separação, muitas vezes com consequências materiais e emocionais negativas para as crianças;
- g) **Como a transição para o guardião substituto é realizada em caso de a migração ser feita por ambos os pais** – É sempre desejável que o guardião substituto já tenha uma relação afetiva bem estreita com a criança e que a criança possa permanecer na mesma comunidade com toda sua rotina mantida, mas muitas famílias não têm essa alternativa;
- h) **Como é a relação do guardião substituto não só com a criança, mas com seus pais durante o tempo de residência destes no exterior** – Para a manutenção dos vínculos com os pais, é importante que o guardião não tome o lugar deles, mas que consiga substituí-los, sempre reforçando a importância do vínculo da criança com os pais, para que no retorno a convivência entre pais e filhos possa ser restaurada. É muito comum que os guardiões se apeguem excessivamente à criança, assumindo o lugar dos pais e até desestimulando a manutenção dos vínculos com estes, praticando a alienação parental.

Cada uma dessas variáveis influencia muito no impacto da migração sobre a vida de crianças e adolescentes e seria muito bom que ao planejar a migração internacional os pais tivessem consciência de todas elas e de como afetam o desenvolvimento dos seus filhos.

Apresentamos a seguir análises separadas das vulnerabilidades relacionadas às relações familiares de crianças e adolescentes em cada caso de migração, ou seja:

- a) vulnerabilidades familiares de crianças deixadas no Brasil;
- b) vulnerabilidades familiares de crianças que ainda residem na Grande Boston;
- c) vulnerabilidades familiares de crianças que nasceram nos Estados Unidos ou migraram com os pais e já retornaram para Governador Valadares.

Esta análise será feita com a apresentação de casos, sempre tentando identificar as vulnerabilidades, as estratégias de resiliência e se a criança ou o adolescente foram beneficiados ou não pela migração dos seus pais.

5.2.1 Vulnerabilidades familiares de crianças deixadas no Brasil

Observamos nesta pesquisa que a maior parte das crianças deixadas no Brasil quando os pais migram, tem menos de 6 anos de idade (ver Quadro 12 na página 97). Algumas famílias afirmam que a criança muito pequena não percebe a saída do pai ou da mãe migrante. Talvez prefiram sair nesse período com base na ideia equivocada de que assim estarão causando menores danos aos seus filhos e retornando mais cedo, antes que eles cresçam. Desejam prover-lhes, o quanto antes, uma boa moradia e uma boa educação e também não perder a autoridade e estar presente na adolescência, antes da completa autonomia da idade adulta. Vejamos um exemplo desse tipo de pensamento.

Fui, no final de 2004, fui para Danbury, Connecticut, uma hora mais ou menos de Boston, fiquei lá quatro anos e dois meses, quando saí larguei a Let, que estava de colo, com seis meses. Esta distância toda que nós ficamos longe um do outro, chega e a gente fica vergonhoso, na hora de brigar com ela a gente fica com vergonha, porque ela já está grandinha, com 5 anos e por ter ficado longe, ela pode falar “você não é meu pai.” Agora que acostumou, mas no começo, ficava meio assim [...] Eu tenho uma experiência do meu primo, ficou por muitos anos lá e quando ele veio, a menina dele estava com 10 anos e hoje ele já legalizou, a menina conversa com ele, mas não é aquela coisa de pai e filho, é aquela coisa mais distante (Pai de Let, nome fictício, 7 anos, imigrante que já retornou para Governador Valadares)

Bowlby (2002) explica, em sua teoria do apego, que os vínculos familiares dos pais com a criança dependem da responsividade do adulto aos apelos desta por contato, e que vínculos fortes e seguros criados nos primeiros anos de vida preparam melhor a criança para suas relações ao longo de toda a vida. Ele afirma que se vínculos forem criados bem cedo, tanto com a mãe quanto com qualquer outro adulto que se mostre bastante responsivo às necessidades da criança, ela sofrerá um processo de “luto” ao passar por um afastamento, porém o vínculo já estará criado.

Se o vínculo de uma criança com os pais for forte e seguro e o afastamento ocorrer em uma fase da vida em que ela já consiga racionalizar e entender as razões da distância, e se ambos descobrirem uma forma de se comunicar a distância, ela encontrará em seu interior a resiliência para passar pelo luto sem uma quebra definitiva de vínculo. Assim uma reintegração será mais fácil, pois representará um fortalecimento dos vínculos e não uma criação de vínculo tardio.

A teoria do apego de Bowlby (2002) nos fornece subsídios para inferir que possivelmente essa é a melhor forma de os vínculos sobreviverem à transnacionalidade de uma relação familiar em contexto migratório, transformando crianças em adultos emocional e

socialmente sadios. Esse é o entendimento que alguns pais imigrantes internacionais demonstram não ter, o de que vínculos afetivos pouco têm a ver com a autoridade de pais provedores. Afinal, uma coisa é o vínculo material do provimento, e outra é o vínculo afetivo, que se desenvolve melhor em um período específico da vida da criança, pois suas fases de desenvolvimento emocional requerem uma atenção diferenciada e devem ser priorizadas e respeitadas, assim como suas necessidades materiais.

Essa falta de entendimento que algumas famílias de imigrantes têm de como os vínculos entre crianças e pais se desenvolvem pode fazer com que um afastamento temporário se transforme em uma quebra de vínculo definitiva. Pode ainda desenvolver um vínculo de dependência apenas material entre crianças e pais, estimulado pelas remessas financeiras e pela autoridade imposta pelo pátrio poder.

Em alguns casos ocorre a substituição definitiva dos vínculos com os pais, pelo vínculo com os avós ou tias, o que pode criar ressentimentos familiares que sobreviverão durante toda a vida da criança e do adolescente, levando à violação de um direito da criança, o direito ao contato com os pais, causada por avós e tias que se colocam não como substitutas temporárias, e sim como substitutas definitivas. Em alguns casos praticam a alienação parental, impedindo a todo custo que o contato entre pais e filhos se dê de fato, ou que se dê de forma sadia sem conflitos maiores, sem sentimentos de negligência e culpa.

Vejamos alguns exemplos de como a migração dos pais se deu, quais as consequências sobre o desenvolvimento da criança e qual o resultado das estratégias familiares para a manutenção dos vínculos entre pais e filhos. Alguns casos de famílias de imigrantes com crianças serão aqui apresentados individualmente com trechos das entrevistas realizadas em Governador Valadares e Boston para ilustrar o exposto nos parágrafos anteriores.

O primeiro deles é o caso de Sam, filho de um casal de migrantes internacionais que foi deixado no Brasil com sua tia-avó materna e seu avô materno. Como explicado no trecho de entrevista abaixo, com sua tia-avó, ela já tinha criado várias gerações de crianças de pais migrantes da mesma família, inclusive a mãe de Sam. O garoto já tinha um forte vínculo com essa tia antes de seus pais migrarem. Seu pai migrou quando Sam tinha 1 ano e sua mãe quando ele tinha 6 anos. Sendo assim, em seus primeiros anos de vida, a mãe esteve presente e seu vínculo com ela permanece até hoje mais forte do que o vínculo com o pai, que esteve ausente na sua primeira infância.

Quando meu irmão casou, os meninos dele foram criados mais com a gente, com minha mãe e comigo (bisavô e tia avó), porque eu era mais de casa, então foram criados comigo, inclusive a mãe do Sam. Quando eu saía com ela, até meus amigos falavam ‘Ah, Isa, não é sua sobrinha não, ela é sua filha.’ Aí meu irmão mais velho que é o avô do Sam foi para os Estados Unidos primeiro. Aí quando tinha dois anos que ele estava lá eu fui e fiquei dois anos só. Quando nós fomos, ficamos na região de Boston em Massachusetts. Eu fui no final de 87 e voltei no final de 89. Na época minha ida ajudou na minha vida, ajudou a vida do meu irmão também porque ele tinha os filhos dele pra criar. Não deu para ninguém ficar rico, mas deu pra ajudar um pouco. Como todos os meninos foram criados aqui, todos eles, mesmo depois de o avô do Sam ter vindo na frente e ela ter continuado lá, todos eles casaram aqui em casa. E depois a outra geração também foi, porque a mãe do Sam foi e ficou um bocado de anos lá e depois o meu sobrinho também foi e está lá até hoje, que é o tio do Sam. A mãe do Sam era a pessoa mais agarrada com a gente, não sei se é por ser a neta mais velha, foi criada aqui em casa, e direto ela estava com ele aqui em casa, por isso não deu para ele sentir, tinha o avô dele na época também que era muito agarrado com ele. Sentir falta todo mundo sente, até a gente que não é filho sente, mas não foi um baque na vida dele, porque ele era acostumado aqui com a gente”. (Tia-avó de Sam, nome fictício, 13 anos, deixado em Governador Valadares por pais migrantes).³⁸

A narrativa da história de vida de Sam é apresentada a seguir com inclusão de trechos de sua entrevista, somada com mais trechos da entrevista de sua tia-avó sobre seu desenvolvimento. As narrativas indicam que, nesse caso específico, a situação de vulnerabilidade colocada pelo afastamento dos pais biológicos nem chegou a existir. Isso porque os vínculos de Sam com os cuidadores substitutos, nas pessoas do avô materno e tia-avó materna, já eram muito fortes antes da migração dos seus pais biológicos ocorrer.

Tenho 13 anos e meu pai migrou primeiro para os Estados Unidos, depois de seis anos foi minha mãe. Quando minha mãe migrou foi um baque maior porque desde quando eu era pequeno eu convivia com ela e chorei quando ela saiu, sentia a falta dela lógico, mas depois de um tempo assim, eu fui acostumando a viver com minha tia e ela ligava todos os dias [...] Minha tia é praticamente mãe da minha mãe também. Porque é a mesma história, praticamente todo mundo da família já foi pros Estados Unidos [...] Então eu sempre convivi com ela, não foi nenhuma grande novidade, e foi essa minha tia-avó e meu avô que me assumiram [...] Minha mãe sempre me levava no shopping, para comer fora, quando vinha parque de exposição ela sempre me levava, sempre tive muito lazer e com minha tia também é assim, faço as mesmas coisas, com a ida da minha mãe minha vida ficou do mesmo jeito, só mudou a falta dela, porque era acostumado mais com ela, mas minha tia também é praticamente minha segunda mãe. A mudança de casa foi pra mesma região, só foi um bairro porque um era colado no outro, aí não fez muita diferença [...] No meu dia a dia eu pratico esportes, jogo videogame, jogo futebol, tudo na minha casa mesmo e às vezes com meus primos. Quando volto da escola eu chego em casa, normalmente eu lanchinho, faço as tarefas de casa, tomo banho, assisto TV ou jogo videogame [...] A comunicação com minha mãe é praticamente todos os dias, ela mora aqui no Brasil, só que lá na Bahia. Ela separou do meu pai antes de migrar, casou novamente nos Estados Unidos e tem duas filhas [...] Meu pai também casou de novo e tem outra filha também. Aqui em Governador Valadares só tem eu de filho [...] A migração internacional teve impacto na separação dos meus pais sim, a maior parte foi [...] Minha tia é responsável por tudo em relação a mim [...] Ela consegue me

³⁸Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

acompanhar nas tarefas da escola, mas vamos supor, se os trabalhos são mais avançados, mais difíceis, ela não consegue ajudar porque ela não cursou o ensino médio, então eu uso a internet, porque ela não consegue [...] A vantagem de ser filho de migrante é financeira, quando minha mãe ficou lá, melhorou a situação, mas a desvantagem é que eu fiquei longe da minha mãe, a saudade e a convivência com ela que foi só até os 6 anos da minha vida [...] Meu pai nunca deu uma assistência financeira para mim, foi mais a minha mãe mesmo [...] Eu frequento a cidade onde minha mãe mora, que é Teixeira de Freitas, só que agora estou invertendo, nas férias do meio do ano eu vou para casa da minha mãe, e nas férias do final do ano eu vou para casa do meu pai, todo ano eu visito um deles, meu contato por telefone com meu pai é muito pouco, muito pouco mesmo, é mais minha mãe. (Sam, nome fictício, 13 anos, filho de imigrantes que ficou no Brasil).³⁹

Em mais um trecho de sua entrevista a tia-avó de Sam fala um pouco sobre sua experiência de educar Sam como criança e adolescente e sobre seu desenvolvimento.

Quando ela voltou ele estava com 11 anos. Quando ela foi ela não precisou deixar uma guarda comigo porque ele ficou com o pai dela, e como ele era parente direto no registro não precisava. Não tivemos problema nenhum em resolver nada dele. Para eu ficar com o Sam não fez diferença porque eu já era acostumada com ele e toda vida o Sam foi um menino muito tranquilo. Ele nunca me deu trabalho, as professoras sempre falaram que ele é um menino 100%, nunca teve problema de disciplina, nunca fui chamada na escola porque ele estava triste, por nenhum motivo. O Sam nunca teve nenhum problema em relação à migração dos pais. (Tia-avó de Sam, nome fictício, 13 anos, deixado em Governador Valadares por pais migrantes).⁴⁰

Essa família extensa específica, familiarizada com a criança em questão, com uma transnacionalidade já estabelecida e acostumada a cuidar das crianças que ficam, conseguiu, em contexto de migração internacional, organizar-se para suprir os vínculos afetivos contínuos que Sam, filho de imigrante internacional para a região da Grande Boston, precisava para se desenvolver.

Apesar de ter perdido a convivência diária com os pais definitivamente e de relatar o “luto” pelo afastamento da mãe, em sua entrevista Sam demonstra ser um adolescente sem sequelas emocionais que afetem negativamente seu desenvolvimento. A tia-avó e o avô permitem e estimulam seu contato com os pais. Pela descrição de sua relação com a mãe nos seis anos que ficou com ela, essa mãe conseguiu estabelecer com ele um vínculo fazendo com que ele tenha uma relação íntima e frequente com ela hoje em dia. Por ter migrado mais cedo e não ter tido contato com Sam na primeira infância, o vínculo com o pai é mais distante, e ele relata ter sentido mais a falta da mãe, que ficou com ele até os 6 anos.

³⁹Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

⁴⁰Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Fica claro com base nessas entrevistas que os vínculos alternativos aos dos pais biológicos foram determinados pela tradição de migração internacional existente nessa família, já acostumada a assumir os cuidados de crianças em um arranjo familiar afetivo, sem grandes conflitos e consciente da necessidade de certa estabilidade na vida de Sam como criança e adolescente.

Quando os pais migram e uma transição da guarda, mesmo que informal, é feita para um cuidador substituto que já tenha familiaridade com a criança e que conviva com ela em seu dia a dia, uma situação de vulnerabilidade emocional pode não chegar a ocorrer. A criança pode até sofrer com a ausência inicial, mas como sua vida não se desorganiza e ela já reconhece a pessoa substituta como alguém com autoridade para lhe dar afeto, ajudar a organizar sua vida e colocar os limites que lhe são necessários para se relacionar com o mundo dentro e fora da família, ela pode encontrar resiliência para lidar com a perda temporária ou definitiva. Porém, quando os pais migram e não têm o cuidado de transição da guarda para alguém com esse perfil e que possa manter a organização da vida da criança com uma constância, a vulnerabilidade emocional pode se manifestar de várias formas, inclusive como um problema de saúde física ou mental.

Relatos de outras famílias com a mesma estrutura de família extensa demonstram que mesmo assumindo os cuidados de crianças e adolescentes para viabilizar a migração internacional dos pais, alguns processos de transição dos cuidados dos pais biológicos para os responsáveis substitutos não se dão de forma tão tranquila quanto se deu para Sam deixando crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade emocional, com efeitos negativos sobre a sua saúde física e mental.

Vejamos o exemplo da família de Rene, menino de 9 anos, terceiro filho de mãe migrante internacional que já está na segunda migração e até hoje não consegue fazer remessas regulares para benefício de seus três filhos, criados pelas avós paterna e materna, separadamente. O caso de Rene ilustra também as situações de abandono financeiro por parte de pais migrantes internacionais em que crianças e adolescentes podem ficar temporária ou definitivamente, e que já foram discutidas anteriormente.

Rene reside com sua avó aposentada em um bairro humilde de Governador Valadares. O tamanho e a simplicidade da moradia não lhe permitem ter um quarto seu. Ele dorme em uma cama na pequena sala, que sua avó separa com divisória improvisada para lhe dar o mínimo de privacidade. Rene nasceu de uma relação extraconjugal que sua mãe teve quando seu marido migrou para os Estados Unidos e demorou a retornar, além de não beneficiar materialmente, com a migração, sua família, deixada no Brasil. Essa primeira união se desfez

e ela acabou indo morar em Belo Horizonte perto do pai de Rene, deixando os dois primeiros filhos da primeira união com a avó paterna. Rene viveu com sua mãe perto do pai em Belo Horizonte até a idade de 6 anos, quando ela resolveu migrar para Portugal. A mãe de Rene voltou ao Brasil depois de dois anos em Portugal, ficou menos de um ano e migrou novamente para os Estados Unidos. Hoje ela está em uma terceira união por lá. Segundo a avó, ela faz remessas para Rene, mas com atrasos, e ainda não consegue pagar para ele um plano de saúde. A avó aceita resignada a sua função de avó/mãe e justifica muito, durante toda a entrevista, as dificuldades da filha em assumir as responsabilidades financeiras e de guarda dos filhos.

Apesar de Rene ter sido muito apegado ao pai, com quem conviveu nos seus seis primeiros anos de vida, sua mãe resolveu que o pai não tinha condições de ficar com o filho e o entregou à avó materna com uma procuração em Governador Valadares. Rene chegou à casa da avó, segundo ela, com sua saúde física e mental bastante fragilizada. Vejamos o seu relato a seguir.

Ele chegou aqui pra te dizer a verdade com problema de glicemia alta, muito gordo e fiz o tratamento, o regime que o médico mandou. Hoje ele emagreceu. Inclusive a assistente social do posto até falou que poderia ser emocional, porque ele tinha muito contato com o pai, porque em BH ela morava perto do pai dele lá. O pai é muito negligente, mexe com drogas e foi por isso que ela (a mãe) se afastou dele. Preferiu deixar ele comigo que com o pai, e ele é tão relapso que ele nem liga para o menino, chegou prometer coisas e ele (Rene) não pede para ligar para o pai porque ele sabe que não tem como [...] A paixão dela é levar ele. Ela queria estar com os três juntos, mas não tem condições né, não tem uma casa. O plano dela é levar ele ou comprar uma casa aqui e morar com os três filhos. O objetivo é conseguir um canto, uma casa, pra poder cuidar dos filhos, juntar os três, porque o pai dos dois primeiros filhos é trabalhador, mas não é aquele pai sabe que toda mãe quer, quem cuida mais é a avó [...] Lá ela limpa casa (nos Estados Unidos). Ela manda dinheiro, mas inclusive está atrasado estes dias, né, com aquelas problemas lá né. Daqui a uns tempos ela talvez possa vir a fazer um plano de saúde né porque por enquanto não tem condições [...] A relação dele é mais fácil comigo porque a mãe dele não tinha muita paciência com ele, porque tinha que correr atrás né, das coisas. (Avó de Rene, nome fictício, 9 anos, filho de mãe migrante internacional que ainda não retornou).⁴¹

Hoje Rene está bem na escola e recebe assistência médica e social no Posto de Saúde do bairro onde mora, mas nenhuma tentativa é feita por seus familiares de buscar seus direitos de alimento junto ao pai, que está no Brasil. A possibilidade de responsabilizar mais a mãe pela manutenção de Rene parece tênue para a avó. Tanto Rene quanto ela nem sequer sabem o nome da cidade em que a mãe dele reside nos Estados Unidos, apenas têm fotos do lugar.

⁴¹Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Apesar de tudo, o vínculo afetivo com os pais existe, pois Rene viveu seus primeiros seis anos de vida com eles. Fala que não gostou da mudança de cidade e que se pudesse escolher moraria nos Estados Unidos com a mãe. Mantém esse sonho para sua vida futura.

No caso de Rene, dificuldades de sua mãe nos Estados Unidos, sempre lembradas e justificadas na entrevista por sua avó, parecem ser a explicação para a não regularidade das remessas para seu sustento, porém, só um estudo longitudinal, que o acompanhasse por mais alguns anos, poderia definir se no final do projeto migratório sua mãe reassumirá suas responsabilidades de guarda e sustento. Quando entrevistado, foi pedido a Rene que desenhasse as três pessoas em quem ele mais confiava e com quem ele mais gostava de conviver. Ele desenhou a avó, a tia e o tio. Vejamos trechos de sua entrevista a seguir sobre sua convivência familiar.

Minha mãe mora nos Estados Unidos, eu converso com ela toda semana, por telefone e computador, e vejo o rosto dela. Tenho mais dois irmãos aqui e não moram comigo, moram com o primeiro marido da minha mãe. Sou o mais novo, quando minha mãe foi, eu tinha 8 anos e a ida dela pra mim foi tranquilo. A vida ficou mais fácil depois que ela migrou, ela não deixava eu brincar na rua, não deixava eu conversar com algumas pessoas e minha avó deixa. Eu converso com meus tios, que moram aqui quase todos os dias. Quando ela liga ela pergunta se estou bem, mostra foto de onde ela vai e manda dinheiro para me sustentar, e não lembro onde ela mora, ela trabalha como empregada. Minha mãe e meu pai estão separados, quando ela foi eles já estavam separados. Lá ela tem um companheiro, ele é meu padrasto, e meu pai mora em Belo Horizonte, eu sou filho do segundo companheiro da minha mãe. Antes de ela ir, me ajudava a fazer o dever de casa. Moro no mesmo bairro, e tenho muitos amigos lá, e vou na casa deles, mas não são de muito tempo porque eu morava em Belo Horizonte, vim pra cá quando minha mãe foi morar nos Estados Unidos, mas não gostei de ter mudado de cidade, e se eu pudesse escolher eu moraria nos Estados Unidos com ela. (Rene, nome fictício, 9 anos, filho de mãe migrante internacional que ainda não retornou).⁴²

Rene é uma criança de 9 anos que ainda não foi impactada positivamente pela migração de sua mãe. Perdeu a convivência familiar com ela e com o pai ao mesmo tempo e mudou da cidade em que residia, perdendo também a constância de toda sua rotina de vida e as relações comunitárias que tinha em Belo Horizonte. A mãe de Rene pelo menos formalizou, por intermédio de uma procuração, a guarda do filho pela avó materna.

O que se observa da entrevista de Rene e de sua avó é que esse menino ainda está em fase de adaptação com a sua nova família nuclear, nova escola, nova cidade, novo bairro, novos amigos e ainda se lembra da vida em Belo Horizonte, da convivência com a mãe, sente falta dela, mesmo que diga que sua avó lhe dá mais liberdade, e lamenta ainda as mudanças em sua vida. Em sua entrevista é contraditório, afirmando que a saída da mãe foi

⁴²Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

tranquila para ele e que prefere os cuidados da avó, mas ao mesmo tempo afirma que não gostou das mudanças e que se pudesse escolher moraria com a mãe. Essa contradição demonstra a confusão mental de uma criança que sofre com a escolha da mãe e se ressentido em relação a ela, dizendo que prefere a avó, mas ao mesmo tempo demonstra apego pela mãe migrante. É um caso de apego inseguro, como descreve Bowlby (2002) em sua teoria do apego, ou seja, apego por uma figura materna com a qual ele sabe que não pode contar no momento, a quem ele ao mesmo tempo deseja e rejeita.

Esse caso ilustra que um projeto migratório dos pais que não leva em consideração a necessidade de constância na vida familiar e comunitária de uma criança pode causar dificuldades temporárias ou definitivas no desenvolvimento físico e mental da criança ou adolescente. Ao contrário da família de Sam, que conseguiu manter toda sua rotina de vida minimizando a perda da convivência com a mãe que migrou, as mudanças foram muitas para Rene, e ocorreram simultaneamente. Por isso sua saúde mental e física ficou temporariamente abalada, começando a melhorar com a constância que sua avó lhe ofereceu.

Nos dois casos aqui apresentados a tia-avó e a avó não criam dificuldades para os contatos entre os netos e seus pais. Deixam a criança ou adolescente livres para se relacionarem com os pais da forma que conseguem, mesmo a distância. Porém, nesta pesquisa, detectamos indícios de alienação parental praticada por mães e avós que serão apresentados e discutidos a seguir.

A alienação parental é uma violação do direito da criança ou do adolescente à convivência com o pai ou a mãe, praticado geralmente por um dos pais, que permanece com a guarda em caso de separação, mas que pode ser também praticada por membros da família extensa que assumem a guarda de uma criança no caso da ausência temporária de ambos os pais. Essa violação de direito é comum nos casos de separação de um casal com filhos e causa sérios prejuízos à saúde psicossocial da criança. Ela é descrita por Dias (2008) como:

Processo de destruição, de desmoralização, de descrédito do ex-cônjuge. Os filhos são levados a rejeitar o genitor, a odiá-lo. Tornam-se instrumentos da agressividade direcionada ao parceiro. A forma encontrada para compensar o abandono [...] acaba recaindo sobre os filhos, impedindo que os pais com eles convivam. O alienador, em sua maioria a mulher, monitora o tempo e o sentimento da criança, desencadeando verdadeira campanha para desmoralizar o outro. O filho é levado a afastar-se de quem o ama, o que gera contradição de sentimentos e destruição do vínculo afetivo. Acaba também aceitando como verdadeiro tudo que lhe é informado. Identifica-se com o genitor patológico e torna-se órfão do genitor alienado. O alienador [...] assume o controle total [...] O pai passa a ser considerado um invasor, um intruso a ser afastado a qualquer preço. Esse conjunto de manobras confere prazer ao alienador em sua trajetória de promover a destruição do antigo cônjuge. (DIAS, 2008, p. 12)

Em contexto de migração internacional a alienação parental pode ser praticada até mais facilmente pelo genitor que fica com a guarda da criança enquanto o outro migra, ou por uma avó, no caso dos dois pais migrarem. Isso porque a distância geográfica do genitor alienado facilita ao alienador convencer a criança ou o adolescente de que foi abandonado. Tal fato impede a manutenção de vínculos que poderiam ser mantidos na transnacionalidade beneficiando a criança ou o adolescente com a migração do pai ou da mãe migrante.

No caso das avós que assumem uma guarda informal, a alienação parental é alimentada pelo medo de que afastem delas a criança, cuja guarda de direito volta para o pai ou a mãe migrante após o seu retorno.

Vejamos a seguir excertos de entrevistas de duas adolescentes que deixam em suas falas evidências de que passam por esse processo.

Acho que nem era nascida, não converso com meu pai, nem por carta, internet, nada [...] As pessoas que mais gosto de conviver são minha mãe e minha irmã de 7 anos, e ela é filha de outro pai, e ele mora com a gente, mas eu não gosto dele não. Ele não tem autoridade sobre mim, somente minha mãe, ele não faz o papel de pai, mas às vezes chama a minha atenção, mas nem sempre eu obedeço. [...] O lugar que eu mais gosto de ir em GV é na igreja, e vou uma vez por semana, vou aos domingos e vai a família toda e quem nos levou a frequentar foi meu padrasto, ele é presbítero da igreja e ele que introduziu a gente. Gosto também de ir ao shopping e sempre com a família, minha mãe não deixa eu sair sozinha, ela não deixa eu ir em lugar nenhum, minha rotina é casa, escola e igreja. Minhas melhores amigas são da internet, não as conheço pessoalmente, chego da escola e uso a internet até umas 23 horas [...] Não tenho contato com a família do meu pai, ele tem outros filhos aqui em GV e não tenho contato. Um dia eu quero ter contato com ele sim, tenho vontade de ir aos Estados Unidos e conhecer meu pai lá. Quando falo que quero conhecer meu pai, minha avó briga, porque quando eu nasci, a mãe do meu pai mandou me colocar na “Febem”, porque eles não me consideravam e até hoje não têm muita consideração. Tenho a curiosidade de morar fora do Brasil. (Tam, nome fictício, 13 anos, filha de imigrante internacional que ficou com a mãe em Governador Valadares).⁴³

Tenho 16 anos e só tenho meu pai migrante internacional, minha mãe mora em Juiz de Fora [...] Eu nasci em JF e vim para GV com meu pai, mas minha guarda é da minha mãe. Não sou registrada no nome do meu pai e quem cuidou de mim desde pequena foram meus avós paternos [...] Vim pra cá com 1 ano e 6 meses. Quando meu pai migrou eu estava com 5 anos, e antes dele migrar meu contato com ele era muito pouco e quando ele migrou não fez muita diferença [...] quando a gente é criado com os pais a gente tem aquele elo assim de conversar mais, ser mais aberto com nossos pais. Com avós é diferente, a gente tem que estar ali respeitando as normas deles por eles estarem com medo por eu não ser filha deles [...] A diferença de geração faz diferença no modo de criação, tenho mais limites que um jovem normal. Meus avós não deixam andar sozinha na cidade [...] Ela não gosta de deixar eu sair, ir numa lanchonete com as amigas, de vez em quando ela deixa, mas é raro. Eu já entendi isso de não ter liberdade [...] Levo minhas amigas na minha casa e ela sempre fala que se bater o olho ela sabe se é boa ou não, e bate o olho e já fala, sai fora, ou não. Não tenho contato com os filhos da minha mãe, eu ia até viajar, só que não deu [...] Para meus avós esta viagem é um pouco difícil, ela conhece muito o

⁴³Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

lado da família da minha mãe, ela fica com medo por minha mãe ter minha guarda, de minha mãe ficar comigo [...] Se eu for visitar minha mãe a minha avó vai junto, não impede mas vai junto. Eu gostaria de ter esse espaço sozinha. Meu pai já está conseguindo os papéis para ele não ser ilegal e para poder me levar também. Eu teria vontade de ir só passear lá, morar não, por eu não saber como ele cuidaria de mim, porque não tive convivência com ele antes de ele ir pra lá, não sei se ele me educaria da forma certa e na cidade da minha mãe eu tenho vontade de ir só para conhecer, passear. Hoje minha mãe é minha avó, e meu plano é continuar morando aqui em GV. (Mai, nome fictício, 16 anos, filha de imigrante internacional que ficou com a avó em Governador Valadares).⁴⁴

Ambas demonstram não estar muito felizes com suas vidas, mas conformadas com sua sorte. Não têm liberdade para se relacionarem com adolescentes de suas idades. Mai demonstra não ter direito de escolher as amigas, sendo este o papel de sua avó. Tam, além de não se relacionar com meninas de sua idade, corre riscos com amizades da internet, seu único meio de socialização, além do espaço da igreja. A igreja é o único espaço de socialização franqueado pela mãe e padrasto. Felizmente gosta desse espaço.

Ambas estão cerceadas de se relacionarem livremente com os pais migrantes e suas famílias. Mai visita a mãe apenas supervisionada pela avó, não tem direito de visitá-la sozinha, como diz que desejaria. Tam está convencida pela mãe e avó materna de que o pai migrante a abandonou e de que a família dele não a quer, mas demonstra vontade de conhecê-lo, vontade essa que é desconsiderada quando pedem que ela não fale do pai em casa.

No caso de Mai, ela entende que sua avó tem medo de perder sua guarda informal e por isso não a deixa visitar a mãe. Seja qual for a razão dessas guardiãs, ignorar ou cercear o desejo de uma adolescente de conhecer um pai ou uma mãe com quem conviveu pouco é uma violação de direito. Esse tipo de afastamento só se justifica em casos que os pais constituam risco para os filhos e só poderia ser determinado em juízo. É muito comum em famílias nas quais a alienação parental é praticada por um guardião muito controlador, que toda a família seja conivente com medo de sua reação, e que até os pais se conformem com a situação, julgando que para o bem da criança ou do adolescente devam desistir de fazer muitos contatos. Muitos desses casos nunca chegam a ser denunciados, ficando sem resolução até que a criança ou o adolescente que sofre com a alienação se torne um adulto e venha a conhecer o genitor e sua família, formando sua própria opinião sobre ele.

A avó de Mai não quis ser entrevistada, não disse que não, mas ficou fugindo da entrevista até que desisti, depois de muitas tentativas, em respeito ao seu desejo de não ser entrevistada. A entrevista com Mai só foi autorizada porque foi um pedido da escola. A mãe de Tam deu uma entrevista cujo trecho apresentamos a seguir.

⁴⁴Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Ele nunca foi meu marido, foi meu namorado. Eu tinha 27 anos quando fiquei grávida dela. Nos separamos antes dele migrar. Ele reconheceu a paternidade em juízo, mas viu ela uma vez só. Ele migrou para Massachusetts em 2002, quando a Tam tinha 2 anos. Não tenho contato com ele nem com ninguém deles, eles não gostam da gente não, os avôs dela não gostam dela, inclusive quando ela nasceu eles mandaram colocar ela no orfanato. Quando eu falei que ela nasceu eles me disseram isso. Tem uma irmã que mora aqui que conversa com ela pela internet. Encontraram-se uma vez só. Eles são muitos, são sete irmãos ao todo. Nos primeiros três anos eu só tinha o suporte dos meus pais e depois eu casei quando ela tinha três anos. Minha gravidez foi muito complicada emocionalmente por causa da presença dele. Ele mora lá até hoje. Eu não gostaria que eles tivessem contato, está bom assim. Foi melhor criar ela sozinha, o pai dela é meu pai, avô/pai. Eu moro em outra rua, mas ela passa o dia aqui com meus pais e só vai para casa quando eu chego do serviço. Ele (o pai migrante) dá para ela R\$ 92,00 por mês que é 14% do salário mínimo. Ela não tem amigas no bairro, fica em casa sozinha, no computador, na escola não sei se tem amigas, pois não vou lá sempre. Com a irmã ela briga, mas gosta. Ela tem vontade de ir para os Estados Unidos. Depois que ela estudar mesmo, fazer a faculdade, ela pode ir. Antes disso ela não vai não. Esta pesquisa vai fazer contato com o pai também? (Mãe de Tam, nome fictício, 13 anos, filha de migrante internacional que ficou com a mãe em Governador Valadares).⁴⁵

Fica óbvio nessa entrevista como a mãe transfere as mágoas dela com o ex-companheiro para a relação com a filha, deixando claro para esta que não pode ter contato com o pai e a família dele até se tornar adulta e autônoma. Por isso Tam recorre à internet, para ter seus contatos com a família do pai e até para ter amigas fora do ambiente da igreja. Depois da pergunta sobre o contato com o pai para a entrevista, assegurei-lhe que a pesquisa não interferiria nas relações familiares de Tam e que essa seria a última entrevista que precisava com a família.

Da análise da realidade de 14 crianças, adolescentes e jovens que foram deixados pelos pais migrantes internacionais em Governador Valadares conclui-se que seis deles foram materialmente beneficiados pela migração internacional e suas famílias conseguiram planejar a migração de forma a não resultar em perdas significativas de vínculos.

Dentre esses seis é mais comum se ouvir avaliações positivas sobre os benefícios da migração internacional dos pais, como no excerto de entrevista apresentado a seguir.

Antes de eles irem para os Estados Unidos éramos muito pobres, meu pai era motoboy e minha mãe trabalhava em uma lanchonete, foi aí que meu pai teve a ideia de ir para Portugal e Estados Unidos, para ver se melhorava nossas condições financeiras, e melhorou muito, hoje meu pai é empresário. (Peo, nome fictício, 13 anos, filho de casal migrante internacional que ficou com a avó em Governador Valadares, mas seus pais retornaram e assumiram a sua guarda).⁴⁶

⁴⁵Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013.

⁴⁶Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares

Pode-se também concluir que oito crianças e adolescentes não foram beneficiados materialmente pela migração internacional e ainda sofreram a perda da convivência com seus pais biológicos. Desses oito, pelo menos três, perderam a convivência com ambos os pais. Os outros cinco permanecem com suas mães, que se separaram dos pais de forma litigiosa, e estabeleceram relações conjugais com outros companheiros. Algumas dessas mães, assim como algumas avós, preferem que seus filhos mantenham certa distância dos pais biológicos, praticando graus variados de alienação parental. Como algumas dessas crianças e adolescentes demonstraram em suas entrevistas ressentimentos e tristeza por esse distanciamento, é possível que esses vínculos estejam latentes e possam ser parcialmente reconstituídos em suas vidas adultas quando forem autônomos para tomar suas próprias decisões em relação às interações com os pais distantes.

Observamos que as estratégias de resiliência de crianças e adolescentes que sofrem com diferentes graus de alienação parental e com limites excessivos resultantes dos medos de suas guardiãs são: conformar-se com a situação presente de afastamento do genitor migrante, alimentando a esperança de que seja temporária; sonhar com a possibilidade futura de reencontro com o genitor migrante; buscar pequenas janelas de liberdade, como combinar passeios com pessoas que as guardiãs confiam e utilizar a internet para contatos que elas não aprovariam pessoalmente; fazer amigos nas igrejas, por ser este um ambiente que as guardiãs confiam e no qual lhes conferem maior liberdade.

5.2.2 Vulnerabilidades familiares das crianças que residem na Grande Boston

Como já afirmado anteriormente, as crianças que menos sofrem vulnerabilidades no processo migratório são aquelas que nascem no local de destino, mesmo que haja um retorno posterior para o país de origem. Isso porque essas crianças não passam pelo “luto” que Bowlby (2002) descreve que ocorre quando há uma separação entre a criança e os pais e nem pelas dificuldades da reintegração com eles quando esta ocorre. Geralmente as crianças que nascem no país de destino, no caso dos Estados Unidos, com poucas exceções, permanecem com seus pais. Mesmo aquelas que são excepcionalmente mandadas para o Brasil sem os pais, por causa de dificuldades destes no país de destino, não passam por uma separação longa, pois têm a cidadania americana e a brasileira, podendo se reintegrar à família em qualquer tempo quando a dificuldade temporária é sanada. Essas crianças podem passar por outras situações de vulnerabilidade, mas nada que se compare ao impacto negativo de uma separação com perda de vínculos.

Entre as 13 crianças e adolescentes e seus responsáveis entrevistados em Boston quase não foram percebidas vulnerabilidades na relações familiares. Apenas uma adolescente demonstrou dificuldades na convivência familiar decorrente do fato de não ter nascido nos Estados Unidos, de ter se reunificado à sua família apenas aos 8 anos, e de vivenciar uma situação de diferença de status de regularidade/irregularidade entre ela e seus irmãos. Apesar de apenas essa única família ter sido entrevistada em tal situação, algumas famílias de imigrantes vivem essa realidade de ter filhos mais velhos que migraram com os pais depois de nascidos no Brasil ou se reintegraram à família de forma irregular posteriormente, ao mesmo tempo em que têm filhos menores nascidos nos Estados Unidos. A diferença de vivência familiar, com impactos diferentes da migração, sobre eles pode fazer com que dificuldades de convivência entre irmãos e destes com os pais ocorram. Essa situação de contraste dentro da mesma família, se não bem administrada, pode gerar dificuldades de adaptação da criança ou do adolescente mais velho à vida no país de destino. Uma adolescente entrevistada expressa bem seus sentimentos em relação a essa situação:

Quando cheguei aqui foi muito difícil, ainda é. Porque, acho que eu sou meio ciumenta. Assim, todo o carinho que eles têm na idade deles eu não pude ter. Eu tive da minha avó e da minha tia, mas da minha mãe e um pai junto, eu nunca tive. Assim, às vezes é difícil. Eu sei que eu sou ciumenta, eu sei que eles falam as coisas, ah! Eu e minha mãe a gente briga demais! Não é fácil não! Com meu padrasto é ele na dele e eu na minha. Porque assim, sei lá, ele trabalha muito também, então isso ajuda porque eu quase não vejo ele. Mas, não é ruim a relação não, assim, é melhor do que muitas por aí tem. A maioria das minhas amigas tem pai perto, mas tem aquelas que têm padrasto e as que têm padrasto são filhas únicas, então é diferente de mim. Às vezes me sinto diferente de todo mundo. Aqui nos Estados Unidos tem pais separados, mas eles conversam uns com os outros, então isso deixa as crianças melhor. Mas, eu não tenho nada a reclamar porque eu sempre fui criada sem o meu pai [...] Meu pai tem um tempo que eu não falo com ele porque ele nos deixou quando eu era pequena. Ele e minha mãe separaram quando eu tinha 4 anos. Ele me pegava às vezes para passear com ele, mas quando eu tinha 6 anos ele mudou para o Rio de Janeiro e depois ele nunca mais ligou, nunca mais quis saber de mim. Eu consegui o número dele e às vezes eu ligo, mas é raramente, porque eu não me conformo com o que ele fez. (Sa, nome fictício, 14 anos, imigrante irregular que foi deixada no Brasil com a avó e depois de quatro anos se reintegrou informalmente à mãe na Região de Boston).⁴⁷

Nesse excerto de entrevista, Sa, menina de 14 anos, manifesta como se considera desprivilegiada em sua vida familiar em contraste com seus irmãos, em razão do impacto da migração internacional de sua mãe e da migração regional de seu pai, enquanto seus irmãos têm uma vida familiar mais estável. Chega a manifestar como esse contraste de realidade incomoda, quando fala das amigas que também viveram a separação dos pais, mas são filhas

⁴⁷Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

únicas, ou seja, não vivem esse incômodo do contraste de realidade. Apesar de tudo, Sa demonstra estar lidando bem com a situação e encontrando resiliência dentro de si sem ajuda profissional, pois não tem acesso a nenhum atendimento psicológico para lidar com suas perdas. Essa resiliência é demonstrada quando faz afirmações como: “Mas, não é ruim a relação não, assim, é melhor do que muitas por aí tem”, ou “Mas, eu não tenho nada a reclamar porque eu sempre fui criada sem o meu pai”.⁴⁸ A resiliência de Sa é conquistada com muita fé em sua igreja. Quando indagada sobre seu espaço de convivência predileto diz o seguinte:

Eu gosto muito de ir na igreja. Porque assim, sei lá, a gente tem um grupo de jovem. Eu sempre gosto de ouvir a palavra de Deus, porque é bom. Tem muita gente da minha idade nesse grupo. (Sa, nome fictício, 14 anos, imigrante irregular que foi deixada no Brasil com a avó e depois de quatro anos se reintegrou informalmente à mãe na Região da Grande Boston).⁴⁹

A resposta de Sa é uma resposta comum, dos imigrantes adultos e das crianças e adolescentes, tanto na região da Grande Boston quanto em Governador Valadares. Esse aspecto da resiliência encontrada na relação com as igrejas será tratado mais adiante, quando discutidas as vulnerabilidades sociais.

Duas lideranças de instituições entrevistadas falam das dificuldades das famílias com filhos que, como Sa, reintegram-se às suas famílias nucleares após terem sido deixados no Brasil por alguns anos com a família extensa.

Eu acho que o grande problema da família aqui, essas famílias que deixaram os filhos pra trás e a gente tem aqui na cooperativa gente assim, e têm outras que acabaram de trazer os filhos, mas não viam há alguns anos, esse é um grande problema, porque eu não posso nem imaginar o que é ficar sem ver meus filhos, de repente você não conhece mais aquela criança e aquela criança não conhece mais você, quando chega é um problema. (Líder do Grupo da Mulher Brasileira em Boston).⁵⁰

Alguns pais vêm e as crianças ficam no país de origem. Isso é uma situação muito difícil. A ideia de compensar é porque eles se sentem culpados, porque vieram e deixaram as crianças. Muito embora nós sabemos que não é uma questão de culpa, eles precisavam vir naquele momento, há várias coisas que podem explicar isso. Pulando essa parte, mesmo assim, psicologicamente falando, eles convivem com esta ideia de culpa e tanto lá, como ela disse, eles mandam coisas caras pra poder compensar isso, quando vêm pra cá é um mimo, sobretudo no início, aquela coisa, ah, minha filha, meu filho chegou. Então não disciplinam as crianças como se deve disciplinar. Isso acaba levando a várias outras coisas. Já não é aquela relação de pai

⁴⁸Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

⁴⁹Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

⁵⁰Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

e filho, já são mais estranhos que pai e filho, ou mãe e filho. Temos vários casos exatamente nesta situação. Já não existe isso muito não é, são estranhos, são pessoas que convivem no âmbito familiar, ah eu te amo filha, tenho muitas saudades de você, mas é muito distante, são conversas de que, uma hora. Quando chega aqui no dia a dia e a mãe tem que pôr a disciplina, a filha diz pra mãe, “O que é que você está falando? Não foi você quem me criou! Você não tava lá quando eu precisei de você!” Não vê o pai como uma figura de autoridade e não vê o pai como uma âncora de conforto emocional. Muitas vezes quando eles se sentem mal eles ligam para a avó ou para a tia que os criou, não vão buscar isso na mãe. A mãe fica muito magoada com isso. É uma dinâmica muito complicada. (Sociólogo brasileiro e psicóloga portuguesa da Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers).⁵¹

Ocorre um distúrbio do apego (*attachment disorder*), quase como uma praga nessas famílias. Nunca as vi no Brasil, em Portugal, no Cabo Verde, nós só as vemos aqui. Mas consegue-se muito bem visualizar como é que era a reação deles no país deles [...] Falta o apego com a figura maternal e a paternal, não existe muito isso. Quando não existe isso a família fica completamente disfuncional, o pai sente-se completamente desautorizado e entra o estado na casa dele e ofende-se. (Sociólogo brasileiro da Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers).⁵²

Nas entrevistas com as outras 12 famílias observou-se em geral que a vida das famílias com crianças é bem planejada em torno da organização da vida das crianças. Das mães entrevistadas, 100% trabalham com limpeza de casas e justificam essa escolha por ser compatível com a maternidade. Começam suas atividades profissionais cedo, quando as crianças saem para a escola, e retornam a tempo de estarem disponíveis quando elas voltam para casa. As que estendem a jornada de trabalho optam por inserir seus filhos em programas educacionais após as aulas na própria escola (*after school program*), que vai até as 17:30h, e pagam por esse serviço. Relatam que até os 12 anos a criança não pode ser deixada sozinha em casa, como muitas vezes as famílias fazem no Brasil, pois correm o risco de a própria criança relatar isso na escola e perderem a guarda dela. Até essa idade a criança também não pode circular sozinha pelas ruas, nem do próprio bairro. Apenas as crianças que residem em condomínios fechados dos subúrbios têm uma maior liberdade para brincar fora de casa ao ar livre sem a supervisão muito direta dos adultos.

A partir dos 13 anos aqui ele já tem idade para ficar sozinho em casa. Se ficar sozinho antes dá problema, eles tomam a criança da gente, se eles descobrirem que a criança está sozinha e não tem a idade certa eles tomam. Aqui na cidade de Somerville é uma cidade maravilhosa, tem violência como qualquer lugar, mas é maravilhosa, tem o risco deles raptarem, tem muitas crianças desaparecidas, a criança só sai a partir de uma idade que saiba se defender de um estranho, só dentro dos condomínios que não tem muito problema, mas sair fora do condomínio já é perigoso. (Mãe de Lu, nome fictício, 8 anos, que nasceu e reside na Grande Boston com os pais).⁵³

⁵¹Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

⁵²Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

⁵³Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

As mulheres que têm crianças com idade inferior à da pré-escola pública confiam seus cuidados a creches regulares e pagas ou a imigrantes irregulares que recebem crianças em casa, oferecendo cuidados numa espécie de creche informal. Apesar da irregularidade desse serviço, as instalações dessas creches informais se assemelham muito a um ambiente de convivência familiar e não envolvem um número muito grande de crianças. Além disso, existem instituições sem fins lucrativos de apoio a imigrantes que capacitam cuidadoras para esse serviço, entendendo que, mesmo na irregularidade, cumprem um papel importante na vida das famílias de imigrantes. Como as cuidadoras são escolhidas pelas mães geralmente em seus ambientes de igreja, as relações entre cuidadoras e mães são bastante íntimas e as mães se sentem seguras com essas escolhas. Apesar da vulnerabilidade da informalidade desse serviço, existem poucos relatos de problemas relacionados a esse cuidado nas comunidades de imigrantes brasileiros.

No fim de semana as atividades também são planejadas em torno das necessidades de lazer das crianças e das atividades das igrejas que frequentam com elas.

As vulnerabilidades individuais relativas à convivência familiar que vieram à tona na pesquisa em Boston foram mais relatadas nas entrevistas institucionais, pois as instituições entrevistadas são as que fazem parte da rede local de assistência social. Alguns aspectos do processo migratório do Brasil para os Estados Unidos mencionados pelas instituições de assistência, como o número de horas trabalhadas pelos pais, dificuldades de adaptação dos pais às diferenças da cultura do destino em relação à cultura da origem e dificuldades de aprendizado do idioma do local de destino, dentre outros, foram mencionados nas entrevistas, como aspectos que podem ter impacto negativo na organização da família e na relação entre pais e filhos. Assim, para além da questão das dificuldades de adaptação à família dos filhos que vão para os Estados Unidos anos após a chegada dos pais, as principais vulnerabilidades individuais relatadas pelas instituições que trabalham com famílias de imigrantes brasileiros com crianças na pesquisa de campo realizada na Grande Boston são as seguintes:

- a) baixa supervisão parental e pouca convivência familiar decorrente do excesso de trabalho dos pais;
- b) violência doméstica resultante das mudanças nas relações de gênero;
- c) falta de limites e de diálogo dos pais, principalmente, com adolescentes que questionam a autoridade parental em uma sociedade à qual alguns pais têm dificuldade de integração.

As observações de campo levam a crer que essas situações de vulnerabilidade não são a norma geral, mas afetam um número considerável de famílias que têm mais dificuldade de adaptação à vida no local de destino e, portanto, acabam sendo identificadas, principalmente por meio das escolas. Assim que identificadas essas vulnerabilidades em virtude de comportamentos das crianças ou dos adolescentes, as famílias são encaminhadas para programas de assistência social realizados em parceria pelo governo de Massachusetts com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, para apoio a imigrantes de língua portuguesa.

Trataremos a seguir, de forma sequencial, de cada uma das questões listadas acima.

O primeiro aspecto mencionado como vulnerabilidade nas entrevistas realizadas na Grande Boston é o da baixa supervisão parental decorrente do excesso de horas trabalhadas pelos pais. O excerto de entrevista com um sociólogo da Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers que trabalha diretamente no atendimento de famílias com crianças, ilustra bem esse aspecto.

Se a gente puder falar de vulnerabilidade, a primeira coisa que me vem à cabeça agora, é a questão da supervisão. As crianças acabam ficando vulneráveis em função da falta de supervisão[...] Quando eu falo de crianças, de língua oficial portuguesa aqui em Massachusetts, eu estou falando especificamente da nossa comunidade, os nossos clientes [...] Não quero falar de forma generalizada, mas especificamente dos nossos clientes [...] Falando especificamente do Brasil, é mais notório, que a maioria vem com a ideia de juntar um certo dinheiro e voltar para o Brasil. São várias digamos assim as causas que explicam a vinda das pessoas para cá, mas especificamente, talvez a principal, é com certeza a questão financeira, econômica [...] Isso gera a vulnerabilidade que está ligada à falta de supervisão, porque os pais trabalham jornadas longas durante doze, catorze, dezesseis horas, ou até mais por dia. As crianças ficam em casa e quando vão pra escola, voltam e não tem uma pessoa que possa supervisionar. Têm pouco tempo de contato com os pais e consequentemente deixa muito a desejar com relação à questão da educação, da disciplina, de poder se conectar com os filhos, fazer com que eles se abram e contem coisas que eventualmente estão passando na escola ou no dia a dia. Aí é que surgem muitas vezes os problemas. Como os pais não têm este tempo para se conectar com as crianças, saber o que se passa, ir nas reuniões da escola, levar os filhos às consultas médicas, como a sociedade aqui exige (essas coisas precisam estar em dia), quando eles faltam e são negligentes com relação a isso, é onde as instituições, no caso, vamos supor, a escola liga para um órgão que é o DCF, Departamento de Crianças e Famílias dos Estados Unidos, que cuidam das crianças, é tipo uma instituição tutelar, que cuidam das crianças quando há uma situação de abuso ou de negligência. É onde nós aparecemos. Nós temos um contrato com eles para lidar com situações deste tipo. Nós fazemos esse meio de campo. Muitas vezes o DCF não entende muito bem a cultura da nossa comunidade, dos nossos clientes. Então, daí que eles acham que é melhor colocar uma pessoa ali que possa entender a cultura daquela família e muitas vezes redefinir os objetivos que são traçados pelo DCF de maneira que estes objetivos venham a atender de fato as necessidades daquela família. (Sociólogo brasileiro da Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers).⁵⁴

⁵⁴Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

O segundo aspecto mencionado como uma vulnerabilidade nas entrevistas realizadas na Grande Boston é o da violência doméstica decorrente das mudanças nas relações entre casais imigrantes, quando a mulher se insere no mercado de trabalho informal americano com mais facilidade do que o homem e, além de se emancipar financeiramente, entra em contato com a cultura de uma sociedade na qual os direitos iguais de homens e mulheres são mais respeitados do que na cultura do seu local de origem.

Mesmo não tendo entrevistado nenhuma família em situação de violência doméstica na Grande Boston, três instituições mencionaram esse aspecto como importante de ser considerado em programas de apoio a famílias de imigrantes com crianças nessa região: o Grupo da Mulher Brasileira, o Voices Against Violence e a Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers. Trechos de entrevistas institucionais que tratam desse tema são apresentados a seguir.

A primeira instituição a ser entrevistada e a mencionar a questão da violência doméstica foi o Grupo da Mulher Brasileira, afirmando que:

Para nós o que mais vem são reivindicações relativas à imigração, trabalho, saúde, problemas de depressão e a violência doméstica na comunidade que é altíssima, os índices são altíssimos, a gente nem sabe. Encaminhamos para a MAPS que tem programa e o Voices Against Violence, uma organização lá da área de Framingham, que tem uma brasileira que trabalha lá e a gente conversa muito. A gente tem uma lista dos psicólogos brasileiros, de vez em quando a gente conversa com os psicólogos, a pessoa precisa estar querendo falar né? Mas os problemas são muito sérios e a gente tenta fazer um trabalho de educação. Não interessa seu *status* migratório, você não tem que se sujeitar a este abuso, chama a polícia, liga o 911, a polícia vem, a polícia não vai te entregar. (líder do Grupo da Mulher Brasileira em Boston).⁵⁵

Na verdade, sua percepção é de que os índices dessa violência são altos, mas não existem estatísticas específicas para a comunidade brasileira. Existe atendimento de assistência e meios de denúncia, mas esses casos se misturam entre os casos de violência atendidos na assistência social local, sem registros das estatísticas específicas dos casos brasileiros.

A segunda instituição entrevistada sobre essa vulnerabilidade familiar foi o Voices Against Violence, na pessoa da brasileira que lá trabalha, em Framingham, e que, por lidar especificamente com a questão da violência contra mulheres, fala com mais detalhes sobre a incidência entre famílias de imigrantes brasileiros. Perguntada se ela acha que a imigração é

⁵⁵Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

que causa a violência e se o contexto de crise econômica mundial piora essa situação, ela dá as seguintes respostas:

É um erro muito comum das pessoas pensarem que a situação está piorando por causa da economia, eu diria que a situação já vem de lá do Brasil, isso é um vício social, cultural que nós temos. A população que está aqui, a população imigrante, mais do nível do trabalhador, essa grande maioria já vem com isso de lá. Eles não aprenderam isso aqui, isso veio de lá, essa violência, esse abuso, já são situações culturais de lá do Brasil... Aqui a mulher tem muito mais possibilidades, esse tipo de população que eu tô te falando, de ser independente e na maioria das vezes é ela que ganha mais, elas fazem muito mais dinheiro. Então o problema da violência doméstica não é um problema de agressão por agressão, não é um problema de saúde mental, é um problema de controle, a base dele está na raiz cultural, o abusador acredita que ele tem o direito de controlar a outra pessoa. Então ele já vem com isso, porque eu sou o homem, porque é o homem que manda. (Assistente social brasileira do Voices Against Violence).⁵⁶

Tá aumentando, mas eu acho que não está aumentando em relação à população imigrante. Não está aumentando porque aumentou os casos. Eu acho que está aumentando porque as pessoas estão tendo mais consciência de que elas têm direitos. Aumentou a procura? Aumentou, mas não é porque não acontecia antes, é porque agora um fala pro outro. As amigas falam: *aí, mas eu também passei por isso, olha vai nesse lugar que eles te ajudam*, demora para a pessoa se libertar, mas ela começa a procurar, ela começa a entender que tem situação, por mais que ela tenha medo da polícia, medo da imigração, às vezes ela vai: *deixa eu ligar pra ver como é que é, deixa eu conversar*. (Assistente social brasileira do Voices Against Violence).⁵⁷

Em sua fala ela afirma que a violência entre casais de imigrantes brasileiros ocorre em razão do contraste entre uma cultura mais patriarcal, machista, no caso a brasileira, e a cultura americana, na qual a mulher imigrante brasileira se insere profissionalmente melhor que o homem brasileiro. Afirma também que os casos não vêm aumentando e sim o número de denúncias, porque as mulheres estão ficando mais conscientes dos seus direitos e dos serviços de apoio que podem ter nesses casos.

Interpelada sobre se a melhor inserção no mercado de trabalho americano por parte da mulher do que do homem causa a violência ela responde da seguinte forma:

Aprofunda o abuso quando a pessoa tem necessidade de controlar. No Brasil a mulher só ficava em casa, aqui ele tem que deixar ela trabalhar. Mas aí como é que ele vai controlar ela trabalhando? Ele vai ficar ligando 500 vezes, ele vai fazer ameaça, ele não vai deixar botar o carro no nome dela, ele vai diminuir ela como pessoa, como cidadã, ele vai dizer que ela nunca vai sobreviver sem ele, então eu acho que é difícil para o abusador coitado né? Se agente pensar deste ponto de vista, o cara tem um trabalho muito maior (para controlar) e aí o abuso acaba sendo muito mais profundo. (Assistente social brasileira do Voices Against Violence).⁵⁸

⁵⁶Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

⁵⁷Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

⁵⁸Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

Em sua fala ela afirma que as relações de gênero nos locais de origem do Brasil de onde esses imigrantes vêm já são abusivas, no sentido de existir uma dominância, um controle do homem sobre a mulher, que no contexto da cultura de origem não se caracteriza como violência, mas apenas como um aspecto cultural das relações que não se problematiza, diante da difícil inserção no mercado de trabalho para ambos, e principalmente para a mulher, que se submete e permite que seu companheiro seja o provedor, enquanto ela se especializa nas questões do cuidado à família.

Já ao chegar aos Estados Unidos com o objetivo de “juntar dinheiro” e tendo a mulher uma melhor possibilidade de inserção no mercado informal de limpeza de casas, a relação de dominância e submissão sofre uma mudança que faz com que alguns homens pratiquem outras formas mais abusivas de controle sobre sua mulher e descritas acima pela assistente social que atende mulheres nessa situação.

Ao ser perguntado sobre como fica a criança nesse contexto de violência doméstica a assistente social diz:

A criança é uma ameaça que o abusador tem. É uma preocupação que está na cabeça das mães. Mas, o problema é a falta de educação, porque quando você começa a entender o sistema, você vê que ele não é montado para te condenar, ele é montado pra te proteger. Mas, porque você vem do Brasil com aquela mentalidade de que as coisas não funcionam lá [...] É diferente viver num país onde a lei funciona do que onde ela não funciona [...] As crianças sofrem porque veem isso dentro de casa e elas são educadas aqui dentro deste país. Elas são orientadas dentro da escola, seu pai está gritando com você, tá errado, você tem que buscar ajuda. A criança aprende desde muito cedo a ligar o 911, quando ela está com problema, quando ligar, como ligar, e ela começa a ver que aquilo não está certo. Acaba criando um trauma porque a criança se sente responsável pelo que vai acontecer com os pais. A criança é usada aqui. Quantas vezes eu vejo o pai, a mãe, usando a criança pra traduzir as coisas pra eles. A criança vira o homem da casa, a mulher da casa. Então essa criança já sabe que se ela falar o que está acontecendo com ela dentro de casa, o pai ou a mãe vai ser prejudicado. Ela fica presa entre as duas culturas. (Assistente social brasileira do Voices Against Violence).⁵⁹

Nessa fala ela explica como a criança é incentivada no ambiente escolar a falar sobre as relações familiares e comunitárias e a fazer denúncias caso se sinta de alguma forma ameaçada. O papel da escola na proteção da criança e no monitoramento da convivência familiar é importante na sociedade americana e será tratado com mais detalhe quando discutidas as vulnerabilidades sociais. Nessa mesma fala ela menciona o fato de os brasileiros estarem acostumados com certo nível de impunidade, ou até com uma ausência do Estado brasileiro na proteção dos seus direitos. Afirma que já chegam do Brasil com medo da polícia

⁵⁹Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

e nos Estados Unidos esse medo se agrava pelo fato de estarem irregulares. Esse também será um aspecto mais discutido na seção que trata das vulnerabilidades sociais.

Nesta seção o importante é entender o drama da criança envolvida em uma situação familiar conflituosa, sobre a qual ela pode falar na escola e colocar em ameaça os próprios pais que estão em litígio. Nesse contexto, onde ela tem não só o poder de denúncia, mas o poder de se comunicar melhor que os pais na língua local, a criança assume o papel de responsável e não de protegida pela família, o que causa uma perda considerável da autoridade dos pais como protetores.

Na entrevista com a Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers, cujos excertos sobre o tema das mudanças nas relações de gênero, da violência doméstica e da questão da autoridade dos pais sobre os filhos num contexto de migração internacional, são apresentadas a seguir, fica claro que as dificuldades que alguns pais têm de adaptação às regras sociais de convivência numa nova cultura trazem sérias dificuldades à convivência familiar de crianças e adolescentes brasileiros.

Posso citar um exemplo, que são os papéis que nós desempenhamos enquanto homens e mulheres dentro da cultura brasileira. Não são interpretados da mesma maneira aqui. Então é uma questão de gênero que não é a mesma coisa lá e aqui. É normal que, entre aspas, no Brasil um pai ache assim, olha meu filho pode trazer a namorada pra casa, porque se tiver uma ou duas namoradas, ele é o pegador, mas a filha não pode. Aqui você vai pra escola, uma das coisas que você aprende logo é que nós somos iguais. Nós temos os mesmos direitos, homem ou mulher. Então as crianças crescendo dentro desta cultura americana, irão adquirir novas percepções, novas visões de vida, e quando chegam em casa eles começam a ver a maneira como o pai trata a mãe, os papéis que eles desempenham. Questionam isso e ao questionar, gera conflitos e quando aparecem os conflitos, muitas crianças se afastam dos pais e acabam fazendo coisas que as colocam em situação extremamente vulnerável. (Sociólogo brasileiro da Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers).⁶⁰

Nesse excerto o sociólogo reforça o que já foi dito pela assistente social do Voices Against Violence, sobre a criança e o adolescente, que se adapta mais facilmente à cultura americana que os pais, ficando divididos entre as duas culturas. Aprendem na escola princípios e valores de igualdade nas relações de gênero e observam em casa, comportamentos contrários aos que aprendem lá fora.

Os excertos seguintes falam mais especificamente das dificuldades dos homens brasileiros com estes valores e princípios de igualdade nas relações de gênero, dependendo da sua origem no Brasil e do seu grau de instrução. Falam também da não impunidade nestes

⁶⁰Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

casos, já que nos Estados Unidos os mecanismos de denúncia e de punição para a violência doméstica são mais desenvolvidos que no Brasil.

Eu tenho um grupo de homens que eu coordeno, facilito, sou como um conselheiro pra esse grupo de homens que cometeram atos de violência doméstica e dependendo da situação que eles estão, eles ficam se vitimizando o tempo inteiro: "*Ah isso aqui não é um país para o homem, é um país das mulheres.*" Numa discussão eles criaram uma hierarquia de poder, quem manda aqui nos Estados Unidos, então eles fizeram uma hierarquia onde colocaram a mulher, as crianças, o cachorro e o gato. E inverteram, disseram, olha no Brasil é o contrário, nós temos o homem, a mulher a criança e o cachorro. Então o homem aqui se sente diminuído demais [...] Os homens se confundem aqui, não quer dizer que aqui isso é uma maravilha, não é, mas é muito diferente e é uma diferença significativa. Isso tem a ver com o fato de, vamos pegar a realidade brasileira, os homens, na maioria, não podemos, de novo generalizar, depende da região do Brasil, como diria Roberto da Mata, a casa grande acabou fisicamente, mas em termos de valores, ainda a casa grande existe [...] O que eu vejo aqui comparado com o Brasil, os homens lá se sentem os tais, são eles os responsáveis por quase todas as decisões que eventualmente são tomadas. Isso dá ao homem um sentimento de poder, de estar no controle o tempo inteiro. Quando chegam aqui nos Estados Unidos, uma coisa que parece tirar este controle, é que não podem tomar todas as decisões, como tomavam antes. E se eles não podem tomar essas decisões e muitas vezes eles precisam escutar as suas esposas, eles se sentem diminuídos e sabem que não podem fazer muita coisa, como eles fazem no Brasil. Ao invés de falar, de conversar, de tentar chegar a um acordo, eles partem para a ignorância. Aqui se você fizer isso, tem autoridades, tem leis que protegem as mulheres e as crianças [...] A escola aqui, o médico, o enfermeiro da escola, o seu vizinho, têm um poder que nem se pode pensar no Brasil, basta pegar o telefone e denunciar um vizinho [...] Aí é que tá, além da denúncia, é o prosseguimento (*follow up*) que se dá à denúncia [...] é a maneira como a sociedade se estrutura para fazer valer certas coisas. Aqui ao fazer uma denúncia, a sociedade está estruturada de uma certa forma pra garantir e acompanhar isso. (Sociólogo brasileiro da Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers).⁶¹

No próximo excerto, o sociólogo e a psicóloga do MAPS falam da dificuldade do entendimento do que é considerado violência doméstica e violência sexual contra a mulher pelo homem de algumas regiões mais remotas do Brasil, que vem de origens patriarcais e machistas bastante profundas e cujos valores e princípios de dominância masculina não são compatíveis com os princípios e valores de igualdade de gênero do contexto de uma megalópole como a Grande Boston.

⁶¹Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

Eu trabalho com os homens, os agressores, aqueles que abusaram, de uma certa forma, de uma pessoa, física, psicológica e sexualmente. Aí é outra coisa que esses homens não entendem, quando você fala de violência doméstica, eles têm uma dificuldade de entender o que é violência, o que é abuso. Então, abuso sexual, é muito comum na comunidade de nossos clientes, porque esses homens acham, eu casei contigo, você é minha mulher, você tem que estar disponível pra mim quando eu quiser fazer sexo [...] Isso acontece demais nessa comunidade. Aí também entra muito o fato de que muitas dessas famílias vêm bem de lá do interior, as regras que elas tinham foram passadas pelos pais, é muito diferente. Agora coitados estão nesta selva de valores, nesta megalópole [...] A maior parte dos clientes que eu convivo aqui, sejam homens ou mulheres, são pessoas que têm um nível de escolaridade bastante baixo e isso se traduz na falta de capacidade de se adaptar aqui, entender, interpretar os valores socioculturais e isso cria vulnerabilidade, se não para as crianças, para os pais. (Sociólogo brasileiro e psicóloga portuguesa da Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers).⁶²

O último aspecto mencionado nas entrevistas institucionais como causador de vulnerabilidades nas relações pais e filhos e que de certa forma já ficou claro nos excertos apresentados anteriormente é a maior facilidade que os filhos têm de se adaptarem à cultura do local de destino que os pais, inclusive a maior facilidade do aprendizado da língua, sentindo-se empoderados em relação aos pais e diminuindo as possibilidades destes estabelecerem padrões de organização e limites, principalmente para os adolescentes.

Outra coisa que eu acrescentaria é a questão de adaptação, quando os pais vêm, independente da situação, se as crianças vêm com os pais ou depois, as crianças se adaptam com muito mais facilidade que os pais. O que acontece com isso é que as crianças começam a achar que entendem desta cultura, deste país, melhor que os pais. Isso começa a minar a autoridade dos pais porque eles falam *o que é que você me fala? O senhor não entende nada! O senhor nem fala a língua*. Isso pros pais se traduz de uma maneira bastante complicada porque eles acham uma falta de respeito. E juntamente com isso, claro, eles absorvem esses valores da sociedade americana, que muitas vezes se contrastam com a cultura brasileira. (Sociólogo brasileiro e psicóloga portuguesa da Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers).⁶³

Fica claro que a maior ou menor dificuldade de adaptação dos pais à cultura do destino é fator determinante do nível de respeito mútuo que se estabelece entre pais e filhos. Os pais que conseguem pelo menos entender a cultura do local de destino, aceitar o fato de que seus filhos estão expostos a ela e absorverem alguns dos seus princípios e valores entenderão também que os mecanismos de autoridade parental têm que ser menos impositivos e mais dialogados que no Brasil. Saberão, então, ser mais flexíveis com relação aos padrões de comportamento aos quais foram acostumados na cultura de origem e conseguirão estabelecer

⁶²Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

⁶³Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

relações mais respeitadas com os filhos e educá-los aproveitando-se do melhor que as duas culturas têm a oferecer.

É por isso que Ignácio da Silva et al (2013) ressaltam em sua matriz analítica da vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes a importância da inserção social dos pais como determinante da vulnerabilidade social destes. Isso será analisado com mais detalhe na sessão que trata da vulnerabilidade social.

A seção seguinte tratará da vulnerabilidade de crianças e adolescentes no retorno para o Brasil, com ênfase ainda nas suas vulnerabilidades individuais ou de convivência familiar.

5.2.3 Vulnerabilidades familiares das crianças no retorno à origem

Observamos nesta pesquisa que dentre as 20 crianças, adolescentes e jovens que residiram nos Estados Unidos com seus pais e foram entrevistados em Governador Valadares, constantes do Quadro 11, 55%, chegaram ao Brasil com idade inferior a 12 anos. É possível que isso se deva ao fato de que para famílias com crianças, que tinham em seus planos de migração o retorno, é mais fácil retornar com elas nessa faixa etária, quando ainda podem ser facilmente integradas à vida no local de origem dos pais, do que mais tarde, quando possivelmente estarão mais integradas aos Estados Unidos e já com uma resistência maior ao retorno, o que torna mais difícil para os pais convencê-las a residir em Governador Valadares.

Nas entrevistas com essas crianças de idade inferior a 12 anos não foram notadas dificuldades nas relações familiares relacionadas ao retorno. Pelo Quadro 11 é possível observar que das 11, dez retornaram com ambos os pais e nove ainda residem com eles em relações familiares estáveis. Uma delas, apesar de ter retornado com ambos, hoje tem os pais divorciados, mas morando na mesma cidade, com uma espécie de arranjo de guarda compartilhada, sem conflitos entre os pais em relação a ela. Apenas uma retornou com a mãe divorciada do pai, que permaneceu nos Estados Unidos, sofrendo assim um afastamento de um dos genitores similar ao das crianças que são deixadas no Brasil por pais migrantes.

Entre os outros nove adolescentes e jovens, uma de 30 anos foi entrevistada no Brasil, mas ainda reside nos Estados Unidos. Dois, de idade acima de 20 anos, retornaram por escolha própria para cursar a Unival, pois acharam o acesso à universidade nos Estados Unidos difícil. Uma retornou com 18 anos, com toda a família porque o pai viúvo foi deportado junto com ela e sua irmã mais nova. Uma retornou com o pai e a mãe, deixando meias irmãs mais velhas e autônomas nos Estados Unidos. Duas retornaram com 17 e 18 anos juntamente com

toda a família e ainda residem com ambos os pais. Um foi Dao (nome fictício), cujo caso já foi discutido em seção anterior, que retornou com problemas psiquiátricos por dificuldades de adaptação à residência nos Estados Unidos sem a mãe. Apenas uma retornou com a família dividida, já com 19 anos, acompanhando a mãe. O pai ficou nos Estados Unidos com o irmão mais velho que não queria voltar. Segundo ela, seu retorno foi involuntário, porque sua mãe precisava tomar conta de pais idosos em Governador Valadares e ela foi obrigada por ela a vir junto.

O retorno de crianças e adolescente parece só se tornar um problema de relação familiar se ocorre com uma idade mais avançada e involuntariamente. Se retornam já quase adultos, deveriam participar da decisão do retorno e ter suas necessidades também consideradas quando a decisão é tomada pela família. Porém, em dois casos, cujos excertos de entrevista são apresentados a seguir, as jovens retornaram ao Brasil contra a sua vontade, por uma decisão familiar para a qual não foram consultadas.

Quero voltar a morar lá, fui criada lá, acostumei com a cultura e a gíria das pessoas. Voltei para GV em 2012, porque meu avô sofreu um acidente e como minha mãe era a única filha que poderia cuidar dele, ele tem mais uma filha mas ela não tinha tempo, e minha avó também ficou doente e ficou meu pai e meu irmão mais velho lá, meu irmão estava com 20 anos e não quis mais voltar para o Brasil e meu pai estava trabalhando para conseguir as coisas direito, e eu e meu irmão não queríamos vir, mas não tive escolha. Minha mãe veio em fevereiro e eu em abril. (Ala, 19 anos, filha de migrantes internacionais que migrou com os pais, mas já retornou para Governador Valadares).⁶⁴

Depois que eu cheguei aqui que eu vi que eu estava aqui pra ficar eu fiquei muito arrasada, fiquei com muita raiva de todo mundo, especialmente dos meus pais e foi assim por muito tempo. Eu fiquei bastante tempo tentando me adaptar aqui, até assim me forçando para largar de lá, só que eu sentia muita raiva de muitas coisas daqui, da escola, das pessoas, em geral. Lá nos Estados Unidos a Bi era bem pequena quando ela saiu de lá, ela era bem inocente, a maioria das coisas ela esquece, a Bru, lá nos Estados Unidos convivia com muitos imigrantes, muitos brasileiros. A minha convivência lá era com os americanos, eu fazia as aulas mais puxadas, que eu conseguia entrar nas aulas mais difíceis, porque lá nos Estados Unidos, apesar de todo mundo estar na mesma série, você se classifica em qual grau você vai estar em uma matéria. Aí minha convivência lá era com os americanos, eu era mais voltada para a cultura americana. Aqui eu tive muita dificuldade com o português e eu rejeitei muito a cultura brasileira. Eu acho só difícil por isso. (Bre, nome fictício, 18 anos, imigrante que migrou com os pais para os Estados Unidos e retornou em 2011).⁶⁵

⁶⁴Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

⁶⁵Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Se considerarmos aqui, também nesse caso, o que foi expresso pelo sociólogo e pela psicóloga do MAPS sobre a percepção de como as famílias dos imigrantes tratam de forma diferenciada filhos de gêneros diferentes, Ala, por ser mulher, não teve a escolha de não retornar, mesmo sendo apenas um ano mais nova que seu irmão mais velho, que teve o seu direito respeitado pela família. Acabou se submetendo e assumindo o papel que a família lhe confere, de cuidadora dos avós idosos, junto com a mãe. Porém, Ala é uma potencial migrante internacional, já que manifesta o desejo de retornar para o local onde foi criada, do qual gostou e com o qual se identifica mais. Obviamente, estando em Governador Valadares contra sua vontade, ela não terá uma integração de retorno tão fácil quanto a das outras crianças e adolescentes.

Dos que chegaram mais velhos, ninguém, com exceção dessas duas jovens, que retornaram involuntariamente, reclama do retorno em razão de dificuldades familiares. Alguns falam de dificuldades de adaptação à vida em Governador Valadares, mas não de vulnerabilidades nas relações familiares. As dificuldades com relação à vida em Governador Valadares serão tratadas na seção seguinte, onde serão discutidas as vulnerabilidades sociais.

5.3 Vulnerabilidades sociais

Na análise da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes, a matriz analítica de Ignácio da Silva et al (2013), adotada para esta pesquisa, chama atenção para a importância da inserção social da família e para o acesso aos direitos à proteção. No que diz respeito à inserção social ele inclui como elementos importantes de análise os seguintes aspectos:

- a) nível de escolaridade dos cuidadores;
- b) nível de escolaridade e qualificação profissional do chefe da família;
- c) acesso ao trabalho;
- d) renda familiar per capita;
- e) condições habitacionais da família.

A migração internacional, no caso de Governador Valadares, com seu histórico de desenvolvimento extrativista e não sustentável, tende a ser uma decisão de adultos jovens, apoiados pela família extensa, pressionados pela necessidade de provimento material à família, quando esta já está formada, ou pela percepção da impossibilidade de realização de sonhos no Brasil. Entre aqueles que foram entrevistados foram encontradas as seguintes principais situações:

- a) migração de casais jovens que coabitavam com os pais, como forma de busca de recursos para a obtenção de uma habitação própria, percebendo que seu baixo nível de formação ou baixa remuneração, mesmo em caso de uma boa formação, resultaria em poucas possibilidades de atingir o sonho da casa própria trabalhando no Brasil;
- b) migração de jovens solteiros atraídos pela vivência de uma vida no exterior ou pela possibilidade de realização de ganhos financeiros não viáveis, em curto prazo, no Brasil.

Em ambas as situações, fica claro nas entrevistas que a migração atualmente só se coloca como uma alternativa em virtude da existência de uma rede social composta de parentes e amigos já residentes no local de destino. A grande maioria dos entrevistados migrou porque já fazia parte de famílias extensas com uma cultura migrante e tinha parentes residindo nos Estados Unidos.

Inicialmente a migração internacional com origem em Governador Valadares era predominantemente masculina, mas à medida que uma rede social foi se formando e a percepção dos riscos da migração foram ficando menores, foi ocorrendo a feminização desse fluxo migratório, que hoje não só é composto de homens jovens, mas de mulheres também, e não só na condição de esposas. Entre as mães entrevistadas, muitas migraram ainda solteiras atraídas pela presença de irmãs, primas e amigas na Grande Boston. Atualmente essas mulheres não migram apenas com o objetivo de se tornarem provedoras de suas famílias, mas em busca de certa autonomia, fugindo de certa forma, de uma estrutura familiar patriarcal com o intuito de serem provedoras de seus próprios sonhos. Por sua vez, as famílias patriarcais, apoiam essa migração feminina, porque têm a certeza do baixo risco, garantido pela rede de parentes e amigos já existentes no local de destino.

Em Governador Valadares foram entrevistados 18 pais ou responsáveis atuais por crianças e adolescentes. Desses 18, três (16,67%) não concluíram o ensino fundamental, um (5,56%) cursou o segundo grau, mas não concluiu, cinco (27,78%) concluíram o segundo grau, um (5,56%) cursou a universidade mas não concluiu, dois (11,11%) concluíram o terceiro grau depois que migraram, uma (5,56%) é pós graduada e cinco (27,78%) não informaram o nível de escolaridade. Dentre os que fizeram a universidade, um cursou nos Estados Unidos; um em Governador Valadares, depois que retornou dos Estados Unidos; e a pós-graduada estudou no Brasil enquanto seu marido migrava sucessivas vezes para os Estados Unidos.

Em virtude do baixo nível de escolaridade e da baixa qualificação profissional da maioria dos que migraram, a inserção destes no mercado de trabalho em grande parte era em funções de baixa remuneração, que exigiam pouca qualificação. A seguir a profissão exercida por aqueles que trabalhavam em Governador Valadares, migraram e informaram suas profissões antes de migrar:

- a) gerente de loja (1);
- b) professores (2);
- c) bancários (2);
- d) office boy (1);
- e) frentista de posto de gasolina (1);
- f) micro empresário dono de lanchonete/bar/padaria (2);
- g) auxiliar administrativo (1);
- h) vendedora (1);
- i) atendente dos correios (1);
- j) atendente de lanchonete (1);
- k) serviços gerais de escola (1);

Por essa lista, observa-se que poucas dessas funções, como gerente de loja, professora de nível médio (magistério) e microempresários, oferecem um *status* melhor para o potencial migrante na sociedade local. Assim, ao deixarem suas funções no Brasil, a maioria dos migrantes busca ganhos financeiros, sem perda de *status* profissional, pois exercem nos Estados Unidos funções de igual *status*, fisicamente mais exigentes, mas melhor remuneradas.

Vejamos alguns trechos de entrevistas realizadas com pais migrantes internacionais, ou responsáveis que ficaram com as crianças, sobre os motivos que determinaram a migração. Observa-se que em qualquer desses casos a migração é vista como uma solução para vulnerabilidades familiares preexistentes, dentre as quais pobreza, insatisfação com o emprego ou desemprego, relações de gênero difíceis e dificuldade de acesso a uma moradia própria. Essas situações de vulnerabilidade se constituíram em fatores determinantes da migração em um contexto cultural no qual esta é muito divulgada por meio de histórias de sucesso na melhoria da qualidade material de vida por imigrantes retornados.

Meu objetivo era porque eu trabalhava com bar, meu pai sempre teve bar e eu desde novo, acabei seguindo esse caminho, abri um bar pra mim porque ele deixou de trabalhar e fui e fiquei maior de idade comecei a trabalhar, casei e senti a necessidade de deixar esse trabalho porque eu estava me sentindo um prisioneiro dele, e tinha o desejo de melhorar de vida, de ter a casa própria, e o objetivo era a casa própria...Além da casa própria tinha o objetivo também de melhorar de vida, eu sonhava em fazer faculdade e com o comércio em si eu não podia fazer, me prendia, eu precisava de tempo para estudar, não tinha como, e a gente queria melhorar de vida”. (Pai de Bo, nome fictício, 11 anos, que ficou no Brasil enquanto ambos os pais migraram).⁶⁶

Meu objetivo era uma casa, e nós já éramos casados, ela engravidou e eu fui morar com ela em cima da casa do meu padrasto... Aqui no Brasil, trabalhava de frentista de posto, fui embora, comprei este lote, fiz minha casa, a casa da minha mãe e para mim foi bom, foram quatro anos e dois meses”. (Pai de Let, nome fictício, 7 anos que ficou no Brasil com a mãe, enquanto seu pai migrou).⁶⁷

Nós estávamos em uma situação muito ruim, ele estava desempregado, passando necessidade, sem coisas até para comer, com os três filhos e morávamos em Vespasiano. Na época entrei em depressão, estava tomando remédio controlado, e foi aí que ele decidiu ir, e ele bebia demais também. Eu estava numa situação tão difícil que não ia fazer diferença se ele fosse ou não. Ele foi pra lá, e depois de uns anos veio uma conversa que ele estava com mulher lá. E até hoje quem está na educação dos meninos sou eu, sozinha. (Mãe de Lana e Clar, nomes fictícios, 10 e 9 anos respectivamente, que ficaram no Brasil com sua mãe, enquanto seu pai migrava).⁶⁸

Eu trabalhava numa loja como office-boy e ela numa lanchonete aqui em GV, eu chegava do serviço revoltado porque na época eu ganhava um salário mínimo, éramos casados e tínhamos o Peo, e ficava chateado [...] pensando que queria uma coisa melhor pra mim, aí na época estava uma febre, foi em 99, de ir para Portugal e falei que ia arrumar para ir, vendi um carro que agente tinha, uns trem, arrumei e parti pra Portugal. Eu fui e depois de três meses ela foi, o Peo ficou, deixei ele com quatro meses e ela deixou o Peo com sete meses, nós trabalhamos em Portugal, eu fiquei um ano e dois meses em obra, mas nosso objetivo quando eu cheguei lá era terminar uma casa que eu tinha começado em cima da casa do meu sogro, no segundo andar, comprar um carro e voltar, só que trabalhei, trabalhei e Portugal é ruim demais para trabalhar, no dia 1/11/99 eu pisei dentro do aeroporto de Lisboa (rumo aos Estados Unidos) e ela em Janeiro de 2000”. (Casal, pais de Peo, nome fictício, 11 anos, que ficou no Brasil enquanto seus pais migravam).⁶⁹

Fui solteira com 23 anos. Conheci meu companheiro lá e quando tivemos o primeiro filho, não éramos casados. Casamos, tivemos o Lu e depois separamos [...] Resolvi ir embora pela falta de oportunidade aqui no Brasil, e porque eu já tinha uma tia e uma irmã que foram pra lá e falavam que lá era muito bom. Eu mesmo sempre falei que nunca ia querer ir para os Estados Unidos, mal sabendo que um dia ia pegar dinheiro emprestado para ir. Acho lá muito bom, fez muito bem pra mim e fui para trabalhar. (Mãe de Lu e Dao, nomes fictícios, 13 e 18 anos respectivamente, que nasceram nos Estados Unidos e atualmente residem em Governador Valadares).⁷⁰

⁶⁶Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

⁶⁷Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

⁶⁸Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

⁶⁹Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

⁷⁰Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Pode-se concluir, com as informações e os depoimentos apresentados, que a inserção social das famílias de crianças e adolescentes antes da migração internacional era precária e as colocava em situação de vulnerabilidade social, com difícil acesso à casa própria e baixa renda, sem perspectiva de garantir aos filhos uma vida materialmente confortável sem depender da ajuda de pais e parentes da família extensa.

Somente o último excerto é de uma mulher solteira, sem filhos, que migrou pela percepção de falta de oportunidade no Brasil. Migrou atraída por outras mulheres que conhecia e que já estavam no local de destino. Esse excerto ilustra como se dá a migração internacional não só de mães que seguem seus maridos e muitas vezes deixam seus filhos temporária ou definitivamente para trás, mas também de mulheres solteiras atraídas por uma rede social feminina já constituída em um local onde encontram mais oportunidades.

Para esses migrantes, não há um *status* de inserção social a perder aqui no Brasil e também o afastamento dos familiares não os assusta, pois suas famílias já têm uma história de migração internacional e já possuem parentes nos Estados Unidos.

Deixar suas crianças para trás é uma decisão difícil e dolorosa, mas muitos migrantes calculam que é benéfica para as próprias crianças a curto e médio prazo, pois realmente realizam os planos da casa própria não só para si, mas para outros familiares e conseguem garantir para eles mesmos e para seus filhos alguma condição de mobilidade socioeconômica. O excerto de entrevista abaixo ilustra como um casal imigrante avalia com orgulho o seu sucesso em prover moradia para muitos membros de sua família, além deles mesmos, em contraste com a dor de ter deixado seu filho no Brasil, que acabou influenciando a sua decisão de retorno.

Tinha meu trabalho fixo no restaurante como cozinheiro, tinha meu carro novo, e o negócio mesmo era a saudade do meu filho, compramos um terreno aqui em GV, compramos um outro terreno em outro bairro e fizemos mais duas casas, demos uma casa para meus pais, para os pais dela, compramos outro lote perto do centro de Valadares, aí vendemos a nossa casa nos Estados Unidos [...] O que influenciou bastante a volta foi o Peo, a saudade era demais, não vendo o crescimento dele, ele ligava para mim chorando pedindo para que eu o levasse. Eu acabei tendo uma depressão muito forte, uma época muito difícil pra mim, e essa tia que eu fui com ela tem dois filhos mais velhos lá e os dois caçulas aqui, e até hoje ela está na luta para levar os dois pra lá, já perdeu muito dinheiro, às vezes você entrega dinheiro pra caloteiro e não sabe. Eu não me arrependo de ter vindo por causa disso, nós chegamos em 5 de dezembro de 2006 e daí a seis meses ele (Peo) faria 8 anos, inclusive eu tenho até a velinha desse aniversário, porque foi o primeiro aniversário que nós passamos com ele, e o bom que pegamos ele ainda pequeno. (Casal, pais de Peo, nome fictício, 11 anos, que ficou no Brasil, enquanto seus pais migravam).⁷¹

⁷¹Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

No que diz respeito à inserção social dos migrantes na Grande Boston, como local de destino, os fatores limitadores não são econômicos. O acesso ao trabalho informal é fácil e o rendimento é melhor do que aufeririam no Brasil com o mesmo nível de escolaridade e qualificação. As habitações à que têm acesso são da mesma qualidade que as que um americano de classe média, com a mesma qualificação, teria acesso. O acesso à saúde é gratuito para os que comprovam baixa renda e facilitado em pagamentos parcelados para os que têm uma renda maior ou podem pagar um seguro de saúde particular. O acesso ao crédito é facilitado e não é necessário estar regular. A educação pública para as crianças de imigrantes irregulares é garantida até a conclusão do segundo grau.

O que limita a inserção social dos pais imigrantes, e consequentemente também a integração dos seus filhos, lá nascidos ou para lá levados, colocando-os muitas vezes em situação de vulnerabilidade social, são os seguintes fatores:

- a) constante medo de deportação em razão da irregularidade;
- b) horas excessivas de trabalho com objetivo de juntar dinheiro o mais rápido possível para retornar ao Brasil;
- c) falta de interesse e dificuldade de aprender o idioma local, dado que já possuem baixa escolaridade e se dedicam exclusivamente ao trabalho;
- d) convivência comunitária quase que exclusivamente com brasileiros em espaços de igrejas e vizinhanças com alta porcentagem de conterrâneos;
- e) pouco esforço para conhecer a cultura à qual seus filhos estão expostos por sua frequência na escola e em outros espaços comunitários que seus pais não frequentam.

O estresse em virtude do constante medo de deportação por parte dos pais que as crianças sentem, e faz com que elas tenham medo da polícia, vivenciando as consequências da irregularidade dos pais, é um fator limitador da cidadania até para os que lá nasceram, pois ser cidadão não é apenas ter um *status* legal, mas se sentir integrado, protegido pelo Estado, membro participante de suas instituições, com direitos e deveres correlatos aos de quem tem *status* legal. A seguir uma adolescente americana/brasileira, residente em Governador Valadares com seus pais retornados, fala de como viveu esse estresse.

Minha mãe escondeu de mim sua situação irregular até eu ter 8 anos. Eu não sabia porque nós não viajavamos muito para a Flórida, Disneylândia, como todo mundo. Era porque ela era não documentada. Nós acampávamos todo ano. Na viagem meu pai não podia dirigir, porque ele não tinha documento. Minha mãe conseguia às vezes fazer sua carteira de motorista. Então eu sentia o estresse da possibilidade de sermos parados pela polícia. Um dia eles descobriram meus pais e eles foram chamados em corte e quase foram deportados. Como eu era pequena eles não os deportaram. Mudamos para uma casa diferente a cinco blocos de distância. Eu pude ficar na mesma escola. (Nat, nome fictício, 16 anos, adolescente nascida nos Estados Unidos e retornada para Governador Valadares).⁷²

Entendendo que as medidas de segurança implantadas pelo Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos - DHS, após o incidente de setembro de 2001, tem prejudicado a relação da polícia com os cidadãos em uma cidade na qual um terço da população é de imigrantes, a cidade de Somerville, reduto de imigrantes brasileiros, passou em maio de 2014 uma ordem executiva para que nenhum imigrante seja detido apenas pela irregularidade de seu *status* migratório. Segundo o prefeito da cidade, essa ordem executiva tem o objetivo de restaurar a confiança dos cidadãos na polícia, facilitando o trabalho desta com a detenção de criminosos e não de trabalhadores imigrantes.⁷³

Os outros fatores mencionados acima, segundo as instituições entrevistadas, vão gradualmente criando um distanciamento cultural entre pais e filhos se a família permanece no local de destino mais do que planejou inicialmente. É esse distanciamento na relação entre pais e filhos, causado pela postura dos pais, que têm como foco os ganhos financeiros e o retorno, negligenciando a necessidade de uma inserção mínima na sociedade de destino para poder acompanhar o desenvolvimento dos filhos, que gera vulnerabilidades sociais, principalmente para os adolescentes. Na adolescência a escola pública americana, deixa de ser o espaço acolhedor e protegido da escola elementar e passa a ser um ambiente de alta diversidade étnica e cultural, constituído por grupos segregados. Os relatos indicam que o acesso ao consumo de drogas é bem facilitado. Os trechos a seguir nos dão uma ideia do que pode ser vivido de difícil no ambiente escolar americano por adolescentes brasileiros que chegam mais tarde aos Estados Unidos, ou que mesmo tendo nascido lá, estão em famílias brasileiras, em igrejas brasileiras, em comunidades brasileiras, vivendo uma espécie de exílio temporário escolhido pelos pais, mas que para algumas famílias acaba se estendendo indefinidamente.

⁷²Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

⁷³Essa foi a primeira ordem executiva contrária às medidas do departamento de segurança nacional assinada por uma cidade de Massachusetts.

A escola lá tinha três andares, eu falo e ninguém acredita, mas o primeiro andar era só aqueles emo, aqueles que só usam preto que não conversam com ninguém, os anti-sociais. No segundo andar ficavam os americanos, mas aqueles americanos que eram parte dos populares, os que jogavam futebol, as animadoras de torcida e no terceiro já era onde a maioria ficava, que era uma bagunça, o terceiro eles dividiram em três, os brasileiros ficavam em um canto, os pretos ficavam no meio e os hispanos e chicanos no outro lado. Tinha os grupos bem distintos e os professores eram alocados de acordo com cada grupo. (Bru, nome fictício, 17 anos, que migrou com os pais para os Estados Unidos e retornou para Governador Valadares).⁷⁴

A gente chegou aqui em outubro de 2007 e o meu período de adaptação aqui foi horrível. Eu tinha 11 anos. Eu entrei em uma escola que era mais para americanos, mas tinha um programa para imigrantes que chegaram aqui entre 8 e 11 anos. Tinha também turmas separadas de filhos de imigrantes mais fluentes que tinham nascido aqui. Eu fiquei numa turma dos que chegaram mais tarde [...] Querendo ou não a gente sofre de *bullying* porque os estudantes não gostam de falar com a gente, porque a gente não falava inglês aí eles falam: “*Ah você não fala inglês então não vou falar com você*” [...] Acontecia sempre em momentos que eu queria interagir com os americanos fora da minha turma de imigrantes e tipo assim, eles meio que me ignoravam, não queriam falar comigo ou então olhavam pra mim com cara feia tipo assim, o que é que essa menina quer aqui? Como eu não queria ter vindo aqui eu rejeitei muito o inglês [...] Eu achava que eu, não aprendendo inglês, não fazendo os trabalhos de escola, sendo bem rebelde, meus pais me mandariam de volta para o Brasil (Sid, nome fictício, 18 anos, imigrante brasileira residente na Grande Boston).⁷⁵

As situações descritas são maneiras que as escolas americanas encontram para conseguir atender cada grupo com professores detentores de habilidades linguísticas específicas. Porém gera uma segregação difícil de ser vivida por qualquer adolescente e se constitui numa vulnerabilidade se não existe um acompanhamento parental muito próximo com um bom diálogo com o adolescente.

Se a família consegue atingir seu objetivo financeiro mais rápido e retorna para o Brasil ainda unida e com filhos pequenos, a migração oferece menores vulnerabilidades ao desenvolvimento das crianças e às relações familiares. Porém, se a permanência da família no local de destino se estende, a dificuldade de retorno de filhos mais velhos é grande. Nesses casos, a possibilidade de retorno ao Brasil de parte da família com a permanência de parte dela é grande. Excertos de entrevistas de adolescentes que retornaram para Governador Valadares já foram apresentados para ilustrar essas afirmações (ver excertos na página 140)

⁷⁴Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

⁷⁵Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

5.3.1 Acesso à educação

No que diz respeito ao acesso aos direitos de proteção e promoção social, tanto em Governador Valadares, quanto na Grande Boston, começamos a análise pelo acesso à educação.

Todas as crianças e os adolescentes entrevistados, tanto na origem quanto no destino, estão inseridos em escolas. Em Governador Valadares, como esta pesquisa teve como foco alunos das escolas públicas municipais e estaduais, a grande maioria dos entrevistados era do sistema educacional público. Poucas exceções estavam em escolas particulares. Na Grande Boston todos os entrevistados eram da rede pública de ensino.

Com poucas exceções, tanto em Governador Valadares quanto em Boston os entrevistados afirmaram gostar de suas escolas e apresentaram conformidade da idade com a série escolar na qual estavam matriculados. As exceções estavam mais presentes entre adolescentes mais velhos, que foram para os Estados Unidos contra sua vontade, como as duas que descreveram suas escolas acima e aquelas retornadas dos Estados Unidos que ainda não se sentiam bem integradas à realidade educacional da escola brasileira. O contraste entre o ensino com turmas menores e uma atenção mais individualizada nos Estados Unidos e um ensino em um sistema como o brasileiro, que ainda luta com a questão da universalização da educação com turmas maiores e atenção menos individualizada, é sentido por aqueles que retornam mais velhos para o Brasil.

Alguns afirmaram ter dificuldades com a língua portuguesa e tiveram que retroceder um ou mais anos, repetindo séries que afirmaram já ter cursado fora do Brasil. A jovem, cujo trecho de entrevista apresentamos a seguir, afirma ter ficado bastante revoltada com a demanda de repetição de ano e desestimulada temporariamente em relação aos estudos. Só algum tempo depois, conseguiu voltar a focar nele. A atitude de revolta é uma reação típica em caso de percepção de injustiça, de um direito violado no reconhecimento pelo sistema educacional brasileiro de seus estudos no exterior.

Na escola aqui tudo é diferente, o português é muito complicado, tive que aprender tudo novamente. Meu português melhorou bastante [...] Quando eu cheguei no Brasil eles me colocaram para trás, no segundo ano de novo [...] era para eu ter me formado há dois anos atrás, então para mim foi complicado, não estava nem aí para a escola, me dediquei muito ao meu trabalho. Consegui passar por este momento de revolta e focar mais nos meus estudos. (Kia, nome fictício, 19 anos, migrante internacional que foi para os Estados Unidos com 10 anos e retornou para Governador Valadares).⁷⁶

⁷⁶Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Uma conselheira tutelar de Governador Valadares, em sua entrevista, afirma que já recebeu queixas de filhos de imigrantes retornados sobre a necessidade do sistema educacional público de fazê-los retroceder pelo menos um ano, em relação ao que já tinham cursado em escolas dos Estados Unidos.

A matrícula na escola pública aqui, é engraçado, em Valadares chega pouco, aqui, no Conselho Tutelar, porque a Superintendência é que faz a transcrição né, transcreve o histórico e já coloca, já, de uma vez na escola[...] uma violação que chegou aqui no nosso Conselho este ano, pelo menos, eu peguei dois casos, são dos adolescentes que lá estudam, e quando chegam aqui, às vezes, ao fazer a equivalência, têm que retornar um ano antes, e eles não aceitam. É uma dificuldade muito grande. Então, quer dizer, na cabeça do adolescente, ele não consegue entender: *“Poxa, eu estudei tanto tempo e agora vou ter que voltar?”*. Então, pra ele, fica complicado, dele entender isso. Aí, há um conflito. Eles procuram o Conselho Tutelar pra resolver este conflito, pra saber os direitos. Muito, até muito interessante, que eu percebo no adolescente essa luta *“Eu tenho que ir pra frente, não é voltar”*. Então, eu acho interessante, porque eles procuram o Conselho Tutelar pra isso.” (Conselheira Tutelar de GV).⁷⁷

A repetição de anos letivos por alunos migrantes internacionais poderia ser evitada também no Brasil, assim como é evitada nos Estados Unidos, se o nosso sistema educacional conseguisse implantar cursos extracurriculares de português para adolescentes e jovens retornados.

Algumas adolescentes falam mais positivamente de sua experiência de migrar para os Estados Unidos, já em idade escolar, afirmando ter tido melhor apoio para se integrarem lá, com maior atenção individualizada e acesso a turmas especiais de integração de crianças e adolescentes imigrantes, assim como com cursos vocacionais extracurriculares. Essas afirmações são de jovens adultos retornados ou que ainda residem em Boston. Vejamos trechos de suas entrevistas a seguir.

Eu odeio essa escola, eu nem vou falar, tenho medo, meu nome não vai ficar aí né? Escola suja, bagunceira, tem muito grafite, as pessoas falam muito. Eu gosto das pessoas aqui, mas elas falam muito. Aqui para estudar qualquer coisa extra você tem que pagar um curso fora da escola. Aqui você fica na escola cinco horas. Lá você fica seis horas. Uma hora para fazer cursos extras. Lá eu fiz vários cursos extras, como noções de medicina, de construção, qualquer curso que você pensar, você pode fazer na escola. etc. (Nat, nome fictício, 16 anos, filha de migrante internacional que nasceu nos Estados Unidos, estudou lá e retornou recentemente para Governador Valadares).⁷⁸

⁷⁷Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

⁷⁸Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Na minha escola eles ajudavam os imigrantes, tanto os brasileiros como os mexicanos, tinham outros estrangeiros lá. Eles me ajudaram muito, davam livros, tinham tradutores e outras crianças brasileiras também e uma delas é minha amiga até hoje. Eles dão prova no final do ano para ver como está seu inglês, e todo ano você tem que fazer essa prova, a não ser que você tire uma nota boa o suficiente, essa prova é diferenciada e só para alunos imigrantes. Nas provas eles davam um dicionário com sua língua natal para te ajudar, é uma prova de fala, escuta, ler e escrever, e se você tira uma nota boa aí você já fala fluente e eu tirei essa nota. Eu já estava na oitava série e fiquei lá até o meu Juniors, que é o segundo ano do segundo grau no Brasil. (Kia, nome fictício, 19 anos, imigrante que foi para os Estados Unidos com 10 anos e retornou para Governador Valadares).⁷⁹

Quanto mais jovens crianças e adolescentes migram para os Estados Unidos ou retornam de lá, mais facilmente se integram à escola americana ou à brasileira e têm menor dificuldade com o aprendizado rápido do idioma em cada local. Nenhuma reclamação com relação ao sistema educacional foi feita por crianças e adolescentes ou seus responsáveis nos casos em que a ida para os Estados Unidos ou o retorno ao Brasil ocorreu nas idades mais iniciais de escolarização. Isso porque ainda não sentem tanto o contraste entre a qualidade do ensino nos dois locais nem a discriminação entre grupos de alunos que é mais comum nas idades mais avançadas da adolescência.

Porém, a maior dificuldade relacionada à educação das gerações de crianças e adolescentes de famílias imigrantes brasileiras para os Estados Unidos não está na educação elementar ou na escola média, e sim no acesso à universidade.

A universidade nos Estados Unidos é de difícil acesso também para jovens de famílias americanas, pois a educação universitária não é gratuita e sim subsidiada para alguns grupos considerados prioritários ou meritórios, segundo critérios de residência regular, renda, desempenho acadêmico e etnia. O custo da educação universitária nos Estados Unidos é muito alto e para o imigrante pode ser três vezes maior que para o americano, pois as taxas são diferenciadas para residentes e não residentes.

Cursar uma universidade na região da Grande Boston é ainda mais caro e difícil, pois nessa região concentram-se as melhores e mais caras instituições de ensino superior do mundo. O nível de concorrência nos processos de seleção dessas universidades é alto e o fato de ter cursado escolas públicas secundárias da mesma região não coloca o imigrante jovem em uma posição de vantagem. Pelo contrário, estudos realizados por Michael Berardino (2013 e 2014) no Mauricio Gaston Institute for Latino Community Development and Public Policy, da University of Massachusetts Boston, reportam que os estudantes latinoamericanos em Massachusetts apresentam rendimentos escolares bem inferiores se comparados aos

⁷⁹Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

estudantes de outras etnias. Esse fato por si só já coloca os filhos das famílias imigrantes brasileiras em situação de desvantagem no acesso à universidade, mesmo que tenham nascido nos Estados Unidos e possuam o direito de pagar taxas de residentes. Estas últimas, por sua vez, também não são taxas acessíveis para a maioria das famílias imigrantes. O excerto de uma entrevista realizada com uma estudante universitária brasileira regularizada pelo Programa DACA, que faz parte do movimento dos estudantes imigrantes (SIM), apresentado a seguir, ilustra a luta de jovens imigrantes para ter acesso à universidade nos Estados Unidos.

Esse movimento começou entre 2001 e 2002. Eu não estava aqui, claro, porque eu tinha apenas 12 anos quando o movimento começou [...] o movimento começou porque havia muitos jovens que não tinham documentos e tem uma lei chamada Dream Act que tem mais de dez anos que nós estamos tentando passar [...]no começo era só um movimento secreto de adultos e jovens, conversando com os políticos, com muito medo de contar suas histórias publicamente e serem deportados [...] O problema é que tinham muitos jovens sem documentos que queriam ir para a universidade e as famílias não tinham dinheiro para ajudar. Tinha as universidades públicas que estavam nos cobrando às vezes duas ou três vezes mais do que de um estudante americano [...] Eu comecei a estudar na UMASS Boston em 2006 e eu usei o dinheiro que eu tinha guardado trabalhando em limpeza, em restaurantes, em lojas, um monte de trabalho. Eu guardei o meu dinheiro para ir para a faculdade, mas o dinheiro que eu tinha era só para um ano. Em 2007 a imigração veio para a minha casa e deportou toda a minha família. Eu não fui deportada porque não estava em casa neste dia. Em 2008 eu encontrei este grupo que estava lutando por taxas universitárias reduzidas para os estudantes imigrantes (in state tuition) [...] Começamos então a nos unir em um movimento nacional chamado United We Dream (Unidos Nós Sonhamos). Só tinha cinco estados no começo, mas agora tem 25 estados e 45 grupos que são parte deste movimento nacional [...] Alguns estados chegaram a conceder as taxas iguais para estudantes imigrantes, mas Massachusetts, ainda não [...] Agora com o DACA, os que estão no programa, podem pagar as taxas mais baixas. (Líder brasileira do Movimento do Estudante Imigrante - SIM em Massachusetts).⁸⁰

Em Governador Valadares, encontramos três jovens que retornaram dos Estados Unidos para estudar na Univale por perceberem que teriam dificuldades de cursar uma universidade naquele país. Apresentamos a seguir alguns excertos de entrevistas sobre esta questão.

Eu estava nos Estados Unidos, cursando design gráfico [...] Era muito caro, tinha que trabalhar em dois trabalhos e estudar. Eu tinha algumas bolsas de estudos, mas não pagava tudo[...]Decidi vir para o Brasil, queria fazer comunicação social [...] queria muito ir para uma capital, mas meu vocabulário era horrível [...] antes da Univaletentei entrar na UFMG, mas ainda estava acostumando a usar o português e não deu certo. Entrei na Univale, em comunicação social. (Jo, nome fictício, 23 anos, jovem imigrante internacional com tripla cidadania, brasileiro, mexicano e americano que veio para Governador Valadares cursar a universidade).⁸¹

⁸⁰Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

⁸¹Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Esse trecho de entrevista demonstra também a dificuldade do jovem imigrante de se inserir no meio universitário brasileiro em virtude da pouca fluência do idioma português, já que foi educado nos Estados Unidos e é filho de um pai brasileiro com uma mãe mexicana. Grande parte dos filhos de imigrantes brasileiros que são educados nos Estados Unidos tem pouco conhecimento instrumental da língua portuguesa. Falam mal o português, tem um vocabulário restrito e não redigem nesse idioma. Isso faz com que a maioria hesite em tentar se inserir nas universidades brasileiras e muitos que tentam, nas capitais, onde o processo de seleção é mais competitivo, não conseguem.

O próximo excerto é da mãe de uma das jovens imigrantes sobre as suas percepções e a experiência da filha com a questão do acesso à universidade no Brasil e nos Estados Unidos.

O que me fez retornar foi a faculdade da Je, porque ela sempre quis fazer odontologia e nós tentamos ajuda para ela fazer lá e não conseguimos e a área de saúde é muito cara e com a minha renda e do meu esposo a gente não encaixava para receber a ajuda para fazer o financiamento. Os 4 primeiros anos do “college” você aprende as matérias básicas, ela ainda não entra na área, e aí que ela vai ver se ela consegue passar para entrar na área da saúde e o que eu vejo é que muita gente desanima, param por causa dessas barreiras que vão encontrando. Aí eles querem trabalhar, vão ficando adultos e querem a vida deles, querem um carro, porque lá todo mundo tem carro, quer um telefone de última geração, eles querem tudo de última geração que lá tem e isso é muito caro. E eu fiz uma proposta para ela se ela quisesse estudar aqui no Brasil eu teria condições de ajudar por uns 2 ou 3 anos, e ela fez para faculdade privada. Na faculdade tinham alguns retornados, mas não eram da classe dela, ainda estão na escola e ela ficou conhecendo uns 10 e que vieram também para estudar. Tem um que veio até para fazer odontologia, tem uma turma grande na Univale, mas não são do relacionamento dela. A saída dela de lá foi terrível, sofro até hoje por vê-la sofrer, e hoje ela está bem, é muito decidida. Ela não queria mais é bem determinada, ela não tem uma amiga da turma dela nos Estados Unidos formada, ela não se arrepende, mas quer voltar pra lá, mas ela sabe que não está na hora. (Mãe de Je, jovem dentista formada na Univale, que retornou dos Estados Unidos para Governador Valadares para cursar a universidade).⁸²

Essa mãe, além de comentar sobre as dificuldades do acesso à universidade nos Estados Unidos, traz um aspecto relevante que os jovens não relatam em suas entrevistas. Fala do deslumbre que os jovens de famílias imigrantes brasileiras experimentam com o nível de consumo possível nos Estados Unidos e o quanto esse consumismo imediatista os faz desanimar de perseverar com sua educação. Pensam no trabalho no país de destino como uma forma de ter um consumo imediato de certos bens aos quais não têm acesso no Brasil, às custas de uma educação que lhes garanta uma melhor inserção social ou na origem ou no

⁸²Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

destino. Obviamente esse é um aspecto importante que não pode ser generalizado, haja vista que alguns jovens, como a líder estudantil e a própria filha da entrevistada, colocam sua educação como um objetivo de alta prioridade.

5.3.2 Acesso à saúde

Assim como já citado no capítulo da fundamentação teórica, uma pesquisa realizada por Siqueira (2013) em Governador Valadares, com imigrantes retornados, especificamente sobre o acesso ao atendimento de saúde nos Estados Unidos por parte dos imigrantes brasileiros, conclui que o estado de Massachusetts oferece aos imigrantes um acesso facilitado e privilegiado ao atendimento de saúde, que outros estados não oferecem.

Nesta pesquisa, tanto os imigrantes que ainda estão fora do Brasil quanto aqueles que retornaram elogiaram muito a qualidade da atenção à saúde recebida em Massachusetts gratuitamente pela maioria, e mesmo paga por aqueles que não se qualificavam para o atendimento gratuito em virtude de terem uma renda mais alta. Nos excertos a seguir mulheres mães de crianças e adolescentes que residem na Grande Boston, falam de suas experiências no sistema de saúde de Massachusetts.

O meu pré-natal e meu parto aqui foram perfeitos. A única coisa que eu não gostei foi que eles levaram estudantes residentes para assistir e não me avisaram. A minha intérprete me disse que eu devia ter sido avisada. (Mãe de Ro, nome fictício, 10 anos, que nasceu e reside na Grande Boston).⁸³

Ela vai uma vez por ano para uma consulta geral que checa tudo com a médica da família. Quando ela nasceu eu trabalhava em um hotel, era irregular, mas tinha um seguro de saúde pago pelo hotel onde eu trabalhava. Mas mesmo você não tendo seguro, tendo o “free care”, eles dão prioridade à mãe e à criança. A criança nasceu aqui, tem atendimento de saúde até os 18 anos [...] Meu sogro ele disse, *meu Deus como fui bem atendido*, porque a gente deu o *Green Card* para ele e ele chegou há dois meses, ele ficou maravilhado, ele disse que no Brasil o médico nem olhava para a cara dele, mas aqui ele disse, *o médico assim uma delicadeza* (Mãe de Cath, nome fictício, 9 anos, que nasceu e reside na Grande Boston).⁸⁴

Minha experiência foi muito boa. Eu falo com meu marido que graças a Deus a gente estava aqui, porque eu soube de experiências de amigas minhas no Brasil, umas tiveram um parto bom outras muito ruim, por causa do atendimento. Ele nasceu todo sadio, fui muito bem atendida, depois a mulher ainda veio na minha casa uns três dias me dar assistência. (Mãe de Lu, nome fictício, 8 anos, que nasceu e reside na Grande Boston).⁸⁵

⁸³Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

⁸⁴Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

⁸⁵Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

Aqui tem segurança, tem plano de saúde bom, eu vou fazer uma cirurgia amanhã do coração, colocar um marca passo no coração, se fosse no Brasil eu não teria essa oportunidade [...] Aqui quando você tá grávida, você imediatamente faz um seguro, aí eu tive o pré-natal da minha filha todo de graça, o do meu filho também, eu nunca paguei nada aqui, médico nenhum e aqui o atendimento é maravilhoso, super carinhoso com você, se você for agora na emergência você é atendida como qualquer outra pessoa que tem dinheiro, não tem discriminação por nada. A medicina aqui é muito boa [...] Eu tenho ajuda do governo que me dá por mês U\$ 240,00 (duzentos e quarenta dólares) para eu comprar alimento das crianças. Eu tenho atendimento do WIC⁸⁶ para o meu filho, recebo leite, não compro leite para ele. Aqui eles ajudam você muito, você tem muitas oportunidades boas nesse país. (Mãe de Ra, nome fictício, 8 anos, que nasceu e reside na Grande Boston).⁸⁷

As crianças e adolescentes entrevistados em Governador Valadares, tanto os que ficaram no Brasil quanto os que retornaram dos Estados Unidos, quando falam do atendimento de saúde no Brasil não tecem elogios nem críticas. Entre os entrevistados, alguns poucos possuem plano de saúde particular, mas a grande maioria recorre ao Sistema único de Saúde – SUS.

A única reclamação sobre o atendimento de saúde no Brasil foi feita por uma adolescente que retornou recentemente e que tece críticas ao tempo de espera para que atenção fosse dada às suas demandas e ao atendimento impessoal ou falta de comprometimento com a solução de questões de saúde que esperava ter resolvidas. Essas críticas, contidas no excerto a seguir, foram feitas a um atendimento particular.

O sistema de saúde aqui é ruim, não é bom mesmo. Eu quebrei o meu braço nos Estados Unidos e fiquei sentindo dor por muito tempo. Quando cheguei ao Brasil fui a um médico particular. Ele levou três meses tentando descobrir o que estava errado com meu braço, depois me disse que havia calcificado errado, estava torto e que ele não podia fazer nada a respeito. Gastei muito dinheiro e ele não me devolveu o que paguei. (Nat, nome fictício, filha de imigrante retornada para Governador Valadares).⁸⁸

5.3.3 Acesso ao lazer e à cultura

No que diz respeito ao acesso ao lazer e à cultura por aqueles da Região da Grande Boston, o fato de residirem em uma megalópole onde estão as melhores universidades do mundo, lhes dá acesso fácil a uma grande diversidade de ofertas de amostras de cinema e teatro, além de museus com preços acessíveis ou gratuitos, mas a maioria das famílias entrevistadas não mencionou aproveitar essas oportunidades culturais.

⁸⁶Programa de suplementação nutricional para mulheres, recém-nascidos e crianças (Women, Infants and Children – WIC)

⁸⁷Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

⁸⁸Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Apenas uma criança entrevistada em Boston mencionou o curso de teatro livre em português oferecido pelo Teatro Brasileiro de Boston, oportunidade aproveitada por aqueles mais ávidos por atividades culturais e que têm fácil acesso geográfico, pois a região da Grande Boston é muito grande e a diáspora dos brasileiros também, espalhando-se por diversos cantões dessa região.

Para a criança, observamos que essa atividade teatral teve o impacto de aproximá-la da cultura brasileira e de despertar o desejo de residir no Brasil no futuro. Dentre as crianças entrevistadas em Boston, esta foi a única que manifestou o sonho de residir e trabalhar no Brasil na vida adulta. Sua atividade teatral é exercida com grande incentivo dos pais, que têm uma relação íntima de amizade com membros desse grupo teatral. Excerto de sua entrevista, apresentado a seguir, dá uma ideia da importância dessa atividade nos sonhos desse garoto relacionados ao Brasil.

Eu não sou muito chegado no eletrônico não, eu gosto muito de arte e cultura [...] Eu sou ator. Trabalho na região aqui de Boston fazendo teatro no Teatro Brasileiro de Boston [...] fiz uma apresentação de natal e uma de páscoa, a paixão de cristo. Em outubro eu vou fazer outra peça [...] A mãe de uma das minhas melhores amigas é do Teatro Brasileiro de Boston e ela me chama para fazer as peças [...] Quando a gente faz as peças, temos ensaio uma vez por semana. Quando vai chegando perto das apresentações encontramos mais vezes por semana [...] Por enquanto eu tô querendo ser ator. Enquanto sou criança quero ser ator aqui, mas quando for adulto quero ser ator na Globo(Ro, nome fictício, 10 anos, filho de imigrantes residentes em Boston).⁸⁹

O próximo excerto de entrevista é da líder do Teatro Brasileiro de Boston sobre esse projeto cultural que envolve crianças e adultos imigrantes brasileiros e é, segundo ela, mantido em grande parte graças a doações de empresários brasileiros em Boston.

Meu trabalho com teatro brasileiro está fazendo 10 anos, a gente acabou de ganhar três prêmios, isso eu acho que tem um referencial muito grande porque é o maior prêmio para brasileiros nos Estados Unidos e foi mais do que merecido porque são dez anos de trabalho. Quando eu comecei, comecei sozinha achando que era um sonho só meu e hoje tem mais de 50 pessoas envolvidas no projeto, entre músicos brasileiros, americanos que querem aprender o português, crianças que se negam a falar português em casa e com os colegas e que se apaixonam pela nossa língua e pela nossa cultura a partir do teatro. É um trabalho remunerado. É um trabalho que nós não temos nenhuma ajuda de nenhum tipo de instituição nem Consulado, nem governo brasileiro, é um trabalho independente feito pelo Teatro Brasileiro de Boston, graças aos empresários que vivem em Massachusetts, os empresários brasileiros (Líder do Teatro Brasileiro de Boston).⁹⁰

⁸⁹Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

⁹⁰Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

A explicação mais plausível para o fato de muitas famílias não mencionarem qualquer tipo de participação ou apreciação de atividades culturais com suas crianças e adolescentes na Grande Boston é a dedicação excessiva ao trabalho por parte dos pais imigrantes. Há uma falta de tempo das famílias para estarem em outros espaços além do da casa, do trabalho e de suas igrejas. Além disso, podemos também atribuir o não consumo de atividades culturais à própria origem dos imigrantes, pois na Microrregião de Governador Valadares a oferta de atrações culturais, segundo os adolescentes entrevistados e expresso por um deles no excerto abaixo, é bastante limitada e as crianças e adolescentes se desenvolvem sem o consumo de atividades culturais a não ser aquelas oferecidas dentro de suas igrejas e cursos que fazem após as aulas.

Aqui em GV não tem muito lugar não, quando eu saio com meus amigos, a gente vai para vários lugares para lanchar, só vou quando tem algum amigo apresentando em certo lugar, aí eu vou pra dar uma força (Mat, nome fictício, 16 anos, filho de imigrante que permaneceu em Governador Valadares com sua mãe).⁹¹

As igrejas são os espaços mais frequentados pelas famílias de imigrantes, tanto em Governador Valadares, quanto em Boston. Nas entrevistas nos dois locais as crianças e adolescentes quase que unanimemente se referiam às suas igrejas como seus locais prediletos, com poucas exceções entre adolescentes mais velhos. Os excertos de entrevista a seguir nos dão uma idéia desse fato.

Em 2009 fomos a esta igreja americana pela primeira vez [...] Começamos a frequentar, a conhecer as pessoas de lá, e quem me levou foi um amigo do meu pai, ele tinha um culto toda sexta feira a noite que era só para jovens e muito diferente do que no Brasil, lá era muito animado, tinha banda de rock, de rap e ele chegou perto de mim, na época eu era muito revoltada, e disse que tinha um clube que ele gostaria que eu fosse e eu disse que iria [...] quando cheguei lá era um negocio de igreja, quase matei ele, mas foi uma das melhores coisas que me aconteceu, conheci muita gente, mudei meu estilo de vida completamente, eu estava com 15 anos [...] A minha revolta era a de todo menino de 14 e 15 anos, minha mãe tinha morrido, ninguém me entendia, achava que meu pai não me amava e o contato com essas pessoas mudou a minha vida, minha vida era muito difícil com tudo isso, estava sempre mudando, eu não tinha mãe, estava eu, minha irmã e meu pai, eu tinha responsabilidade sobre minha irmã, então para mim foi muito complicado e eu tinha problemas que eu não sabia que eu tinha, e lá eles me fizeram ver esses problemas e me ajudaram a lidar com isso de uma forma melhor (Kia, nome fictício, 19 anos, imigrante que residiu nos Estados Unidos na infância e que agora reside em Governador Valadares).⁹²

⁹¹Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

⁹²Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Em GV eu frequento a igreja quase todos os dias da semana, porque meu pai é presbítero e é um espaço que eu gosto de frequentar, tem de interessante as minhas amizades, eu adoro Jesus, tem vários eventos, é muito divertido, e meus amigos da igreja, são meus amigos do bairro (Lua, nome fictício, 12 anos, filha de imigrante que permaneceu em Governador Valadares).⁹³

Frequento a igreja aos domingos, e minha mãe também vai, mas algumas vezes vou só com o meu pai e é a mesma igreja e vou de boa vontade, vou porque eu gosto, fazemos excursões pela cidade, cartazes pela cidade (Al, nome fictício, 11 anos, filho de imigrante que permaneceu em Governador Valadares).⁹⁴

Frequento a igreja com minha família toda semana, e é um ambiente que eu gosto muito, e muitas vezes que minha mãe falta eu vou sozinho. Na igreja recolhemos alimentos para as pessoas que não tem, viajamos para aventuras, igual sábado nós fomos para o Ibituruna e subimos a pé. Não tenho outro lugar preferido além da igreja, mas gosto de jogar bola na praça (Bo, nome fictício, 11 anos, filho de imigrante que permaneceu em Governador Valadares).⁹⁵

Os responsáveis pelos entrevistados, ao serem questionados sobre esta resposta das crianças e adolescentes, responderam que as igrejas em Governador Valadares desenvolvem atividades atrativas com crianças e adolescentes. Segundo eles, como responsáveis, esta é uma segurança, diante da falta de alternativas culturais e de lazer seguro na cidade para os mesmos. Relatam sobre seus envolvimento em escolas dominicais, estudos bíblicos para jovens, grupos musicais etc.

Nós frequentamos a Assembleia de Deus e foi uma ajuda para ele, na época que a mãe dele foi eu não reunia muito, mas depois ele foi crescendo e eu comecei a reunir mais, tem a escola dominical com a faixa etária dele, coloquei na escola de música e ele está tocando na orquestra, já tem mais de um ano, ele aprendeu muito rápido e isso ajuda muito, porque ele tendo na igreja algum trabalho não desperta nenhum interesse em outras coisas, isso ajuda muito porque as coisas estão tão difíceis, tanta droga, tanta coisa. (Tia-avó de Sam, nome fictício, 13 anos, deixado em Governador Valadares por pais migrantes).⁹⁶

Daqueles que entrevistamos em Governador Valadares ouvimos muito frequentemente que não frequentavam muitos espaços além da igreja e de ambientes familiares, como no excerto de entrevista apresentado a seguir.

Não somos de sair, vamos mais à igreja. Estes 8 anos que moro aqui, tem exposição todo ano, nunca fomos. Passeio deles é quando a escola leva, nosso final de semana é em casa e na igreja. Quando é final de ano, nós vamos pra roça. (Mãe de Lana e Clar, nomes fictícios, 10e 9 anos respectivamente, filhos de imigrante que permaneceram em Governador Valadares).⁹⁷

⁹³Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

⁹⁴Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

⁹⁵Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

⁹⁶Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

⁹⁷Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Os outros locais mencionados são o Clube Filadélfia, por aqueles que têm condições financeiras para se associar, o GV shopping, o Pizza Park, o Pico do Ibituruna, o Parque de Exposições e campinhos de futebol. Observa-se, porém uma grande saída de famílias da cidade nos fins de semana para chácaras e sítios pertencentes a parentes, onde reuniões familiares são freqüentes. Uma criança entrevistada fala a seguir de alguns desses lugares:

Gosto da cidade, gosto de ir pra escola, gosto de ir no shopping e de vez em quando tem um campinho lá que minha mãe me leva, os lugares que eu mais gosto de ir são esses. Eu vou à igreja católica todos os domingos. Lá eu gosto de coroar e ler na frente (Ali, nome fictício, 8 anos, filha de imigrante que permaneceu em Governador Valadares).⁹⁸

Nota-se entre os entrevistados em Governador Valadares uma baixa mobilidade para outras cidades fora da microrregião de mesmo nome. Muitas crianças entrevistadas que já moraram fora do Brasil, não chegaram nem a conhecer Belo Horizonte e outras cidades de maior porte em Minas Gerais, ou sequer deixaram o estado, a não ser rumo aos aeroportos de emigração.

Em Massachusetts, mais especificamente na região da Grande Boston, além das igrejas as crianças e adolescentes mencionaram espaços públicos de camping e piquenique, além das piscinas públicas que são comuns em muitas vizinhanças e freqüentadas pelas famílias nos fins de semana. Alguns adolescentes que já estão em Governador Valadares mencionaram que quando estavam nos Estados Unidos, freqüentavam bastante as bibliotecas públicas e sentem falta dessa alternativa em Governador Valadares.

Dentre as instituições da sociedade civil existentes na região da Grande Boston, as mais próximas das famílias são as suas igrejas e os trabalhos sociais desenvolvidos por estas, dos quais os imigrantes costumam participar como voluntários. Afirmam procurar primeiramente a igreja quando se encontram em situação difícil para qualquer tipo de ajuda e só depois procuram outras instituições para as quais suas igrejas os encaminham. Algumas instituições de assistência não confessionais, afirmam que para seus trabalhos, esse jeito do Brasileiro se fechar na relação apenas com as igrejas às vezes se coloca como um problema como explicado no excerto a seguir:

⁹⁸Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Não podemos esquecer que às vezes, e muito frequentemente, a igreja é o único suporte que eles têm. Portanto, tem que ser valorizado. Às vezes na mesma religião, você pode ter um pastor muito diferente de outro pastor, as vezes nem sempre aqueles valores, aquelas regras que o pastor está divulgando estão de acordo com a lei. Aí nós trabalhamos, calma aí você não pode seguir tal pastor, você deve usar o seu discernimento, porque isso não é legal [...] Temos que agarrar tudo que possa ser transformado em positivo, porque eles já têm tão pouco, é trabalho, trabalho, trabalho, casa e igreja. Muitas vezes estas igrejas interferem muito com sua vida pessoal, com seus relacionamentos, não é só um lugar aonde se vai ao culto religioso, eles muitas vezes querem vir à sua casa e vamos lá que você ou eu possamos ser muito religiosos, mas o nosso marido e nossos filhos não querem receber. Isso também cria conflitos em casa. Mas nós temos que tentar aproveitar o que eles têm na sua vida e transformar em algo positivo. Não dá para descartar nada. Eu acho que a igreja é um ponto de apoio fundamental à comunidade portuguesa aqui em Massachusetts, especialmente a brasileira. [...] Cabe a nós como profissionais encontrar mecanismos e estratégias de como conciliar esses dois lados. A igreja se oferece de um lado como algo bastante positivo à nossa comunidade, mas da mesma maneira ela se oferece como algo bastante negativo à mesma comunidade. Uma das maneiras que eu encontrei, muitas vezes, quando vêm estas questões da religião, é não fazer juízo de valor, respeitar o máximo que puder as crenças da família, do indivíduo. Depois uma das técnicas que eu uso é não entrar em questões do que é certo ou do que é errado. Eu procuro muito expressar o que é apropriado e o que não é apropriado [...] Tento fazer com que o indivíduo racionalize o que implica viver nos Estados Unidos. Que ele pense, se eu fizer isso, o que acontece. Por exemplo, deixar que as crianças vão ao culto até as 23:00, 24:00 horas, no outro dia elas têm que acordar às 6:00h para ir à escola. O que acontece, a professora tá ligando por questões de ensino, pergunta, Joãozinho o que esteve fazendo ontem a noite? Fui pra igreja com a mamãe, com o papai. Aí nós vamos pra mãe e pro pai e pensamos juntos como fazer para ir a igreja, entendendo que não dá para que o Joãozinho vá junto. (Sociólogo e Psicóloga da Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers).⁹⁹

5.3.4 O lugar das crianças e adolescentes no contexto de migração internacional

Segundo Y Fu Tuan “Os lugares íntimos são lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção sem espalhafato.” (Y FU TUAN, 1983 p. 152).

Se considerarmos esta definição de lugar de Y Fu Tuan (1983) temos que concluir que as crianças e adolescentes cujas vidas são impactadas pela migração internacional dos pais, tenham elas a oportunidade de migrar com eles ou não, não possuem um único lugar onde suas necessidades fundamentais são consideradas e satisfeitas. Estas crianças têm no mínimo dois lugares e algumas vezes mais que dois.

As crianças que ficam em Governador Valadares têm famílias extensas que tentam suprir suas necessidades fundamentais enquanto seus pais migram para os Estados Unidos em busca de recursos para complementar esse suprimento. Porém, perdentemporária ou

⁹⁹Entrevista realizada em pesquisa de campo na Grande Boston em 2014

definitivamente a convivência diária com seus pais biológicos, uma necessidade fundamental para seu desenvolvimento. Demonstram nas entrevistas lamentar muito esse fato, mesmo que com o tempo lhes seja ensinado que devem entender a posição dos seus pais e agradecer as remessas que eles fazem para seu bem-estar material. Esse aprendizado os ajuda a racionalizar e minimizar a dor dessa perda, mas no íntimo o lamento pela perda continua e é expresso nas entrevistas. Ao serem questionados sobre as vantagens de serem filhos de migrantes, muitos dizem que não há vantagens. A maioria deles nem lembra espontaneamente, de mencionar os benefícios materiais. Apenas quando perguntados por esses benefícios reconhecem sua importância, sempre colocando que estes não têm a mesma importância da convivência que perderam com os pais biológicos em virtude da migração internacional.

Demonstram amar aqueles da família extensa que assumiram sua guarda, mas sonham em estar algum dia nesse outro espaço distante, que seus pais escolheram como lugar. Desenvolvem por Governador Valadares um afeto pelo lugar onde sua identidade está sendo formada. Mas é uma identidade migrante com a consciência de que esse lugar não lhes dá segurança de que poderão no futuro suprir as necessidades de seus filhos, caso venham a tê-los. Assim como desenvolvem por seus pais biológicos um apego inseguro, têm por Governador Valadares um sentimento de pertencimento relativo, que dependerá de como conseguirão se inserir na sociedade local como adultos. Ao serem perguntados onde querem morar no futuro, dizem que gostam de Governador Valadares, mas que migrarão como seus pais, caso seja necessário. Afirmam com certeza apenas que querem visitar o local onde os pais migrantes residem.

Em Governador Valadares a cultura da migração já é tão forte que qualquer criança, adolescente, ou jovem, mesmo os de famílias não migrantes, poderia dar a mesma resposta. Mas, a resposta dada pelos filhos de pais imigrantes, que ficaram no Brasil, tem um ingrediente que não poderia estar presente na resposta daqueles de famílias não migrantes, o desejo de reatar uma relação que sofreu um processo de distanciamento com o tempo ou de se completar, conhecendo sua origem ao conhecer o pai ou mãe com o qual nunca conviveram.

O nível de ansiedade pela realização desse sonho depende do quanto aqueles que mantêm sua guarda conseguem ser responsivos às suas necessidades em substituição aos pais migrantes.

Percebemos nesta pesquisa que, como em qualquer cidade brasileira, dependendo do local que as crianças moram, varia muito a percepção das famílias em relação à segurança que a cidade oferece para que estatenham uma mobilidade independente no seu bairro e possam experimentar os espaços públicos de forma íntima para uma convivência comunitária com

outras crianças de sua idade. Algumas ainda têm a felicidade de poder brincar, jogar bola, andar de bicicleta nos espaços públicos dos seus bairros, outras têm como únicos espaços de convivência permitidos a escola e a igreja. Mas, ficou claro que para a maioria das famílias Governador Valadares não é um meio seguro para que crianças e adolescentes tenham livre mobilidade e façam escolhas livres de com quem conviver. As igrejas oferecem para as famílias a segurança de que seus filhos terão escolhas sadias de convivência. A falta de liberdade para a convivência comunitária é bastante grande e vai até quase a idade adulta para alguns adolescentes, principalmente os que são criados pelos avós. Essa falta de liberdade dificulta o desenvolvimento do sentimento de pertencer à cidade e em alguns casos alimenta o sonho de migrar em direção aos pais.

Os que migraram com os pais ou a eles se reunificaram depois de alguns anos no país de destino tiveram a oportunidade de ampliar os seus horizontes. Dependendo do número de anos que ficam na origem e no destino, desenvolvem apego pelos dois lugares, cada lugar oferecendo um aspecto fundamental para as suas necessidades de desenvolvimento e nenhum oferecendo todos. Como foi anteriormente mencionado, muitas dessas crianças e adolescentes crescem com uma mobilidade entre os dois países que seus pais não têm e desenvolvem o que Cresswell (2009) identificou em sua revisão, como um significado mais progressivo de lugar. Essas crianças e adolescentes não precisam definir uma fronteira rígida do seu lugar. São livres para ir e vir entre os dois países, buscando em cada lugar em tempos diferentes aquilo que precisam para o seu desenvolvimento. Aqueles que se regularizaram nos Estados Unidos, têm idade mais avançada ou já são adultos e residem no Brasil, falam em deixar o Brasil, mesmo que em alguns casos não saibam ainda onde querem estar no futuro. Sentem-se parte dos dois lugares, mas quando estão em qualquer um deles sentem falta do outro como colocado pela jovem a seguir:

Quero acabar minha graduação em GV e voltar. Tem uma empresa em Miami que valida diplomas estrangeiros. Disseram que posso graduar como revisora textual, em tradução, e para o meu sonho está perfeito. A vantagem de ter ido foi uma abertura cultural, econômica, uma visão de outro mundo e a desvantagem é que viverei com saudades, vou estar aqui com saudade de lá, estar lá com saudades daqui (Bar, nome fictício, 23 anos, se regularizou, mas reside em Governador Valadares).¹⁰⁰

Aqueles que nasceram nos Estados Unidos e são considerados pelo país de destino dos pais como imigrantes de segunda geração, em sua maioria afirmam não se sentirem americanos, mas também não se sentem brasileiros. São membros de comunidades brasileiras

¹⁰⁰Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

nos Estados Unidos, mas conhecem pouco o Brasil e só anseiam morar no Brasil se ao chegarem na vida adulta encontrarem no país de destino obstáculos para seus sonhos, como cursar uma universidade. Estes não têm livre mobilidade, pois são tão irregulares quanto seus pais. Em sua maioria repetem o mesmo comportamento dos pais no país de destino, se fechando à convivência mais íntima com pessoas de outras nacionalidades e de fora de suas igrejas. Quando perguntados onde encontraram os seus melhores amigos a resposta é quase sempre, na comunidade brasileira, na minha igreja. Falam a língua do país de destino e se relacionam na escola com colegas de muitas nacionalidades, mas no ambiente familiar, em suas casas e nos espaços comunitários, além da escola, é com os brasileiros que convivem. Nenhuma criança ou adolescente mencionou trazer amigos de outras nacionalidades para o convívio íntimo de sua casa ou frequentar a residência deles. Os amigos que têm esse convívio íntimo são apenas os amigos brasileiros. São os amigos brasileiros que eles consideram seus melhores amigos.

Com o passar do tempo, a experiência de vivência em um país no qual não adquiriram intimidade com a cultura local os faz sentir livres para ir para qualquer lugar. Apegam-se à liberdade adquirida com a migração. A falta de medo libertadora é o seu lugar. Esse lugar lhes permite mudar de espaço, apenas necessitando que esse novo espaço preencha alguns requisitos, como um idioma conhecido, alguns contatos familiares ou amigos. Isso é o que fica claro nas falas dos jovens que se seguem:

Meu país hoje é o Brasil, obviamente, porque estou vivendo no Brasil. Os Estados Unidos sempre vai ser o lugar onde tudo aconteceu para mim pela primeira vez. O lugar onde eu quebrei o braço pela primeira vez, onde fui à escola pela primeira vez, onde eu tive os primeiros amigos. Tudo aconteceu pela primeira vez lá. Sempre vai ser o lugar onde fui criada, onde eu me tornei “eu”. O Brasil é o país onde eu encontrei a minha herança, onde eu encontrei minha família. Se eu tiver que viver em algum outro lugar quando adulta, eu gostaria de viver aonde se fale inglês. Não necessariamente os Estados Unidos. Qualquer lugar onde se fale inglês. Eu sou uma pessoa que não se importa onde estou, um lugar é um lugar, um lar é um lar, sou apenas apegada ao inglês como língua. (Nat, nome fictício, 16 anos, filha de imigrante que nasceu nos Estados Unidos e hoje reside em Governador Valadares)¹⁰¹

¹⁰¹Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

Eu quero sair de Valadares, com certeza, mas vou permanecer no Brasil até eu tirar o meu diploma, talvez um ano de experiência e depois sair fora, até o país esfriar. Me preocupa muito com o que está acontecendo no Brasil, sou uma pessoa curiosa e gosto de estudar muito, de ler muitos artigos, fascinado por artigos científicos e políticos, por política [...] Eu me considero um nômade, gosto de me ver assim por enquanto, mas creio que vou chegar no momento onde eu falar que eu vou ficar e morrer. Por enquanto estou jogando meu corpo no mundo. O que eu notei é que a juventude de Valadares já tem a tendência de sair desse lugar, por falta de acesso e históricos familiares, falta de oportunidades gigantescas nessa cidade, de uma educação boa para formar uma pessoa em uma área específica. A estrutura aqui é só comércio, não tem jeito de a cidade evoluir muito, “por causa” que é coronel que tem muito e pegaram um lado feio de capitalismo que pegaram nos Estados Unidos e pregaram aqui dentro. Até os jovens que não sonham muito com isso já pensam em sair daqui, conheço uns que já foram para Europa e viraram músicos fantásticos e evoluem mais rápido que as pessoas aqui. Então o Valadarense por ter uma potência limitada aqui na cidade, assim que ele sai a potência dele vira um bum, eu notei muito isso, acho interessante isso de quem é nato (Jo, nome fictício, 23 anos, jovem imigrante internacional com tripla cidadania, brasileiro, mexicano e americano que veio para Governador Valadares cursar a universidade).¹⁰²

Podemos dizer que esses são cidadãos do mundo, órfãos de qualquer apego excessivo a qualquer lugar limitador da mobilidade. São desapegados a qualquer cultura específica e a qualquer nação.

5.4 Vulnerabilidades programáticas

Na seção da fundamentação teórica, quando se apresentou a matriz analítica das vulnerabilidades de crianças e adolescentes em situações adversas proposta por Ignácio da Silva et al (2013), foi afirmado que esta pesquisa faria apenas algumas considerações sobre as vulnerabilidades programáticas nos locais de origem e destino, pois uma análise aprofundada de como estão os cenários políticos e das políticas públicas em relação às crianças brasileiras de famílias imigrantes seria um trabalho de grande monta que ultrapassaria os objetivos deste estudo apresentados na introdução. Porém, acredito que as breves considerações feitas a seguir contribuirão para que, ao chegar às considerações finais, algumas recomendações possam ser feitas de potenciais ações que visem à minimização das vulnerabilidades e ao fortalecimento das estratégias de resiliência das famílias de imigrantes com crianças durante o processo migratório.

No Brasil a Constituição Federal de 1988, o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente são marcos legais que colocam a criança e o adolescente como público-alvo prioritário das políticas públicas com uma visão bastante atual, de que são sujeitos de direito à atenção integral e à participação na formulação das políticas que lhes são dirigidas. Porém,

¹⁰²Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

toda a estrutura para que esses direitos sejam realmente garantidos é ainda recente. Os Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes e os Conselhos Tutelares que devem monitorar em nível municipal a garantia desses direitos ainda sofrem com a falta de recursos materiais e humanos para exercer sua função política e executiva de garantia desses direitos.

No campo da educação, já existe um movimento em nível nacional para a implantação da educação integral, pelo menos nas áreas de maior vulnerabilidade, mas muito ainda com a visão de educação integral apenas como educação em tempo integral. Essa é uma visão equivocada, pois educação integral significa muito mais do que ter a criança e o adolescente na escola em tempo integral. Significa olhar para a criança e o adolescente em todos os seus aspectos de desenvolvimento, incluindo o físico, o cognitivo, o emocional e o espiritual. Para isso, além de se preocupar com a inclusão de todas as crianças na escola e de tê-las nesse ambiente em horário estendido, seria necessário equipar as escolas com recursos materiais e humanos que permitissem conhecer a realidade de cada criança e adolescente para além do seu rendimento e comportamento no ambiente escolar.

Em Governador Valadares, a maior vulnerabilidade programática é o fato de o imigrante internacional e seus familiares ainda não serem reconhecidos por toda a rede de assistência como sujeitos de demanda de assistência social, pois ainda são vistos pela população em geral como famílias privilegiadas que conseguiram realizar o sonho de morar em um país desenvolvido e que retornaram com recursos que muitas famílias, que são público da assistência social no município, não possuem.

Observamos que o tema da migração internacional ainda não é considerado como prioritário nas discussões e propostas pedagógicas da rede socioassistencial porque as demandas de assistência por famílias de nível socioeconômico inferior ao dos migrantes internacionais já são maiores que a capacidade do município de prover assistência. A Secretaria de Desenvolvimento do município, entrevistada no âmbito de uma pesquisa da qual participei e cujo conteúdo se encontra em Fernandes et al (2013), reconhece que:

Hoje o número de retornados que precisam de assistência social para a reintegração na região de Governador Valadares é maior do que o município ou o estado podem dar, porque eles chegam necessitando não só de informação, mas também de capacitação profissional para reinserção no mercado de trabalho (FERNANDES ET AL, 2013 p.108)¹⁰³

¹⁰³Relatório de pesquisa Projeto CNPq 477167/2010-1

Segundo Siqueira et al (2010) e Fernandes et al (2013) já existem no município pelo menos quatro iniciativas da sociedade civil, com o apoio do governo municipal, para assistência aos imigrantes de retorno, mas ainda são iniciativas pequenas para o tamanho da demanda como afirmado por Fernandes et al (2013) a respeito de uma dessas instituições:

O CIAAT, hoje, possui um corpo de cinco (05) colaboradores contratados por tempo determinado, para executar projetos cujos recursos são captados via editais. Apesar de desenvolver bons trabalhos, ser bem articulado com a rede local de assistência e instituições acadêmicas, e de ter elegido a migração internacional como tema prioritário da sua bolsa de projetos, é uma organização pequena para atender à demanda por informação e assistência aos migrantes retornados para a região de Governador Valadares. Somente com a injeção de mais recursos, este trabalho pode ter um impacto maior do que tem hoje (FERNANDES ET AL, 2013 p.109).

No que diz respeito ao conhecimento da realidade familiar e comunitária da criança e adolescente filho de migrante internacional, nesta pesquisa ficou muito claro que em Governador Valadares as secretarias de educação municipal e de assistência social, as diretoras de escolas, as coordenadoras pedagógicas e as professoras conhecem e lamentam por muitas das vulnerabilidades emocionais e materiais das crianças e adolescentes filhos de imigrantes com os quais trabalham. Sentem suas carências e tentam ser espaço não só intelectual, mas também afetivo, mas não contam ainda com os recursos que permitam caminhar na direção de um trabalho de atenção mais específica para esse público. O seguinte excerto de entrevista com uma diretora de escola expressa seu desejo em relação aos recursos humanos que vê como necessário para que fosse possível realizar um melhor trabalho nesse sentido.

O meu sonho é o Governo do Estado montar um núcleo atendendo as quatro escolas ou uma equipe multidisciplinar atendendo em cada escola, psicóloga, psicopedagoga que especifique esta questão do emocional dos alunos, da motivação dos alunos e essa seria uma grande ajuda. Se ganhássemos um psicólogo institucional já seria um ganho muito grande. Eu como diretora a minha maior parte do tempo eu passo nesse setor de orientação tentando aparar arestas de famílias como essas (Diretora de uma das escolas onde as crianças e adolescentes foram entrevistados).¹⁰⁴

Assim como em muitas partes do Brasil, a realidade escolar de Governador Valadares é ainda a de busca da garantia do direito à escola para todos. Luta-se ainda pela universalização desse direito e ainda não se atingiu o estágio da conquista da qualidade da atenção mais individualizada à qual essas crianças e adolescentes foram expostas no sistema educacional do país de destino de seus pais migrantes. Além de não se conhecer as

¹⁰⁴Entrevista realizada em pesquisa de campo em Governador Valadares em 2013

dificuldades familiares e de integração comunitária de cada criança o tema da migração internacional, que é um fenômeno que afeta tanto o desenvolvimento local, nem é tratado como parte do conteúdo programático na maioria das escolas.

Quando perguntados sobre como crianças retornadas de países desenvolvidos se adaptam ao sistema público de ensino no Município de Governador Valadares os entrevistados da rede pública de ensino responderam que não existem análises sobre o desafio de recepção desse público, mas asseguram que as dificuldades são muitas. Acreditam que aqueles que têm condições vão para o sistema privado de ensino e os que retornam empobrecidos são forçados a se adaptarem às condições locais do sistema educacional público. A sensibilidade para tratar do tema da migração internacional na escola fica a cargo do interesse individual de cada diretor ou educador, pois a política educacional local e estadual não tem ainda uma proposta pedagógica que priorize o tema da migração internacional visando à construção da identidade territorial do público infanto-juvenil para o desenvolvimento futuro de cidadãos sensíveis à sustentabilidade do desenvolvimento da região. Os seguintes dois excertos de entrevista tratam dessa questão da inclusão do tema da migração internacional em uma escola que tenta fazer essa inclusão.

A migração é mencionada, discutida, sou numa pessoa que trabalho muito isso. Temos uma professora que é uma jóia e é da geografia e história. Conversa muito sobre isso que é uma opção local da escola. Há uma necessidade de incluir isto no currículo para atendermos o aluno (Vice diretora de uma das escolas onde as crianças e adolescentes foram entrevistados).¹⁰⁵

Eu falo das teorias explicando o que é migração [...] ano passado eu estava trabalhando também com sociologia e falei sobre a questão cultural, pedi para que eles fossem lá e fizessem um debate falando como foi a história de vida das pessoas junto com os alunos que tem esses parentes e era dentro da escola mesmo [...] Nestes depoimentos ele trazem estas dificuldades vividas lá fora e hoje o que eu percebo com este trabalho é que os meninos tem outra noção de migração [...] O interesse deles é saber quais foram as dificuldades e o que aconteceu lá, tivemos uma menina que disse a eles que ela foi traficada, que fazia trabalho de exploração mas conseguiu sair e isso despertou uma atenção danada, foi uma aula bastante interessante (Professora de geografia e história de uma das escolas onde as crianças e adolescentes foram entrevistados).¹⁰⁶

Esse é um exemplo de inclusão do tema da migração internacional que infelizmente ainda é apenas uma iniciativa individual dessa escola específica.

Nos Estados Unidos a educação integral já existe há muitos anos e é através das escolas, com a atenção individualizada desde os primeiros anos do desenvolvimento infantil,

¹⁰⁵Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

¹⁰⁶Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

que se conhece a realidade familiar e comunitária das crianças e que denúncias de violações de direitos praticadas tanto no âmbito familiar quanto no âmbito comunitário são encaminhadas para a rede de assistência social, que é constituída não só de instituições públicas, mas de inúmeras instituições e movimentos da sociedade civil.

Em Massachusetts e em especial na região da Grande Boston, como a população de imigrantes irregulares de língua portuguesa é a maior, a rede de assistência social para famílias de imigrantes com crianças que oferece atendimento na língua do país de origem é bastante grande e amparada por lei estadual que garante o direito à tradução. Alguns depoimentos a exemplo do apresentado a seguir, informam que essa rede e seu atendimento já foi bem melhor e que nos últimos anos tem sofrido muitos cortes.

Piorou muito a assistência na escola, a nível de escola, porque antes de 2001, existia, principalmente em Boston, que é o maior sistema escolar, uma pessoa de ligação com as famílias, uma pessoa da cultura e da língua daquela família. Então eu era uma pessoa de ligação com as pessoas de língua portuguesa, 95 a 96 por cento eram brasileiras, tinha que fazer reunião com esses pais, tinha que explicar pra eles os direitos deles, das mães, tinha que ir na escola, conversar com a professora, etc. Bom, cortaram tudo. Depois de algum tempo cortaram tudo. Essas famílias com o passar dos anos ficaram isoladas, porque antes elas tinham alguém, um núcleo, que traziam elas juntas, e elas se reuniam como famílias. Agora elas tão espalhadas, ninguém sabe aonde. Isso era comum nas escolas das áreas que tinham muita concentração de brasileiros. Hoje não tem mais. (Líder do Grupo da Mulher Brasileira em Boston).¹⁰⁷

Ao informar que “cortou tudo” a líder que deu a entrevista se referiu às pessoas que atuavam nas escolas como profissionais de ligação da escola com as famílias brasileiras. Porém, mesmo sem esse profissional, as escolas ainda têm essa função e de acordo com a entrevista realizada com o sociólogo e a psicóloga da MAPS, cujos excertos são apresentados nas sessões anteriores, ainda é principalmente através do sistema escolar que as crianças e suas famílias são encaminhadas à assistência social do Departamento de Crianças e Famílias e posteriormente encaminhadas para a MAPS e outras instituições da sociedade civil que têm melhores condições de atender essas famílias em sua língua do país de origem. Ficou claro nessa entrevista que alguns atendimentos de famílias com crianças são feitos a domicílio.

Conclui-se que o imigrante brasileiro residente nesta região, tem acesso a uma educação e a uma assistência social privilegiada, que não encontraria em outras partes dos Estados Unidos e nem no Brasil.

No que diz respeito à participação política e à relação das famílias imigrantes da Grande Boston com as instituições oficiais brasileiras, como o consulado e o conselho do

¹⁰⁷Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

cidadão brasileiro, podemos concluir que a participação política é baixa e que a relação com o consulado é distante. Esse distanciamento não é só em relação aos cidadãos, mas também em relação às lideranças das instituições que fazem parte da rede socioassistencial local. O excerto de entrevista apresentado a seguir expressa a opinião de uma dessas lideranças.

A gente participava, eu não tenho ido às reuniões não porque eu estou achando aqueles debates muito sem futuro[...] Sempre se traz uma questão que é da comunidade e as pessoas estão preocupadas. O problema é que eu acho que ta faltando coordenação no Conselho do Cidadão, então se fala mas não tem uma ação, eu não tenho ido porque o meu tempo não dá pra isso[...] Eu acho que o Conselho do Cidadão poderia ser um organismo bem mais atuante se houvesse uma coordenação. Acho que o Consulado teria que coordenar isso junto com as lideranças. Teria que abrir isso para a comunidade, ainda está um pouco fechado. (líder do Grupo da Mulher Brasileira em Boston).¹⁰⁸

A relação das famílias imigrantes com as instituições da sociedade civil que representam movimentos sociais dos imigrantes, como o Centro do Imigrante Brasileiro e o Grupo da Mulher Brasileira é mais próxima, existe um reconhecimento de que essas instituições são importantes e desenvolvem bons trabalhos, mas as famílias alegam estar em pouco contato com elas por falta de tempo.

Mesmo sabendo-se que nos Estados Unidos, tanto as escolas quanto as instituições de assistência social que dão atenção às crianças de famílias imigrantes ainda têm pela frente muitos desafios a enfrentar para a melhoria do processo de integração deste público, a grande vulnerabilidade programática nos Estados Unidos, relativa a crianças de famílias imigrantes, está na dificuldade política para a aprovação de propostas já existentes de reforma ampla da lei de imigração que legalize o trabalho do imigrante irregular que já está no país, principalmente aqueles que têm filhos imigrantes de segunda geração, nascidos no destino, com cidadania americana. A não regulamentação do trabalho e da residência destes pais imigrantes é o grande fator limitador da cidadania de seus filhos, que os coloca em situações de vulnerabilidade social, como o risco de deportação, o menor rendimento escolar em instituições de ensino que não têm o mesmo nível das escolas de vizinhanças mais privilegiadas da região e dificuldade de acesso à universidade. Nesse sentido a possibilidade da implantação do programa DAPA é uma esperança para estes.¹⁰⁹

¹⁰⁸Entrevista realizada em pesquisa de campo na região da Grande Boston em 2014

¹⁰⁹Ver referência ao programa DAPA na seção 2.1.2

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa descreve e analisa dois contextos nos quais as famílias de imigrantes internacionais com crianças e adolescentes se inserem. O contexto da origem, na Microrregião de Governador Valadares e o do destino, na Grande Boston, estado de Massachusetts, Estados Unidos. O contexto da origem é de desenvolvimento local ainda não sustentável, que não ocupa uma boa parcela da população em idade economicamente ativa e com fortes ligações socioculturais com países estrangeiros, dentre os quais o principal ainda é os Estados Unidos. O contexto do destino é o de uma megalópole com uma área de influência econômica e sociocultural internacional, ponto de atração para imigrantes laborais regulares e irregulares, assim como para estudantes internacionais de todos os continentes do mundo. Tal contexto é especialmente atraente para famílias com crianças e adolescentes por apresentar uma rede socioassistencial privilegiada para a família imigrante, se comparada a outras regiões dos Estados Unidos. A atração dessa região para famílias brasileiras se faz especial por ter um contingente populacional de língua portuguesa significativo, composto não só de brasileiros, mas principalmente destes. Essa característica faz com que o brasileiro se sinta em casa mais rapidamente que em outras regiões dos Estados Unidos e seja assistido por uma rede educacional e de assistência social e de saúde que inclui a língua portuguesa como um dos principais idiomas de assistência.

Os vínculos econômicos e socioculturais entre famílias brasileiras residentes nas duas regiões existem desde a década de 1980, quando a emigração de brasileiros para os Estados Unidos se intensificou. Mesmo com a crise na economia mundial iniciada a partir de 2007 e com as medidas de segurança nacional tomadas pelo governo americano desde o incidente terrorista de setembro de 2001, os laços transnacionais entre famílias das duas regiões permanecem fortalecidos, compondo uma rede social que ainda atrai brasileiros para a Grande Boston. Ambos os acontecimentos impactaram negativamente a vida dos imigrantes brasileiros no destino e provocaram o retorno de muitas famílias. Porém, as famílias que permaneceram aquelas que conseguiram migrar, inclusive com crianças e adolescentes, mesmo após o incidente, ainda mantêm esses laços. Esta pesquisa demonstra que projetos de reunificação familiar informal com a imigração irregular de crianças e adolescentes ainda ocorreram após 2001 para famílias dessa rede. A dupla nacionalidade de muitas crianças, adolescentes e jovens brasileiros que nasceram na região de destino analisada por esta pesquisa deve ainda manter o laço entre Governador Valadares e Boston.

Esses fortes vínculos fazem com que seja pouco provável que o fluxo migratório entre Governador Valadares e os Estados Unidos venha a acabar. Para que a atual população migrante venha a permanecer na sua origem, construindo uma identidade territorial e atentando para a demanda de uma política de desenvolvimento local sustentável, é necessário que aconteça mudanças mais significativas do que as que vêm ocorrendo na economia brasileira e na economia local. Teriam que ser criadas oportunidades para a permanência de jovens nesta região e até para o retorno de muitos que se encontram no destino com dificuldade de ingressar nas universidades.

Os fluxos de retorno que se intensificaram desde 2007, podem, mais provavelmente, ser temporários em um contexto de crise da economia mundial. A Microrregião de Governador Valadares, com as redes sociais de imigrantes internacionais fortalecidas pela falta de oportunidades para jovens na economia local e agora envolvendo também crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento de identidade e com dupla cidadania, se tudo permanecer igual, continuará a ter fluxos de migração internacional bem fortalecidos.

Se os programas de extensão do DACA para mais jovens e de implantação do DAPA para pais imigrantes de crianças e adolescentes nascidos nos Estados Unidos, forem realmente colocados em prática, como é o desejo do Poder Executivo Federal dos Estados Unidos, o retorno de famílias brasileiras pode reduzir bastante. Esses programas regularizam o *status* de residência dessas famílias no destino por pelo menos dois anos, com possibilidade de renovação após esse período.

Nesta pesquisa foram identificadas vulnerabilidades que o fluxo de emigração de pais de crianças e adolescentes da Microrregião de Governador Valadares para os Estados Unidos impõe sobre a convivência familiar e comunitária destes, tanto na origem quanto no destino. Estas vulnerabilidades foram analisadas e classificadas, segundo uma matriz analítica proposta por Ignácio da Silva et al (2013) e são apresentadas de forma sintética na lista a seguir:

a) Vulnerabilidades individuais: proteção física e segurança

- Abandono financeiro e o risco da falta de alimento básico;
- Não definição de uma guarda legal temporária para a criança ou o adolescente que fica no Brasil sem seus genitores (ECA art 33 parágrafo 2, sobre a guarda temporária);
- Mobilidade mal supervisionada de crianças e adolescentes entre o Brasil e os Estados Unidos.

b) Vulnerabilidades individuais: as relações sustentadoras contínuas

- **de crianças deixadas no Brasil**

- Equívoco dos pais ao acreditarem que é melhor migrar sem a criança enquanto ela está nos primeiros anos de vida, fase mais importante para o desenvolvimento dos vínculos afetivos;
- Combinação de migração dos pais e mudanças radicais na organização da vida das crianças, tanto em termos das relações familiares quanto em termos das relações comunitárias geram estresse que pode não ser suportado e resultar em problemas de saúde física e mental;
- Alienação parental – a migração internacional facilita a violação do direito da criança à convivência com ambos os pais, no caso de separação e litígio entre os mesmos.

- **de crianças que residem na Grande Boston**

- Baixa supervisão parental e pouco tempo de convivência familiar devido a excesso de trabalho dos pais;
- As que nasceram no Brasil frequentemente passaram pelas vulnerabilidades de segurança mencionadas anteriormente e também passaram por algum período de separação de um ou ambos os pais;
- De acordo com instituições de assistência social, muitas convivem com situações de violência doméstica nas relações dos pais;
- Algumas se desenvolvem em situação de conflito cultural com os pais gerado pela recusa ou falta de disponibilidade dos mesmos para buscarem uma melhor inserção social na cultura local, assim como não aceitam os valores da cultura na qual seus filhos vivem;
- Ocorre com frequência um período de recusa de falar a língua local, como uma forma de recusa a se adaptar ao novo local, ou a língua dos pais, como uma forma de recusa a ser identificado como imigrante.
- As Famílias têm na região de Boston, acesso fácil à uma excelente rede de assistência composta de profissionais de língua portuguesa, mas ainda assim com frequência resistem à qualquer tipo de ajuda fora de suas igrejas.

- **das crianças que retornaram à origem dos pais**

- Dificuldades de adaptação no retorno apenas nos casos em que o retorno ocorre em idade mais avançada da adolescência e de forma involuntária;
- Meninas são mais vítimas do retorno involuntário;
- Ocorre um estranhamento pela mudança de uma megalópole para uma cidade de médio porte com poucas alternativas de atividades culturais para os adolescentes, além dos espaços oferecidos por bares e igrejas.

c) Vulnerabilidades Sociais

- Baixa inserção social na origem (pobreza e vulnerabilidades familiares) X baixa inserção social no destino (irregularidade e dificuldade de integração cultural)
- Exposição a uma cultura na qual seus pais têm dificuldade de integração e que pode gerar conflitos conjugais e intergeracionais difíceis de solucionar sem ajuda profissional;
- Os filhos adquirem uma cidadania limitada pela não cidadania dos pais, pois são encarados pela sociedade local como filhos de imigrantes e não como americanos e assim se sentem e se identificam;
- No sistema educacional têm dificuldades após uma certa idade e acesso dificultado à universidade.

Nesse contexto de vulnerabilidades percebemos o tempo todo, ao longo da pesquisa de campo, estratégias de resiliência, tanto dos adultos quanto das crianças, que os ajudam a prosseguir e transformar as experiências adversas da migração em experiências o mais positivas possível. Uma das principais formas de resiliência é o refúgio na socialização, quase que exclusivamente, com grupos de imigrantes de mesma origem, dentro de igrejas brasileiras que passam a substituir no local de destino, a família extensa e as igrejas deixadas na origem, fazendo-os se sentirem o mais integrados possível ao novo local. Outras estratégias de resiliência, algumas consequentes desta principal, estão listadas a seguir:

- a) encarar qualquer experiência adversa vivida no processo migratório como algo do passado, que serviu para um aprendizado e que deve ser deixada no passado, em um processo de aceitação da própria vida com base na fé que aprendem a ter nos seus espaços das igrejas;
- b) supervalorização do trabalho árduo, fisicamente exigente e com dedicação extrema, que deixa pouco espaço para posicionamentos negativos diante da vida presente, porque estão focados no objetivo da melhoria da qualidade de vida na origem, para os familiares lá deixados e para si mesmos, após o retorno;
- c) alguns se envolvem com dedicação em grupos e instituições que participam de movimentos sociais em prol da conquista de direitos de trabalho digno e cidadania para os imigrantes;
- d) entre as crianças que passam por perdas de vínculos afetivos e são impedidas por familiares, a buscarem contato com o ente querido imigrante, a aceitação é temporária, pois muitas alimentam sonhos de emancipação e de poder para dar passos na direção de um reencontro;
- e) enquanto estão no local de destino procuram comparar sua vida presente com a vida das pessoas que estão na origem, ressaltando os pontos positivos do lugar que escolheram e desenvolvendo imagens exageradamente negativas da origem, algumas bem fantasiosas, baseadas em notícias da mídia americana, sobre o Brasil
- f) após o retorno ao Brasil, enfatizam a divulgação de uma autoimagem de pessoas vitoriosas e corajosas que conseguiram atingir seus objetivos e retornaram ajudando de forma solidária os familiares que ficaram, justificando assim todas as adversidades pelas quais passaram.

Para minimizar as vulnerabilidades e fortalecer as estratégias positivas de resiliência, o ideal seria que um centro de referência da família migrante fosse implantado na microrregião de Governador Valadares, com capacidade de coordenar ações junto à rede socioassistencial local para apoiar famílias desde o início de seu projeto migratório. Muitas famílias de crianças e adolescentes precisam de orientação sobre os possíveis impactos da emigração sobre esse contingente populacional, para planejar sua migração de forma a beneficiá-lo materialmente, como é o desejo de seus pais, e minimizar os impactos negativos sobre seu desenvolvimento.

É importante salientar que não apenas a emigração precisa ser bem planejada, mas também o retorno. O retorno de adolescentes com idades que se aproximam dos 18 anos é um processo que exige não só planejamento com participação destes, mas também acompanhamento profissional para inserção na escola e na sociedade se o objetivo for mantê-los na região após o retorno. Para um eficaz planejamento do retorno, parcerias são necessárias entre instituições de assistência ao imigrante que estão na origem e as que estão no destino.

O primeiro Comigrar listou inúmeras propostas de políticas visando beneficiar imigrantes brasileiros no exterior, assim como imigrantes de outras nacionalidades com destino ao Brasil e imigrantes brasileiros retornados. Algumas delas, se implementadas, podem vir a beneficiar crianças, adolescentes e jovens brasileiros em processo de formação no exterior. Porém é importante salientar que nesse evento a questão das crianças filhas de imigrantes internacionais brasileiros deixadas para trás, que têm os seus direitos violados, sendo prejudicadas ou se beneficiando pouco com a migração internacional, como demonstrado nesta pesquisa, não foi tratada.

Para as crianças que ficam o mais importante seria que sua família extensa, que fica com sua guarda, pudesse contar com o apoio da sociedade e do governo para a defesa de seus direitos. Para tal, os primeiros passos seriam um maior conhecimento de sua realidade por meio de pesquisas que quantificassem o contingente populacional de crianças e adolescentes deixadas na Microrregião de Governador Valadares por pais migrantes internacionais e uma discussão ampla com a rede socioassistencial sobre sua realidade.

Outra ação que as beneficiaria e ao desenvolvimento da microrregião como um todo seria a inserção do tema da migração internacional no currículo escolar do ensino médio em algum tipo de diálogo de parceria entre os municípios e os governos estadual e federal. A melhor forma de mudança cultural é a educação de jovens, incluindo a análise de seu contexto sociocultural em um processo de conhecimento de sua história e de discussão sobre o desenvolvimento de sua região, com ênfase no papel da migração internacional sobre esta.

As escolas públicas da região como um todo, para conhecer a realidade familiar e comunitária de seus alunos e ter o papel de dialogar com as famílias sobre seu desenvolvimento, teriam que ser equipadas com assistentes sociais e psicólogos contratados diretamente pela Secretaria de Educação ou em algum tipo de parceria com o Sistema Único de Assistência Social, visando melhorar o diálogo escola-família dentro de moldes similares ao que se encontra nos países desenvolvidos, de onde crianças e adolescentes migrantes internacionais retornam. Como é nesses equipamentos comunitários que crianças e adolescentes passam a

maior parte do tempo de suas vidas fora da família, esse é o espaço privilegiado para a realização de pesquisas sobre a realidade das famílias de crianças impactadas pela migração internacional, para o conhecimento de seus direitos que são violados e para o encaminhamento para a rede socioassistencial.

Para colocar os direitos de crianças e adolescentes de famílias imigrantes na pauta dos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS e dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, seria importante que alguma instituição ou movimento social dos direitos dos imigrantes em nível nacional provocasse os municípios da Microrregião de Governador Valadares a se debruçar sobre o tema em algum evento microrregional temático com alguma periodicidade possível.

Esses seriam os passos mais primordiais para a minimização das vulnerabilidades de crianças e adolescentes deixados no Brasil e retornados.

No que diz respeito especificamente às comunidades de imigrantes brasileiros em Massachusetts, ressaltamos que, apesar de terem se estabelecido mais recentemente que outras comunidades de outros estados americanos, têm um nível razoável de organização em termos de liderança, com participação nas instâncias acadêmicas, administrativas e legislativas nos cantões onde estão as comunidades brasileiras desse estado. São comunidades economicamente empreendedoras, com contribuição considerável para a economia do estado, e com um diálogo já iniciado com as autoridades brasileiras que, mais recentemente, se aproximam das comunidades de brasileiros residentes fora do Brasil, como o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Trabalho e Emprego. Porém, como qualquer rede de assistência ou movimento social, essas organizações precisam ser constantemente realimentadas e fortalecidas e o apoio do poder público brasileiro, em termos de recursos para seu fortalecimento, ainda não se faz presente. Nesse caso, a seguinte ação proposta no Comigrar seria importante:

Qualificar e ampliar a atuação das representações diplomáticas brasileiras para ampla e efetiva proteção e promoção de direitos dos brasileiros nestas localidades, por meio do fortalecimento da assistência consular e jurídica internacional a brasileiros residentes no exterior [...]; da descentralização dos serviços; da aplicação do ENEM e concursos públicos federais; da orientação sobre direitos e deveres no país de acolhida, transferência de remessas monetárias ao Brasil, prevenção e proteção para todo tipo de exploração e trabalho escravo, inclusive quanto à violência contra as mulheres, rede de serviços socioassistenciais disponíveis na localidade etc; do apoio concreto a jornais comunitários e/ou mídias sociais e televisivas voltadas para a comunidade brasileira daquele país [...] Realizar campanha informativa e desenvolver um projeto que vise à orientação sobre a Convenção de Haia, sobre sequestro internacional de crianças para evitar retenção ilícita e subtração de crianças e adolescentes e também sobre acompanhamento a casos de violência doméstica que ocorram no exterior contra cidadãos brasileiros. (Proposta 15.1 - Caderno Comigrar. Brasil, 2014 p. 55)

Na região da Grande Boston é necessário que a representação consular se aproxime mais das comunidades brasileiras, ampliando e descentralizando seus serviços de apoio aos brasileiros no exterior por meio de parcerias com as lideranças brasileiras que já existem, mudando o sentimento de que nossas autoridades consulares são pouco sensíveis e pouco resolutivas em relação às reais necessidades dessas comunidades. É importante que se dê um assento fixo no Conselho do Cidadão Brasileiro, com direito à voz, ao voto e recursos àquelas lideranças comunitárias já institucionalizadas e que prestem serviço de assistência reconhecido às comunidades de brasileiros.

As seguintes propostas do Comigrar na área da educação e cultura são também importantes para que crianças e adolescentes brasileiros tenham mais acesso a programações culturais brasileiras no exterior, assim como ao aprendizado do português:

Atribuir como um dos objetivos do ensino da cultura brasileira no exterior o fomento dos laços culturais das crianças e jovens brasileiros com o Brasil (Proposta 4 da temática 6— Caderno Comigrar. Brasil, 2014 p. 58).

Promover projetos itinerantes de divulgação da cultura brasileira em igrejas, escolas e locais de consulados itinerantes, com o objetivo de atingir um número maior de brasileiros (Proposta 11 da temática 6— Caderno Comigrar. Brasil, 2014 p. 58).

Inserir alteração na Lei Rouanet para incluir benefício a projetos de fomento à cultura brasileira no exterior (Proposta 12 da temática 6— Caderno Comigrar. Brasil, 2014 p. 58).

Incentivar jovens brasileiros que residem no exterior a cursarem no Brasil parte de sua graduação, mediante disponibilização de bolsas de estudos (Proposta 13 da temática 6— Caderno Comigrar. Brasil, 2014 p. 58).

Incentivo contínuo, inclusive financeiro, ao ensino da língua portuguesa a crianças brasileiras imigrantes (Proposta 23 da temática 6— Caderno Comigrar. Brasil, 2014 p. 58).

Importante salientar que dado o fato de que famílias brasileiras têm pouco tempo para a vida familiar e comunitária em virtude de seus objetivos de trabalho, poupança e retorno para o Brasil, quaisquer atividades culturais devem ser promovidas nos espaços aos quais as famílias já dão prioridade de frequência. Dentre esses espaços, as igrejas são os mais frequentados, onde os brasileiros se envolvem inclusive em trabalhos voluntários. São, portanto, espaços privilegiados para atividades que requerem envolvimento participativo e frequência regular, como o ensino do idioma português.

Projetos culturais que tratem do tema relações de gênero em contexto migratório realizados dentro das igrejas também poderiam ter um impacto bastante positivo sobre a

prevenção da violência doméstica, para a qual as instituições de assistência chamaram tanto a atenção nas entrevistas realizadas nesta pesquisa.

Com uma representação consular mais próxima e comprometida, que se relacione melhor com as lideranças que já existem e que disponibilize meios de captação de recursos para a realização de projetos culturais, de defesa de direitos e educacionais da língua portuguesa, as comunidades brasileiras na Grande Boston estariam em condições de, com seu empreendedorismo, lidar com a minimização das vulnerabilidades que se apresentam na convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Erika Christina Gomes de; SIQUEIRA, Sueli. A Influência da emigração internacional na vida escolar dos filhos de emigrantes valadarenses. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, XIV, 2010, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A027.pdf> Acesso em 12 abr. 2013.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. Teorias das migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, XII, 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2000. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf> Acesso em 10 abr. 2013.
- BATALOVA, Jeanne et al. **Daca at the two-year mark**: a national and state profile of youth eligible and applying for deferred action. Washington: Migration Policy Institute, 2014.
- BEAUD, Michel. Sur le système-monde et l'économie mondiale. In: **Points de vue sur le système monde**. Cahier du Gemdev no. 20. Paris: Université Paris, 1993. Disponível em: <http://1.static.e-corpus.org/download/notice_file/1670654/FGNC20.1.pdf> Acesso em 10 mar. 2013.
- BEHRMANN, Richard; SHIELDS, Margie. Children of immigrant families: analysis and recommendations. In: **The Future of Children** v. 14, no. 2. New Jersey: Princeton University, 2004. Disponível em: <http://futureofchildren.org/futureofchildren/publications/docs/14_02_FullJournal.pdf> Acesso em 8 mai. 2013.
- BENDIXEN & ASSOCIATES. **Estudo sobre os destinatários de remessas no Brasil**. Coral Gables, Flórida: Bendixen & Associates e Fondo Multilateral de Inversiones do Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2004. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=557081>> Acesso em 12 abr. 2013.
- BERARDINO, Michael. **Latinos in Massachusetts public schools**. Research Reports. Boston: Gaston Institute for Latino Community Development – University of Massachusetts Boston, 2013 e 2014.
- BOWLBY, John. **Apego: a natureza do vínculo**. Volume 1 da Trilogia. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda, 2002
- BOWLBY, John. **Separação: angústia e raiva**. Volume 2 da Trilogia. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda, 2002
- BOWLBY, John. **Perda: tristeza e depressão**. Volume 3 da Trilogia. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda, 2002
- BRASIL. Congresso Nacional. **Relatório final da comissão parlamentar mista de inquérito da emigração**. Brasília: Congresso nacional, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Niatre: O que é**. Brasília: MTE, 2011.
Disponível em:
<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012FDB705B1E30F8/o_que_e.pdf>
Acesso em: 2 mai. 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comigrar: caderno de propostas pós etapa nacional**.
Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Plano de Ação MRE/CRBE 2011/2012**.
Distrito Federal: MRE, 2011. Disponível em:
<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/associativismo-e-politicas-para-as-comunidades/CRBE/conselho-de-representantes-de-brasileiros-no-exterior-crbe/primeiro-crbe-documentos-e-composicao/plano-de-acao-mre-crbe-para-o-bienio-2011-2012/plano-de-acao-mre-crbe-para-2011-e-2012.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.

BRASIL. Ministério Público Federal. **I Encontro Ibérico da comunidade de brasileiros no exterior**: documento de Lisboa. Distrito Federal: Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Distrito Federal [2002?]. Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/arquivos-pdf/pdf/2004_3518_Anexo.pdf> Acesso em: 11 mar. 2013.

BUTTIMER, Anne; SEAMON, D. **The human experience of place and space**. London: Croom Helm Publishers, 1980.

CORTINA, M; MARRONE, M. **Attachment theory and the psychoanalytic process**. London: Whurr Publishers, 2003.

CITY OF BOSTON. Imigrantes brasileiros em Boston. In: **New Bostonian Series**. Boston: City of Boston, novembro 2006. Disponível em
<http://brasileirosnaamerica.info/PDF/Brazilian_Profile_Translated.pdf> Acesso em: 10 mai. 2014

CRESSWELL, Tim. **Place**. Egham, UK: University of London, 2009. Disponível em:
<<http://booksite.elsevier.com/brochures/hugy/SampleContent/Place.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2015.

CYRULNIK Boris. **Resilience: how your inner strength can set you free from the past**. New York: Tarcher, 2011

DALBEM, J. X.; DELL'AGLIO, D. D. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 57, n. 1, p. 12-24, 2005. Disponível em:
<<https://docs.google.com/viewer?url=http://www.redalyc.org/pdf/2290/229017444003.pdf&embedded=true>> Acesso em: 5 mai. 2013.

DIAS, Maria Berenice. **Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião**: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos. APASE - Porto Alegre: Equilíbrio, 2008.

DIGIÁCOMO, José Murillo; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, 2013.

DOLLFUS, Olivier. Une lecture géographique du système monde. In: **Points de vue sur le système monde**. Cahier du Gemdev no. 20. Paris: Université Paris, 1993. Disponível em: <http://1.static.e-corpus.org/download/notice_file/1670654/FGNC20.1.pdf> Acesso em: 10 mar. 2013.

PORTUGAL. Embaixada no Brasil. **Acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil sobre a contratação recíproca de nacionais**. Lisboa: 2003. Disponível em: <http://www.embaixadadeportugal.org.br/docs/AC_CRN.pdf> Acesso em: 15 nov. 2013.

ERIKSON, Erik. Identity and the life cycle. In: KLEIN, George S. (Ed.) **Psychological issues** 1(no.1). New York: International Universities Press, 1959.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. A história de uma formação socioeconômica urbana: Governador Valadares. In: **Varia história** nº19, Nov/98, p.148-163. UFMG – FAFICH: Belo Horizonte, 1998. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/19p148.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2013.

FAVERO, Claudenir. **Uso e degradação de solos na Microrregião de Governador Valadares, Minas Gerais**. Tese de Doutorado. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós Graduação em Solos e Nutrição de Plantas, Dezembro de 2001. Disponível em: <<http://alexandria.cpd.ufv.br:8000/teses/solos%20e%20nutricao%20de%20plantas/2001/171349f.pdf>> Acesso em: 4 fev 2013.

FÈRES-CARNEIRO, Terezinha; MAGALHÃES, Andrea Seixas. A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos e RABINOVICH, Elaine Pedreira (Org.). **Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história**. Curitiba: Editora Juruá, 2011.

FERNANDES, Duval Magalhães et al. Migração Brasil - Europa: a situação dos migrantes brasileiros retornados da Europa no início do século XXI. In: **Relatório de pesquisa ITINERIS: proteção dos direitos dos migrantes contra a exploração, do Brasil para estados-membro da União Européia v. 1**. Viena, Áustria: International Centre for Migration Policy Development - ICMPD, 2013.

FERNANDES, Duval Magalhães et al. Migração Brasil - Europa: a situação dos migrantes brasileiros na Espanha e Portugal e de portugueses e espanhóis no Brasil: aspectos legais e vivências. In: **Relatório de pesquisa ITINERIS: proteção dos direitos dos migrantes contra a exploração, do Brasil para estados-membro da União Européia v. 2**. Viena, Áustria: International Centre for Migration Policy Development - ICMPD, 2013.

FERNANDES, Duval Magalhães et al. **A Crise e a migração de retorno: o caso dos imigrantes brasileiros em Portugal**. Relatório de pesquisa, projeto CNPq 477167/2010-1. Belo Horizonte: Gedep – PUC – Minas, 2013.

FIGUEIRA, Ariane Roder. Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores. In: **Revista brasileira de política internacional** v. 53 n. 2 p. 5 – 22. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n2/01.pdf>

FINEMANN, Martha Albertson. The vulnerable subject and the responsive State. In: **Public law & legal theory research paper series**. Research paper no. 10-130. Emory Law Journal Vol. 60. Atlanta, Estados Unidos: Emory University School of Law, 2010. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1694740. Acesso em: 8 abr. 2013.

FUSCO, Wilson. Redes sociais na migração internacional: O caso de Governador Valadares. In: **Textos NEPO no. 40**. UNICAMP – NEPO: Campinas, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/2EncNacSobreMigracao/Anais2ENSMigracaoOuroPreto1999p317a341.pdf> Acesso em: 7 fev. 2013.

GRAHAM, Stephen. The end of geography or the explosion of place? Conceptualizing space, place and information technology. In: **Progress in human geography** 22,2 (1998) pp. 165 – 185. Disponível em: http://www.casa.ucl.ac.uk/cyberspace/stephen_graham_pihg.pdf Acesso em: 10 ago. 2014.

HARRIS, John R; TODARO, Michael P. Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. In: **The American Economic Review** 60 (1): 126–142. Disponível em <https://www.aeaweb.org/aer/top20/60.1.126-142.pdf> Acesso em: 7 fev. 2013.

HATCH, Patricia. **U.S. Immigration policy: family reunification**. League of Women Voters US Immigration Study: Background Papers, sem data. Disponível em: http://www.lwv.org/files/ImmigrationStudy_FamilyReunification_Hatch.pdf Acesso em: 15 mar. 2013.

HOFFMANN, E.; LAWRENCE, S. **Statistics on international labor migration: a review of sources and methodological issues**. Genebra: International Labour Office, 1995. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_087886.pdf Acesso em: 15 mar. 2013.

IGNÁCIO DA SILVA, Daniel et al. Vulnerabilidade da criança diante de situações adversas ao seu desenvolvimento: proposta de matriz analítica. In: **Rev Esc Enferm USP**, 47(6):1397-402. São Paulo: USP, 2013. Disponível em: www.ee.usp.br/reeusp Acesso em: 17 ago. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm Acesso em: 15 mar. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> Acesso em 15 mar. 2013.

LIMA, Alvaro; SIQUEIRA, Eduardo. **Brazilians in the U.S. and Massachusetts: a demographic and economic profile**. Boston: Boston Development Authority, 2007.

Disponível em:

<http://scholarworks.umb.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1049&context=gaston_pubs>

Acesso em: 10 mar 2013.

LIMA, Alvaro; SIQUEIRA, Eduardo. **Socio-economic profile of Brazilian businesses in Allston-Brighton**. Boston: Gastón Institute, 2011. Disponível em:

<http://scholarworks.umb.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1104&context=gaston_pubs>

Acesso em: 10 mar. 2013.

LIMA, Daniel P. **Experiencing the return: psychosocial and psychodynamic factors affecting readaptation of immigrants returning to Brazil**. Tese de Doutorado. Boston: Boston Graduate School of Psychoanalysis, 2012.

LIN, Mathew et al. **Cura dos oito estágios da vida**. Campinas, SP: Verus, 2001

MARTES, Ana Cristina Braga. Trabalhar em Massachusetts: um estudo sobre imigrantes brasileiros no mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, 1999, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 1999. Disponível em:

<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/2EncNacSobreMigracao/Anais2ENSMigracaoOuroPreto1999p387a404.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2013.

MARTES, Ana Cristina Braga. Emigração brasileira: formação de mercados de consumo de produtos brasileiros no exterior. In: **Revista de administração de empresas - RAE** v. 8 .n. 1 . p. 8-12 . São Paulo: EAESP – FGV, 2001.

MARTES, Ana Cristina Braga. The commitment of return: remittances of Brazilian emigrés. In: JOUET-PASTRÉ, Clémence; BRAGA, Letícia J. (Ed.), **Becoming brazuca: Brazilian Immigration to the United States**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University David Rockefeller Center for Latin American Studies, 2008.

MASSEY et al. Theories of international migration: a review and appraisal. In: **Population and development review** 19, n. 3, p. 431-466, 1993. Disponível em:

<https://cis.uchicago.edu/outreach/summerinstitute/2011/documents/sti2011-parks-theories_of_international_migration.pdf> Acesso em: 7 fev. 2013.

MARINUCCI, Roberto et. al. **Brasileiros e brasileiras no exterior: apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores**. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios - CSEM, Junho de 2008. Disponível em:

<http://www.csem.org.br/2008/roberto_marinucci_brasileiros_e_brasileiras_no_exterior_segundo_dados_do_mre_junho2008.pdf> Acesso em: 20 fev. 2013.

MCKAY, Ramah. **Family reunification**. Migration Policy Institute, 2003. Disponível em:

<<http://www.migrationinformation.org/USFocus/display.cfm?ID=122#top>> Acesso em: 25 mar4. 2013.

MERRIAM, Sharan. **Qualitative research and case studies applications in education: revised and expanded from case study research in education**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.

MEYER, Dagmar Estermann et al. Noções de família em políticas de ‘inclusão social’ no Brasil contemporâneo. In: **Estudos feministas** 20(2). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Abrasco, 1992.

OLIVEIRA, Gláucia de et al. A segunda geração de emigrantes brasileiros rumo aos Estados Unidos: problemas e perspectivas. In: SIMPÓSIO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2006, Rio de Janeiro. **Proceedings...** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006. Disponível em: <www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/.../1290> Acesso em: 5 fev. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção internacional dos direitos da criança**. Lisboa: Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal, 1989. Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf> Acesso em: 13 mar. 2013.

PARELLA, Sònia. Los vínculos afectivos y de cuidado en las familias transnacionales: Migrantes ecuatorianos y peruanos en España. In: **Migr. Inter** [online]. 2007, vol.4, n.2 pp. 151-188. Disponível em : <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-89062007000200006&lng=es&nrm=iso> Acesso em: 5 abr. 2013.

PATARRA, Neide(org) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: UNFPA, 1995.

PATARRA, Neide. Economic integration, labor market and international migration: the Mercosur case. In: **Brazilian Journal of Population Studies/REBEP** v.2 1999/2000. Rio de Janeiro: ABEP, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/Rebep_ingles_n.2/Patarra.pdf> Acesso em: 7 fev. 2013.

PERREIRA, Krista M.; ORNELAS, India J. The physical and psychological well-being of immigrant children. In: **The future of children** v. 21, no. 1. New Jersey: Princeton University, 2011. Disponível em: <https://www.princeton.edu/futureofchildren/publications/docs/21_01_09.pdf> Acesso em: 7 abr. 2013.

PONTES, Fernando Augusto Ramos et al. Teoria do apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana. In: **Aletheia**, vol. 26, p. 67-79, jul/dez 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n26/n26a07.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD.
Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

ROSADO, Patrícia Lopes; ROSSATO, Marivane Vestena; LIMA, João Eustáquio de. Análise do desenvolvimento socioeconômico das Microrregiões de Minas Gerais. In **Revista econômica do Nordeste**, vol. 40, nº 02, Abril – Junho, 2009. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1131> Acesso em: 15 abr. 2013.

ROSENBLUM, Marc R. **US immigration policy since 9/11: understanding the stalemate over comprehensive immigration reform**. Washington DC: Migration Policy Institute, 2011. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/pubs/RMSG-post-9-11policy.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2013.

SALES, Teresa. Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa. In: **Revista Brasileira de Estudos de População – ABEP**, v.8, n.2, 1991.

SALES, Teresa. The “triennium of disillusionment” international migrations of Brazilians”. In: **Brazilian journal of population studies/REBEP v.2 1999/2000**. Rio de Janeiro: ABEP, 2000. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/Rebep_ingles_n.2/Sales.pdf> Acesso em: 15 mar. 2013.

SALES, Teresa; LOUREIRO, Márcia. Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, XIV, 2004, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_80.pdf> Acesso em: 20 abr. 2013.

SEAMONS, David; SOWERS, Jacob. Place and placelessness, Edward Relph. In HUBBARD, P.; KITCHEN, R.; VALLENTINE, G (Eds), **Key texts in human geography**. London: Sage, 2008, pp. 43-51. Disponível em: http://www.arch.ksu.edu/seamon/place_%26_placelessness_classic_texts.pdf> Acesso em: 13 fev. 2015.

SIQUEIRA, Sueli. Emigrants from Governador Valadares: projects of return and investment. In: JOUET-PASTRÉ, Clémence; BRAGA, Letícia J. (Ed.), **Becoming brazuca: Brazilian immigration to the United States**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University David Rockefeller Center for Latin American Studies, 2008, pp. 175-193.

SIQUEIRA, Sueli. Mobilidade social: análise comparativa do retorno de brasileiros dos EUA e Portugal. In: PADILLA, Beatriz; XAVIER, Maria (org.), **Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina**, Outubro 2009, n.º 5, Lisboa: ACIDI, pp. 135-154

SIQUEIRA, Sueli et al. As redes sociais e a configuração do primeiro fluxo emigratório brasileiro: análise comparativa entre Criciúma e Governador Valadares. In: NEVES, Jean Luiz; ESPÍNDOLA, Haruf Salem (Org). **Território, sociedade e modernidade**. Governador Valadares: Univale, 2010 v. 1.

SIQUEIRA, Sueli et al. O acesso aos serviços de saúde por emigrantes brasileiros nos Estados Unidos. In **Saúde Social** v.22, n. 2, p.365-376. São Paulo, 2013.

SOARES, Weber. Para Além da Conceção Metafórica de Redes Sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, XIII, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Soares_texto.pdf> Acesso em: 10 mar. 2013.

SOUSA, Leonardo Gomes; DIAS, Carlos Alberto. Microrregião de Governador Valadares: a busca de uma identidade territorial para uma região em crise. In: SEMINÁRIO DE DIAMANTINA, 2010, Diamantina. **População, espaço e territorialidades**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A104.pdf> Acesso em: 7 fev. 2013.

TILLY, Charles. Transplanted Networks. In: YANS-Mc LAUGHLIN, Virginia (ed.), **Immigration reconsidered**, NY, Oxford, Oxford University Press, 1990, p. 79-95. Disponível em: <http://faculty.utep.edu/Portals/1858/Tilly%201986%20Transplanted%20Networks.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983. Disponível em: <http://ciajgarcia.files.wordpress.com/2011/12/espac3a7o-e-lugar1.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2013.

UCHOA, Pablo. Número de brasileiros presos na fronteira dos EUA cai 95%. In: **BBC Brasil. Com. Brasília**, BBC Brasil, 2007. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/02/printable/070226_imigracao_eu_a_pu.shtml> Acesso em: 18 fev. 2013.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND - INNOCENTI RESEARCH CENTRE. **Children in immigrant families in eight affluent countries: their family, national and international context**. Florença: [s.n.], 2009. 116 p. Disponível em: http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/ii_immig_families.pdf> Acesso em: 19 mar. 2013.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND – UNICEF. **Children, Adolescents and Migration: Filling the Evidence Gap**. 2010. Disponível em: http://www.unicef.org/socialpolicy/files/UNICEF_Data_on_migrant_children_and_adolescents_Handout_version_Update_June_2010.pdf> Acesso em: 26 fev. 2013.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND – UNICEF. **Declaração dos Direitos da Criança de 1959**. UNICEF Brasil – Legislação, normativas, documentos e declarações. Disponível em: <http://www.unicef.org/brasil/decl_dir.htm> Acesso em: 26 fev. 2013.

UNITED STATES CITIZENSHIP AND IMMIGRATION SERVICES. **Statement by Secretary Jeh C. Johnson concerning the District Court's ruling concerning DAPA and DACA**. Recebido por email, diretamente do USCIS, em 17 de fevereiro de 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. Le système-monde et son devenir : thèses sur sa structure et sa trajectoire propre. In: **Points de vue sur le système monde**. Cahier du Gemdev no. 20. Paris: Université Paris, 1993. Disponível em: <http://1.static.e-corpus.org/download/notice_file/1670654/FGNC20.1.pdf> Acesso em: 10 mar. 2013.

YARROW, Andrew L. **History of U.S. children's policy, 1900-present**. Washington D C: First focus, Maio 2009. Disponível em: <<http://firstfocus.org/resources/report/history-u-s-childrens-policy/>> Acesso em 13 ago. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com crianças e adolescentes que migraram para os Estados Unidos e já retornaram para Governador Valadares

Introdução

Apesar de ter um roteiro, a entrevista deve levar a criança ou adolescente a contar a história de sua vida com ênfase na experiência de migração internacional. À medida que for contando sua história, o entrevistador vai fazendo as perguntas para que o foco da pesquisa não seja perdido. A forma que a pergunta deve ser feita deve variar com a faixa etária da criança ou adolescente, utilizando-se vocabulário compreensível para cada entrevistado (este é apenas um roteiro do conteúdo que a entrevista deve captar, sinta-se livre para formular a pergunta da forma que achar melhor para deixar a criança ou adolescente à vontade para responder, sem induzi-lo à uma resposta específica). É importante que ênfase seja dada nos aspectos da convivência familiar e comunitária ao longo da vida, incluindo as mudanças ocorridas nos períodos de migração. A entrevista deve ser toda gravada, com o consentimento prévio dos pais ou responsáveis, para que o pesquisador possa focar sua atenção no conteúdo da entrevista e nas perguntas que precisam ser feitas sem se preocupar em fazer anotações.

- 1. Nome**
- 2. Ano de nascimento**
- 3. Local de nascimento:**
- 4. Em que ano e com que idade migrou para os Estados Unidos?**
- 5. Porque a família migrou?** (Aqui a criança dará a percepção dela do motivo da migração, que pode ser diferente da resposta posterior dos pais para a mesma pergunta)
- 6. Composição domiciliar na época da saída do Brasil:** (com quem a criança ou adolescente morava antes de migrar? Pedir para desenhar ou listar nomes indicando parentesco. Isso evita que a criança esqueça alguém)
- 7. Sequência de migração dos membros da família:** fazer a criança lembrar e contar quem foi primeiro e descrever a sequência de ida do pai, mãe, irmãos que migraram, incluindo a descrição de como foi a entrada dela nos Estados Unidos (se ela tiver memória da entrada)
- 8. Vida familiar e comunitária nos Estados Unidos -** fazer a criança contar como era o seu dia a dia nos Estados Unidos, incluindo os seguintes aspectos:

Convivência familiar:

- Seu pai e sua mãe trabalhavam nos Estados Unidos?
- Trabalhavam muitas horas por dia?
- Você também trabalhou nos Estados Unidos? Que tipo de trabalho e com que frequência?

- Com quem você convivia mais quando estava em casa?
- Você tinha tarefas de cuidados da casa?
- Quais as suas tarefas?
- Quem era mais responsável por chamar sua atenção quando você fazia algo de errado ou esquecia algo importante para você?
- Vocês tinham alguma atividade de lazer juntos em família? O que vocês faziam juntos? Que lugares vocês freqüentavam juntos?
- Seus pais tinham dificuldades com o inglês? Você precisou ajudá-los a se comunicarem? Em que situações esta ajuda era necessária?

Habitação e vizinhança:

- Quantas vezes mudou de casa enquanto morava nos Estados Unidos?
- Morou apenas com a família nuclear ou morou em habitação coletiva (várias pessoas que não fazem parte do núcleo familiar morando juntas em uma só casa)?
- Tinha um quarto individual ou dividia com alguém? Com quem dividia?
- Tinha lugar sossegado para estudar com privacidade?
- Morava perto da escola? Como ia para a escola?
- Tinha amigos na vizinhança? Qual a nacionalidade dos amigos de vizinhança?
- Tinha liberdade de circular na vizinhança sem ser acompanhado por adultos? Que lugares freqüentava na vizinhança? Que tipo de atividades de lazer desenvolvia? Quais os locais e atividades preferidas?

Escola:

- Quantas vezes mudou de escola enquanto morava nos Estados Unidos?
- Gostou das escolas em que estudou?
- Sentiu algum tipo de dificuldade de adaptação?
- Sentiu algum tipo de discriminação?
- Precisou de algum reforço especial para se adaptar à nova língua? Recebeu reforço?
- Convivia com outras crianças e adolescentes filhos de migrantes? Conseguiu desenvolver amizades no ambiente escolar? Qual a nacionalidade dos amigos do ambiente escolar? Eram os mesmos amigos da vizinhança?
- Sofreu algum atraso na vida escolar por causa da mudança de país ou de escolas?
- Quem da família o acompanhava com as tarefas escolares?
- Quem da família dialogava com a escola quando um diálogo entre escola e família era necessário?
- Quando a escola convidava para festas e eventos, quem da sua família ia com você?

Atenção à Saúde:

- Precizou ir ao médico nos Estados Unidos? Muitas vezes? Por qual problema de saúde? Sistema público ou privado?
- Era atendido cada vez por um médico diferente ou tinha um médico de referência?
- Sentiu-se bem atendido?
- Houve algum problema de comunicação por causa da língua?

Relação com outras instituições comunitárias:

- Igreja (frequência, atividades que desenvolvia, com quem ia, gostava deste espaço de convivência?)
- Clube esportivo e de lazer
- Biblioteca
- Outros

9. Avaliação da vida nos Estados Unidos

- Quais as maiores dificuldades que você e sua família tiveram de adaptação aos Estados Unidos?
- Você gostou de morar nos Estados Unidos?
- Quais as vantagens e desvantagens de ter tido esta experiência de morar em outro país?
- No futuro você quer voltar a morar nos Estados Unidos? Porque?

10. O Retorno para GV

- Em que ano retornou para GV? Qual o motivo do retorno?
- Você participou e opinou sobre o retorno ou foi uma decisão dos seus pais que você apenas aceitou?

11. Composição domiciliar atual (com quem a criança ou adolescente mora atualmente? Pedir para desenhar ou listar nomes indicando parentesco. Isso evita que a criança esqueça alguém)**12. Vida familiar e comunitária em GV** - fazer a criança contar como é hoje o seu dia a dia em GV, incluindo os seguintes aspectos:

Convivência familiar: As perguntas sobre a convivência familiar dependerão do contexto familiar após a migração. Se houve separação dos pais, tentar identificar se há uma família reconstituída após a separação, com a adição de um novo ou nova companheira. Ver se este ou esta nova companheira tem uma relação com a criança ou adolescente, ou apenas mora no mesmo espaço.

- Com quem você convive mais quando está em casa? (O objetivo é ver se os responsáveis trabalham? Se trabalham muitas horas ou se sobra tempo para a convivência com a criança ou adolescente)
- Se houver um novo ou nova companheiro(a) perguntar se a criança ou adolescente se identifica com esta pessoa, se gosta dela e se a relação é agradável para ela;
- Você tem tarefas de cuidados da casa?
- Quais as suas tarefas?
- Quem te chama a atenção quando você faz algo de errado ou esquece algo importante para você?
- Você tem liberdade para sair de casa sozinho? Para que lugares? Quem geralmente autoriza ou desautoriza as suas saídas?
- Você tem alguma atividade de lazer junto com a família? O que vocês fazem juntos? Que lugares vocês frequentam juntos?

Habitação e vizinhança:

Depois que chegou a GV já precisou mudar de casa? Porque? Quantas vezes?

- Tem um quarto individual ou divide com alguém? Com quem divide?
- Tem lugar sossegado para estudar com privacidade?
- Mora perto da escola? Como vai para a escola?
- Tem amigos na vizinhança? Eles frequentam sua casa e você a deles?
- Tem liberdade de circular na vizinhança sem ser acompanhado por adultos? Que lugares frequenta na vizinhança ou na cidade? Que tipo de atividades de lazer desenvolve com amigos? Quais os locais e atividades preferidas?

Escola:

- Preciso mudar de escola em GV depois do retorno? Porque?
- Gosta da escola que estuda hoje? Porque?
- Sentiu algum tipo de dificuldade de adaptação?
- Sentiu algum tipo de discriminação?
- Preciso de algum reforço especial para se adaptar a estudar em português? Recebeu reforço?
- Convive com outras crianças e adolescentes filhos de migrantes? Conseguiu desenvolver amizades no ambiente escolar de GV? São os mesmos amigos da vizinhança?
- Sofreu algum atraso na vida escolar por causa da mudança de país ou de escolas?
- Quem da família o acompanha com as tarefas escolares?
- Quem da família dialoga com a escola quando um diálogo entre escola e família é necessário?

- Quando a escola convida para festas e eventos, quem da sua família vai com você?

Atenção à Saúde:

- Precizou ir ao médico depois que chegou a GV? Muitas vezes? Por qual problema de saúde? Sistema público ou privado?
- É atendido cada vez por um médico diferente ou tem um médico de referência?
- Sente-se bem atendido? Consegue dialogar com seu médico de forma autônoma ou precisa da ajuda dos pais? (Vai depender da faixa etária)

Relação com outras instituições comunitárias:

- Igreja (frequência, atividades que desenvolve, com quem vai, gosta deste espaço de convivência?)
- Clube esportivo e de lazer
- Biblioteca
- Outros

13. Avaliação da vida em GV

- Quais as maiores dificuldades que você e sua família tiveram de adaptação a GV no retorno?
- Você gosta de morar em GV?
- Quais as vantagens e desvantagens de morar em GV se comparado aos Estados Unidos?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com crianças e adolescentes que nasceram nos Estados Unidos e já retornaram para Governador Valadares

Introdução

Apesar de ter um roteiro, a entrevista deve levar a criança ou adolescente a contar a história de sua vida com ênfase na experiência de migração internacional. À medida que for contando sua história, o entrevistador vai fazendo as perguntas para que o foco da pesquisa não seja perdido. A forma que a pergunta deve ser feita deve variar com a faixa etária da criança ou adolescente, utilizando-se vocabulário compreensível para cada entrevistado (este é apenas um roteiro do conteúdo que a entrevista deve captar, sinta-se livre para formular a pergunta da forma que achar melhor para deixar a criança ou adolescente à vontade para responder, sem induzi-lo à uma resposta específica). É importante que ênfase seja dada nos aspectos da convivência familiar e comunitária ao longo da vida, incluindo as mudanças ocorridas nos períodos de migração. A entrevista deve ser toda gravada, com o consentimento prévio dos pais ou responsáveis, para que o pesquisador possa focar sua atenção no conteúdo da entrevista e nas perguntas que precisam ser feitas sem se preocupar em fazer anotações.

- 1. Nome**
- 2. Ano de nascimento**
- 3. Cidade de nascimento:**
- 4. Porque a família foi morar nos Estados Unidos?** (Aqui a criança dará a percepção dela do motivo da migração, que pode ser diferente da resposta posterior dos pais para a mesma pergunta)
- 5. Composição domiciliar no início da vida:** (com quem a criança ou adolescente morava na infância nos Estados Unidos? Pedir para desenhar ou listar nomes indicando parentesco. Houve mudanças nesta composição enquanto ainda estavam nos Estados Unidos)
- 6. Vida familiar e comunitária nos Estados Unidos** - fazer a criança contar como era o seu dia a dia nos Estados Unidos, incluindo os seguintes aspectos:

Convivência familiar:

- Seu pai e sua mãe trabalhavam nos Estados Unidos?
- Trabalhavam muitas horas por dia?
- Você também trabalhou nos Estados Unidos? Que tipo de trabalho e com que frequência?
- Com quem você convivia mais quando estava em casa?
- Você tinha tarefas de cuidados da casa?
- Quais as suas tarefas?
- Quem era mais responsável por chamar sua atenção quando você fazia algo de errado ou esquecia algo importante para você?

- Vocês tinham alguma atividade de lazer juntos em família? O que vocês faziam juntos? Que lugares vocês freqüentavam juntos?
- Que língua era falada em casa?
- Seus pais tinham dificuldades com o inglês? Você precisou ajudá-los a se comunicarem? Em que situações esta ajuda era necessária?

Habitação e vizinhança:

- Quantas vezes mudou de casa enquanto morava nos Estados Unidos?
- Morou apenas com a família nuclear ou morou em habitação coletiva (várias pessoas que não fazem parte do núcleo familiar morando juntas em uma só casa)?
- Tinha um quarto individual ou dividia com alguém? Com quem dividia?
- Tinha lugar sossegado para estudar com privacidade?
- Morava perto da escola? Como ia para a escola?
- Tinha amigos na vizinhança? Qual a nacionalidade dos amigos de vizinhança?
- Tinha liberdade de circular na vizinhança sem ser acompanhado por adultos? Que lugares freqüentava na vizinhança? Que tipo de atividades de lazer desenvolvia? Quais os locais e atividades preferidas?

Escola:

- Quantas vezes mudou de escola enquanto morava nos Estados Unidos?
- Gostou das escolas em que estudou?
- Você estudou português nos Estados Unidos?
- Sentiu algum tipo de discriminação?
- Convivia com outras crianças e adolescentes filhos de migrantes? Conseguiu desenvolver amizades no ambiente escolar? Qual a nacionalidade dos amigos do ambiente escolar? Eram os mesmos amigos da vizinhança?
- Quem da família o acompanhava com as tarefas escolares?
- Quem da família dialogava com a escola quando um diálogo entre escola e família era necessário?
- Quando a escola convidava para festas e eventos, quem da sua família ia com você?

Atenção à Saúde:

- Precisou ir ao médico nos Estados Unidos? Muitas vezes? Por qual problema de saúde? Sistema público ou privado?
- Era atendido cada vez por um médico diferente ou tinha um médico de referência?
- Sentiu-se bem atendido?

Relação com outras instituições comunitárias:

- Igreja (frequência, atividades que desenvolvia, com quem ia, gostava deste espaço de convivência?)
- Clube esportivo e de lazer
- Biblioteca
- Outros

7. Avaliação da vida nos Estados Unidos

- Quais as maiores dificuldades que você e sua família tiveram nos Estados Unidos?
- Você gostou de morar nos Estados Unidos?
- Quais as vantagens e desvantagens de ter tido esta experiência de morar em outro país?
- No futuro você quer voltar a morar nos Estados Unidos? Porque?

8. O Retorno para GV

- Em que ano veio para GV?
- Porque sua família voltou?
- A família voltou toda junta? Ficou alguém lá? Porque?
- Mantém contato com amigos e familiares que estão nos Estados Unidos? Como é este contato?
- Você participou e opinou sobre o retorno ou foi uma decisão dos seus pais que você apenas aceitou?

9. Composição domiciliar atual (com quem a criança ou adolescente mora atualmente? Pedir para desenhar ou listar nomes indicando parentesco. Isso evita que a criança esqueça alguém)

10. Vida familiar e comunitária em GV - fazer a criança contar como é hoje o seu dia a dia em GV, incluindo os seguintes aspectos:

Convivência familiar: As perguntas sobre a convivência familiar dependerão do contexto familiar após a migração. Se houve separação dos pais, tentar identificar se há uma família reconstituída após a separação, com a adição de um novo ou nova companheira. Ver se este ou esta nova companheira tem uma relação com a criança ou adolescente, ou apenas mora no mesmo espaço.

- Com quem você convive mais quando está em casa? (O objetivo é ver se os responsáveis trabalham? Se trabalham muitas horas ou se sobra tempo para a convivência com a criança ou adolescente)

- Se houver um novo ou nova companheiro(a) perguntar se a criança ou adolescente se identifica com esta pessoa, se gosta dela e se a relação é agradável para ela;
- Você tem tarefas de cuidados da casa?
- Quais as suas tarefas?
- Quem te chamaaatenção quando você faz algo de errado ou esquece algo importante para você?
- Você tem liberdade para sair de casa sozinho? Para que lugares? Quem geralmente autoriza ou desautoriza as suas saídas?
- Você tem alguma atividade de lazer junto com a família? O que vocês fazem juntos? Que lugares vocês freqüentam juntos?

Habitação e vizinhança:

- Depois que chegou a GV já precisou mudar de casa? Porque? Quantas vezes?
- Tem um quarto individual ou divide com alguém? Com quem divide?
- Tem lugar sossegado para estudar com privacidade?
- Mora perto da escola? Como vai para a escola?
- Tem amigos na vizinhança? Eles freqüentam sua casa e você a deles?
- Tem liberdade de circular na vizinhança sem ser acompanhado por adultos? Que lugares freqüenta na vizinhança ou na cidade? Que tipo de atividades de lazer desenvolve com amigos? Quais os locais e atividades preferidas?

Escola:

- Precisou mudar de escola em GV depois do retorno? Porque?
- Gosta da escola que estuda hoje? Porque?
- Sentiu algum tipo de dificuldade de adaptação?
- Sentiu algum tipo de discriminação?
- Precisou de algum reforço especial para se adaptar a estudar em português? Recebeu reforço?
- Convive com outras crianças e adolescentes filhos de migrantes? Conseguiu desenvolver amizades no ambiente escolar de GV? São os mesmos amigos da vizinhança?
- Sofreu algum atraso na vida escolar por causa da mudança de país ou de escolas?
- Quem da família o acompanha com as tarefas escolares?
- Quem da família dialoga com a escola quando um diálogo entre escola e família é necessário?
- Quando a escola convida para festas e eventos, quem da sua família vai com você?

Atenção à Saúde:

- Precitou ir ao médico depois que chegou a GV? Muitas vezes? Por qual problema de saúde? Sistema público ou privado?
- É atendido cada vez por um médico diferente ou tem um médico de referência?
- Sente-se bem atendido? Consegue dialogar com seu médico de forma autônoma ou precisa da ajuda dos pais? (Vai depender da faixa etária)

Relação com outras instituições comunitárias:

- Igreja (frequência, atividades que desenvolve, com quem vai, gosta deste espaço de convivência?)
- Clube esportivo e de lazer
- Biblioteca
- Outros

11. Avaliação da vida em GV

- Quais as maiores dificuldades que você e sua família tiveram de adaptação a GV no retorno?
- Você gosta de morar em GV?
- Quais as vantagens e desvantagens de morar em GV se comparado aos Estados Unidos?

APÊNDICE C - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) UTILIZADOS NA PESQUISA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

PRO-REITORIA DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

INDIVÍDUO ADULTO

Projeto de Pesquisa: Vulnerabilidades na Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes no Processo de Migração Internacional com Origem na Microrregião de Governador Valadares e Destino à Grande Boston: Um Estudo Qualitativo e Exploratório na Origem e no Destino.

Prezado(a) Senhor(a),

Passaremos a usar o tratamento “você” para buscar uma comunicação mais fácil, sem distinção de gênero. Espero que isto não lhe desagrade.

Você está sendo convidado(a) a participar de uma entrevista que tem por objetivo final conhecer os impactos da migração internacional na convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. Este conhecimento pode no futuro vir a subsidiar políticas públicas de proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em processos migratórios tanto no Brasil, como nos Estados Unidos. Isto significa que sua contribuição cidadã para este estudo, pode vir a melhorar a segurança e o acesso a direitos por migrantes internacionais no futuro.

Para o sucesso deste estudo a sua especial colaboração em participar efetivamente da entrevista é indispensável. A entrevista, com o seu consentimento, será gravada, para melhor examinarmos as percepções dos participantes.

Esclarecemos que sua identidade será mantida em sigilo. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, você não será identificado quando o material ou seu registro for utilizado, seja para propósito de publicação científica ou educativa. A sua privacidade será assegurada e as gravações realizadas serão somente para utilização do estudo. Após a utilização **serão destruídas**.

Sua participação é voluntária e muito importante. Contamos com sua colaboração. Entretanto, você poderá se recusar a qualquer momento, não havendo nenhum dano pessoal, caso sua decisão seja a de não participar.

A pesquisadora responsável (Silvana Andrade Pena Knup) poderá esclarecer quaisquer dúvidas sobre o estudo, bastando contato por e-mail (silvanaknup@gmail.com) ou telefone: 031 2555-6342.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.^a Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante (em letra de forma)

Assinatura do participante

Data

Obrigado pela sua colaboração e por merecer sua confiança.

Nome (em letra de forma) e Assinatura do pesquisador Data

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

PRO-REITORIA DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO

COMITE DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Projeto de Pesquisa: Vulnerabilidades na Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes no Processo de Migração Internacional com Origem na Microrregião de Governador Valadares e Destino à Grande Boston: Um Estudo Qualitativo e Exploratório na Origem e no Destino.

Prezado(a) Senhor(a),

Passaremos a usar o tratamento “você” para buscar uma comunicação mais fácil, sem distinção de gênero. Espero que isto não lhe desagrade.

Você está sendo convidado(a) a autorizar a participação de seu(s) filho(s) e/ou sua(s) filha(s) em um diálogo com esta pesquisadora, que será realizado na escola e acompanhado pela professora. Este diálogo visa captar as percepções das crianças e adolescentes sobre sua vida na família e em sua comunidade. Primeiramente eles farão desenhos da composição de sua família e dos lugares de sua comunidade e depois explicarão os desenhos para a pesquisadora e a professora. Os desenhos serão fotografados e as explicações gravadas para posterior análise.

Você também é convidado a participar de uma entrevista após o diálogo com seu(s) filho(s) e/ou filha(s). Tanto o diálogo quanto a entrevista têm por objetivo final conhecer os impactos da migração internacional na convivência familiar e comunitária de seus filhos e/ou filhas. Este conhecimento pode no futuro vir a subsidiar políticas públicas de proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em processos migratórios tanto no Brasil, como nos Estados Unidos. Isto significa que sua contribuição cidadã para este estudo, pode vir a melhorar a segurança e o acesso a direitos por outros migrantes internacionais no futuro.

Esclarecemos que sua identidade e a de seu(s) filho(s) e/ou sua(s) filha(s) será mantida em sigilo. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, você não será identificado quando o material ou seu registro

for utilizado, seja para propósito de publicação científica ou educativa. A privacidade será de todos os participantes é assegurada e as gravações realizadas serão somente para utilização do estudo. Após a utilização **serão destruídas**.

Sua participação é voluntária e muito importante. Contamos com sua colaboração. Entretanto, você e seu(s) filho(s) e/ou filha(s) poderão se recusar a qualquer momento, não havendo nenhum dano pessoal, caso sua decisão seja a de não participar.

A pesquisadora responsável (Silvana Andrade Pena Knup) poderá esclarecer quaisquer dúvidas sobre o estudo, bastando contato por e-mail (silvanaknup@gmail.com) ou telefone: 031 2555-6342.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.^a Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo e autorizo meu(s) filho(s) e /ou minha(s) filha(s) a participarem também.

Nome dos participantes (em letra de forma)

Assinatura do participante ou responsável legal

Data


Obrigado pela sua colaboração e por merecer sua confiança.

Nome (em letra de forma) e Assinatura do pesquisador

Data

ANEXOS

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da PUC- Minas

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS - 
PUCMG

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Convivência Familiar e Comunitária e Vulnerabilidades de Crianças e Adolescentes no Processo de Migração Internacional com Origem na Microrregião de Governador Valadares e Destino à Grande Boston: Um Estudo Qualitativo e Exploratório na Origem e no Destino

Pesquisador: Silvana Andrade Pena Knup

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 08300412.6.0000.5137

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMG

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 142.647

Data da Relatoria: 31/10/2012

Apresentação do Projeto:

A pesquisa proposta tem o intuito de investigar as situações de vulnerabilidade que crianças e adolescentes brasileiros vivenciam em um processo migratório internacional, realizado por seus pais, do Brasil para os Estados Unidos, sejam elas deixadas no Brasil, migrantes com seus pais ou nascidas no país de destino em situação de irregularidade. A pesquisa é qualitativa e exploratória, sendo realizada em duas fases, no país de origem, o Brasil e no país de destino, os Estados Unidos. As regiões selecionadas para estudo nos dois países são a Microrregião de Governador Valadares e a Região da Grande Boston.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral: Investigar as situações de vulnerabilidade vividas na convivência familiar e comunitária por crianças e adolescentes no processo de migração internacional com origem na microrregião de Governador Valadares e destino na grande Boston

Objetivos específicos:

- Identificar as vulnerabilidades na convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes associadas ao processo de migração internacional;
- Identificar quais os custos e benefícios que na percepção das crianças, adolescentes e seus responsáveis estão associados a este processo;
- Identificar os obstáculos à integração de crianças e adolescentes que migram ou que nascem de

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228
Bairro: Coração Eucarístico **CEP:** 30.535-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3319-4517 **Fax:** (31)3319-4517 **E-mail:** cap.proppg@pucminas.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG



país imigrantes na grande Boston e à reintegração na microrregião de Governador Valadares após o retorno;

- Fazer recomendações para a formulação de políticas de integração de crianças e adolescentes no país de destino e de reintegração no país de origem.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: pesquisadora afirma sobre riscos no que tange ao desenvolvimento da pesquisa, como questões de verba e capacidade da mesma de realizá-la a contento. Todavia, não apresenta os riscos inerentes aos sujeitos de pesquisa, que devem ser considerados no item em questão.

Benefícios: "Realizar uma pesquisa mais completa conhecendo o processo migratório na origem e no destino e seu impacto sobre um público ainda pouco estudado. 2. Contribuir para o processo de adaptação da criança e do adolescente aos novos arranjos de convivência familiar e comunitária resultantes do processo migratório. 3. Contribuir para a formulação e implementação de políticas bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos voltadas para a identidade e a integração de crianças e adolescentes nas sociedades dos dois países, evitando assim consequências futuras para as comunidades onde estas crianças e adolescentes estão inseridas."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa bastante interessante, podendo fornecer novos elementos para a compreensão da situação dos migrantes, especialmente em nova conjuntura, na qual presenciamos o retorno ao Brasil de muitas famílias migrantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram anexados.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplica.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico

CEP: 30.535-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517

Fax: (31)3319-4517

E-mail: cep.proppg@pucminas.br

ANEXO B - Comentários 105, 108 e 109 ao artigo 33 parágrafo 2 do ECA

105 Da inteligência do presente dispositivo se extrai que ficam os pais desfalcados da prerrogativa de dirigir a criação e educação de seus filhos colocados sob guarda (art. 1634, inciso I, do CC), podendo, no entanto, recorrer à autoridade judiciária sempre que entenderem necessário, na defesa dos interesses de seus filhos. Vale também mencionar que a guarda pode ser revogada a qualquer tempo, na forma do previsto nos arts. 35 e 169, par. único, do ECA.

108 O dispositivo reforça a ideia de que a colocação de uma criança ou adolescente sob a guarda de terceiro não deve, como regra absoluta, assumir um caráter “definitivo”. O caráter *excepcional* da guarda, fora dos casos de tutela ou adoção, faz com que sua concessão (especialmente em se tratando de crianças recém nascidas ou de tenra idade) seja revestida de cautelas redobradas, inclusive para impedir a *burla* ao cadastro de adoção (vide comentários ao art. 50, §13, do ECA). Por se tratar de medida *excepcional*, que coloca a criança ou adolescente sob a responsabilidade de terceiro (quando a lei privilegia a permanência na família de origem e a aplicação de medidas de proteção que, por princípio, devem primar pela responsabilidade parental cf. arts. 19, *caput* e 100, par. único, incisos IX e X, do ECA), sua aplicação deve ser plenamente justificada, não bastando a vontade dos interessados.

109 O deferimento da guarda de uma criança ou adolescente a terceira pessoa, por si só, não importa na suspensão ou destituição do poder familiar, razão pela qual os pais, ao menos a princípio, continuam a exercer o direito de representação de seus filhos, na forma do disposto no art. 1634, inciso V, do CC. Daí a razão da possibilidade de concessão, em caráter *excepcional*, da chamada “guarda representativa” (art. 33, §2º, *in fine*, do ECA), em que, uma vez provocada, pode a autoridade judiciária autorizar a prática, pelo guardião, de *atos determinados* em nome (ou na condição de assistente) do guardado. (ECA comentado e atualizado até 2013)